

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH

Mestrado em Sociologia Política

OS DONOS DA CIDADE

PODER E IMAGINÁRIO DAS ELITES EM CRICIÚMA

José Paulo Teixeira

Florianópolis, Primavera de 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Sociologia Política

OS DONOS DA CIDADE

PODER E IMAGINÁRIO DAS ELITES EM CRICIÚMA

José Paulo Teixeira



0.247-308-0

UFSC-BU

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Professor Dr. **ARY CÉSAR MINELLA** para obtenção do grau de **MESTRE** em Sociologia Política.

Florianópolis, 05 de dezembro de 1995

Os Donos da Cidade

Poder e imaginário das elites em Criciúma

José Paulo Teixeira

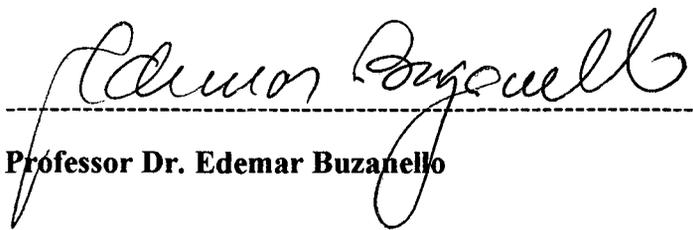
Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo professor orientador e demais membros da Banca Examinadora, composta por:



Professor Dr. Ary César Minella - Orientador



Professora Dra. Marilena de Souza Chaui



Professor Dr. Edeimar Buzanello

Florianópolis, 05 de dezembro de 1995

Este trabalho de pensamento é carinhosamente dedicado à minha doce e linda companheira Márcia, à minha querida filha Júlia, à dona Ida - pela força e bondade sempre presente - e para você Continha, minha inesquecível Continha.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é parte inseparável de minha vida e história de lutas em minha cidade. Em parte, ele só foi possível por causa desta história, das pessoas que dela participaram, especialmente aqueles que partilharam comigo a experiência militante e humana de viver sofrimentos, alegrias e utopias.

Quero, nesta oportunidade, agradecer todos vocês, meus amigos, familiares e companheiros de caminhada. Obrigado pela compreensão da ausência involuntária, pois a vontade de estar com vocês é muito grande.

Quero agradecer, também, todos os que, durante o curso de mestrado, partilharam comigo a problemática desta dissertação - meus colegas, professores e funcionários da Sociologia Política e demais pessoas que me possibilitaram acessar às informações fundamentais para a realização deste estudo. Agradeço especialmente aos que me concederam entrevistas e informações sobre os temas relacionados à pesquisa; ao presidente da Acic, Guido Búrigo e sua diretoria, por permitir ler as atas da entidade e outros documentos; ao Laerte do TRE/Criciúma e ao CNPq, pela Bolsa de Pesquisa que possibilitou dedicar-me exclusivamente ao curso.

Ao meu Orientador, Ary Minella, por sua paciência e perspicácia, sempre atento aos detalhes, às idéias imprescindíveis e aos meus desvanecios. Devo a ele alguns méritos desta pesquisa. Obrigado também aos demais membros da Banca - professores Marilena de Souza Chauí, Edemar Buzanello e Joana Maria Pedro - por suas valorosas contribuições e críticas.

Aos amigos do Núcleo de Estudos da Cidade - CEDIP, pela partilha do saber engajado, do saber comprometido e solidário, dos que sabem falar mas também sabem ouvir, dos que se recusam à amnésia e à servidão voluntária; aos meus companheiros do Partido do Trabalhadores, que compreenderam minha ausência na cidade, mesmo sabendo da incompreensão de muitos quanto ao valor deste tipo de trabalho que hora conluo. Ao João Inácio Müller, que me ajudou no trabalho de formatação e impressão, à Fátima e Albertina, por serem solidárias nos serviços de Secretaria durante o curso.

Sempre disse que sou um intelectual de carga, que às vezes carrego comigo, solitariamente ou em pequenos grupos, idéias e posições que andam na contra-corrente da história dos vencedores. Quero agradecer as pessoas mais próximas que me deram forças para resistir a tantas adversidades, especialmente à Márcia. Um beijo para todos. Carinhosamente e feliz por ter concluído esta dissertação.

RESUMO

O presente estudo procura resgatar e analisar o imaginário das elites políticas e empresariais de Criciúma a partir dos discursos e explicações sobre a crise dos anos 90. Além de procurar compreender as mudanças sócio-econômicas ocorridas nas últimas três décadas, o estudo analisa a formação social da cidade e a configuração das elites no poder local, considerando os três períodos que marcaram a história de Criciúma: colonização, mineração e diversificação econômica.

Partindo daquilo que aparece nas falas e discursos dos empresários, agentes políticos e formadores de opinião, procura-se identificar como o discurso social da crise se transformou em discurso eleitoral da crise, isto é, como as elites em Criciúma foram capazes de elaborar um discurso sobre a cidade e cimentar junto à opinião pública, que os responsáveis pela crise foram os próprios trabalhadores, por causa de suas greves e radicalismo de seus representantes políticos e sindicais. Esta construção ideológica foi acompanhada de uma estratégia de apaziguamento, regulamentação e pacificação da cidadania dos trabalhadores, desenvolvida pelo empresariado local.

O estudo, além de desenhar um perfil das elites de Criciúma, procura resgatar e analisar os vínculos político-partidários do empresariado, destacando-se a participação ativa dos mesmos no destino da cidade. Esta militância político-empresarial também se revela nas iniciativas da Acic - Associação Comercial e Industrial de Criciúma, através da qual é possível apreciar a configuração mais recente do empresariado de Criciúma, suas divisões e conflitos internos bem como as "saídas" que os diferentes setores do empresariado apresentam para a crise. Constata-se que as propostas apresentadas pelo empresariado no contexto da globalização e reestruturação econômica é atravessada, em Criciúma, pela economia e ideologia da mineração, fundada no modelo patrimonialista de dominação, que se constitui uma das chaves de leitura utilizadas para desvendar o poder e o imaginário dos donos da cidade.

O presente trabalho está dividido em duas partes: a **reestruturação do *oikós*** e a **reestruturação da *pólis***, referindo-se às duas esferas fundamentais da sociedade/cidade: a esfera da necessidade, que corresponde a esfera econômica ou privada e a esfera da liberdade, que corresponde à política e também chamada de esfera pública. Na primeira parte o leitor terá uma caracterização geral de Criciúma em seus aspectos econômicos e sócio-culturais, onde é enfatizado que, até a década de 90 - quando Criciúma conheceu a mais grave crise econômica e social - a história da cidade se confundia com a economia e a ideologia da mineração (capítulo 1). Após descrever esta situação, no contexto do governo Collor e de suas políticas governamentais (que atingiram diretamente a economia da região), o texto analisa a crise dos anos 90 em Criciúma, destacando-se, por um lado, a diversificação da economia local (setor cerâmico e o polo vestuarista) e, por outro, o colapso da mineração, que deixará de ser, como

foi por muitas décadas, a base do desenvolvimento local e regional (capítulos 2 e 3). Encerra-se esta primeira parte fazendo-se uma caracterização mais geral da reestruturação da economia local.

Na segunda parte, o texto procura resgatar a história das elites e dos movimentos sociais em Criciúma. A cidade é vista como palco de lutas sociais e políticas, de conflitos e antagonismos. Após uma análise da configuração das elites locais correspondente a cada período da história da cidade, reconstitui-se as ligações entre alguns grupos e representantes empresariais os partidos e agentes políticos da cidade (capítulo 4). No capítulo seguinte (5) o texto procura analisar a organização do empresariado enquanto sujeito político. Neste capítulo, destaca-se a presença ativa do empresariado na cidade, seus discursos diante da crise, da recessão e dos conflitos de classe e suas iniciativas para "dar a volta por cima". No capítulo 6, observa-se como a ACIC enfrentou os conflitos Capital e Trabalho e construiu sua estratégia de confronto e apaziguamento das relações capital e trabalho.

O ponto de inflexão deste estudo acontece no capítulo 7, no momento em que a cidade dita "sem donos" volta às mãos dos "donos da cidade". Ver-se-á como, no processo eleitoral de 1992, no auge da crise, as forças políticas dominantes em Criciúma, não apenas frearam os movimentos sociais locais - representadas no sindicalismo - mas venceram as eleições, derrotando, flagorosamente, as esquerdas e o PT, utilizando-se basicamente da crise e da recessão e responsabilizando os trabalhadores e as greves pela crise na cidade.

As conclusões deste trabalho, porém, são inusitadas. Se é verdade que aquele discurso tornou-se um poderoso instrumento político-ideológico, usado pelas elites locais para frear o avanço dos movimentos sociais na cidade e para fins eleitorais, há outros aspectos da experiência de Criciúma que justificam intitular este estudo de "Os donos da Cidade", ao invés dos clássicos conceitos de "elites" ou "classes dominantes".

ABSTRACT

The present study seeks to rescue and analyze the imaginary (thinking) of the political and commercial elite of Criciúma through statements and explanations of the 1990 crisis. Besides trying to understand the social and economical changes which occurred over the last three decades, the study analyzes the city social structure and the configuration of its local power elites, taking into consideration the three periods which were mile-stones in the history of the city of Criciúma: settlement, mining and economical diversification.

Beginning with the records of speeches and talks of businessmen, politicians and other opinion makers, we try to identify how speeches concerning the crises became the electoral propaganda of the crises, that is, how the elites of Criciúma were able to elaborate a speech about the city and convince public opinion, that the workers themselves were responsible for the crises, because of their strikes and the radicalism of their political and union representatives. This ideological approach was "acompanied" by a strategy of suppression, regulation and the pacificatio of the workers citizenship, developed by the local businessmen.

The study, besides drawing a profile of the elites of Criciúma, seeks to elucidate and analyze the political bonds of the local businessmen, underlining the active participation of these in the destiny of the city. This political activism is also revealed in the Acic (Chamber of Commerce and Industry of Criciúma), through which it is possible to observe the most recent configuration of the local businessmen, their divisions and internal conflicts as well as the "ways out" which the different sectors presented to solve the crisis. It is obvious that the proposals presented by the local businessmen in the globalization and economical restructuration context were poorly conceived, in Criciúma, the economy and mining ideology established on a model of patrimonialistic domination, becomes one of the key factors of the reading used to expose the power and the imaginary of the city's owners.

The present work is divided into two parts: the **restructuring of *oikós*** and the **restructuring of *pólis***, referring the two fundamental spheres of the society/city: the area of necessity, which corresponds to the economical or private sphere and the area of freedom, which corresponds to politics, and is also called the public sphere. In the first part the reader will have a general characterization of Criciúma in its economical, social and cultural aspects, where it is emphasized that - until the decade of 1990 - when Criciúma went through its worst economical and social crisis - the history of the city used get mixed up with the economy and the mining ideology until then (chapter 1).

After describing this situation, in the context of President Collor's term and his governmental policies (which effected directly the economy of the region), the text analyzes the crisis of the 1990's in Criciúma, emphasizing, on one hand, the diversification of the local economy (the ceramic sector and the clothing sector as well) and, on the other hand, the colaps of mining, that will stop being, as it was for many decades, the base of the local and regional development (chapters 2 and 3). And the conclusion of this first part is a more general characterization of the rebuilding of the local economy.

In the second part, the text tries to elucidate the history of the elites and the social trends of Criciúma. The city is seen as a stage of social and political struggles, of conflicts and antagonisms. After an analisis of the configuration of the local elites corresponding to each period of the history of the city, linkings are made among some groups and business representatives, political parties and political agents of the city (chapter 4). The next chapter (5) the text will try to analyze the organization of the businessmen as a political subject. In this chapter, the active presence of the city businessmen is enlightened, their speeches concerning the crises, recession and class conflicts and their initiatives to overcome them. In chapter 6, the reader will observe how the ACIC (Chamber of Commerce and Industry of Criciúma) faced the conflicts between capital and labor and built its strategy of confronting and peace-making of the relations capital and labor.

The inflection point of this study happens in chapter 7, right when the city, which is said not to have an owner, goes back to the hands of the "city owners". We will see how, during the electoral process of 1992, the top of the crisis, the dominant political forces in Criciúma, not only refrained the local social movements - represented in the unions - but won the polls, defeating by a large margin, the left and the PT (Workers Party) making use basicaly of the crisis, recession and accounting the workers and strikes for the crises of the city.

The conclusions of this work, nevertheless, are unusual. Whether it is true that their approach became a powerful political and idealogical instrument, used by the local elites to refrain the development of social movements of the city for electoral purposes, there are other aspects of the Criciúma experience that justify entitling this study as "The owners of the City", instead of the classical concepts of "elites" or "ruling classes".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: olhares sobre a cidade	1
Dominação patrimonial em Criciúma: uma chave de leitura num estudo de poder local	4
A cidade das lutas: problemática e idéias norteadoras	8
Construir e definir os objetivos	12
Percepções e significados de “poder” e de “local”	14
Alguns procedimentos de pesquisa	19
CAPÍTULO 1 - A cidade das minas e a ideologia da mineração	21
1.1 - Um retrato da cidade hoje	22
1.1.1. Aspectos Econômicos e Sociais	22
1.1.2. A degradação da vida e do ambiente da cidade	24
1.2 - A história oficial e a ideologia da mineração	28
Dominação cultural e ideológica dos mineradores	30
A dominação patrimonialista na cultura política dos mineiros	34
CAPÍTULO 2 - Era uma vez a cidade do carvão	39
2.1 - A colonização e a produção das desigualdades de 1880 a 1930	40
2.2 - Protecionismo Estatal e Exclusivismo da Mineração de 1930 a 1980	42
2.3 - A diversificação da economia e o fim do exclusivismo da mineração	47
CAPÍTULO 3 - No rastro da crise em Criciúma	55
3.1 - O cenário dos anos 90: crise ou colapso da mineração?	56
3.2 - Para entender a crise e as mudanças em Criciúma	64
3.2.1. Do público para o privado: o Estado patrimonialista e a intermediação dos interesses	67
3.2.2. Do privado para o público: a emergência de uma nova sociabilidade	70
3.2.3. Mudanças no regime de acumulação: dispersão e fragmentação da produção..	73
INTRODUÇÃO À SEGUNDA PARTE	83
Poder Local: Elites e Movimentos Sociais	83
Problemas Conceituais e Significado(s) de Elites	85
Movimentos Sociais: o contraponto das elites no poder local	89
CAPÍTULO 4 - Os donos do poder em Criciúma	92
4.1 - Os donos da cidade I	93
4.1.1. A colonização e o domínio dos coronéis do comércio	94

4.1.2. Os donos das minas e da cidade	96
4.1.3. Os novos grupos no poder local	102
4.2 - Os donos da cidade II	105
4.2.1. Divisão e hegemonia da elite dos comerciantes	106
4.2.2. Os mineradores tomam partido	110
4.2.3. Os partidos no período do pluripartidarismo	118
CAPÍTULO 5 - O empresário como sujeito político	126
5.1 - O Sindicato dos Mineradores e demais sindicatos patronais.....	128
5.2 - ACIC - A organização patronal e movimento social, político e ideológico dos empresários	131
Um pouco de história da Acic	132
A estrutura político-administrativa da Acic	136
5.3 - Perfil político-ideológico dos empresários criciumenses	139
5.3.1. A (des) união dos empresários: o caso SPC	140
5.3.2. As ligações políticas do empresariado e participação nas diferentes esferas do poder	144
5.3.3. A defesa da cidade e a disputa, com Tubarão, pela hegemonia política na região Sul	146
5.4. Os diferentes discursos e demandas empresariais frente à crise dos anos 90.....	147
a) A Carta do Sul: os empresários e a defesa do carvão	148
b) A defesa do cidadão comum	150
c) A força do Sul	152
5.5. Matrizes discursivas e saídas para a crise	156
a) A alternativa tradicional: o revigoramento do carvão	156
b) A alternativa liberal: globalização	157
c) A alternativa regional: a Frente pelo Carvão e a Força do Sul.....	158
CAPÍTULO 6 - Radicalismo e Cidadania Regulada em Criciúma	162
6.1 - Os movimentos sociais e a cidade	163
CUT: organização e divisão dos trabalhadores	169
A mina e a revolta	171
6.2 - Os empresários e os movimentos sociais em Criciúma	177
Radicalismo dos sindicatos e a estratégia de “pacificação”.....	177
Recrudescimento sindical ou falsa harmonia?	179
6.3 - A posição dos empresários diante das greves e do movimento sindical	181

CAPÍTULO 7 - O eco das urnas: eleições e imaginário das elites em Criciúma..	187
7.1 - O papel da imprensa e dos formadores de opinião	188
Invenção e disseminação das ideologias	190
“O povo não vota em candidatos grevistas e baderneiros”	192
“As empresas fecharam por causa das greves, da CUT e do PT”	194
Cantilena das elites: o discurso e a realidade sobre o fechamento de empresas em Criciúma	197
7.2 - As eleições de 1992: os candidatos, as alianças e os resultados eleitorais	202
Aspectos políticos, partidários e eleitorais	203
Análise dos resultados	206
A divisão das esquerdas e a capacidade aglutinadora do PMDB	207
7.3 - O eco das urnas: grevismo, aposentados e futebol	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variação das PEA (População Econômica Ativa) em Criciúma nos anos 1970, 1980 e 1991	23
Quadro 2 - Produção de Carvão energético e metalúrgico 1960 - 1992	46
Quadro 3 - Número de Estabelecimento e Pessoal Ocupado em Criciúma	54
Quadro 4 - Oferta de empregos em Criciúma e região carbonífera	61
Quadro 5 - Valor do piso em abril/93 em milhões de cruzeiros	63
Quadro 6 - Períodos históricos e grupos hegemônicos em Criciúma	93
Quadro 7 - Os negociantes estabelecidos em Criciúma, Indicador Comercial, 1926 .	95
Quadro 8 - Empresas, representantes e/ou grupos mineradores de Criciúma e região	101
Quadro 9 - Grupos e empresas na economia diversificada	104
Quadro 10 - Agentes políticos, partidos e grupos econômicos ligados a atividades da mineração	117
Quadro 11 - Agentes Políticos, partidos e grupos econômicos de Criciúma no período da diversificação	122
Quadro 12 - Sindicatos Patronais em Criciúma e seus presidentes	130
Quadro 13 - Presidentes da Acic, Associação Comercial de Criciúma, 1944-1994....	133
Quadro 14 - Diretoria Executiva na Gestão C.A. Barata e G. Búrigo	137
Quadro 15 - Discursos e alternativas empresariais para a crise segundo os modelos “da mineração”, “liberal” e “regional”	159
Quadro 16 - Sindicatos dos Trabalhadores com sede em Criciúma	170
Quadro 17 - Prefeitos de Criciúma no período 1963 - 1996	204
Quadro 18 - Quadro comparativo das eleições municipais de 1988 e 1992	205
Quadro 19 - Intenção de votos e rejeição aos candidatos principais nas eleições de 1992, em Criciúma	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução Populacional de Criciúma.....	24
Tabela 2 - Empregos na Mineração, de 1984 - 1993 (dados da região carbonífera)	56
Tabela 3 - Faturamento, vendas e pessoal ocupado na indústria da mineração, de 1988-92 (dados da região carbonífera)	57
Tabela 4 - Pedido de Seguro-desemprego em Criciúma entre 1966 - 1995	61

INTRODUÇÃO

Olhares sobre a cidade

Nos estudos de cidade, tem predominado uma visão linear da história, de sucessão de fatos, vultos e datas no tempo, uma visão determinista e evolucionista que, sem dúvida alguma, não corresponde à experiência de Criciúma, como veremos neste trabalho.

Este não é exatamente um estudo sobre cidades onde prevalece a noção de crescimento evolutivo ou de desenvolvimento urbano-industrial; também não é um estudo da cidade enquanto esfera político-administrativa do Estado, como são classificados os municípios brasileiros. Muito menos se trata de um olhar técnico, calculista, um olhar de 'especialista' que trata a cidade como um grande laboratório para experiências e desenvolvimento de técnicas de regulação social - a exemplo do que fez a ideologia sanitarista do século XIX. Não, este não quer ser um estudo tradicional sobre cidades.

Como problemática de pesquisa, a cidade tem sido vista a partir de seu desenvolvimento ou crescimento evolutivo numa escala que vai do atraso ao progresso, do tradicional ao moderno (e, deste ao "pós-moderno"), do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, do agrarismo para o industrialismo, percebendo a cidade como um fato histórico dado onde as mudanças históricas e sociais são objetos de pesquisas para simplesmente descrever as "evoluções" acima referidas.

Ao procurar perceber a cidade por um plano de análise diferente daquele que a recorta de um ponto de vista político-institucional ou de um ponto de vista econômico-industrial ou urbanista, pretendo - como diria Maria Stella Bresciani (1990) - fazer um estudo da cidade por uma nova porta de acesso, diferente daquelas portas abertas ao amanhecer do século XIX, quando a história inaugurou a chamada modernidade. Neste sentido, procuro situar este estudo dentro do que se convencionou chamar de "o debate da modernidade". Mas a própria noção de modernidade é aqui desdobrada, além de não ser única, ou, pelo menos, percebida como querem as elites brasileiras. Modernidade também não se confunde com "modernização", tal como escreveu recentemente Raymundo Faoro:

"A modernidade, a elite, o estamento, as classes - dizemos para simplificar, as classes dirigentes - coordenam e organizam um movimento. Não o dirigem, conduzem ou promovem, como na modernização. A modernização, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro - ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas" (Faoro, 1994, p. 99).

Portanto, a própria idéia de modernidade - que focaliza a questão urbana como um espaço de tensões empírico-conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o conhecimento e a vivência nas cidades contemporâneas a partir das referidas portas (conceituais) - deve ser repensada.

Quero olhar Criciúma do ponto de vista da ação cidadã, da via ativa, do militante que sonhou e lutou para ver sua cidade e sua sociedade em bases democráticas, fundada na justiça social e na autonomia individual e coletiva dos dominados. A cidade é pensada como o lugar onde cada cidadão ou cidadã vivencia as redes de poder, suas relações de dominação, resistência e/ou servidão e onde a dominação de classes, das oligarquias, das elites torna-se visível, isto é, onde é possível enxergar o "abismo entre um mundo e outro". Em nenhum outro espaço a pessoa - seja um trabalhador ou empresário, consumidor ou cidadão - é capaz de fugir dos olhares alheios, da "família de olhos"¹ que nos acompanha, dos que encontramos na rua, na praça, no bairro, no bar, na fábrica, no shopping-center, na estação rodoviária, no clube

¹ *"Enquanto se mantêm sentados e felizes, olhos nos olhos, os amantes são surpreendidos pelos olhares de outras pessoas. Uma família de pobres, vestida com andrajos - um pai de barba grisalha, um filho jovem e um bebê - pára exatamente em frente a eles e observa (...) As três faces eram extraordinariamente sérias e aqueles seis olhos contemplavam fixamente o novo café com a mesma admiração (...) A fascinação dos pobres não têm qualquer conotação hostil; sua visão do abismo entre os dois mundos é sofrida, não militante; não ressentida, mas resignada. O narrador começa a sentir-se incomodado e surpreende-se tocado por essa família de olhos e sente alguma afinidade por eles. Porém, no momento seguinte, quando eu voltei a olhar para seus olhos, minha querida, para ler neles meus pensamentos, (o grifo é de Baudelaire) ela diz: "Essas pessoas de olhos esbugalhados são insuportáveis! Você não poderia pedir ao gerente que os afastasse daqui"?" (Berman, 1994, p.145).*

de futebol, na igreja, em nenhum outro lugar é possível se embriagar com a beleza ou com a frieza, com a solidariedade ou com a hostilidade como nos espaços do cotidiano, os espaços da cidade, esse lugar abaixo do Poder e sobre o qual os poderosos se elevaram mas são, ainda que de vez em quando, obrigados à descer. Isto é a cidade, o lugar onde podemos ver com nitidez e lucidez os mecanismos de dominação e exploração (e a partir deste olhar), agir ou resistir, no sentido de mudar ou se conformar com as relações de mando que imperam no plano local. Pois a cidade é o único espaço possível para se viver e exercer efetivamente a democracia, a cidadania e a autonomia. Fora do espaço da cidade e da cidadania - espaço pleno da politicidade - só se conhece o poder como forma de dominação, de alienação, numa palavra, heteronomia. Porque, diz Chauí,

"a alienação percorre o modelo de ser da universalidade e da política, podemos dizer que a determinação mais marcante da existência social contemporânea é a heteronomia".
(Chauí, 1989, p. 282)

A cidade não se constitui ou se reduz a um mero objeto de estudo, mas um lugar por excelência para a invenção de direitos e o exercício da cidadania.² Sendo um espaço de criação e ampliação de direitos, ela não se limita ao poder político nem à reprodução da vida social. A cidade é maior que a fábrica e a mina e não se reduz ao espaço de lazer. A cidade é a vida, é o espaço onde a "família de olhos" se encontra e/ou se desencontra, se encanta e/ou se desencanta. A cidade, espaço pleno das significações, no sentido que Castoriadis deu a esta palavra em sua *Instituição Imaginária da Sociedade*:

"o mundo social é cada vez mais constituído e articulado em função de um sistema de significações. Essas significações formam o que chamamos de imaginário efetivo. É só relativamente a essas significações que podemos compreender a "escolha" que cada sociedade faz de seu simbolismo, e principalmente de seu simbolismo institucional, como os fins aos quais ela subordina a "funcionalidade". (...) As significações que não são reflexo do percebido, nem simples prolongamento e sublimação das tendências de animalidade, nem elaboração estritamente racional dos dados" (1982, p.177).

Neste estudo da cidade, procurei resgatar outras dimensões da cultura pública e recolocar a produção do imaginário no centro das relações sociais - o que algumas ideologias e

² É oportuno lembrar, a propósito da palavra cidadania, das observações feitas por Martins: *"Fala-se de sociedade civil e de cidadania como se uma coisa ou outra pudessem se constituir e se disseminar com a vulgarização de dois ou três capítulos de clássicos do pensamento social francês. Essa ingenuidade da mentalidade colonizada não permite ver que não estamos na França nem na Europa. A cidadania não é o milagre do discurso fácil. Onde é real e tem sentido, não foi produzido pela cansativa repetição da palavra que a designa. A cidadania foi produzida por conflitos radicais, que afetam a sociedade pela raiz; além disso, muito mais profundos e significativos que os conflitos de classes"* (Martins, 1994, p. 12).

estudos da cidade omitem ou consideram menos relevantes. Os aspectos culturais, simbólicos e ideológicos ganham (ao lado da economia e da política) um estatuto que nem sempre a sociologia política considerou relevante. Seria impossível pensar Criciúma, pesquisar sobre o poder local, seus atores, sua história, sem considerar a economia e a ideologia da mineração, sem considerar aqueles que foram os atores mais influentes de todo esse processo e história local: os mineiros, no campo dos trabalhadores e os mineradores, no campo das elites e os impactos da mineração na história e no imaginário da cidade.

Os estudos feitos até o momento, de influência marxista ou não, têm enfatizado alguns aspectos da experiência de Criciúma - especialmente aqueles relacionados aos mineiros de Criciúma, ao meio-ambiente e saúde pública. Esses estudos - citados ao longo da dissertação - têm utilizado como "chave de leitura", uma concepção teórico-metodológica que reforça a visão da cidade em suas contradições de classes, as conseqüências sociais e ambientais da mineração e as experiências de luta dos trabalhadores mineiros e, mais recentemente, de outras categorias. Neste sentido, são fundamentais para compreender a história e conhecer a realidade local.

Mas há alguns aspectos da realidade local que não foram lembrados ou que foram tocados apenas tangencialmente: refiro-me àqueles relacionadas às elites locais, especialmente ao empresariado industrial, em relação ao imaginário dominante na cidade e aos problemas inter-e-intra classes. Outros pontos - como as relações (e os problemas) entre o modelo de desenvolvimento adotado e o Estado patrimonialista e as formas de dominação estabelecidas ao longo da história da cidade - quase não tem sido enfatizados nos estudos realizados. Qualquer pesquisador ou pesquisa que quisesse contribuir minimamente sobre estes pontos e acrescentar algo mais aos discursos acadêmicos ou políticos, teria que levar em conta que a história e a economia de Criciúma liga-se àqueles aspectos anteriormente indicados, mas não só.

Dominação patrimonial em Criciúma: uma chave de leitura num estudo de poder local

O trabalho de pensamento aqui desenvolvido representa tão somente um esforço para se compreender a experiência de Criciúma, rompendo, com as abordagens tradicionais. Em vista disto, procurei levar em consideração outras concepções teóricas e metodológicas que fossem capazes de, por um lado, romper com a concepção de continuidade no tempo como pressuposto de conhecimento das cidades contemporâneas e por outro, que me ajudassem a

perceber a cidade por dentro, em suas dobras e dobraduras, suas contradições e divisões internas. Não apenas aquelas portas ou janelas conceituais³ já conhecidas como entre capitalistas e trabalhadores, esfera produtiva e reprodutiva, governantes e governados. Procurando romper com essas dicotomias, tive de levar em consideração outras divisões, outras desigualdades e diferenças que não aparecem a primeira vista ou são intencionalmente mascaradas⁴.

Decidi fazer uma leitura da cidade de Criciúma pela ótica da dominação/servidão patrimonialista.⁵ Os conceitos e idéias de Raymundo Faoro, José de Souza Martins e Marilena Chauí, articulados com outros pensamentos, em particular dos chamados sociólogos das

³Bresciani anotou a existência de pelo menos, sete portas de acesso no estudo das cidade, cada uma percebe-a desde um ponto de vista ou plano de análise. Resumidamente são as seguintes:

Primeira - A cidade enquanto questão técnica: faz a conjugação do olhar médico com o saber do engenheiro na observação/transformação do meio ambiente. Estamos diante do triunfo da técnica e da maquinaria, da era mecânica, período de difícil relação entre sociedade liberal e o estado-guarda-noturno e seu respeito pela propriedade e pela cidadania dos proprietários. A política de intervenção no espaço urbano da prescendência do bem público ao bem particular.

Segunda - A cidade se abre para a questão social, formulada pela problematização econômico-política da pobreza. O movimento dos trabalhadores é visto de um duplo sentido: de um lado, serve a divisão social do trabalho e ao crescimento da produtividade industrial da Nova Ordem; de outro, a entrada da multidão de trabalhadores pobres em cena pública representa uma ameaça à sociedade civilizada;

Terceira - A cidade pensada como espaço de formação de novas identidades sociais, representadas pelas classes sociais: a burguesia e o proletariado. A partir desta porta de entrada, constitui-se a ética burguesa;

Quarta - Porta aberta pela Educação dos sentidos na sociedade moderna, formação de uma nova sensibilidade, onde o olhar armado pelo conceito classifica em quadros compreensivos tudo que vê. É o lugar onde a perda da experiência se dá em favor da vivência que faz do homem um autômato. Surge uma produção cultural urbana em oposição a uma vida rural idílica;

Quinta - A cidade é sinônimo de progresso, o lugar por excelência da história, seus habitantes são agentes/sujeitos históricos. Agora, é a vez do burguês, amanhã será do proletariado. A cidade é vista como lugar de alienação, mas também como possibilidade de liberação através da consciência. Impõem-se a noção da determinação das estruturas sobre as vontades individuais.

Sexta - A imagem da cultura popular. É uma porta mais estreita: a cultura popular é uma forma da cultura urbana;

Sétima - A imagem das cidades divididas em territórios, onde as redes de sociabilidade repetem o mesmo em vários lugares (Bresciani, 1990).

⁴Por exemplo, no interior de uma mesma classe, seja do empresariado, seja dos trabalhadores, temos divisões e desigualdades que nem o discurso das identidades e interesses comuns unifica, pelo contrário, os próprios discursos e identidades são sinais de divisões, desigualdades e diferenciações.

⁵Segundo Faoro (1993) "*a palavra patrimonial - não patrimonialismo - foi empregada pela primeira vez entre nós - referindo-se a Max Weber - por Sérgio Buarque de Holanda, no livro Raízes do Brasil, mas o termo patrimonial nas análises do Estado brasileiro sob o prisma do patrimonialismo, começa com Os donos do Poder. Não se trata da recepção de Weber nas letras brasileiras. O livro de Weber, Economia e Sociedade, já era conhecido. O que importa não é a entrada de Weber nos estudos brasileiros, mas, com base em Max Weber, a construção de uma chave (de leitura), nem sempre fiel a seu mestre, que denunciaria a imprestabilidade de todas as demais, na interpretação da sociedade e, sobretudo, na política do Brasil. Ou seja, a explicação do país exigia a compreensão do passado ibérico pré-descobrimto*". (Dossiê Liberalismo, Revista da USP, nº 17). O significado de patrimonialismo e o enfoque weberiano de dominação estão inserido nos capítulos 1 e 3 desta dissertação.

elites⁶, me possibilitaram pistas importantes para adentrar e conhecer um pouco melhor a experiência de Criciúma. Já tinha definido "a porta" de entrada, mas não havia ainda encontrado uma "chave" para abri-la. Na verdade, tinha um molho de chaves, mas não sabia exatamente qual delas me abriria caminho para o caso de Criciúma.

Com Faoro, comecei a notar aspectos da realidade local de que até então não havia me dado conta. Martins - conhecido por seus estudos sobre violência no campo e a questão fundiária no Brasil (e também por seu pessimismo militante) foi fundamental na medida que utiliza - em seus *Ensaio de Sociologia da História Lenta* - a mesma "chave de leitura" da realidade brasileira, embora sem fazer nenhuma referência à Faoro. A exemplo de Faoro,⁷ este autor foi buscar no passado colonial a chave para compreender a sociedade brasileira hoje. "*O passado se esconde por trás das aparências do moderno*" (Faoro). "*O peculiar da sociedade brasileira está em sua história, uma história inacabada*" (Martins). É como se as determinações estruturais demarcassem nossos passos e nosso trajeto, de tal forma que andamos, andamos, e nunca chegamos ao ponto de chegada, escreve-nos Martins. "Transição intransitiva", para usar uma expressão cunhada por Eder Sader e Marco Aurélio Garcia (1979). embora vivamos numa época chamada de neo-liberal, nunca saímos do colonialismo. Embora vivamos num regime democrático, permanecemos amarrados no autoritarismo. Por isso "história inacabada, história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas". Diz Martins:

"A história contemporânea do Brasil tem sido a história da espera do progresso. Como o progresso não veio, senão de um modo insuficientemente lento, essa história se transformou na história da espera da revolução. Mas a revolução também não veio (mas) afinal - pergunta-se Martins - devia ser esperada ou ser feita?" (1994, p.11)

Da mesma forma, fui procurar no passado de Criciúma uma chave de leitura para entender a situação presente. O passado aqui, representado pela experiência, economia e ideologia da mineração e tudo que ela representa ainda hoje - mesmo depois que aquele modelo de desenvolvimento esgotou-se a partir dos anos 70. Um modelo de desenvolvimento de um setor econômico tradicional e ao mesmo tempo estatal, isto é, dependente das

⁶Refiro-me a um conjunto de pesquisadores que vem desenvolvendo pesquisas sobre o pensamento e organização do empresariado brasileiro, entre os quais se destacam Ary Minella, Renato Boschi e Eli Diniz, entre outros.

⁷"Quando *Os Donos do Poder* apareceu em 1958 em meio à indiferença, ao pretender que o conceito de patrimonialismo fosse a chave da história brasileira, nesta incluídas as suas origens ibéricas, introduziu nos estudos sociais uma tese herética. O campo estava tomado por duas correntes: uma que valorizava a tradição, embora com um sopro liberal que vinha de uma corrente de historiadores brasileiros (e cujo padroeiro era Gilberto Freyre) e outra, de base marxista, que vivia sob o pioneirismo de Caio Prado Júnior". (Faoro, 1993, p. 19).

(decisões) políticas governamentais. No estudo de Criciúma poderia utilizar, como chave de leitura, as bases teóricas e históricas do patrimonialismo, pois, como observou Faoro, a dominação patrimonialista é desempenhada, sobretudo

"pelo Estado ou, antes, pelo Governo que o encarna, na economia nacional e, em particular, no processo de formação e acumulação privada de capital através do favorecimento pelo poder público de interesses particulares" (Faoro, 1993, p.191).

Segundo Faoro,

*"o conteúdo do Estado molda a fisionomia do chefe do governo. O chefe (rei, imperador, presidente da República) não desempenha apenas o papel de magistrado, de comandante do estado-maior de domínio, mas governa o estamento e a máquina que regula as relações sociais, a ela vinculada (...) Como realidade e, em muitos momentos, mais como símbolo do que como realidade, o chefe provê, tutela os interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, dele se espera que faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais. No soberano concentram-se todas as esperanças, de pobres e ricos, porque o Estado reflete o pólo condutor da sociedade. O súdito quer a proteção, não participar da vontade coletiva, proteção aos desvalidos e aos produtores de riqueza, na ambigüidade essencial ao tipo de domínio (1993, p. 740)."*⁸

Todo complexo energético-carbonífero montado na região sul de Santa Catarina (Usinas termoelétricas, sistema portuário e ferroviário, coquearias, indústrias carboquímicas, mineradoras, etc.) e que forma o mosaico urbano-caótico que se chama Criciúma, todo este complexo que caracteriza e fundamenta a história e o desenvolvimento econômico da cidade, foi constituído a partir de uma ligação político-estrutural entre a esfera pública e privada, mais exatamente, entre o patrimônio público e o patrimônio privado. Mas seria um grave erro, alerta-nos Faoro, ver o patrimonialismo em qualquer forma de intervenção do Estado na economia. Para que haja patrimonialismo,- diz o autor de "Os donos do Poder",

*"é necessário que os recursos econômicos e administrativos (em sentido amplo) dependam do poder soberano ou do poder público, que atua por meio de concessões, estímulos, subsídios e autorizações. A empresa é, dessa forma, uma iniciativa particular viável por meio da dívida pública, obtida por meios legais ou ilícitos."*⁹

⁸Diz ainda: "Enquanto o estamento burocrático desenvolve a sua política, superior e autônoma, remediando as crises com revoluções bonapartistas, de cima para baixo, desenvolve-se a mística da revolução salvadora ... na base da pirâmide, do outro extremo dos manipuladores olímpicos do poder, o povo espera, pede e venera, formulando a sua política, expressão primária de anseios e clamores, a política da salvação" (Faoro, 1993, p. 740).

⁹Há, segundo Faoro, varios tipos de patrimonialismos, que vai "desde o despotismo oriental até o Estado patrimonial oculto no capitalismo, criando o "capitalismo politicamente orientado", que controla, fomenta, estimula e faz da economia um apêndice do poder público. A sociedade, em tal situação, pode chegar a ser um pouco autônoma, mas nunca independente: não será ela que ditará ao poder público a política, mas será a política que lhe ditará a conduta" (1993, p.18).

Não é este o caso de Criciúma, das concessões de terras e reservas de carvão, baseadas nos estímulos, subsídios, autorizações, decretos, dádivas, compra e venda do patrimônio público por meios legais ou ilícitos? Não foi este - para citar um exemplo bem recente - o caso da compra (leia-se, privatização) do patrimônio público da CSN por um grupo privado em Criciúma? ¹⁰

A cidade das lutas: problemática e idéias norteadoras

Voltemos, então, nossos olhares para a cidade de Criciúma. Estamos no final dos anos 80 e início dos anos 90. A um passo do século agônico, a era dos extremos (Hobsbawm). Combinemos este nosso olhar com aquele já observado no início do capitalismo traduzido principalmente na chamada "questão social" - questão, aliás, atualíssima no Brasil. O que vemos? crise, desemprego em massa, conflitos sociais intensos, uma complicada trama urbana, degradação ambiental, desqualidade de vida, deseconomia. Uma situação que poucas cidades brasileiras talvez tenham vivenciado de forma tão dramática num momento em que ainda chorávamos a derrota de Lula. Uma vez mais, o povo brasileiro teria se curvado ao "poder do atraso", da corrupção e da modernidade conservadora, representada na figura do presidente da República eleito: Fernando Collor de Melo? É difícil, se não impossível, deixar de mapear Criciúma - uma pequena cidade com pouco mais de 150 mil habitantes - nestes tempos de crises e mudanças.

A cidade de Criciúma é reconhecida no cenário estadual e nacional por suas lutas sociais, populares e sindicais, pelas constantes mobilizações de trabalhadores, cujos movimentos são considerados "de vanguarda", no plano nacional. Muitos se referem a Criciúma como "a ABC" de Santa Catarina - referindo-se ao seu militantismo sindical - ou, para usar uma expressão mais preocupante, Criciúma as vezes aparece em cena como a "Cuba do Brasil" (Darós, 1991; Fernandes, 1992, p.61). De qualquer forma, concordemos ou não,

¹⁰ As denúncias de favorecimentos e indícios de irregularidades no processo de privatização da CSN foram denunciadas no Congresso Nacional (através do gabinete da dep. Luci Choinaski), por meio de uma ação civil pública e pela imprensa local. Por razões até hoje ignoradas, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma - principal interessado na ação - não levou a questão. Michels (1993, p.273) já havia escrito: *"O grupo Guglielmi estabeleceu e mantém até hoje, íntima relação com o aparelho estatal, especialmente por ser o maior vendedor privado de carvão da região. Uma ilustração de tal relação, evidencia-se com a aquisição da Companhia Siderúrgica Nacional (ex-Próspera) em Criciúma, a preços muito abaixo do valor patrimonial, bem como, devido ao pagamento da mesma com moedas podres (1993, p. 273).* Além disso, deve-se ressaltar a participação (ajuda) do governo estadual que pagou a folha de pagamento de 200 homens, por seis meses, sem cumprir os acordos estabelecidos no contrato. Graças a esta dádiva do poder público, a família Guglielmi passou a ter as maiores reservas e cotas de carvão energético vendidos mensalmente para a Eletrosul. Ver também, Rabelo, 1992; Goularti, 1995).

Criciúma é uma cidade de lutas, com forte tradição trabalhista e de esquerda - além de ter sido, evidentemente, a cidade do carvão (Volpato, 1984 e 1989) ¹¹.

Esta "fama" de Criciúma deve-se, evidentemente ao fato destas lutas terem tomado, em alguns momentos, proporções surpreendentes, acirradíssimas, comparando-se ao que ocorre na maioria dos municípios médios do estado de Santa Catarina. Tudo que acontece em Criciúma - a partir de uma mina que fecha, de uma categoria em greve, de uma ocupação ou qualquer questão social explosiva - se transforma em movimento vivo que extrapola os contornos territoriais da cidade. Esta história viva de Criciúma faz derrubar limites e fronteiras, tornando-a, neste ponto de vista, uma cidade singular.

Seria redundante falar sobre o óbvio, isto é, que Criciúma é palco de uma acirrada *luta de classes* - outro termo que parece ter perdido espaço na história e na sociologia brasileira desde a vulgata pós-moderna. Pelo menos no caso de Criciúma, não há como negar que esta - a luta política e social, de classes e intra-classes - constitui-se o pano de fundo de inúmeros conflitos e problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da cidade e região. É certo que as classes - mesmo as chamadas fundamentais - não se reduzem à burguesia e ao proletariado, aos capitalistas e trabalhadores ¹² e a luta de classes, atualmente, não é aquela que ocorre apenas no chão da fábrica, mas perpassa todas as esferas da sociedade, públicas ou privadas. Não se quer aqui reproduzir uma visão redencionista ou economicista das classes sociais (Nun, 1983).

Por outro lado, é preciso lembrar que embora o modo de produção capitalista tenha - em sua formação inicial - rompido com os laços imediatos da dominação/exploração econômica com a dominação/opressão política, isto é, desde a fundação da sociedade moderna, os vínculos entre economia e política se desfizeram dando-se a impressão de que o Estado constitui-se um poder separado ou acima da sociedade e das classes (Chaui, 1989, p. 164-166). O Estado, supostamente autônomo, é permeado pelos interesses de classes. Não

¹¹. Para estudos comparativos de cidades que tiveram seu desenvolvimento baseado na mineração, além dos trabalhos de Volpato, ver também: Echert, Cornelia. *Os Homens da Mina - Um Estudo das Condições de Vida e Representações dos Mineiros de Carvão em Charqueadas/RS*. Porto Alegre. 1985, Mimio.; da mesma autora: *Memória e Identidade - Rítmo e ressonância da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. In: Cadernos de Antropologia, nº 11, 1993; Grossi, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho. A Extração do Homem*. Paz e Terra, 1981; Uma referência clássica obrigatória sobre mineiros é *Germinal*, de e. Zola, publicado em 1885, na França.

¹². Na teoria de João Bernardo, por exemplo, existem três classes fundamentais: o proletariado, os gestores e a burguesia. Enquanto o proletariado se caracteriza como produtora de mais valia, os gestores e a burguesia são as classes capitalistas distintas. Para Bernardo *a burguesia se difere dos gestores porque domina e explora a partir da produção particular, de cada unidade produtiva, ou seja, a partir da fragmentação dos processos econômicos; já os gestores dominam o processo global da produção e presidem sua distribuição, isto é, funciona a partir da articulação das unidades econômicas*. (Bernardo, 1986, p. 111; Bruno, 1986, p. 135).

discutirei aqui se o Estado é uma instituição autônoma ou é um Estado de classes ou se o poder do Estado é exercido predominantemente pelos *capitalistas e burocratas*, como dizem os marxistas, pelos *burgueses ou gestores*, como defende João Bernardo ou, na linha de Faoro, ao dizer que a sociedade vive *sob o império do estamento político que comanda o ramo civil e militar da administração e, como aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira, com práticas de regulamentação que ultrapassam a ideologia liberal*" (1993, p. 738-739).

Quero apenas destacar que no ponto de vista deste estudo, as classes estão presentes, em luta permanente, sem dizer com isso que a história deva ser reduzida ou se reduza à luta de classes. Pelo menos neste final de milênio, em sociedades capitalistas como a nossa, já não temos a história da luta de classes, como quer um certo marxismo. Outras lutas, para além das classes sociais movimentam o curso da história, seus caminhos e desvios.

Estas e outras idéias norteadoras ou hipóteses de trabalho, acompanharam toda minha reflexão. No início dos anos noventa, lembremos, Criciúma viveu a mais forte e profunda crise de sua história. Tratava-se de mais uma de suas sucessivas "crises do carvão" ou a partir do governo Collor, podemos falar de um colapso no setor carbonífero? É certo que, desde da metade dos anos 70 até o final da década de 80, já se buscava alternativas para o desenvolvimento local e regional - o que justifica a preocupação de diversos setores da sociedade com os problemas da cidade e seus inúmeros conflitos sociais. Preocupados com esta situação - e com o futuro da cidade - lideranças político-empresariais de Criciúma tomam algumas iniciativas no sentido de superar a crise e os conflitos sociais em busca de alternativas.

À medida que a recessão se prolongava, acentuava-se cada vez mais a preocupação das elites com a "imagem" da cidade, ou seja, com as repercussões dos movimentos sociais locais, particularmente com as greves e radicalização desses conflitos e com alternativas de desenvolvimento deste que foi - e continua sendo - um dos principais indutores da economia catarinense. Através da Associação Comercial e Industrial de Criciúma - ACIC e de alguns meios de comunicação de massa, desenvolveu-se uma estratégia política e ideológica que visava, em primeiro lugar, *uma aproximação entre dirigentes sindicais dos trabalhadores*; em segundo lugar, *cobrava-se* (particularmente o empresariado local) *um empenho maior por parte dos agentes políticos para que encontrassem saídas para a crise*. Mas, como veremos, esta estratégia aparentemente altruística e despretensiosa, tinha objetivos que não eram publicamente explicitados e que esta dissertação procura, em parte, revelar e analisar.

Numa cidade onde as elites alternam-se e monopolizam a política local por várias décadas, nas eleições municipais de 1992, não apenas legitimaram-se (novamente) no poder pelo voto popular, como foram capazes de elaborar um discurso sobre a cidade e cimentar junto a população e à opinião pública que *os responsáveis pela crise não são elas, as elites, nem o governo federal, mas são os próprios trabalhadores, por causa de suas greves e seus representantes políticos e sindicais. Criciúma* (diziam), *encontra-se nesta situação devido o radicalismo da CUT e de uma ala radical do PT. Por isso, teria crescido o desemprego na cidade e região, várias empresas foram desativadas ou transferidas para outras cidades ; e, no caso das novas empresas, para cá não vieram devido a quantidade de greves e de grevistas.*

As questões e problemas acima referidos - que envolve formadores de opinião, ideólogos e representantes políticos, lideranças empresariais e de trabalhadores - vieram à tona, com muita ênfase, nas eleições municipais de 1992.

Esses discursos e "explicações" (sobre a cidade, sua crise, a ação dos sindicatos, etc) e sobre seus "responsáveis" vão se tornar tão comuns, tão rotineiros que, pessoas que nunca colocaram seus pés em Criciúma uma única vez passaram a acreditar e reproduzir , em outros cantos do estado, esta mesma fala e explicação: *as empresas estão fechando ou não querem mais se instalar em Criciúma por causa das greves, da CUT e do PT.* Eram argumentos tão fortes e ideológicos que logo se tornaram o discurso "oficial", a explicação "científica" da crise e da cidade, ao ponto no Relatório do Plano Básico de Desenvolvimento Regional patrocinado pelo governo Wilson Kleinübing (Plano "SIM") encontramos escrito literalmente, depois de analisar as potencialidades e a crise dos setores cerâmicos, carbonífero e vestuários:

"No mais, empresários e trabalhadores precisam aperfeiçoar suas relações, no sentido de buscar vantagens mútuas e evitar os aborrecimentos de décadas passadas, que resultaram no fechamento ou transferência das empresas calçadistas, com enorme prejuízo para a economia local e regional" (PBDR, 1994, p.352) .

E, na página 298 do mesmo relatório encontramos:

"A indústria de calçados chegou a ter alguma expressão , na década de 60 e 80, mas não resistiu aos conflitos entre patrões e sindicatos de trabalhadores, emigrando para outros municípios do Sul" (PBDR, 1994) .

O que se dizia e repercutia nos meios de comunicação, seja no nível do senso comum, seja nos discursos oficiais ou nos relatórios acadêmicos, era que o fechamento e/ou evasão de empresas do município para outras cidades da região não se limitava ao setor calçadista, mas

se tratava de todos os setores industriais e empresariais da cidade: se as minas demitiam mineiros ou deixavam de extrair carvão, se as cerâmicas reduziam a produção e demitiam trabalhadores, se o comércio ressentia a recessão e o desemprego, etc, etc, as explicações eram as mesmas: "são as greves"; "a culpa é dos grevistas". Foi neste período que Criciúma também passou a chamada de "a cidade das greves".

Este discurso também se transformou em mote das campanhas eleitorais de 1989, 1990 e 1992. Na eleição de 1992, por exemplo, foi a tônica dos debates entre os candidatos majoritários e o assunto que mais polemizou a imprensa local - além de ter servido como "divisor de águas" entre as forças políticas, partidárias e sindicais no município e um dos fatores determinantes nas coligações partidárias. Em que pese a divisão das elites locais em duas forças políticas distintas - uma representada pela Unidade Popular (PMDB, PSDB, PCdB, PSB, PCB) e outra pela União (PDS/PFL) - ambas estavam unificadas por um discurso comum sobre a cidade e os movimentos dos trabalhadores em Criciúma.

Mais orgânicas, as elites, foram competentes ao ponto de elaborar *uma extraordinária construção ideológica e iniciativas comuns* sobre a crise, a cidade e os movimentos sociais capaz de, por um lado, freiar movimentos sociais e, por outro, vencer as eleições, inviabilizando, desta forma, o surgimento de uma alternativa democrática e popular em Criciúma. Para tanto contou, inclusive, com o respaldo de partidos que em tese pertenciam ao campo progressista e com o apoio de inúmeras lideranças sindicais e populares que estavam ligadas ao PT nas eleições de 1988.

O que se verificou em Criciúma foi, de fato, a construção de um poderoso instrumento político-ideológico com finalidade eleitoral a partir do deslocamento ou transformação do discurso social da crise - aquele que aparecia nos fóruns, nos documentos e falas empresariais - ao discurso eleitoral da crise - e amplamente difundido nos meios de comunicação social, passando a ser o imaginário dominante na cidade e região, que influenciou decisivamente nos resultados eleitorais e na regulamentação e controle das ações dos sindicatos, divididos no processo eleitoral.

Construir e definir os objetivos

A partir desta problemática e idéias norteadoras, decidi desenvolver a presente dissertação. Quero, por um lado, tratar do impacto que estes discursos tiveram na formação do imaginário da cidade e, por outro, tendo como ponto de partida as conflituosas relações

estabelecidas entre empresários e movimentos sociais, mapear e analisar a formação das elites locais, suas organizações, estratégias e redes de poderes que estabelecem na cidade. Este objetivo mais geral e difuso se desdobra em quatro pontos específicos e complementares que pretendo dar conta ainda que de forma dissertativa, ou seja:

Em primeiro lugar, **reconstituir os discursos dominantes sobre a cidade de Criciúma** (sua crise, greves e movimentos sociais) no início dos anos noventa, a partir de um resgate histórico, ideológico e cultural daquilo que chamo de "ideologia da mineração"; em segundo lugar, procuro, a partir de uma análise das mudanças econômicas e políticas em Criciúma nas últimas décadas, **resgatar a ação do empresariado local e sua relação com alguns movimentos sociais**; meu terceiro objetivo é conhecer e analisar **o papel político da Acic - Associação Comercial e Indústrias de Criciúma** bem como **as "saídas"** para a crise da cidade e **as estratégias de apaziguamento** propostas pelo empresariado; em quarto lugar, procuro analisar a influência que esses discursos, propostas e estratégias adotadas pelas elites locais tiveram no **processo eleitoral de 1992** na formação das alianças políticas, na divisão das esquerdas e, conseqüentemente, sobre o próprios resultados eleitorais.

Por outras palavras, **o objetivo último desta pesquisa é analisar e compreender as mudanças ocorridas em Criciúma, do ponto de vista econômico, político e cultural e elaborar um contra-discurso do poder e do imaginário dominante**. Tentarei demonstrar que, apesar de responsabilizarem os trabalhadores pela crise e conflitos em Criciúma, o próprio empresariado participou diretamente do processo de crise, do acirramento dos conflitos de classe, bem como da construção da imagem negativa da cidade. Deste modo, desejo tornar explícito e pôr em discussão, aspectos ocultos no discurso dominante das elites locais. Três décadas depois da reestruturação da pólis, parcela do empresariado de Criciúma; os donos das minas, respaldados por formadores de opinião e dirigentes sindicais dos mineiros continuam, no plano político e ideológico, disputando dois projetos de poder local: um ainda baseado no modelo de desenvolvimento de dominação patrimonial mascarado pelo discurso neo-liberal e outro, que não conseguiu se constituir como alternativa de desenvolvimento e de poder local.

Percepções e significados de "poder" e de "local" ¹³

O processo de desapossamento e centralização do poder é conhecido: resulta da delegação ou usurpação de poder a determinada (s) pessoa (s), grupo (s) ou partido (s) que, ao se apossarem dos meios e dos espaços de poder, elevam-se sobre os demais e agem como se estivessem situados acima da sociedade ou da cidadania. Nos regimes autoritários e autocráticos, os donos do poder agem, inclusive, acima das leis ou das instituições civis e democráticas.

A esse processo de desapossamento/centralização - e conseqüente autonomização do poder - chamamos alienação política - característica principal das sociedades fundadas na heteronomia, isto é, sociedades divididas em classes (Marx) e marcadas pela separação entre dirigentes e dirigidos, entre planejamento e execução, governantes ou governados (Castoriadis). O Estado (concentração máxima de poder) constitui-se na forma superior de alienação capitalista contemporânea (Chauí) e realiza sua dominação por meio da servidão voluntária (La Boétie).

De qualquer modo, quando falamos de Poder ou centralização do poder nos ocorre a imagem do Governo Central, do Presidente da República, do Senado ou da Câmara dos Deputados. Pensamos no poder sempre relacionando-o às autoridades constituídas (representantes do povo, eleitos ou mandatados) e às instituições que nos dominam e nos representam no Estado. Mas o poder não está confinado no mundo da produção e das classes (Marx) nem ao âmbito estatal (Foucault); não se limita a ação dos partidos e dos agentes políticos e muito menos se refere à figura do dirigente ou governante.

Além do poder das classes dominantes e do Estado, *"é necessário identificar e seguir as ramificações, percursos e diversos interstícios nos quais o poder se exerce na sociedade, por meio de quem, como e com que modalidade de resistência, contradições, conflitos e resoluções."* (Massolo, 1993)

A perspectiva teórico-metodológica aqui adotada, considera a questão poder local, os micro-processos, os sujeitos sociais em suas experiências históricas e, a partir destas experiências, abrem-se caminhos ou portas de acesso (abertas com diferentes chaves de análises) nas questões globais, macro-processuais e estruturais, relacionando-os. Seguindo as trilhas deixadas por Eder Sader, o importante é que no percurso entre os sujeitos e as

¹³Embora introduza neste espaço alguns aportes conceituais e metodológicos, devo alertar o leitor que os conceitos e pensamentos norteadores deste estudo não se limitam ao que está contido nesta parte do texto, mas acompanham todo processo de construção da presente dissertação.

estruturas, dos micros aos macro-processos, do poder local ao poder central, ou seja, no interregno entre um e outro, sejam levadas em conta as experiências (de vida, de lutas) dos atores históricos tanto no sentido de conservar quanto de reformar ou transformar a realidade social e política. Deve-se considerar que:

"Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes dependem da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam" (Sader, 1988).

Deste modo, uma revalorização dos sujeitos sociais, pensados como protagonistas de suas ações, constitui de fato um movimento intelectual de oposição ao objetivismo existente. *"Mas seguir essa trajetória seria manter uma falsa dicotomia entre sujeitos e estruturas"* - ressalva Eder Sader: *"os sujeitos estão implicados nas estruturas objetivas da realidade. Mas esta realidade não é exterior aos homens, está impregnada de significados das ações sociais que a constituíram enquanto realidade social"*. Portanto, essa "objetividade" não pode ser pensada como se existisse independente dos sujeitos sociais, que são, a um só tempo sujeitos da história e produtos sociais (Sader, 1988, p.45).

As considerações acima levam-me a pensar que, seja de um ponto de vista teórico ou metodológico, tais como as instituições, *"as estruturas existem e devem ser conhecidas, mas é a ação humana, a interação social, que constituem o motor da história."* (os grifos são meus). Tomemos, por exemplo, o conceito de classe social, muitas vezes absolutizado ou utilizado sem considerar a ação dos sujeitos. Nas palavras de T. Haguette:

"Àqueles que poderão argumentar que a única ação efetiva é a ação de classe, respondemos que a classe social é, com efeito, uma entidade fundamental na análise da sociedade capitalista mas que sua ação se inicia nos pequenos grupos, nos sindicatos, nos bairros, nos partidos; ou seja, as decisões são tomadas por indivíduos e grupos que interagem e decidem sobre uma ação comum. Não há, portanto, incompatibilidade entre ação dos indivíduos e ação de classes". (...) E conclui: "Tanto as estruturas quanto os micro-processos devem ser conhecidos, analisados e interpretados, cabendo a cada um a metodologia apropriada, a que melhor se adequa ao problemas que se deseja investigar." (1992, p.20)

Este ponto de vista teórico-metodológico tem desdobramentos imediatos no campo político ¹⁴ (Bourdieu, 1989) e nos estudos da cidade. Talvez aquilo que seja possível separar

¹⁴Bourdieu define **campo político** como *"o lugar em que se geram, na concorrência entre os agente que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de "consumidores", devem escolher, na lógica da oferta e da procura, uma representação do mundo social explicitamente formulada. No campo político - observa Bordieu - "os interesses de A são disputados pelos interesses de B e tanto A quanto B, na condição de*

teoricamente, torna-se impossível separar politicamente. Refiro-me aos pensadores e ativistas "bem intencionados" que reproduzem na prática as dicotomias e reducionismos feitos na teoria, separando as idéias das ações, os atores das instituições, o poder local da sociedade global. Procurando superar essas dicotomias e outros reducionismos (Nun, 1983). Vejamos, agora, outros aspectos, percepções e significados de poder e de local.

O poder não é um objeto ou algo do qual nos apossamos ou ao qual nos submetemos: o poder é uma relação social, uma relação de forças, de dominação e dependência entre indivíduos, grupos, organizações, classes sociais, nacionalidades.

Tomando-se como base o conceito de poder no sentido das relações sociais,¹⁵

"o poder tem um caráter relacional recíproco, mas também sugere desequilíbrio, pois há atores que exercem poder enquanto outros a ele se submetem. O exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidades de ação. Há zonas de incertezas nas relações de poder, que possibilitam movimentos de aproximação e de recuo, de confrontos e conciliações" (Fischer, 1993).

O poder deve, portanto, ser apreendido em várias dimensões: em sua dimensão histórica (as formas medievais ou absolutistas de representação e de poder são distintas das formas capitalistas e liberais); a dimensão simbólica (isto é, suas representações, o imaginário constituído/constituente, as ideologias); a dimensão social do poder, em seus diversos níveis: econômico (poder do capital, poder dos trabalhadores) social (classes dominantes e dominadas, ricos e pobres, excluídos ou integrados), político (governantes e governados, representantes e representados), ideológico/cultural (elites e povo, competentes e incompetentes, cultos e incultos, superiores e inferiores); enfim, o poder pode ser focalizado a partir do geral ou do local; do público ou do privado, do instituído ou instituinte, ou pode ser pensado de modo articulado, dialética e criticamente. Escolhi este caminho para tecer alguns fios de meus pensamentos e experiências nesta trama chamada poder.

Por sua vez, ao se falar em local, alude-se ao *"conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração deste conjunto"* (Fischer, 1993).¹⁶ Dentre inúmeras questões ou problemas que aparecem neste debate acerca

"mandantes" disputam os interesses dos mandatários que se comportam como clientes ou consumidores. A e B, direita e esquerda, estão para os representados, numa relação de homologia estrutural". (Bourdieu, 1989)

¹⁵Que pode ser entendido tanto como a capacidade geral de agir quanto a capacidade de produzir comportamentos específicos" (Fischer, 1993).

¹⁶Fischer utiliza os conceitos de rede de Degenne (1986) e Villasante (1988). Degenne refere-se a *"um conjunto de círculos sociais pre-construídos e mais ou menos estruturados, a que pertence o indivíduo -*

da questão local, os mais comuns são: 1) confundir o "poder local" com o "governo local". 2) reduzir o poder local à esfera municipal, aos contornos geográficos da cidade; 3) considerar o poder local como "um setor social"; 4) contrapor-se "Estado central e governo local"; 5) conceituar e caracterizar "o município" como sinônimo de "cidade", entre outros. Estes pontos remetem-nos a outras observações conceituais e metodológicas fundamentais daqueles que optaram por fazer a maravilhosa e surpreendente aventura de trilhar pelas redes do poder local

Para mim, a especificidade do local e a importância dessas experiências é que elas nos ajudam a quebrar as dicotomias ou disjunção entre "sujeito e estrutura", entre "autonomia e heteronomia", entre "agentes e história". Uma visão do poder a partir do local, além de romper com as dicotomias acima, nos aproxima das pessoas (agentes sociais e políticos) e das instituições (governos, parlamento, judiciário), que na primeira impressão aparecem distantes, separados ou situados acima de nós, dos agentes sociais da cidade e da sociedade. Pensar, compreender e interagir no âmbito local é um passo decisivo para superar a alienação política dos cidadãos em relação aos poderosos.

Uma crítica dessas dicotomias ou reducionismo encontra-se num estudo recente de Lúcio Kowarick.¹⁷ Em relação à problemática urbana - que engloba uma vasta e variada gama de temas (e problemas, deve-se acrescentar), na última década (1980) - ocorreu *"uma reviravolta tanto nos objetos de investigação como nos focos teóricos e metodológicos"*. Em termos gerais, nas palavras de Kowarick, passou-se *"das análises centradas no Estado, de cunho macro-estrutural, apoiadas no instrumental marxista, para micro-dinâmicas da sociedade civil"*. Prossegue o autor:

*"Da estrutura sem sujeitos, passou-se a análise de sujeitos liberados de qualquer constrangimento estrutural. Antes, as estruturas movimentavam-se impulsionadas pelas contradições urbanas sem que, para isso, fosse ressaltada a presença de classes sociais em conflito; agora, atores destituídos de sentido histórico, percorrem com ampla desenvoltura a multiplicidade de caminhos existentes em uma sociedade destituída de determinações".*¹⁸

família, trabalho, localidade - e, em consequência, redes mais complexas que se figuram pela intersecção dos conjuntos de círculos sociais que têm a ver com a questão em foco". Pensar em forma de rede é, para Fischer, uma maneira de abordar grupos sociais localizados. Segundo Villasante, a rede é "um conjunto de relações que se pode identificar entre diversos atores coletivos, gerando o chamado tecido social associativo. Quando falamos de tecido social, de rede social, não nos referimos aos vínculos simbólicos apenas, mas a comportamentos que se mantêm em sua estrutura social estável" (Fischer, 1993, p. 11).

¹⁷Lúcio Kowarick. "Investigação urbana e sociedade: comentários sobre Nuestra América") apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, 1994.

¹⁸Kowarick refere-se às análises do poder feitas pela vertente estruturalista (Althusser) que tem Nico Poulantzas seu principal interprete e Manuel Castells, o principal pesquisador da escola marxista aplicada à questão urbana. Contrapondo-se a esta trajetória intelectual francesa/latino americana da estrutura sem sujeitos, aparecem os representantes do ecletismo pós-moderno dos anos 90 que, ao rechaçar os grandes

Além disso é preciso, como faz Tânia Fischer, pensar os processos de escala local articulados com os macro-processos em escala nacional e supranacional, e no trato desta questão não há como desconhecer um "vazio teórico" e as dificuldades para identificar e articular as inter-conexões entre o local e o global, "*considerando-se a multidimensionalidade de conjunturas e processos que circunscrevem e ultrapassam o local que se constitui, um campo de investigação tão complexo quanto fascinante*".

Portanto, é possível reconhecer que,

"em primeiro lugar, a noção de local remete-nos ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas específicas. Em segundo lugar, quando se fala em local, não se está circunscrevendo o conceito à rua, ao bairro ou mesmo à cidade. O universo de análise é mais amplo e abstrato, podendo estar relacionado ao bairro e ao município, como contornos do local, mas não necessariamente" (Fischer, 1993).

Por outro lado, como afirmam alguns pesquisadores marxistas, a descoberta do local coincidiu com o esgotamento do Estado central enquanto paradigma universal, como reconheceu Topalov em entrevista recente:

"A partir da percepção do local como objeto de investigação, a história dessa corrente¹⁹, simplesmente esgotou-se com o desaparecimento do paradigma do Estado central. Naquele plano de análise, podiam ser formuladas apenas generalidades, diferente do que é possível fazer a partir de pequenos objetos, efetivamente observáveis. Trata-se (agora) de uma postura metodológica que permitiu, em inúmeros casos, pensar que se podia fazer a história de uma cidade de porte médio, sem situá-la em processos de longa duração" (Topalov, In: Fischer, 1993).

paradigmas, "*as explicações globalizantes e ao desatar os atores sociais de qualquer constrangimento estrutural, caem numa versão que valoriza as pequenas lutas do dia-a-dia, caracterizadas pela pluralidade de agentes e pela diluição da própria idéia de sujeitos de transformação histórica. Ela seria feita a partir de incontáveis lutas presentes que atravessam as moléculas da dominação social. A história, vista por esta ótica, não passa mais pelas instituições políticas, pois o poder não se totaliza; ao contrário, manifesta-se tanto na fábrica, caserna ou prisão, como na competência de médicos e professores ou na disciplinarização inerente das instituições sociais. Nesta visão, a sociedade teria a capacidade de revolucionar-se através de ações cotidianas e parciais e, ao fazê-lo, anular ou reverter o poder do próprio Estado. Daí a priorização temática no detalhamento dos modos de vida, das estratégias de sobrevivência e das experiências de auto-gestão. Daí a valorização de investigações sobre os saberes e os fazeres do povo, moldando uma interpretação que coloca de escanteio os contextos sócio-econômicos e políticos que englobam a vida comunitária. Daí o horror às explicações macro-estruturais, a repulsa congênita aos conceitos de contradições urbanas e classes sociais. Daí a priorização de aglutinações associativas que enfatizam sua autonomia em relação às organizações político-partidárias e seu fervor em dar as costas aos aparatos do Estado"* (1994, p.9-10). Os comentários do autor dão-se no sentido de superar as dicotomias que aparecem tanto nas concepções estruturalistas-globalizantes (de sujeitos sem estruturas) como as concepções neo-anarquistas e pos-modernas.

¹⁹O autor se refere a escola marxista francesa (Castells, Goddard, Logkine, Préteiceile, entre outros), e o próprio Topalov. In: Fischer, 1993.

Como Topalov, muitos marxistas, ao descobrirem a dimensão do cotidiano, as experiências de poder local, passam a re-pensar o projeto de socialismo democrático e autogestionário - sociedade autônoma, como quer Castoriadis - não apenas como "um utopia do futuro" mas como "utopia do presente".²⁰

De qualquer modo, ao concebermos o poder em sua forma articulada ou relacional, sugere-se (1) que o poder local, deva ser pensado como a base de sustentação de qualquer projeto nacional (ou supranacional) alternativo; (2) que é humanamente impossível e cientificamente incorreto separar "fenômenos locais" dos "fenômenos globais", os macro-processos dos micro-processos, como fazem certas correntes pensamento e ação sócio-político e (3) que o principal problema dos estudos e pesquisas sobre poder local deve-se ao reducionismo inerente às análises que separam sujeito e estrutura, economia e política, o real e o imaginário - entre outras jóias do pensamento reducionista.

Alguns Procedimentos de Pesquisa

Foi a partir destas preocupações e impertinências mais gerais que vivi, por quase três anos,²¹ a angústia de tomar posição como pesquisador, num esforço (quase) impossível para distanciar-me da condição de militante diretamente envolvido no próprio objeto e problemática estudados. Para obter os resultados pretendidos, utilizei diferentes recursos metodológicos. Na análise das falas e representações dos atores sociais que participaram ou influenciaram o processo eleitoral, fiz um rigoroso estudo da documentação existente: registros da imprensa local e estadual, documentos e resoluções partidárias, atas das associações e boletins informativos, panfletos e documentação audiovisual gravada durante a eleição, entre outros.

Em relação as atas da ACIC que registram as reuniões da entidade, e outros documentos da entidade que me foi permitido o acesso, tive o cuidado de tratar apenas daqueles fatos ou questões de interesse público ou dos temas ou problemas relacionados com a pesquisa. Propositadamente, omiti a citação de nomes de empresários, exceto em relação aos presidentes ou naqueles casos que não resultassem em nenhum prejuízo de ordem pessoal.

²⁰Devo destacar, por exemplo, os trabalhos de Henry Lefebvre que faz uma abordagem do cotidiano, das cidades e dos fenômenos sociais urbanos. Suas teses sobre a cidade encontram-se, entre outros, num livro lançado no Brasil em 1991: "O direito à cidade", que nos oferece uma *filosofia da cidade* de um ponto de vista marxista.

²¹O presente estudo realizado entre os anos de 1993 à 1995 durante o curso de mestrado em Sociologia Política na UFSC - mas que se fundamentou, em grande parte na experiência política vivida em Criciúma nos movimentos pastorais e, a partir dos anos 80 no movimento sindical e no Partido dos Trabalhadores.

Para informações complementares, fiz algumas entrevistas em profundidade com representantes dos empresários. Finalmente, utilizei alguns mapas eleitorais e documentos obtidos no Tribunal Regional Eleitoral.

A partir destes dados, documentos e entrevistas, amparado numa vasta literatura, fiz uma análise dos discursos, da organização e da ação política das elites locais e suas relações com movimentos sociais da cidade. Devido à amplitude desta problemática, concentrei minhas investigações nos grupos empresariais dirigentes ligados à Associação Comercial e Industrial de Criciúma (ACIC), em alguns aspectos do Jornal da Manhã, nas relações de setores da imprensa e do empresariado industrial com o movimento sindical e nos representantes das coligações que participaram das eleições de 1992, quais sejam: a União (PDS/PFL/PTB), Unidade Popular (PMDB/PSDB/PCdB/PSB/PCB) e a Frente Popular (PT/PPS/PV).

Apenas tangenciei a história do Sindicato dos Mineradores e demais sindicatos patronais - pois não se constituem objetos de minha pesquisas. O mesmo procedimento tive em relação aos sindicatos dos trabalhadores, sobre os quais limitei a fazer algumas referências e observações mais gerais.

É neste contexto político que se insere "Os dono da Cidade", esses sujeitos da história que, por meio do desapossamento do poder alheio e da alienação política, institucionalizam a dominação de classe e o monopólio profissional da representação.

PARTE I

**A REESTRUTURAÇÃO
DO OIKÓS**

CAPÍTULO 1

A CIDADE DAS MINAS E A IDEOLOGIA DA MINERAÇÃO

"Aproximando-se das minas, as cores da poeira foram mudando do rosa vivo para o negro vivo do carvão. Uma ponta de dor começou a roer o meu estômago. Vendo os eucaliptos cobertos de preto como se estivessem de luto, as casas que iam descobrindo entre os matos de beira de estradas tismadas de carvão, parecia tétrico. O panorama ameaçando os que ousavam chegar àquela seara negra. O homem e a natureza caprichosamente criam meios para espantar suas tristezas, mas assim mesmo, lá, os dois falharam". Navegar é Preciso, de Joaquim Celso de Lima.

A história de Criciúma se confunde com a economia e com a ideologia da mineração. Até meados de 1960, quando a cidade iniciou um processo de diversificação de sua economia, a indústria de extração de carvão constituía a principal base de sustentação e desenvolvimento local e regional, seguida pelo comércio e pela agricultura. Em função do 'exclusivismo da mineração', Criciúma foi projetada nacionalmente como a "capital do carvão", e, posteriormente como "cidade do carvão e do azulejo".

De fato, o carvão constituiu-se, por várias décadas, na "pedra fundamental do progresso" da cidade e de todo Sul catarinense. Até 1992, a cidade ainda liderava o ranking

dos municípios produtores da região. Somente em 1993 Criciúma perde para o ex-distrito de Forquilha (emancipado em 1989), a posição de "capital do carvão"(Manique, 1993)¹.

1.1 - Um retrato da cidade hoje

Criciúma é a sede da região carbonífera, integrada por nove municípios que formam a AMREC ²- Associação dos Municípios da Região Carbonífera, localizada a 190 km de Florianópolis. É também a cidade polo da região Sul e integra o grupo dos seis maiores centros urbanos de Santa Catarina formado por Joinville, Florianópolis, Blumenau, Lages, Chapecó. Para além das fronteiras de seu território (cuja área compreende 686,21 km²), Criciúma é o principal centro econômico e político da AMREC e divide, com o município de Tubarão, a influência macro-regional sul.

1.1.1 - Aspectos econômicos e sociais

Os dados mais recentes (1994) indicam que o município abriga, no setor industrial, cerca de 582 empresas³ (predominantemente de pequeno e médio portes), das quais 350 são do setor do vestuário; no setor terciário, registram-se 3.064 estabelecimentos comerciais, 2.202 empresas prestadoras de serviços, destacando-se quatro hospitais, uma rede ambulatorial com 48 unidades e postos de saúde, uma significativa rede bancária, uma universidade, 83 estabelecimentos escolares, um considerável sistema de comunicação de rádio, jornais e TV, etc. (Relatório do Plano Básico de Desenvolvimento Regional - PBDR)⁴

¹O balanço divulgado pelo SIECESC - Sindicato das Indústrias de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina revelou alguns mudanças importantes na história da região carbonífera e no setor de mineração. A primeira novidade é que a cidade de Criciúma perde o título de capital do carvão para Forquilha. Enquanto em Forquilha registrou-se uma produção de 503,6 mil toneladas em 1993, Criciúma extraiu 450,7 mil toneladas, seguida por Cocal do Sul (418,0), Siderópolis (314,1) e Lauro Muller (264) (DC. 18.02.94).

²A AMREC é integrada por 9 municípios: Criciúma, Içara, Forquilha, Siderópolis, Urussanga, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Lauro Muller. Compreende uma área de 2.118,6 Km² correspondente a 2,23% do território catarinense. Limita-se, ao norte com a região da Amarel (região de Laguna) e ao extremo sul, com a região da Amesc (vale do Araranguá). Fonte: IBGE.

³Buzanello, E. Relatório de pesquisa sobre "Empresariado, organizações e processos sócio-político em Santa Catarina", UFSC, 1994.

⁴O 'Plano Básico de Desenvolvimento Regional' - daqui por diante apresentado como Relatório do PBDR-Fucru/Unesc ou simplesmente, PBDR, 1995 - é parte do Plano de Governo Wilson Kleynumberg ('Plano SIM') elaborado nas 18 regiões micro-regionais de Santa Catarina. Na AMREC, o PBDR foi resultado de um convênio entre o governo do Estado e algumas entidades: AMREC, FUCRI, ACIC e prefeituras das cidades que integram a região carbonífera. O projeto regional do PBDR - cujo relatório traça o perfil físico-territorial social e econômico da região carbonífera - foi coordenado por uma equipe técnica de professores e pesquisadores da Fucru/Unesc, e contou com dezenas de colaboradores (pag. XXIII e XXIV). Divulgado em 1995, o Plano Básico diz ter por objetivo "o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado do

A evolução da PEA em Criciúma, por setores de atividades, nas últimas três décadas revela que enquanto decresceu o setor primário, tanto o setor secundário como o terciário da economia manteve-se ligeiramente estável em termos percentuais, verificando-se um pequeno aumento de postos de trabalho no setor industrial, como se vê no quadro 1.

Quadro 1 - Variação da PEA (população economicamente ativa) em Criciúma nos anos de 1970, 1980 e 1991*

SETOR	1970 (%)	1980 (%)	1991 (%)
Primário	12,5	7,5	4,8
Secundário	41,3	48,2	49,6
Terciário	46,2	44,3	45,6

Fonte: IBGE - Relatório do PBDR, Fucri/Unesc, 1995

* Projeção CEAG/SC

Em busca de trabalho e melhores condições de vida, Criciúma atraiu um enorme contingente de migrantes, os chamados "sem-teto", fruto do êxodo rural e do modelo de exclusão social existente no país. Sem perspectiva de emprego, a maioria desses novos "estranhos" ou estrangeiros da cidade sobrevivem no mercado informal de trabalho e na construção civil. Integram o enorme contingente da população que vive no limite da pobreza ou da miséria absoluta, sem condições dignas de moradia, de saúde, trabalho e educação. Formam a "periferia de Criciúma", os excluídos da cidade.⁵

De acordo com a Ação da Cidadania, em Santa Catarina, 17% da população de Criciúma vive no limite da pobreza absoluta. Comparando o "mapa da fome em Santa Catarina" com as cidades mais importantes do estado, Criciúma ocupa a quarta posição.⁶ Ao problema da fome e da miséria relaciona-se o drama dos sem-teto. Estes, excluídos de direitos e de cidadania, fazem parte do enorme contingente de famílias que vivem, ilegalmente ou em

Estado, ao contrário do desenvolvimento a 'qualquer custo', onde não há preocupação com o meio ambiente e com a justiça social". Em que pese as divergências no plano da análise sócio-política, seja no que se refere as interpretações dos dados, seja em relação à pretensa neutralidade política do Plano, deve-se destacar o mérito de ser um dos estudos mais atualizados e completos da região carbonífera, enriquecido por informações que não estão disponíveis nos institutos oficiais como, por exemplo, o IBGE.

⁵Nos últimos 30 anos, a cidade absorveu um enorme contingente desses "novos estrangeiros", oriundos do Planalto Serrano Catarinense, mais precisamente de Bom Jardim da Serra e São Joaquim, de municípios pobres do Nordeste do Rio Grande do Sul e, mais recentemente, do Oeste Catarinense.

⁶A fome de Santa Catarina, segundo o DC, está distribuída nas principais regiões do estado. em primeiro lugar aparece a cidade de Lages, com 28% de sua população vivendo em condição de indigente, seguida por Chapecó e Concórdia (23%), Tubarão (20%), Criciúma (17%), Florianópolis (14%), Joinville (10,7%) e Blumenau (8,5%). (Fonte: Diário Catarinense, 13.06.93; citado por Michels, 1993, p.314).

condições muito precárias, nas chamadas "áreas verdes" da cidade, nas áreas degradadas de propriedade das empresas mineradoras, nos conjuntos habitacionais "invadidos" e em outras áreas desapropriadas pela municipalidade e ocupadas desordenadamente. Conforme observa o relatório do PBDR:

"Na década de 80, Criciúma passou a conviver com um crescente processo de invasões que estima-se, hoje, da ordem de 3.200 à 3.300 famílias. Embora não haja dados precisos, a Prefeitura Municipal de Criciúma estima um déficit de 7.000 unidades habitacionais, o dobro daquele estimado pela COHAB".

Entre 1970 e 1991, sua população cresceu de 81 mil habitantes para 146 mil , segundo o senso do IBGE. Deste total, 132.201 criciumenses vivem na área urbana (90,45%) e 13.961 (9,55), na área rural. Atualmente (1995), de acordo com informações obtidas junto à Prefeitura , residem em Criciúma cerca de 160 mil habitantes.

A tabela 1 mostra o crescimento populacional de Criciúma, desde 1926.

Tabela 1 - Evolução populacional de Criciúma

Ano	População
1926	8.500
1940	20.500
1950	32.270
1960	50.854
1970	81.451
1980	110.604
1991	146.000
1995*	160.000

Fonte: IBGE

* Prefeitura Municipal de Criciúma

1.1.2 - A degradação da vida e do ambiente da cidade

Por quase um século, que vai do processo de colonização (1880-1900) ao processo de diversificação da economia (1960-1980), a cidade assistiu, de um lado, seu desenvolvimento, conheceu o "progresso" e o enriquecimento de algumas de suas famílias mais ilustres; por

outro, quase que passivamente, assistiu sua própria destruição e degradação ambiental. Dentre os aspectos extremamente negativos da mineração, deve-se destacar os mais violentos e destrutivos: aqueles relacionados à degradação ambiental e os que prejudicam diretamente a saúde do trabalhador mineiro e de suas famílias, extensivo a toda população residente na cidade e região.

A poluição da indústria carbonífera não atingiu apenas Criciúma. Ela se estendeu por toda região sul que compreende os municípios de Imbituba (cerca de 60 Km de Florianópolis) ao extremo-sul de Santa Catarina, no Vale de Araranguá. Volpado (1989), descreve este quadro dramático:

"A degradação ambiental, da água, do ar e do solo, exoraiou-se ao longo das bacias dos rios Tubarão e Araranguá, afetando a economia e a ecologia das duas micro-regiões (Amurel e Amesc), além da região carbonífera (Amrec). A extensão da poluição ambiental - resultante da mineração do carvão (lavra, beneficiamento, transporte e estocagem de rejeitos), das coqueiras e das usinas termo-elétricas - não pode ser avaliada apenas na relação com a população imediatamente envolvida. As atividades produtivas e o trabalho em outras áreas que não a das carboníferas ficam comprometidas com a mineração localizada à distância, mesmo em terrenos separados entre si. Um município não se isola de outro quando se trata de poluição. A degradação ambiental gerada num município é carregada a outro pela água, pelo ar, pelo transporte do produto" (Volpato, 1989, p.63).⁷

Em recente diagnóstico sócio-ambiental da região, um grupo de pesquisadores da Fucri/Unesc destacou que

"os efeitos da exploração do carvão se, por um lado, gerou riqueza e promoveu o desenvolvimento regional, por outro, os malefícios são incalculáveis. São graves os problemas causados ao ambiente da região, seriamente comprometida com a exploração do minério, com danos quase irreparáveis para o solo, água e ar da região, sem contar com os enormes prejuízos à qualidade de vida da população" (PBDR, 1994).

Dois outros estudos ⁸ que analisam o impacto da mineração em bairros de Criciúma, também chegaram a conclusões semelhantes: enquanto o trabalho de Maristela G. Giassi

⁷Diz a pesquisadora: "O meio ambiente da área carbonífera deve ser tratado como um eco-sistema tanto no que diz respeito à relação homem-meio quanto aos efeitos circulares dos fenômenos naturais: chuvas, erosão, assoreamento, ventos. A área carbonífera, enquanto é degradada e poluída em cadeia pela mineração, subjuga todos os moradores às sequelas desta desarmonia criada, ampliada e reproduzida. As práticas sociais e de trabalho se reproduzem também em cadeia, marcadas pela depredação ambiental. A população de 680.000 habitantes, atingida mais ou menos intensamente, convive e partilha os danos que a mineração vem causando à região." (Volpato, op.cit)

⁸Refiro-me aos trabalhos de Geraldo Miliolli (1993), sobre "Mineração de Carvão e desenvolvimento sustentado na região sul de Santa Catarina. Estudo exploratório de percepção, valores e atitudes num bairro do Município de Criciúma" - tese de mestrado em Sociologia Política, UFSC e de Maristela Gonçalves Giassi, "Meio Ambiente e Saúde: Convivência com o Carvão", tese de mestrado em Educação, UFSC, 1994.

revela o processo de "naturalização" dos efeitos da poluição sobre a saúde dos moradores e o descaso das autoridades governamentais e do empresariado, G. Miliolli conclui que, por um lado a população se sensibiliza com os efeitos da degradação ambiental, por outro, manifesta um ceticismo muito grande frente a atuação das empresas e do poder público para solucionar os problemas ambientais.

Segundo levantamento da Prefeitura Municipal de Criciúma, são ao todo 40 áreas degradadas pela mineração do carvão, o que representa, segundo o próprio Sindicato dos Mineradores, 70% à 80% da área territorial de Criciúma, atingida por rejeitos perigosos, sendo a maior parte de responsabilidade da antiga Próspera (empresa estatal de mineração, hoje privatizada). (Giassi, 1994).

Com base neste quadro e, reconhecendo-se o significado desta atividade para o desenvolvimento sócio-econômico da cidade e região especialmente no que diz respeito a geração e sustentação de milhares de empregos diretos e indiretos, questiona-se o efeito devastador do carvão, os prejuízos sócio-ambientais gerados, os freqüentes conflitos sociais e políticos decorrentes da *"instabilidade econômica e social na região carbonífera, em consequência das constantes crises e dos problemas recorrentes do carvão, ocasionando a incerteza quanto ao futuro"* (relatório PBDR, 1994).

O convívio diário com a poluição parece ter anestesiado a consciência ecológica da população de Criciúma a tal ponto que, mesmo com a diminuição da exploração do carvão, não se percebe a diminuição da poluição nem movimentos sociais empenhados em favor da luta ambiental na cidade. Com exceção de alguns técnicos, pesquisadores e autoridades da área, não existe nenhuma iniciativa concreta no sentido de assumir a responsabilidade pelo desastre ecológico da cidade, como é o caso do empresário Realdo Guglielmi, que comprou a CNS⁹ mas não se responsabiliza pela recuperação dos estragos provocados pela mineradora. Alegando dificuldades técnicas e falta de recursos, nem o poder público (local, estadual e federal) nem as empresas fazem o trabalho de recuperação ambiental, salvo algumas iniciativas. Em que pese a legislação em vigor e o empenho dos que atuam no setor, depara-se com a falta de vontade política dos agentes poluidores dar prioridade à recuperação ambiental.

⁹Apesar da "boa vontade" de alguns mineradores pouco ou nada tem sido feito em termos de recuperação ambiental. De acordo com Centro de Promotoria da Coletividade, o que foi feito deveu-se a instauração de inquérito pela comunidade. O quadro se agrava devido o crescimento intenso de áreas urbanas ocupadas sem as mínimas condições humanas e sanitárias para se morar. Dos mais de 1.200 ha (mil e duzentos hectares) de áreas de rejeitos existentes no ano de 1995, 500 ha (quinhentos hectares) estão sendo habitados sem terem sido recuperados", com base em dados fornecidos pela Prefeitura de Criciúma (Giassi, 1994, p.119-120).

O preocupante é que este descaso e apatia pelos problemas ambientais não existe apenas por parte das autoridades constituídas, mas também por parte dos próprios cidadãos. Inexiste em Criciúma o que se poderia chamar de movimentos ecológicos ou grupos de cidadãos com atuação sistemática em torno das lutas ambientais. Os grupos constituídos têm vida efêmera ou não conseguem ampliar sua atuação, ressaltando-se alguns estudos e iniciativas cujos resultados práticos, embora significativos, não tem alterado a realidade. No nível governamental, o que se vê são "projetos" anunciados, mas que não têm continuidade.¹⁰

Este me parece ser o caso do Pró-vida¹¹ - um projeto do governo estadual em parceria com a prefeitura de Criciúma, apresentado oficialmente e amplamente divulgado através dos meios de comunicação (especialmente em períodos eleitorais), e que até hoje, concretamente, não saiu do papel, reforçando a tese de que, a persistir o atual modelo de desenvolvimento, ordem de prioridades e acomodação das forças políticas locais e regionais, fica remota as possibilidades de reverter o quadro atual.

Nesta questão ambiental, preocupa-me sobretudo a posição do SIECESC - Sindicato das Indústrias da Extração do Carvão de SC que, ao analisar a situação do carvão catarinense,¹² garante que a indústria do carvão *"é uma atividade que permite a harmonia com o meio ambiente, tanto na lavra como na sua utilização, temos como exemplo de usinas térmicas a leito fluidizado operando dentro das cidades da Alemanha"*. O documento diz ainda que

"a longo prazo, apesar do País ainda dispor de recursos hidrelétricos competitivos com as opções termelétricas, sob a ótica, nacional, de segurança para o sistema elétrico, de desenvolvimento moderado do parque termelétrico visando dar condições de resposta aos setores de produção de carvão, fabricação de equipamentos para termelétrica e de utilização de tecnologia de combustão limpa, é imperativo que o setor consiga sobreviver e ter perspectivas concretas como: conclusão da Jorge Lacerda IV, criação de estoques estratégicos, isenção as empresas que adquirirem carvão nacional, fim dos subsídios ao óleo combustível, reavaliação da atual legislação ambiental retirando imperfeições e exageros técnicos que dificultam a exploração e usos do carvão e, finalmente,

¹⁰Para uma análise completa dos planos e projetos de reabilitação e monitoramento ambiental na região carbonífera, ver relatório do PDBR (páginas 103 à 119). Entre outros destacam-se os projetos da EPC (Engenheiros, Consultores, Projetistas, contratada pela FATMA; Projeto do Sindicato Nacional de Indústria de Carvão - Projeto ZETA-IESA - Projeto RAM- LC - Curtume Dal-Bó; Projeto Gerenciamento Costeiro - Mar Catarinense; Projeto Mata Atlântica/SC; Programa PRÓ-VIDA; Programa de Recuperação Ambiental e Social da Região Carbonífera - AMREC; Projeto Siderópolis; Projeto Centro de Estudos Ambientais de Criciúma - FUCRI/UNESC.

¹¹"O projeto de Recuperação da Qualidade de Vida na Região Sul - PRÓ-VIDA" surgiu em abril de 1991, em ação conjunta do governo federal, estadual e 34 municípios da região sul de Santa Catarina com a finalidade de recuperar os danos causados pela exploração do carvão. O Pró-vida foi objeto de publicidade da Administração Altair Guidi (PDS), em Criciúma, e do governo Wilson Kleinubing (SC), assim como serviu de base política nas últimas campanhas eleitorais de 1992 e 1994.

¹² SIECESC - Sindicato da Extração do Carvão de Santa Catarina. *A Situação Do Carvão Catarinense*, 15 de Junho de 1994.

construção de termelétricas com tecnologia de combustão limpa próximas às minas".
(grifos meus)

O texto do Sindicato dos Mineradores deixa claro não apenas a demanda do empresariado do carvão mas seus interesses estratégicos, como será analisado mais adiante. Em relação à questão ambiental, o documento chamou-me atenção em três aspectos: em primeiro lugar, ao afirmar que *"é possível minerar sem degradar o meio ambiente"*, o sindicato patronal cita como exemplo dessa possibilidade *"cidades da Alemanha"*, não de Criciúma, da região carbonífera ou do Brasil; segundo, nota-se que o empresariado do carvão está em busca de resposta para o setor, e não demonstra maiores preocupações com o conjunto da população nem com a cidade; terceiro, além de defender a volta do subsídio (ainda que indiretamente através da *"isenção às empresas que adquirem o produto nacional"*), comete a insensatez de propor que *"seja revista a atual legislação ambiental"* pois, segundo a ótica desses empresários, *"é imperfeita e possui exageros técnicos que dificultam a exploração e usos do carvão"*. Isto basta para justificar minhas preocupações com o futuro da cidade e região, caso forem mantidos os atuais padrões de desenvolvimento e mineração. É bem provável que os aqueles que foram (e são) os responsáveis pela degradação ambiental e degeneração da qualidade de vida da população, continuarão com o direito de minerar e degradar - ainda que haja obstáculos de ordem legal e ação da cidadania em favor da ecologia e da qualidade de vida.

Devasta-se o meio ambiente, degrada-se a qualidade de vida da população, possibilita-se o enriquecimento de alguns, mas não existem garantias - pelos exemplos atuais - de que, no futuro, com um eventual soerguimento do setor, tenha-se condições de explorar o minério preservando-se o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Especialmente se for levada em conta a conformação política, histórica e cultural das elites locais, este retrato da cidade aqui desenhado talvez seja mais grave do que se possa imaginar. A menor sensibilidade e consciência ecológica faz qualquer um chocar-se diante da realidade sócio-ambiental de Criciúma. Mas há outros aspectos da cidade que precisam ser observados com igual preocupação.

1.2 - A história oficial e a ideologia da mineração

Embora o nome da cidade esteja relacionado com uma planta chamada *"cresciúma"*, abundante na época da colonização, o símbolo de Criciúma é o mineiro, mais exatamente, "o

homem do carvão". Representando a força simbólica e histórica de Criciúma, este grupo social de trabalhadores se confunde com a história da cidade. Se, de um ponto de vista econômico e empresarial, não se pode pensar Criciúma sem a indústria do carvão, de um ponto de vista ideológico e cultural não há maneira de se pensar Criciúma sem identificar aquele que foi seu grupo social mais destacado: os mineiros.

O processo de constituição da identidade social dos mineiros foi longamente analisado por Volpato (1989). Aspectos relacionados à vida e a luta dos mineiros, sua organização sindical e relações de poder nas minas, também foram objetos de outros estudos como de Fantin (1992), Rodrigues (1990), Faria (1992), Fernandes (1992), entre outros.

Se é válido pensar a cidade a partir do reconhecimento social dos mineiros e de sua força histórica e simbólica, reduzi-la a isto, no entanto, seria uma mistificação, uma ideologização da história de Criciúma, da mesma forma como faz a historiografia oficial ao reduzir e reproduzir a história da cidade pelo viés da colonização, isto é, a partir das diferentes etnias que colonizaram a cidade no final do século XIX e início do século XX.

Como escreveu Nascimento (1993), em seu ensaio monográfico sobre a formação histórica de Criciúma,

"A elite dominante em Criciúma vem elaborando a um bom tempo o seu discurso sobre a formação histórica da cidade. No processo de construção desse discurso, é preciso distinguir duas etapas diferenciadas, tomando como demarcação as comemorações do centenário da fundação da cidade (1880). A historiografia sobre Criciúma até 1980 procurava destacar a atuação heróica dos pioneiros imigrantes e, entre eles, alguns homens que contribuíram mais do que todos os outros no resultado final, que é a cidade hoje".

Por volta de 1980, com a institucionalização da Quermesse, a festa das etnias (Fantin, 1995), esta historiografia procurou enaltecer e cultuar nossos antepassados notáveis "dando um suporte científico a esta matriz discursiva e transforma em versão oficial da história de Criciúma o que era apenas um conjunto de relatos empíricos sobre a cidade" (Nascimento, 1993). Oficial, sim. A única, não.

Paralelo a esta historiografia oficial, também foi sendo construída uma outra matriz discursiva, um outro modo de pensar e contar a história da cidade, de resgatar suas raízes, tradições e protagonistas. A esta matriz discursiva chamo de *ideologia da mineração*, foi construída paralelamente a historiografia oficial e tem seu fundamento na indústria do carvão, no desenvolvimento da mineração.

Domínio Cultural e ideológico dos mineradores

A *ideologia da mineração* se diferencia em muitos aspectos da matriz étnica oficial. Enquanto pelo viés das etnias se enaltece as figuras mais destacadas da colonização e do comércio no processo de fundação histórica da cidade (1880 à 1930)¹³, na matriz ideológica da mineração, não é possível pensar a história de Criciúma somente a partir do enaltecimento de seus grandes homens, daqueles membros mais destacados e pertencentes às classes dominantes, embora alguns deles (Heriberto Hülse, Diomício Freitas, Álvaro Catão, etc) também tenham seus nomes emplacados nos espaços e logradouros públicos da cidade.

"Próspera", "Metropolitana", "Boa Vista" são, ao mesmo tempo, nomes das minas e de bairros em Criciúma. Associado à mineração - além dos bairros, praças, ruas e da Festa de Santa Bárbara - estão os clubes de futebol. Cada um desses clubes, por sua vez, ligava-se a uma empresa mineradora. Por exemplo: o Clube Atlético Operário, estava vinculado à CBCA; o E.C. Próspera, à Carbonífera Próspera; e E.C. Metropol, o mais conhecido de todos, pertencia ao grupo Metropolitana, na época uma sociedade dos Freitas/Guglielmi. (Fantin, 1995, p.17).

O único clube esportivo não ligado à mineração foi o Comerciário que, como o próprio nome indica, ligava-se à elite dos comerciantes e industriais não-mineradores da cidade. O que confirma uma certa tensão entre os clubes de futebol correspondente às disputas entre os próprios mineradores e entre estes e outros grupos das elites locais. O Comerciário, até ser transformado no Criciúma Esporte Clube (1980) era, nos meios populares e entre os trabalhadores mineiros, considerado "o Clube da elite", "do centro", "dos limpinhos" enquanto os demais eram "populares", dos "trabalhadores", dos "mineiros" (sujos de pirita e carvão). Esta polarização entre "os limpinhos do centro" e os que comiam pó de carvão nas minas revela (e confirma mais uma vez), a tese da "força da ideologia da mineração". Mesmo sendo clubes patronais e os passes dos jogadores pertencentes aos mineradores, "da elite" era apenas o Comerciário. Mas há outros aspectos da ideologia da mineração que vale a pena refletir.

Por exemplo, ainda hoje, 1995, é cultivada entre os mineiros uma rivalidade entre "o Próspera" - o clube dos vermelhos (que está na segunda divisão) e o campeão catarinense, Criciúma, sem falar da nostalgia dos amantes e dos fanáticos torcedores do Metropol. Este,

¹³Observa-se que esse enaltecimento ou culto aos antepassados notáveis é reconhecido através da denominação de ruas, praças e logradouros públicos de Criciúma, como por exemplo "Rua Coronel Pedro Benedette"; "Rua Marcos Rovaris"; "Praça Domênico Sônego", para lembrar alguns mais conhecidos.

por sua vez, foi cinco vezes campeão catarinense e a sensação esportiva da região nos anos 60, como revela um estudo feito pelo jornalista José da Silva Júnior ¹⁴

*"Quando surgiu o Metropol, existia um clima muito quente na cidade: a greve dos mineiros parou Criciúma em 1959. Para garantir a paz na cidade, os empresários Diomício Freitas e Santos Guiglielmi, donos da Carbonífera Metropolitana, decidem investir no futebol. Surge o Metropol que, de cara, conquista os mineiros e torna-se uma potência do futebol, disputando em igualdade com o Grêmio de Porto Alegre e Botafogo, do Rio... O sucesso do Metropol foi além do esperado. Os mineiros da Metropolitana abandonaram as manifestações para lotar as arquibancadas... Com o time, mudaram também os costumes da cidade: foram os jogadores que introduziram em Criciúma hábitos como beijar as namoradas em público, andar de bermuda no centro da cidade - coisas inéditas até então".*¹⁵ (Silva Júnior, 1995).

Enfim, por cinco décadas, (entre 1930 e 1980, aproximadamente), um pequeno número de famílias e personalidades, em substituição aos antigos coronéis do comércio, passam a exercer um domínio quase absoluto sobre a vida econômica, política e cultural da cidade. Mas não param por aí. Mesmo com o fim do "exclusivismo da mineração", os antigos donos das minas continuam mais contemporâneos que o mais tradicionais liberais da cidade.

Devido à força histórica e social dos mineiros (Teixeira, 1986) e todo imaginário social e simbólico que representa esse grupo de trabalhadores, mesmo que suas lideranças não tenham se tornado nomes de ruas ou praças - como acontece com os representantes das famílias de colonizadores, de comerciantes, dos mineradores e outras personalidades ilustres -, não foi (e não é) possível ocultar esse grupo de dominados na história da cidade. A constituição da ideologia da mineração, como já disse, iniciou-se com a exploração do minério, nos anos 20. Até a década de 40, o "único jornal que existiu na cidade desde a fundação do Núcleo de Cresciúma - e que circulou nos anos de 1926 e 1927 - chamava-se, justamente, de "O Mineiro". (Milanez, 1991; Nascimento: 1992). Existe, inclusive, uma polêmica em Criciúma sobre a estátua dos mineiros: deve permanecer onde está (praça Nereu Ramos) ou ser recolocada em outro lugar? Também é celebrada em Criciúma a festa da Santa Bárbara, padroeira dos mineiros. Estas e outras significações e símbolos da mineração constitui a celebração da vida (e da morte) dos mineiros e do meio ambiente de Criciúma.

Quando falo de *ideologia da mineração*, não estou me referindo somente aos mineradores - ou donos das minas - mas aos próprios mineiros, cuja ausência na criação histórica da cidade e de seu imaginário significaria um mascaramento ou ocultação da realidade

¹⁴"História que a Bola Esqueceu", UFSC, 1994. Mimeo.

¹⁵O Metropol durou até 1970 quando a sociedade entre as famílias Freitas/Guglielmi foi rompida. Em Criciúma, segundo a pesquisa de Silva, "existem torcedores que se negam torcer para qualquer outro time. O próprio Criciúma é visto com restrições pelos torcedores do Metropol, porque nasceu das cinzas do velho rival: o Comercário", completa Silva Júnior. (JM: 13, 01, 1995)

(Chauí, 1980). Vou falar um pouco de outro aspecto da ideologia da mineração - agora relacionada ao uso ou instrumentalização que tanto os grupos dominantes como representantes dos dominados fazem da figura do mineiro, seja para constituir o imaginário da cidade, seja para reforçar o corporativismo da categoria ou cimentar seu domínio local e regional - além de tudo que representa o mineiro para o dono da mina: mercadoria, força de trabalho.

Alguns estudos sobre os mineiros de Criciúma, mesmo que involuntariamente, acabam reforçando a matriz discursiva da mineração. Volpato, por exemplo, diz que a identidade dos mineiros foi construída "*sempre em oposição aos interesses dos patrões e administradores das minas*" e sustenta que a "*a história dos mineiros, de sua organização sindical, da definição por interesses comuns é uma história única, que a história do grupo é a história de suas lutas, é a identificação dos mineiros com suas práticas de resistência*" (1991, p.25). Ora, existem fortes indicativos, na experiência histórica dos mineiros, em sua relação com os mineradores e outros grupos dominantes locais, de que tenha existido, ao longo da história, um processo de sujeição e de cooptação dos mineiros por parte de grupos dominantes e dirigentes.

A história dos mineiros de Criciúma não é uma história única, nem sua identidade fora construída sempre em oposição aos donos das minas. Na verdade o que existe é uma ligação umbilical, às vezes tácita, outras vezes explícita, entre mineiros e mineradores em defesa dos seus interesses comuns e setoriais, isto é, os interesses pelo carvão, pelo que este minério representou (e representa) na vida de uns e de outros - ressaltando-se, evidentemente, os interesses de classe e as especificidade de cada grupo social, enquanto assalariados e enquanto proprietários.

Contudo, do meu ponto de vista, a experiência de Criciúma revela que o corporativismo setorial (refiro-me ao setor do carvão) sempre esteve acima ou se sobrepôs ao corporativismo de classe. O elo de ligação e de cimentação entre dois grupos, mineiros e mineradores, potencialmente antagônicos e de classes contrárias, foi assegurado pelo uso que se fez (e se faz) da ideologia da mineração - cujo suporte está baseado muito mais na força material e simbólica do **carvão** do que na força histórica dos **homens** do carvão. Tal como Marx elucidou, para o capitalista-dominador, a mercadoria carvão vale mais que a mercadoria força de trabalho, a "coisa" sobrepõe-se às pessoas, o ser humano é escravo do capital (ou do próprio trabalho). Não é por outra razão que, na matriz ideológica da mineração, o carvão é enaltecido como "a pedra fundamental do progresso", e os mineiros esquecidos ou desqualificados. Estes são literalmente explorados até que suas energias, físicas e espirituais,

sejam sugadas e suas vidas e seus corpos vilipendiados. Desta relação entre carvão e homens do carvão também surgiu o que chamo de o **corporativismo místico dos mineiros**, culto e liturgia da mineração que o conhecimento e pensamento antropológico e sociológico precisa elucidar e desmistificar.

É a própria Volpato que, noutra parte de seu estudo, reconhece os vínculos entre os dois grupos sociais que, no nível da teoria da luta de classes, encontram-se em campos opostos. Volpato comenta a intermediação de interesses entre os donos das minas e o governo federal para aumentar as vendas, elevar preços, garantir o mercado de carvão, mesmo em condições inferiores ao produto importado. Em suas própria palavras:

"Este jogo envolvia a categoria dos mineiros e seus sindicatos. A luta por melhores salários e manutenção dos níveis de emprego, empreendida pelos mineiros, sempre fortaleceu a pressão dos mineradores junto ao governo para conseguir alta nos preços, para manter ou aumentar as quotas de consumo do carvão nacional. A tradição de luta dos mineiros esteve sempre ligada a estes fatos. A luta por melhores preços do carvão invariavelmente era suportada por movimentos trabalhistas e por greves" (1991, p.58-59).

Outro pesquisador (Michels, 1993) também tratou desta relação entre mineiros-mineradores-governo, nos seguintes termos:

"O movimento sindical catarinense teve nos mineiros um histórico segmento de lutas contra o capital. Entretanto, a luta dos mineiros catarinenses obteve ao longo de sua história um relativo êxito porque os eventuais ganhos salariais desta categoria eram genericamente repassados aos custos do carvão pagos pelo governo federal, a quem se destinava tal produção. O que se verificou, portanto, foi o aumento da participação dos trabalhadores na riqueza social da região mas esta não se deu a partir da redução dos ganhos da renda de propriedade, mas também e principalmente a partir do repasse de tais aumentos para o governo federal que compra o carvão na região" (p.270).¹⁶

Ou seja, de acordo com Michels, as conquistas deste segmentos de trabalhadores - que se destacaram sobremaneira dos demais ao longo da história - não decorre apenas da combatividade dos mineiros ou por ser uma categoria numerosa, bem organizada e em permanente luta contra o capital, mas, sobretudo, da relação com o Estado-patrimonial.

¹⁶Em sua análise dos diversos planos de governo (de Celso Ramos, em 1956 à Vilson Kleinubing, em 1992) constatou a crescente intervenção estatal, evidenciando seus mecanismos e instrumentos que garantiram a ampliação patrimonial de grandes grupos econômicos de Santa Catarina, cujos patrimônios, nos últimos 40 anos, giram em torno de 6.000%, enquanto que o PIB de Santa Catarina, no período, foi de 1.500%. A ampliação do patrimônio privado, feito através da mediação do Estado, deu-se conjuntamente a superexploração do trabalho e o empobrecimento social dos catarinenses. Isso explica o significativo aumento do patrimônio privado desses grandes grupos. (Michels, 1993, p. 318).

A dominação patrimonialista na cultura política dos mineiros

Em vista do que foi dito acima, não há, pois, como sustentar - mesmo se tratando de um grupo social como dos mineiros, indiscutivelmente combativos - que sua história seja "única" ou que tenha sido, sempre, construída com base no antagonismo e oposição aos donos das minas (ou ao governo federal).¹⁷ A identidade histórica dos mineiros e alguns estigmas criados em sua trajetória de lutas, "coragem", "heroísmo", constitui-se, em parte, numa mistificação. Isto se deve, fundamentalmente, pela visão messiânica que, às vezes, voluntária ou inconscientemente, quase todos nós que escrevemos sobre a cidade, o carvão ou sobre os mineiros, acabamos reproduzindo.

Os mineiros, como os demais membros das classes trabalhadoras, em formações sociais capitalistas como a nossa - muito especialmente como a nossa, como veremos mais adiante - agem, comportam-se, orientam-se, de modo contraditório, com suas ambigüidades e limites característicos de grupos dominados. Da mesma forma, os mineradores, agem, pensam e vivem como grupos dominantes. O que marca a trajetória política e histórica dos mineiros de Criciúma - como de outras partes do Brasil e do mundo - na relação com o empresariado do carvão, é sua condição de classe dominada, explorada, que resiste à dominação e exploração, mas que também a ela se submete e se conforma. A marca dos mineiros, é de resistência, mas também de "conformismo", de "subordinação" (Chauí, 1986).

Faz-se necessário, no entanto, desmistificar toda visão apologética dos mineiros que reforça a idéia de que "basta ser mineiro para ser herói", que "todo mineiro é valente", "revolucionário" ou "radical". O que já fizemos ou dissemos sobre os mineiros, é muito parecido com o que certos ideólogos e partidos marxistas fizeram ou disseram a respeito da "classe operária". É preciso, definitivamente, sepultarmos toda e qualquer visão messiânica de história e das classes trabalhadoras (Castoriadis, 1985, p.48).

Além disso, é fundamental diferenciarmos o grupo social dos mineiros do seu grupo de dirigentes, a categoria de seus representantes políticos, partidários ou sindicais. Este aspecto, que a ideologia da mineração omite e seus ideólogos ocultam e que precisa ser

¹⁷A história do movimento sindical mineiro não é marcada apenas pela tradição combativa, de luta ou resistência como quer certa sociologia marxista ou como expressa o pensamento de antigos membro do partido comunista que lideraram a história política local na cidade e região. Além de "comunistas" históricos que se tornaram amigos ou companheiros de mineradores também históricos, há o fato indiscutível de lideranças sindicais mineiras foram e tem sido cooptadas ou atreladas aos interesses patronais. São os chamado sindicalistas "pelegos". A própria formação da Oposição Sindical Mineira em 1985, tinha como meta "tirar os pelegos do sindicato". Ora, quem eram "esses líderes" que os mititantes no Sindicato em Criciúma ou em Rio Maina faziam oposição? Eram mineiros ou seus "porta-vozes". Definitivamente, a história dos mineiros não é única e não pode ser destacada da história mais global das classes trabalhadoras.

explicitado.¹⁸ Ora, "a classe", "a categoria", "o grupo social", "a base" não é ou significa a mesma coisa que o seu grupo dirigente ou dominante nem forma uma só ou única identidade, como se houvesse "uma encarnação" (de interesses, de valores, de visões e práticas) nos líderes ou dirigentes. Além de diferenciar grupo (categoria sócio-econômico) de seu grupo dirigente, é necessário distinguir do próprio grupo dirigente, seu chefe ou "porta-voz", isto é, aquele que não só se apropria da palavra do grupo de profanos, (na verdade, do seu silêncio) mas também da força deste mesmo grupo. Refiro-me aqui ao que Bourdieu chamou de

"o mistério do processo de trans-substanciação que faz do porta-voz não apenas o representante do grupo, mas seu substituto. Fala e age como se fosse o grupo, o partido, a classe, o sindicato. O mistério do ministério chega ao cúmulo quando o grupo só pode existir pela delegação num porta-voz que o fará existir falando por ele, a favor dele, no lugar dele. Assim se fecha o círculo da alienação política: no momento em que se dá o desapossamento político, isto é, no momento da delegação, quando o representante é investido do poder de representar" (Bourdieu, 1990, p.188-206).

Na verdade, assegura Bourdieu, "não se trata de força das idéias, mas sim pela força de mobilização que elas encerram, isto é, pela força do grupo que as reconhecem nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele (o porta-voz) pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as num espaço" (Ibidem, p.188-206).

A esta usurpação do mandatário ou do representante Bourdieu chamou de **efeito de oráculo**, graças ao qual o porta-voz faz com que fale o grupo em nome do qual ele fala, falando assim com toda a autoridade (em nome) de alguém que está ausente: Deus ou o Povo (Bourdieu, 1990, p. 196). Exemplifica:

"Quando um político diz "o povo, as classes populares, as massas", etc, ele raramente deixa de produzir o efeito de oráculo que consiste em produzir simultaneamente a mensagem e o deciframento da mensagem, em fazer com que se acredite que "eu sou o outro" (o povo, o proletariado, o partido, o sindicato). Assim o porta-voz, de mero substituto simbólico do povo, transforma-se no próprio povo. O trabalho de delegação está na base do princípio da alienação política." (Ibidem, p.188-206).

Por outro lado, a exemplo do que fez Fantin (1992) em seu estudo antropológico sobre as relações de poder entre os mineiros da CBCA, "é preciso captar as malhas, as redes de

¹⁸A experiência da CBCA, por exemplo, que a partir de 1987 o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, através de seu presidente, assume como síndico da Massa Falida, está repleta de exemplos, práticas e situações de autoritarismo, perseguição ideológica e clientelismo político-eleitoral que a ideologia da mineração oculta. A própria idéia de autogestão da CBCA não passa de uma grande farsa. Muitos, desinformado do que se passa naquela empresa, acabam referindo-se à CBCA como um modelo de organização dos trabalhadores. Santos (1995, p.74-79), relata sobre a CBCA pelo que aparece ser não pelo que realmente é: uma extraordinária possibilidade de democracia operária que, por ação de um grupo dirigente, acabou reproduzindo o mesmo modelo de mandanismo patronal que pouco se difere de outras empresas capitalistas do ramo.

poder (dominação e resistência, de opressores e oprimidos) *estabelecidos no interior da própria mina e do próprio grupo social dos mineiros*", como fez Castoriadis (1985) em sua *História do Movimento Operário*. Há determinadas características na prática dos mineiros, especialmente do seu grupo dirigente, que a ideologia da mineração não revela. Fantin, a partir dos depoimentos dos próprios mineiros, fala "*da tradição autoritária no interior da minas, da tendência dos mineiros de serem mandados*" (1992, p.136); de como estão presos na lógica dominante tradicional de que "*o operário serve para trabalhar e o patrão para mandar*"; que "*embora os dirigentes da mina e do sindicato afirmem que a mina é do peão, os mineiros ridicularizam a idéia e negam a condição de donos da CBCA*" (1992, p.144-145); contraditoriamente, "*os 1500 mineiros da CBCA pensam com a cabeça de empresários*" (1992, p.147). O que a experiência da CBCA revela é que os trabalhadores acabam reproduzindo na mina que se diz "autogestionária", as mesmas relações de poder (mando e obediência) das empresas tradicionais. Nas palavras de Márcia Fantin:

"Se prestarmos atenção ao próprio processo histórico, lá no primeiro período em que é formulada e divulgada a idéia de que a massa é do peão, de que os mineiros são donos da CBCA - grifos da autora -, é divulgada, também, a idéia de que na CBCA só teria um funcionário (que seria o gerente) e 500 patrões (que seriam os trabalhadores)" (1992, p. 148).

De acordo com Fantin esta formulação reforçava a idéia de que "*o poder estaria nas mão dos trabalhadores*" embora a experiência tenha demonstrado que se trata da reprodução de formas tradicionais de relações de poder no local de trabalho, tal como acontece na empresa (capitalista) tradicional. A idéia de que os mineiros são os donos "*vem carregada de significações expressas nas próprias representações que os mineiros fazem do que é ser patrão, dos privilégios, do poder de comando, das mordomias, do fazer o que quer na hora em que quer, de não trabalhar, entre tantas outras*" (Fantin, 1992, p.148).

Outro pesquisador, Mauricio Faria, em sua leitura weberiana da massa falida CBCA, escreveu:

"Na experiência da CBCA, o patrão desaparece enquanto pessoa do antigo proprietário, mas as relações internas que se estabelecem formam a nova figura do patrão representada pela diretoria, que se afasta dos trabalhadores" (1992, p.64).

Faria captou elementos das relações de dominação patrimonialista na cultura política dos mineiros:

"Apesar de participarem das mobilizações convocadas pelo sindicato da categoria, os mineiros da CBCA vivenciavam relações de trabalho internas balizadas pelo servilismo, onde "o patrão", auxiliado por um quadro administrativo recrutado com base na fidelidade, exercia a administração da coerção e do medo. Essa "cultura administrativa" reproduz-se frequentemente nas mineradoras, e na CBCA, o "estilo patrimonial" encontrava-se enraizado nas práticas tradicionais dos trabalhadores e do quadro administrativo" (1992, p.68).

Da mesma forma, Volpato ressaltou outros aspectos da identidade social dos mineiros e suas relações de poder - embora tenha enfatizado aqueles inerentes às relações com os mineradores ou governo e não no interior do próprio grupo social dos mineiros.

"A tradição cultural que durante vários séculos manteve relações de mando, apadrinhamento e senhorio, correspondendo atitudes de submissão, reverência e servidão criados, empregados e escravos, internalizara-se como estrutura que, então, atualizava relações complementares e desiguais entre os trabalhadores e a empresa. Havia uma pré-disposição dos trabalhadores a manterem atitudes de submissão e a expectativa das posturas paternalistas que eram assumidas pela Carbonífera Estatal." ¹⁹

A experiência dos mineiros da CBCA ajuda-nos - e muito - neste processo de desideologização dos mineiros (ou de qualquer outro grupo social e humano). Como observou um líder mineiro citado por Fantin: *"Na CBCA nós derrubemo um patrão e criemo mais mil trabalhadores com cabeça de patrão"*. Daí porque é importante pensar no trabalhador em sua relação social, histórica, política e cultural, intra e extra classe ou categoria. No caso dos mineiros de Criciúma, é particularmente imperativo percebê-los em suas relações com os

¹⁹Volpato refere-se a então Carbonífera Próspera (estatal), cuja estrutura de poder alimentava as relações de mando e dependência entre trabalhadores e governo. Diz a autora: *"Os mineiros se sentiam dependentes da Cia não só no espaço de trabalho, mas também na esfera doméstica, pois dela esperavam e recebiam casa para morar, vales para a compra de mantimentos para a família. Também da Cia eram os locais de lazer e a iniciativa de sua organização. Criou-se uma relação de dependência e submissão dos funcionários com os administradores, representantes do próprio governo, proprietário da carbonífera. Esta situação estrutural alimentava e mantinha a vila operária vinculada à empresa, dificultando a abertura da mesma para a cidade"* (Volpato, 1989, p.153-154). Embora a CBCA não tenha oferecido as mesmas vantagens dos mineiros da Próspera, os antigos proprietários da mina (Catão-Netto Campos) agregaram seus empregados de tal modo que, sob condições de extrema pobreza, dependiam sistematicamente da vontade e dos favores do patrão. Esta tradição de mando e dependência - e toda rede de favores, clientelismo e medo que se estabelecem neste tipo de relação - permaneceram quando o sindicato da Massa Falida, o presidente do sindicato dos Mineiros, José Paulo Serafim, substituiu os antigos proprietários - inclusive do ponto de vista político-eleitoral. Seja numa empresa pública como a Próspera, seja numa empresa privada, como a CBCA, sob a direção de empresários ou de representantes dos trabalhadores, as estruturas de poder permaneceram praticamente inalterados. Empresas como a velha CBCA comandada por políticos como Sebastião Netto Campos, do PDS ou por sindicalistas filiados ao PT assim como a gestão da Próspera feita por políticos filiados ao regime militar ou ao PMDB reproduzem práticas muito semelhantes de dominação, corrupção e clientelismo o que reforça a tese da permanência da tradição patrimonialista na história da cidade de Criciúma até os dias atuais.

donos das minas, relacioná-los com a história política e cultural da 'cidade do carvão'. Sobretudo, é importante perceber os mineiros em suas diferenças internas, seja como simples mineiros, seja como dirigentes políticos e sindicais dos mineiros que, em determinadas conjunturas, agiam como se fossem, também, os donos das minas e da cidade.

A mística da mineração, de invenção dominante, se por um lado pode fortalecer política e ideologicamente os mineiros, por outro lado, torna-se uma armadilha. O que é sua força, transforma-se em sua fraqueza; o que provoca a indignação e a "ira moral dos mineiros" contra seus opressores e fortalece a resistência à exploração de seus corpos (Volpato), essa mesma mística, ao ser canalizada num sentido inverso ao da liberdade e da cidadania dos mineiros, eleva-os a condição ou de dominados e dependentes ou de "opressores" e "trabalhadores com cabeça de patrão", de dirigentes "pelegos" ou agentes políticos autocráticos, forjados a partir de dois tipos de liderança mineira : o tipo carismático e o tipo burocrático, ambos embebidos de uma fonte de dominação comum: a dominação patrimonialista.

Para encerrar estas breves anotações - que mereceriam uma investigação à parte - devo dizer que existem em Criciúma, inventada e disseminada histórica e culturalmente, duas matrizes explicativas dominantes e diferenciadas, porém complementares: ao lado da história contada pela ótica das etnias, da história oficial, constituiu-se um outro imaginário da cidade, baseado e criado em torno da mineração, da mística do carvão como pedra fundamental do progresso. Ideologia que seus protagonistas - mineiros e mineradores, ideólogos e representantes dos donos das minas e ideólogos e representantes dos mineiros - reproduzem, reforçam e disseminam ao longo da história da cidade.

O que se tenta, com as observações acima, é romper com as matrizes dominantes para, num esforço coletivo, conhecer a cidade por outra porta de acesso, por outra perspectiva político-cultural, percebê-la a partir da cidadania, de seus vários inventores, entre os quais se destacam mineiros e mineradores, italianos e alemães, governantes e empresários, mas também negros e mulheres, subempregados e trabalhadores de vários ramos industriais, pessoas conhecidas ou anônimas - todos fundamentais neste processo de invenção da cidade. A invenção da cidade é obra de milhares, dos primeiros imigrantes aos novos estrangeiros que vivem na cidade, da família burguesa mais ilustre à família de sem-teto mais pobre, por isso a história da cidade não se reduz a historiografia oficial nem à matriz ideológica da mineração.

CAPÍTULO 2

ERA UMA VEZ A CIDADE DO CARVÃO

"No Brasil, o patrimonialismo lançou raízes nas estruturas políticas locais...A velha e bem conhecida competição entre poder estatal e poder "privado", geralmente é favorável a este. O governo da metrópole e, mais tarde, o governo imperial e republicano são obrigados a transigir com o chamado poder privado. Com a democratização relativa do País, o poderio dos senhores locais tende a crescer, pelo eleitorado que dominam e podem jogar na balança política" (Emílio Williams, em Burocracia e Patrimonialismo, citado por Vitor Nunes Leal no clássico de 1949, Coronelismo, Enxada e Voto).

Fundada sob o signo da colonização e do coronelismo, posteriormente na indústria de extração do carvão, sob a influência de um empresariado com perfil tradicionalista e conservador (os coronéis do carvão), Criciúma se desenvolveu com base na agricultura (trabalho na terra) e da mineração (trabalho no subsolo), por quase um século de sua história.

Ao lado dos setores primários e secundários acima referidos, a cidade viu desenvolver, também, um forte setor de serviços, comércio e transportes: dezenas de bancos, centenas de lojas, centros comerciais, shopping-centers, escritórios, hospitais, consultórios médicos e muitas, muitas farmácias. Criciúma também deveria ser chamada de "a capital das farmácias", tal é o número delas em cada esquina ou rua da cidade.

A alavanca deste desenvolvimento, segundo alguns, foi indústria da mineração. O carvão, considerado "a pedra fundamental do progresso" (com as devidas conseqüências - positivas e negativas - resultantes desse "progresso", como vimos anteriormente) foi, indiscutivelmente, o setor responsável para projetar Criciúma no cenário nacional. Essa projeção da cidade, no entanto, decorreu menos pelo que mineração representou em termos de

transição/transformação da cidade no processo de industrialização e urbanização, e mais pela história e cultura política dominantes na cidade e região sul, a partir dos agentes sociais e políticos protagonistas da mineração, os mineiros e os mineradores, ao lado de outros grupos e atores sociais que aqui viveram a experiência de morar, trabalhar e construir numa cidade onde a dialética da vida e da morte é sua principal característica.

Nos seus 115 anos de história, Criciúma nunca deixou de ser uma cidade tipicamente tradicional, ligada à agricultura, ao comércio e à mineração. Mesmo quando, a partir dos anos setenta e oitenta, tornou-se uma cidade com características urbana e industrial, de economia diversificada e tessitura sócio-cultural complexa, continuava - econômica, política e culturalmente - sob a hegemonia e dominação conservadora.

2.1 - A colonização e a produção das desigualdades de 1880 a 1930

O núcleo São José de Criciúma foi fundado por imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no final do século "movidos pela esperança de enriquecerem na América" (Milanez, 1991; Volpato, 1989; Nascimento, 1993, entre outros). A data de fundação do núcleo, 6 de janeiro de 1880, corresponde ao aniversário oficial de fundação da cidade. Segundo Nascimento (1991), *"o núcleo colonial, até a década de 1910, teve um crescimento econômico importante, baseado na agricultura, no beneficiamento de produtos agro-pastorais e no comércio"*. Foi no período de colonização que se estabeleceram as condições de desigualdade e de enriquecimento de algumas famílias em Criciúma. 

Há duas explicações sobre a origem da desigualdade no núcleo dos colonizadores: uma primeira que assegura que os imigrantes foram favorecidos (pelo Estado) por leis que lhes davam o direito de comprar as chamadas *terras devolutas* (Lei 601/1850 de Decreto 528/1890). Em troca os beneficiados pagariam em espécie, dinheiro ou serviços ao governo através de abertura de estradas, construção de pontes ou prédios públicos. Tanto para as colônias do governo ou privadas¹, os lotes variam de 25 a 30 hectares e custavam em média 200 mil-réis a 700 mil-réis. Para muitos o governo imperial concedia um empréstimo de até 250 mil réis" (Goularti Filho, 1995). Neste caso, a produção da desigualdade estaria relacionada ao número de lotes ou empréstimos obtidos por cada família junto aos responsáveis pela colonização: o Estado Imperial.

¹A vinda e instalação de imigrantes eram feitas mediante empresas de colonização, como era o caso da Companhia Metropolitana que, articulada com alguns imigrantes fundaram as colônias como de Nova Veneza, Nova Belluno, Nova Treviso, Jordão, e outras.

Por sua vez, Nascimento (1993), assegura que a possibilidade de acumulação de riquezas por parte dos colonos imigrantes, *decorria das condições de desigualdades existentes nas áreas de colonização, no interior das próprias famílias.*(G.A) As famílias se diferenciavam entre si pelo maior ou menor número de trabalhadores aptos (ou inaptos) para o trabalho agrícola e conforme o número de dependentes.

Para o autor acima, a unidade familiar - numa economia de subsistência - se constituía na força de trabalho principal e única (Já que não podiam contratar assalariados nem escravos). Sendo assim, as condições das famílias com o maior número de pessoas plenamente aptas ao trabalho agrícola, em comparação com as famílias com menor número de trabalhadores aptos, possibilitaram o enriquecimento desigual e diferenciado no interior das diversas famílias estabelecidas na colônia.

Assim sendo, não foram (apenas) o número de lotes ou as condições de empréstimos que criaram as condições para acumulação de riquezas e reprodução das desigualdades, mas, sobretudo, o maior ou menor número de trabalhadores aptos (ou plenamente inaptos) ao trabalho agrícola.

Nota-se, portanto, duas interpretações sobre a origem da desigualdade do enriquecimento das primeiras famílias na cidade: uma primeira que destaca a presença do Estado, através do governo e dos agentes colonizadores, que *faziam empréstimos e dividiam os lotes desigualmente entre os imigrantes*; e uma segunda explicação, que *ênfatiza a produção do excedente e o investimento desse excedente no sistema de trocas*. Enquanto a primeira interpretação acentua os aspectos políticos da desigualdade, a segunda, os seus aspectos econômicos. Penso que os dois fatores foram decisivos e estão imbricados. É preciso ressaltar, no entanto, a presença destacada do Estado, não apenas enquanto agente político mas, de acordo com as características do modelo de Estado patrimonialista implantado no Brasil. Foi através da dominação patrimonialista, via distribuição de terras, que se estabeleceram as alianças entre Estado e algumas famílias de colonizadores (num primeiro momento) e (posteriormente) com a elite de comerciantes e dos que viviam da "renda da terra".

Pois, se é verdade: 1) que de fato houve distribuição de terras públicas aos colonizadores; 2) que a maior ou menor capacidade produtiva das famílias, além de suprirem a subsistência de seus membros, permitiu àquelas famílias com menor número de dependentes ficarem em melhores condições iniciais; 3) que as desigualdades sociais entre as famílias imigrantes inicia-se na agricultura; 4) que, com os recursos acumulados na agricultura, alguns

colonos passam a investir em outros setores, especialmente no comércio²; se tudo isso é verdadeiro, há que destacar que, seguindo as pistas de Nascimento e Goularti Filho, além das relações estabelecidas entre colonos-comerciantes (uma relação de lealdade, de confiança e dominação) havia a relação entre estes e os representantes do poder público central (governo imperial).

A elite dos comerciantes (incluindo-se aqui as primeiras famílias que se apropriaram das terras e "lotearam" a cidade a partir do início do século) e os que, a partir dos anos 20 passam a viver das "rendas" das terras -ou seja, os representantes das embrionárias burguesias comercial, fundiária e usurária da cidade - faziam o elo de ligação política com o Estado central (federal) e as oligarquias locais (ou regionais).

2.2 - Protecionismo estatal e o exclusivismo da mineração de 1930 a 1980

Mas a maior riqueza de Criciúma não estava na terra nem era propriedade dos agricultores; também não estava no comércio ou na indústria incipiente, estava no seu subsolo: uma imensa reserva de carvão mineral. Com a sua descoberta e início da transformação do minério, Criciúma destacou-se no cenário local e regional. Num primeiro momento, a mineração era feita por meios artesanais e voltada para o mercado local e regional. O transporte (com carros-de-bois) era feito de Criciúma até Jaguaruna e, de lá, seguia de canoa para Laguna/Imbituba. Com a implantação do ramal da estrada de ferro, o escoamento do minério para o mercado consumidor mais amplo foi facilitado e possibilitou um desenvolvimento rápido da mineração e da urbanização de Criciúma e de outras cidades da região sul de Santa Catarina.

A exploração das minas estava ligada à crença popular da obtenção da riqueza rápida e fácil (Volpato, 1989). Os colonos imigrantes³ e os primeiros comerciantes vislumbravam essa possibilidade de enriquecimento. Mas o ouro negro foi parar em outras mãos: nas mãos de alguns empreiteiros e/ou firmas do Rio de Janeiro que obtiveram do governo concessão do

²Sabe-se que grande parte desses colonos abandonaram o trabalho com a terra e se tornam "negociantes", como observou Dall'Alba, citada por Nascimento: *"quase todos os italianos que obtiveram ótimos resultados da terra, também a abandonaram"* (1994).

³Nos anos que se seguiram à colonização, *"aos imigrantes italianos, poloneses e alemães, juntaram-se novos grupos étnicos: os lusos e negros vindos de Imbituba, Laguna e Tubarão, que vieram como operários da estrada de ferro e, depois foram os primeiros trabalhadores nas minas de carvão. As famílias mais pobres de agricultores, que não tiveram sucesso no comércio, também trocaram a agricultura pela mineração. A partir da década de 20, o carvão estava definitivamente associado à história da cidade e passou a ser, a partir dos anos 30, a principal base do desenvolvimento de Criciúma e região"* (Volpato, 1989, p.56).

Estado para explorar o cobiçado minério.⁴ Novamente a presença do Estado será fundamental e vai explicar (em parte), a mudança que ocorreu nas elites dirigentes da cidade a partir do "novo" modelo de desenvolvimento (baseado na mineração), quando outros atores entram em cena, em substituição aos comerciantes e antigos coronéis que co-mandaram a cidade até o final da década de 30.

Alguns destes novos donos da cidade, sequer viviam em Criciúma ou tinham famílias aqui radicadas (como foi o caso de Henrique Lage, Paulo de Frontin, Álvaro Catão). Estes, por sua vez, se associaram a outros "donos do poder" (Faoro, 1958) tais como Diomício Freitas, Santo Guglielmi, Sebastião Neto Campos e passaram a ser, a partir dos anos 30, os novos donos da cidade, em lugar dos antigos comerciantes. Assim começou a história da cidade do carvão - e a dramática saga dos mineiros de Criciúma: quando os primeiros mandatários e exploradores chegaram com a disposição de garimpar e "explorar", literalmente explorar - e extrair - até a última veia de carvão das minas e da vida dos mineiros para acumular o "ouro negro" e fazer fortunas. Para esse empreendimento, que não mediou sacrifícios humanos e violentação da natureza, tiveram um grande aliado: "o Estado-de-bem-estar" deles próprios, dos magnatas do carvão e de outros que se beneficiaram das minas. Todos, no entanto, que vivemos e moramos em Criciúma e em outras cidades da região, estamos pagando - e muito caro - o preço do "progresso".

Meio Século de Protecionismo

As primeiras minas de carvão foram abertas no município de Lauro Müller, no final do século passado. Em Criciúma, a mineração iniciou-se por volta de 1913, quando a firma "Lage e Irmãos", do Rio de Janeiro, abriu a primeira mina no subsolo do distrito de Criciúma, então pertencente a Araranguá. Mas é a partir de 1917 que começa efetivamente a exploração do carvão mineral, com a instalação das primeiras empresas mineradoras.⁵ Os donos da minas, aliados ao Estado, iniciam a constituição de uma novo padrão de desenvolvimento local e

⁴ Henrique Lage - *"que recebeu, através de Visconde de Barbacena, a concessão do governo brasileiro para explorar as atividades carboníferas no sul do Brasil - era um homem de influência na esfera do poder central e, através de pressões políticas, obteve empréstimos para a ampliação de seus investimentos, como a construção do Porto de Imbituba, de lavadores, abertura de novas minas e mercado garantido para a produção - gás, transporte marítimo e ferroviário"* (Bossle, 1981, op. cit. Goularti, 1995, p.33). Para se beneficiar do direito de explorar o minério, era fundamental uma ligação com o com o poder central, com a capital federal, então situada no Rio de Janeiro.

⁵ Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA), em 1917; Companhia Carbonífera Urussanga (CCU), em 1918; Carbonífera Próspera, em 1921 (ex-CSN e atual Nova Próspera, foi estatizada em 1951); Carbonífera Ítalo-brasileira Ltda, em 1921; Companhia Nacional Mineração Barro Branco, em 1922 (Volpato, 1984).

regional. Este passará a ser o modelo econômico que, segundo alguns, vai ancorar⁶ o desenvolvimento da cidade a partir de 1920/30 até meados dos anos 80, quando ocorrerá uma reestruturação produtiva e inaugurará um novo padrão de acumulação do capital e de dominação local. Foram mais de meio século de história que a cidade viveu sob o exclusivismo da mineração (Volpato, 1989), por um lado, e por outro, sob a ideologia da mineração.

Com a implantação, na década de 1920, da EFDTC - Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, a economia do carvão dava seus primeiros passos mas, foi com a ascensão de Vargas (1930), que a economia local inaugura uma nova fase de sua história econômica, com a emergência de novas forças políticas e empresariais na cidade, agora ligadas predominantemente (não exclusivamente) ao setor da mineração. Sob o modelo de desenvolvimento populista autoritário, inaugurado pela "era Vargas", uma série de planos e decretos governamentais, extremamente paternalistas, subsidiavam totalmente a atividade mineral.

A atividade mineradora fica, desta forma, totalmente atrelada às decisões governamentais que passam a monitorar e decidir sobre todo o processo de mineração, desde a autorização para a pesquisa e a lavra do carvão mineral à definição das quotas de produção, administração de preços e mercado.

"Desde 1931 o governo federal vinha adotando medidas protecionistas, como a obrigatoriedade de consumo mínimo de 10% do carvão nacional na composição com o similar importado. Em 1940, esse percentual foi elevado para 20%." (Relatório PBDR, 1994; Michels, 1993, p.165).

Neste período, constitui-se uma das mais importantes empresas da região: a empreiteira de Santo Guglielmi e Diomício Freitas, única empresa com atuação na construção infra-estrutural da região Sul com base em encomendas estatais. Durante a II Guerra Mundial, registrou-se um grande aumento da produção do carvão, para suprir o carvão importado e, conseqüentemente, o crescimento das empreiteiras locais (Freitas, Guglielmi, Zanette, etc), que aos poucos foram ocupando espaço das empresas tradicionalmente ocupados por firmas do Rio de Janeiro (H. Lage) e São Paulo (Jafet).

Desde os anos 40, já estavam criadas as condições para instalação, na região sul de SC, de um complexo industrial fundado na associação entre a esfera pública e grupos empresariais

⁶Falei em ancorar o desenvolvimento da cidade para se diferenciar de outras abordagens (Santos, 1995, por exemplo) que defendem o ponto de vista de que "o carvão esteve na base do surgimento e desenvolvimento de outros setores econômicos" (1995: 16 e 155-6). Discordando deste ponto de vista, Volpato assegura que o carvão "retardou a diversificação" (1989). Desenvolverei este ponto mais adiante.

privados (para não fugir, aliás, ao regime de acumulação capitalista que sempre predominou no Brasil, apesar de toda cantilena liberal ou neo-liberal). Algumas famílias e grupos empresariais privados passam a investir e se beneficiar da indústria de transformação do carvão. Porém, o que vai caracterizar o setor será a forte presença do Estado na constituição deste complexo carbonífero.⁷ Realmente, em 1945, o governo tomou medidas significativas para a economia da região, com a inauguração da usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, projetada para consumir, em seus alto fornos, 50% do carvão metalúrgico nacional - "meta que jamais atingiu" (Michels, 1993).

Quando o país viveu as conseqüências da grande crise mundial (1973), com reflexos na economia do país e na maioria das cidades brasileiras, a indústria do carvão volta a impulsionar o desenvolvimento local. O setor da mineração na economia era tão significativa que, *"em 1973, representava 36% do faturamento industrial da cidade e 45% da mão-de-obra empregada no setor secundário"* (FUCRI, 1974). Interessante notar que justamente o momento de crise da economia nacional coincidiam com o incremento do setor carbonífero. Foi assim nos períodos pós guerras mundiais de 1918 e 1945 e será novamente nas crises de 1973 e 1979.

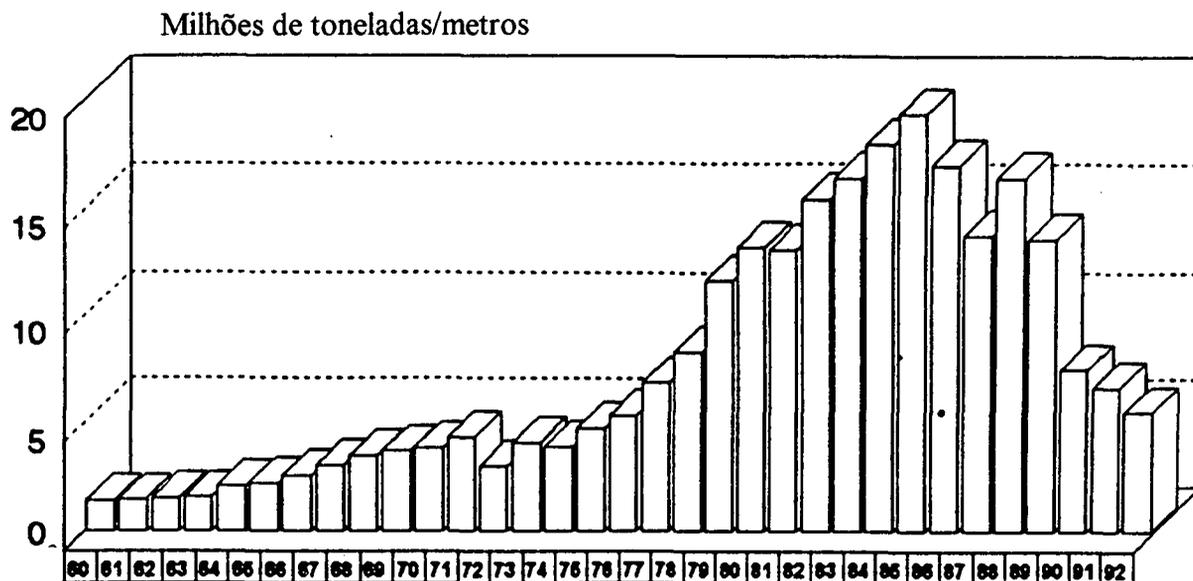
Com a crise do petróleo de 1973, por exemplo, o governo federal, mais uma vez, favoreceu o carvão colocando-o como substituto do óleo combustível. Anos mais tarde, na segunda crise mundial de petróleo, entre 1979 à 1985, uma nova ajuda do governo através do chamado "Plano do Carvão". Na época, chegou-se a produzir o equivalente a 170 mil barris de petróleo por dia. Através de mecanismos de proteção e subsídio à extração do carvão, o governo garantiu não apenas o preço e a cota que deveriam ser consumidos pelas siderurgias nacionais, mas toda uma estrutura de transporte, beneficiando todo o setor.

Em 1980, a produção da região chegou a 350 t/mês. A política de proteção continuou até 1985. As atividades de mineração atingiram o auge em 1985, quando empregavam diretamente mais de 10 mil trabalhadores nas minas e beneficiavam, direta ou indiretamente,

⁷O complexo carbonífero inaugurado na década de 40 era integrado pela Carbonífera Próspera, subsidiária da CSN; pelo Lavador de Capivari (Tubarão) responsável pelo beneficiamento do carvão bruto, chamado "ROM" - *Run of Mine*; pela Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (EFDTC), também estatal, que atuava diretamente no processo de produção, beneficiamento e transporte do carvão até o Porto de Imbituba; pela ICC - Indústria Carboquímica Catarinense, responsável pelo tratamento dos rejeitos sólidos (pirita) e na produção de enxofre. A regulamentação do setor, num primeiro momento (até 1960) era feita pela CEPKAN - Comissão Executiva do Plano Nacional do Carvão. Criada em 1953, as atividades de gerenciamento de todo ciclo do carvão (pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição e consumo do combustível nacional) era feita pelo Estado. Depois foi continuada pela CPCAN - Comissão do Plano do Carvão Nacional, que funcionou até 1970 (Relatório PBDR, 1994; SIECESC, 1995). Essa cadeia de atividades e gerenciamento na esfera estatal durou 45 anos, até a edição da portaria 801, em 1990, quando o governo Collor decidiu **desregulamentar** o setor carbonífero, retirando a intervenção do Estado nos sistemas de produção, preços e comercialização do carvão. Discutirei esta questão mais adiante.

milhares de outras famílias da região e produziam 4,5 milhões de ton./ano de CPL (Carvão Pré-Lavado). O quadro 2 mostra a produção de carvão (tipos brutos - ROM), energético e metalúrgico, de 1960 a 1992. O pico da produção de carvão deu-se em 1985, quando começa a registrar-se uma queda significativa.

Quadro 2 - Produção de carvão (tipos brutos - ROM) energético e metalúrgico - 1960-1992.



Fonte: DNPM, Ministério da Minas e Energias.

Em 1987, durante o governo Sarney, com a entrada do carvão importado da Colômbia e a paulatina redução de subsídios, a produção cai para 2,7 mil ton./ano e os empregos diretos para 9.129. O governo começou a mudar a política do setor no início dos anos 80, eliminando, gradualmente, a oferta de subsídios. Em 1983, o subsídio era dado apenas para o do transporte, sendo eliminado totalmente em 1988, durante o governo Sarney. Este corte total de subsídios, os preços sempre defasados, o atraso nos repasses nos débitos do Governo Federal para as empresas mineradoras, constituíram os pontos-chaves da crise que se instalou no setor a partir de 1988.⁸ Em 1992, as 12 empresas mineradoras da região passaram a produzir apenas 1,8 milhões de toneladas de carvão vendável.

⁸Segundo informações do Sindicato da Indústria da Extração de Carvão de Criciúma, através de seu presidente, Ricardo Vilella, "o problema da falta de mercado do carvão nacional começou em 1990, quando o governo federal, através de uma portaria ministerial desregulamentou o setor passando a indústria siderúrgica a importar 100% do carvão metalúrgico. Prosseguiu com a redução das cotas de carvão energético consumidos pela Eletrosul, que de 160 mil ton/mês passou para 75 mil ton/mês, com uma leve recuperação este mês (Junho/92) quando vai passar a comprar 110 mil ton/mês até Dezembro. Além disso, diz o empresário no JM: "também as cimenteiras passaram a importar carvão, em função de uma política do governo federal que mantém subsídios para o óleo combustível, aumenta em 27% o preço do óleo diesel

Para os trabalhadores, os sinais da crise foram sentidos a partir de 1987, quando o empresário Antônio Catão (filho de Álvaro Catão) e seu sócio na CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), Sebastião Netto Campos, enfrentaram a falência da Empresa, em 1987.⁹

2.3 - A diversificação da economia e o fim do exclusivismo da mineração de 1965 a 1995

Os primeiros passos para a diversificação industrial da cidade foram dados na década de 30, quando famílias de comerciantes iniciaram pequenos empreendimentos industriais. Em 1955 Criciúma já contava com 12 atacadistas, 341 varejistas e 35 estabelecimentos industriais, sendo que 16 eram ligados ao ramo carbonífero e 4 ao beneficiamento de banha de porco. Em 1941 já funcionava a Cooperativa de Consumo dos Mineiros de Criciúma com 46 sócios, que agregava os mineiros na Sociedade de Crédito Criciumense, como revela o senso do IBGE (1959).

Mas a diversificação econômica no município se desenvolve plenamente, rompendo com o "exclusivismo" da mineração, nos anos 60 e 70. Setores do empresariado começam a perceber que as chamadas crises do carvão não decorriam apenas da dependência do setor em relação às políticas e decisões governamentais, mas do esgotamento do modelo "exclusivista" adotado e passam a investir em outros ramos industriais, como a cerâmica e têxtil.

Esses setores do empresariado perceberam que havia por parte do setor carbonífero interesse explícito ou velado de emperrar esta diversificação. Afinal, estava em jogo a perda hegemônica e o domínio político e econômico de um setor que, por muitas décadas, mandava na cidade e na região. A diversificação não surgiu "naturalmente", foi resultado de uma luta por parte de outros setores do empresariado Criciumense. Como manifestou um comerciante da cidade, Antônio Caldeira Góes, ex-presidente da ACIC entre 1971 e 1979,

"Tínhamos receio de uma crise no setor carbonífero - como de fato está acontecendo. Então fizemos uma campanha junto com o Clube dos Diretores Lojistas para a instalação de indústrias em Criciúma. Após estudos nas cidades de Joinville, Blumenau e Brusque,

que, aumentando o preço do frete que é pago pela empresa carbonífera, torna impossível uma competição séria no setor". E denuncia: "A Petrobrás têm feito lobby para vender óleo combustível com preço subsidiado, prejudicando o carvão. Até agora as empresas estavam vendendo carvão às cimenteiras mesmo com prejuízo, aguardando uma decisão favorável para o setor que não aconteceu e continuou enviável continuar vendendo nestes parâmetros" (Jornal da Manhã, 02.06.92).

⁹Os primeiros sinais da crise são sentidos em 1984, com a ameaça de compra do carvão colombiano. Diz Santos: "Na década de 80 pode ser observado dois momentos na produção: um que vai de 1979 até 1985, quando ela continua a crescer, só que num ritmo menor que no período anterior (1975/78) e outro, a partir de 1986, quando a produção entra em queda livre" (1995, p.61-62).

chégamos à conclusão de que a indústria mais viável seria a de malharia... Após a campanha, varias pequenas industrias foram instaladas no município." ¹⁰

Outros empresários, que também sentiram a necessidade de novos empreendimentos na cidade, partilham da idéia de que "a mola do desenvolvimento de Criciúma foi o carvão", mas como disse o presidente do Sindicato das Indústria do Vestuário, Diomício Vidal:

"Criciúma, cidade pólo da região sul do estado, teve como mola de desenvolvimento o Carvão Mineral. No início de 1970, começou a surgir no meio do empresariado criciumense a necessidade da criação de novos empreendimentos industriais que proporcionasse ao município a independência econômica de uma só praticamente fonte de renda" (Palestra no III CONTEC - Conferência Nacional de Tecnologia de Confeção, 1992).

Um setor que *"durante 50 anos se desenvolveu identificado, em seus aspectos físicos, com as marcas da mineração e, na dimensão cultural, com as representações ideológicas da excelências das jazidas de carvão, como fontes essenciais de riqueza sobre outros ramos de produção"* (Volpato, 1989), tinha fortes razões para resistir à diversificação: manter o modelo de desenvolvimento que garantisse aos mineradores a acumulação de fortunas e o controle político local e regional. O modelo que favorecia aos interesses dos mineradores se não entrouvrou, dificultou - e muito - o desenvolvimento de outros ramos de atividades. Pode-se afirmar que por décadas seguidas,

"não houve preocupação em criar alternativas novas de negócios na região (...). Contraditoriamente, o carvão, gerador de riquezas é responsável por destacar o município no cenário regional, foi também freio no processo de crescimento econômico com sérias conseqüências na área social. Durante meio século tudo dependia do carvão e era deles que os empresários, os políticos e os trabalhadores esperavam o lucro, o poder e subsistência, respectivamente" (Volpato, 1991).

Além disso, o setor recusava a se modernizar, a investir em tecnologias que permitissem maior competitividade no mercado mundial, minimizar custos e diminuir os impactos sobre o meio ambiente. Por uma razão muito simples, explica Santos:

"O empresariado do carvão não se modernizou porque não havia interesse. Em primeiro lugar porque sabia que o carvão é um produto que só consegue mercado em momentos de crise e não é economicamente seguro; depois porque a modernização tenderia a provocar a redução do preço do produto, já que a produtividade cresceria e aos empresários não interessava este rebaixamento do preço (totalmente subsidiado pelo governo além dos benefícios para o transporte do minério". E conclui Santos: "a mecanização ocorrida em 1974/75 é simplesmente uma resposta à necessidade de ampliação da produção, provocada pelo choque do petróleo de 1973" (1995, p.165-166).

¹⁰Depoimento de Antonino Góes, para o Jornal da ACIC, em 17 de junho de 1994.

Mais do que a questão tecnológica, o que deixava o empresário do carvão tranquilo era que existia uma reserva de mercado, isto é, os mineradores tinham um mercado cativo e não precisavam se preocupar com novas tecnologias, pois o governo assegurava a compra do produto. Por outro lado, uma tecnologia mais sofisticada elevaria os custos da produção, o que fez com que alguns mineradores optassem pela mineração semi-mecanizada ou manual. Não interessava aos mineradores, naquele momento, a adoção de tecnologias que diminuíssem os lucros das empresas e não tinham a menor preocupação com a superexploração da força de trabalho mineiro e degradação ambiental. Com tecnologia rudimentar, os custos da mão-de-obra são mínimos e o dono da mina - sob a tutela do Estado patrimonial - não se preocupava com a degradação ambiental nem com as condições nos locais de trabalho.

Portanto, o "exclusivismo da mineração" passou a ser, nos últimos anos, não mais a mola do desenvolvimento mas um obstáculo aos novos empreendimentos empresariais. Devido às sucessivas crises do setor carbonífero, outros grupos empresariais da cidade foram obrigados, desde os anos sessenta, a investir em novos setores "estratégicos" da economia. O setor cerâmico, nascido da "costela" da mineração, logo se consolida e projeta o município no mercado internacional com a exportação de pisos e azulejos. A diversificação produtiva se efetiva quando a cidade viu consolidar o setor do vestuário e outros ramos de atividades. Isto só foi possível enfrentando os interesses setoriais do carvão¹¹. O processo de diversificação seguiu dois caminhos: o primeiro, a partir das indústrias carbonífera e um segundo caminho, seguiu um curso paralelo ao da mineração, por iniciativa de pequenos comerciantes ou de pequenas produções industriais.

Ou seja, por um lado alguns grupos do setor carbonífero, sem abandonar a mineração, iniciam um processo de diversificação, como foi o caso do Grupo Freitas que passa a investir no setor cerâmico e de comunicações; por outro, a diversificação é iniciada por outros grupos e famílias tradicionais da cidade (Búrgo, Gaidzinski, Zanatta, Zanete, De Lucca, entre outras) também em outros pequenos empreendimentos industriais.¹² Assim, ao lado das atividades

¹¹Vale recordar que esse pre-domínio dos grupos empresariais ligados ao setor do carvão na vida e na história social, política e cultural da cidade era, em grande parte, compartilhado pelo corporativismo místico dos mineiros, como vimos no capítulo anterior.

¹²Muitos mineradores optam também pela metalurgia num primeiro momento com manutenção para, num segundo passo, conquistar o mercado, como é o caso do Grupo Catarinense, proprietário da Metalúrgica Milano (adquirida da Mecril, Elmar). No setor químico, onde se destaca o Grupo Zanatta, representa outra face da diversificação da economia local e regional: A Inza - indústria de copos plásticos; Embalagens Cangurú; Tintas Farbem; Tubos e Conexões Tubazan, a Tinturaria BBTEX e a Imbralit que produz telhas de amianto. Ao lado desses setores industriais, deve-se lembrar também a permanência do setor Carbonífero, já citados anteriormente, cujos principais grupos Metropolitana e Nova Próspera (Guglielmi), o Grupo

econômicas tradicionais, a agricultura - que se desenvolveu a partir da fundação da "Colônia de Cresciúma" (1880), o comércio e a mineração (iniciada na década de 1920), desenvolve-se a indústria cerâmica de pisos e azulejos paralelamente com outros ramos industriais: calçados e vestuários, metal-metalúrgica, indústria de material plástico, construção civil, alimentos, para citar os mais destacados.¹³ Hoje, a economia de Criciúma está completamente diversificada com destaque para o setor cerâmico, têxtil, plástico e seu importante setor terciário.

Os maiores exemplos da economia diversificada são as indústrias cerâmicas e do vestuário e mais recentemente, o setor plástico. A primeira, foi responsável por no projetar Criciúma internacionalmente. De acordo com Goularti Filho, as primeiras cerâmicas da região surgiram paralelamente ao processo de desenvolvimento da mineração. Algumas mineradoras e cerâmicas tiveram origem no mesmo grupo sócio-econômico como foi o caso das firma Lage e Irmão, na década de 30, anos mais tarde, do grupo Freitas.¹⁴ A existência de argila (barro branco) de boa qualidade na região carbonífera adequada para a fabricação de refratários, combinada com algumas iniciativas do empresariado local, dará origem às cerâmicas de pequeno porte na região.¹⁵

Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias de Cerâmica para a Construção e de Olaria de Criciúma, Ademir Gomes, *"a Indústria cerâmica brasileira situa-se entre os três principais produtores de pisos e azulejos, ao lado da Itália e Espanha"*. A região Sul catarinense responde por aproximadamente 46% da produção nacional e 45% das exportações, segundo dados da ANFACER - Associação Nacional de Cerâmica para Revestimentos.

Catarinense, Fidelis Barato Filho, o Grupo Zanette, de João Zanette, etc, compõe o cenário da economia local, extremamente complexa e diversificada. (Goularti Filho, 1995).

¹³Segundo a ANFACER - Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmicas para Revestimento, as cerâmicas da região exportaram de janeiro à julho de 1993, US\$ 47,5 milhões, ou seja, 38% a mais que, em igual período de 1992.

¹⁴Em 1919, Henrique Lage, juntamente com um técnico italiano, fundou a Indústria Cerâmica Henrique Lage, em Imbituba, produzindo porcelanas; mais tarde foi vendida a João Rinza, um empresário local. Em 1946, surgiu a Cerâmica Santa Catarina Ltda, em Criciúma, fundada por vários sócios (entre eles estavam: Maximiliano Gaidzinski, Elias Angeloni e Jorge Cechinel). Em 1952, fundou-se a Sociedade Cerâmica Cocal Ltda, também composta por uma série de sócios, porém no final da década Maximiliano Gaidzinski adquiriu-a. Em 1966 foi fundada a CECRISA - Cerâmica Criciúma S.A - de Diomício Freitas. A partir deste momento as cerâmicas surgirão como uma nova alternativa à reprodução ampliada de muitos empreendedores da região, os quais detinham poderes políticos indiscutíveis. Alguns proprietários de minas serão proprietários de cerâmicas - Grupo Frêitas. Em 1970 o ramo de minerais não-metálicos, em Criciúma, empregava 8,2% da mão-de-obra do setor secundário e 6,6% do valor da produção industrial (IBGE, 1970). Já em 1973, o mesmo ramo empregava 14% do setor secundário e 21% do faturamento industrial (FUCRI, 1974). Atualmente, grandes grupos controlam a produção de revestimentos cerâmico na região, destacando-se, sobretudo, as cerâmicas do Grupo Gaidzinski que participa com 28% da produção nacional; Cecrisa, participando com 27% da produção nacional, entre outras (Goularti Filho, 1995, p. 39).

¹⁵A exemplo da indústria do carvão, o setor cerâmico só se desenvolveu com a ajuda do governo, seguindo a mesma tradição do modelo tradicional fundado no patrimonilismo. Uma análise da participação do Estado no setor cerâmico encontra-se em Michels (1993), Santos (1995) e Goularti Filho (1995).

Por outro lado, a Indústria do Vestuário¹⁶ representa a terceira expressão econômica da região Sul, destacando-se a produção de *jeans*. "*Apesar de jovem, esta atividade já é responsável por 12,4% da produção do estado de Santa Catarina e cresceu através da pequena e média empresa*", diz com transparente otimismo o presidente do sindicato patronal, Diomício Vidal.¹⁷

Das primeiras empresas que surgiram nos anos 60 e na década de 70 (cerca de 20 empresas), quando o setor oferecia 900 empregos diretos à 1993, houve um salto gigantesco: o número de empresas na região cresceu para 450, sendo 350 só em Criciúma e o número de empregos diretos em Criciúma é de 7.000 e mais 2.000 na região carbonífera). O maior crescimento registrado no setor de vestuário deu-se durante a vigência do Plano Cruzado, como indica o quadro seguinte (anexo) que mostra a evolução de empresas na região, no período 78-94.¹⁸

A indústria de descartável plástico - a exemplo do vestuário - surgiu na segunda metade dos anos 60, desenvolveu-se e se consolidou nos anos 70/80, mas sua maior expansão deu-se nos anos 90. Nos últimos quatro anos, mais 10 novas iniciativas fizeram aumentar para 43, o número de empresas no setor. (Santos, 1995, p.131). De acordo com Goularti Filho, nos últimos 10 anos, o número de empregos no setor das indústrias químicas e plásticas da região evoluiu de 1400 empregos em 1985 para, 3.200 em 1994 e de 15 empresas em 1985, cresceu para 43 em 1994. "*A produção de recipientes plásticos elevou Criciúma para a primeira posição no mercado interno*" (Santos, idem, p.134). Entre as empresas de Criciúma que se destacam no setor estão a Canguru e a INZA, ambas da família Zanatta.

O relatório do PBDR indica que existem 30 facções na região e oferecem cerca de 1500 empregos diretos.¹⁹ Em Setembro de 1991, a ACIC - Associação Comercial e Industrial

¹⁶As informações reunidas aqui são do Sindicato das Indústrias do vestuário, de Alcides Goularti Fº (1995) e do Relatório PBDR (1994).

¹⁷O setor do vestuário na região carbonífera se divide em dois grupos: os confeccionistas e os faccionistas. Os primeiros são aqueles que possuem etiqueta própria, "definem a moda", ou seja, é a parte dinâmica do setor que possibilita a inovação tecnológica, a ampliação e diversificação de mercados e investimentos. Concentram-se 90% em Criciúma e Araranguá. Por sua vez os faccionistas são prestadores de serviços. A sua função é montar uma peça do vestuário que já vem toda cortada do confeccionista. É a terceirização reduzindo brutalmente os custos da produção.

¹⁸De acordo com os critérios da Federação das Indústrias de Santa Catarina, que divide o parque fabril da região carbonífera em pequenas, micro e médias empresas, 74% são micro-empresas, 24.5% de pequenas empresas e apenas 1,6% de empresas médias. Enquanto as micros empregam, na região, apenas 12% da mão de obra, a maior parte da mão de obra no setor está empregada nas pequenas empresas (57%), seguida pelas de porte médio (31%). Segundo pesquisa de Goularti, em 1993, havia, em Criciúma, somente 9 empresas vestuaristas com mais de 100 empregados: Rosatex (1.100); Twuist (455); Danyler (250); Crimalhas (p.200); Cedro Rio (170); Thahyse (150); Negge's (120); Breno (115) e Maferson (100). **Goularti Filho, 1995.**

¹⁹O crescimento da terceirização na indústria do vestuário através da facção, preocupa as lideranças sindicais dos trabalhadores. Para o ex-presidente do sindicato, Isio Inácio da Silva (Hulk) "*o total de facções, isto é, as*

de Criciúma apresentou, de forma sintética, o seguinte quadro industrial da região de Criciúma:

1) Indústria Cerâmica

- Em geral o setor está tecnologicamente atualizado e suas instalações permitem competir dentro e fora do país;
- Participa de 80% da produção estadual e 42% da nacional;
- Emprega diretamente 12 mil pessoas e, indiretamente, 6 mil;

2) Indústria de descartáveis plásticos

- Utiliza máquinas de alta produtividade e o nível tecnológico é atual;
- Participa com 55% da produção nacional, com capacidade instalada de 1900 t/mês;
- Emprega diretamente mil pessoas e indiretamente mil;

3) Indústria da construção civil

- Para obras especiais apresenta nível tecnológico equiparável às demais regiões do país;
- Nas obras residenciais os processos de produção e custos estão bastante defasados; as empresas participam em âmbito nacional;
- Emprega diretamente 4 mil pessoas e indiretamente 6 mil;

4) Industrias Mecânicas e Metalúrgicas

- O nível tecnológico do setor é compatível com o nacional;
- Produção diversificada e têm mercado em âmbito nacional;
- Emprega diretamente 2 mil pessoas e indiretamente mil;

5) Indústria do Vestuário

- O nível tecnológico é compatível com o nacional;
- Produz 2.800.000 peças/mês, é o terceiro maior consumidor de "índigo bule" do Brasil e tem participação nacional;
- Emprega 6.800 pessoas diretamente e 3 mil indiretamente;

6) Indústria de Carvão

- Nível tecnológico de lavra e beneficiamento é compatível com as condições do minério;
- Produz 200.000 t/mês, 50% da capacidade nominal;
- Emprega diretamente 5 mil pessoas e indiretamente 5 mil.

O quadro de diversificação econômica se consolida com a presença significativa do setor terciário, especialmente o comércio e o setor de serviços. O crescimento das cidades,

*empresas que atuam como "linhas de montagem" das grandes fábricas, foge à conta até mesmo do sindicato patronal. Somadas respondem por 2 mil empregos". Diz o sindicalista: "Devíamos ter discutido a terceirização no início para evitar que chegasse a esse ponto. Interessados na recuperação dos empregos, relaxamos na fiscalização. Hoje, muitos dos empregados dessas facções não têm sequer carteira assinada", reconhece (Nei Manique, DC, 23.05.93). Para um estudo aprofundado da inserção das indústrias do vestuário na região carbonífera, ver Alcides Goularti Filho (1995) bem como o estudo de Giani Rabelo, *O moderno Mundo da Modo* (UFSC, 1995), sobre o trabalho feminino domiciliar.*

fundamentalmente, o crescimento da indústria e o desenvolvimento da urbanização, faz crescer o setor terciário. Comparando-se com os demais setores de atividade, o setor terciário representa, nos anos de 1970, 1980 e 1991, respectivamente, 46,2%, 44,3% e 45,6% da população economicamente ativa no município. O comércio e o setor de serviços da região carbonífera é centralizado em Criciúma. A nível do comércio, entre centenas de lojas e diferentes firmas varejistas e atacadistas, dois grupos se destacam: Angeloni e Giassi.²⁰

No setor de serviços (transportes, bancos, hospitais, escolas, repartições públicas, escritórios, etc), de modo geral, os de maior expressão em termos de produção e mão-de-obra empregada, são os que atendem o setor secundário da economia local, especialmente o transporte de cargas - responsáveis pela escoação de matérias primas e produtos cerâmicos, da mineração, plásticos, vestuários, etc.

Ainda na área de serviços ²¹, deve ser destacado a área das comunicações. A Rede de Comunicações Eldorado, de Criciúma, constitui a maior expressão na região. De propriedade do empresário Dilor Freitas, a Rede vendeu a TV Eldorado para a CNT, que foi recentemente (1995) adquirida pelo Grupo RBS.

Estamos, portanto, diante de uma nova configuração econômica, política e social da cidade, onde os conflitos de classes se entrecruzam com divisões inter-classes. No plano econômico, vemos uma cidade extremamente complexa e diversificada, conforme o quadro geral de número de estabelecimentos e de pessoal ocupado nos setores considerados:

²⁰O primeiro, possui uma rede de quinze lojas distribuídas nas cidades mais importantes de Santa Catarina e que, segundo a revista Super Hiper, em 1992, ficou em 24º entre os supermercadistas no ranking de lucros brutos no país. Atualmente está também com revendas de combustível e lubrificantes; Já o Grupo Giassi possui uma rede de seis lojas distribuídas nas cidades mais importantes de Santa Catarina, e segundo a mesma revista em 1992 alcançou o 98º lugar no ranking de lucro bruto do país (Goularti Filho, 1995).

²¹Um destaque deve ser feito ao ensino de 1º e 2º graus, citando especialmente o Colégio Sebastião Toledo dos Santos, a maior escola pública da região. A SATC, entre outras escolas da rede particular (Colégio Marista, Colégio Madre Tereza Michel, Colégio São Bento) são as mais importantes. A nível de terceiro grau, a Fucri encontra-se em processo de transformação em Universidade (Unesc - Universidade do Extremo Sul Catarinense), mas esbarra com uma forte concorrente na região, a UNISUL, que oferece um maior número de cursos e vagas.

Quadro 3 - Número de estabelecimentos e pessoal ocupado em Criciúma

	Nº Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	1985	1992	1985	1992
Indústria	331*	582**	18.460	20.611***
Comércio	861	3.064	6.008	8.552
Serviços	523	2.202	2.760	9.120

Dados de 1985: Senso Industrial do IBGE

Dados de 1992: Prefeitura Municipal de Criciúma. In: Relatório PBDR

* Considerando os estabelecimentos situados no ex-distrito de Forquilha;

** Referente a 1º de fevereiro de 1994 (Buzanello, 1994)

*** Buzanello, 1994.

Como vemos, no campo das classes dominantes, além das elites comerciantes e dos mineradores, passam a ocupar posições de destaque outros setores do empresariado industrial e dos serviços. A diversificação empresarial se deu após um longo período de acumulação de riquezas por parte dos grupos mineradores e ceramistas. Estas empresas, num primeiro momento, se diversificam para atender suas próprias demandas. Devido às sucessivas crises do carvão, outros grupos do empresariado criciumense passam a investir em novos ramos industriais, especialmente o setor do vestuário, transportes, metalúrgico e plásticos.

Com a diversificação, Criciúma deixou de depender ou viver do "exclusivismo da mineração", que passa a ocupar, nos anos 90, uma posição de menor destaque em comparação com outros ramos industriais, seja no que se refere à lucratividade, ao desenvolvimento tecnológico ou em termos de oferta de emprego. Porém, o que marcou efetivamente o fim de uma economia vinculada e dependente do carvão foi uma transformação mais ampla e profunda (estrutural) da economia local que aqui chamo de reestruturação do *oikos*. O capítulo seguinte procurar fazer uma análise do esgotamento do modelo mono-industrial e as mudanças do regime de acumulação capitalista na cidade.

CAPÍTULO 3

NO RASTRO DA CRISE EM CRICIÚMA

"As crises econômicas são caracterizadas pelo fato de gerarem desemprego e subemprego em massa" (Offe)

No início dos anos 90, Criciúma enfrentou a mais grave e profunda crise econômica e social, a maior de sua história¹, o que justifica a preocupação de diversos setores da sociedade com os problemas da cidade e seus inúmeros conflitos sociais.

O setor carbonífero que, por muitos anos, foi a principal base do desenvolvimento econômico e gerador de empregos na região, uma vez mais, entrou em crise. Em 1985, as doze principais mineradoras² produziam 4,8 milhões ton/ano. No ano seguinte a produção caiu para 4,5 e em 1987, se produziu apenas 2,8 toneladas. Com o fim do protecionismo e redução da produção também diminui, vertiginosamente, a oferta de empregos no setor. Durante o governo Sarney, o número de empregos caiu de 10.536 em 1985, para 7.910, em 1989, ano que a produção de carvão ficou reduzida a 2,7 ton/ano. Tratava-se de mais uma das sucessivas "crises do carvão" ou do colapso da economia baseada na mineração?

¹Aqui não me refiro apenas a crise do carvão, mas de toda economia da região sul, embora o setor mais atingido tenha sido o carbonífero.

²Segundo o SIECESC, as 12 empresas carboníferas mais importantes em funcionamento no início nos anos 90, eram: Treviso, Metropolitana, Criciúma, Barro Branco, CBCA, CCU, Catarinense, IBRAMIL, COCALIT, ICC, Rio Deserto e Próspera/CSN.(PBDR, 1994).

3.1 - O cenário dos anos 90: crise ou colapso da mineração?

Depois de meio século de protecionismo, o governo brasileiro decide por fim ao acordo que obrigava as empresas siderúrgicas a consumirem o carvão metalúrgico nacional, em apenas 6% do seu consumo (era de 10%), reduzindo mais 30% do mercado, ficando apenas a comercialização do carvão energético. Esta medida governamental gerou a maior crise de toda história do setor. Um dos indicadores dessa crise se relacionava ao mercado de trabalho. Nos últimos 9 anos, mais de 7.290 mineiros foram demitidos só pelas empresas mineiradoras, como indica a tabela 2.

Tabela 2 - Empregos na mineração, de 1984-93 (ref. região carbonífera)

ANO	EMPREGOS
1984	10.898
1985	10.536
1986	9.794
1987	9.129
1988	9.380
1989	7.910
1990	7.476*
1991	4.412
1992	3.453
1993	3.608**

FONTE: SIECESC in: Fucri/Unesc

Obs. Mês de referência, janeiro

* dezembro/90 = 4.665

** Posição em junho/93

Como se observa na tabela acima, os anos de 1984/85, registraram o maior número de oferta de emprego no setor. Mas somente os indicadores de mão-de-obra não oferecem segurança para identificar o auge da crise da indústria carbonífera. Outros indicadores da crise do carvão que nos ajudam a fazer um diagnóstico do setor.³

Segundo o IBS e Sumário Mineral Brasileiro de 1992 *"o carvão energético atinge o consumo de 7,1 milhões de toneladas em 1976, o maior da história da atividade carbonífera.*

³Outras fontes, no entanto, nos dão outros indicadores. Num levantamento feito junto ao DNPM e ao próprio SIECESC, Santos (1995: 177) apresenta números ainda mais preocupantes: dos 6.000 mineiros estavam empregados nas minas em 1970, foram registrados 8.192 postos de trabalho nas minas em 1979; entre 1980 à 1985, o número de empregos estabiliza-se em torno de 10.000 postos de trabalho. Segundo esta fonte, o pico da oferta de empregos deu-se em 1989 (e não em 1985) quando foram oferecidos 13.735 empregos. Este número tem uma queda violenta no ano seguinte, ou seja, somente 4.632 postos de trabalho existiam em 1990 diminuindo ainda mais em 1995: na região estão empregados 3.210 trabalhadores mineiros.

Já o carvão metalúrgico, chega ao seu pico em 1980, com 1,3 milhões de toneladas mas, a partir de então, seu mercado atinge uma crise descendente. De uma participação de 24% no consumo nacional em 1980, despenca para apenas 4,7%, em 1990". (Relatório PBDR, 1994: 305). O quadro abaixo, além da queda de empregos, mostra outros indicadores da crise do setor carbonífero como a queda das vendas e do faturamento das empresas, de 1988 à 1992:

Tabela 3 - Faturamento, vendas e pessoal ocupado na indústria da mineração, de 1988-92
(dados da região carbonífera)

ANO	FATUR (milhões US\$/mês)	VENDA (mil ton/mês)	N ^o EMPREGADOS
1988	11,3	280	9,3
1990	9,5	230	7,4
1992	5,0	130	3,3

Fonte: Sindicato das Indústrias de Extração de Carvão

Esse percurso, que vai de 1985 a 1990, revela como uma crise avassaladora de um setor carbonífero. Se, além da diminuição da oferta de mão-de-obra, considerarmos (1) a queda da produção do carvão mineral registrada a partir de 1985; 2) a retirada dos subsídios por parte do governo; 3) a diminuição das cotas compradas pelo próprio governo (além da concorrência internacional), e (4), as conseqüências políticas e sociais decorrentes do fator mineração, podemos concluir que, se na segunda metade dos anos 80 a crise se agravou e entrou em colapso, a partir dos anos 90, com a chamada desregulamentação da atividade carbonífera, que em outras palavras significa a eliminação total dos subsídios e o fim da tutela governamental ao setor carbonífero.

De acordo com o Sindicato dos Mineradores,

"Em 17 de setembro de 1990, foi publicada a portaria 801 que desregulamentou o setor carbonífero, retirando a intervenção do Estado nos sistemas de produção, preços e comercialização do carvão, estabelecendo o fim da compulsoriedade de compra do carvão metalúrgico pela siderurgia e liberando totalmente as importações de carvão mineral." ⁴

A desregulamentação, isto é, a retirada do Estado da economia do carvão, veio através de uma portaria governamental que estabeleceu medidas como:

"o fim da obrigatoriedade de consumo do carvão nacional, a liberação dos preços do carvão metalúrgico e energético, a extinção dos sistemas de cotas de produção do

⁴Extraído de "A situação do carvão catarinense, SIECESC, 1994.

carvão, a livre importação dos carvões estrangeiros com alíquotas zero, a retirada da Companhia Siderúrgica Nacional das atividades ligadas ao carvão..." (Santos, 1995, p. 64-65).

As conseqüências são terríveis para economia local como reconhecem os próprios mineradores: *"as conseqüências mais funestas foram a demissão de mais de 50% do efetivo de trabalhadores no setor carbonífero, incluindo a mineração, a RFFSA, o Lavador de Capivari, Porto de Imbituba, ICC e outros segmentos envolvidos direta ou indiretamente com essas atividades"* (SIECESC, 1994).⁵

Empresários do carvão e sindicalistas mineiros reagiram imediatamente. Os gritos "de socorro", vieram em uníssono, dos donos das minas e dos próprios mineiros. Preocupados com a recessão e impulsionados pela ideologia da mineração, uniram vozes e esforços: os primeiros, para continuar recebendo as benesses da tutela governamental; os segundo, já não estavam tão preocupados com salários, padrão de vida social ou condições de trabalhos: lutavam, com toda razão, para manter seus empregos. *"Chegamos ao fundo do poço"*, avalia o presidente do sindicato dos mineiros de Criciúma, José Paulo Serafim: *"ou se resolve esta situação ou será a catástrofe para o Sul. Vai ser a extinção da categoria mineira e da extração de carvão"*.⁶

O clamor empresarial era um só: *"a região já pagou sua cota de sacrifício!"*, anunciavam em alto e bom som. Num só grito de socorro, faziam um apelo de união entre empresariado, sindicatos, políticos de todas as siglas partidárias, para por fim aos desmandos governamentais: *"que seja dada outra solução, não a da Próspera e da Indústria Carboquímica Catarinense"*, proclamam os empresários.⁷

⁵Além de demitir cerca de 2.000 mineiros da CSN, o governo determinou o fechamento do Lavador de Capivari (demissão de 317 empregados), a destivação de parte da Rede Ferroviária (a Rede demitiu cerca de 600 empregados em 1990 e 91), o fechamento da Indústria Carboquímica Catarinense até então responsável pelo beneficiamento de 160 mil toneladas de rejeito piritosos, transformado em ácido sulfúrico. Outros setores atingidos pela desregulamentação do setor foram a RFFSA, que possui 192 quilômetros ligando a região carbonífera. Antes da crise eram transportadas 400 mil toneladas mensais de carvão e trabalhavam na rede 950 funcionários. Hoje a carga não passa de 60 mil toneladas mensais e o quadro pessoal foi reduzido para 450 trabalhadores (Manique, DC, 1993).

⁶A situação era tão grave que já se falava em "extinção" da categoria mineiro, do fim da mineração. Os jornais reproduziam matérias que traduziam a dramática situação daquela que fora principal categoria de trabalhadores da história de Criciúma e região. *"Não se pode falar de Criciúma sem falar em mineiros e não se pode falar em mineiro sem abordar a decadência da categoria no processo produtivo da cidade"* (Jornal da Manhã, 18.12.1990). De fato, o encolhimento da categoria em termos numéricos foi surpreendente. Até 1988 havia 13.600 mineiros na bacia carbonífera (Criciúma, Içara, Urussanga, siderópolis, Lauro Muller, Cocal do Sul e Forquilha). Em 1991, havia 4500 trabalhadores no setor. Hoje são aproximadamente 3.500 mineiros na região e cerca de 2.300 em Criciúma.

⁷Em Junho de 1992, diante da dramática situação das industrias carboníferas, a ACIC encaminha ofício aos Ministros Jorge Konder Bornhausen e Marcus Vinícius Pratini de Moraes, das Minas e Energia, pedindo empenho para que o governo federal autorizasse a compra de 40 mil toneladas/mês de carvão catarinense *"para conter os conflitos e os graves problemas sociais que assola a cidade e a região sul cujas*

Os políticos também fizeram coro: *"Tudo em troca de que?"*, questiona o então deputado Eduardo Moreira, hoje prefeito de Criciúma. Ele mesmo responde: *"Para economizar 0,5% no preço do aço. É custo social muito alto. Isso não se justifica"*, o deputado conclui que *"somente interesses obscuros na importação de carvão mineral explicam isso; principalmente num momento em que os preços do petróleo dispararam e o carvão nacional pode substituir o equivalente a 60 mil barris/dia"* (JM, 08/12/90).

Já o ex-prefeito e ex-presidente do PFL de Criciúma, Mário Sônego, faz questão de ressaltar: *"se não for definida imediatamente uma política para o carvão, o Sul de S.C. estará fadado a se tornar como muitos municípios de Minas Gerais que praticamente desapareceram, depois que o ouro acabou"*. Segundo ele, existem dois responsáveis pela crise: o governo e a classe política. Justifica: *"nada disso teria acontecido se a classe política reagisse, impedindo, entre outras coisas, a redução da cota de carvão da Eletrosul que caiu de 110 mil toneladas para apenas 75 mil ton/mês e a paralisação da Jorge Lacerda IV"*.⁸

"Basta os políticos pressionarem o governo" (Sônego); *"É preciso proteção do governo para o setor"* (Vilella); *"É só o governo concluir a Jorge Lacerda e comprar 160 mil toneladas de carvão"* (Serafim); *"É só o governo comprar o carvão catarinense para conter os conflitos sociais"* (Acic): esse conjunto de falas e proposições resume a reação dos diversos segmentos diante da crise da mineração. Todos, empresários, agentes políticos, sindicalistas tinham, no entanto, um ponto de vista comum: **responsabilizar o governo pela crise e/ou esperar dele a solução**.⁹

consequências são imprevisíveis devido as demissões em massa no setor". O documento confirma que a situação foi agravada na região carbonífera depois da Portaria Ministerial, assinada em setembro de 1990, que desregulamentou o setor permitindo ao País a importação, com alíquota zero, de carvão metalúrgico no mercado internacional. Cópias deste documento foram enviadas aos deputados estaduais e federais que representam a região carbonífera e ao presidente da FIESC, Milton Fett.

⁸Não é de agora que o setor vem enfrentando sérias dificuldades e só não implodiu com a completa desativação das minas de carvão porque, ao longo de muitos anos, a exploração dessa atividade contou com três ilustres aliados que, se deslocavam frequentemente à Brasília, abrindo portas e pressionando ministros. Refere-se aos empresários Fidelis Baratto e Diomício Freitas, já falecidos e a Santo Gulglielmi que, sozinho, muito pouco tem conseguido fazer para reverter o quadro.

⁹Alguns estudiosos da mineração acabam incorporando em suas análises esta idéia de que a **responsabilidade pela crise é do governo** (grifos meus). *"O governo Federal teve grande parcela de responsabilidade pela crise do carvão ao retirar, sem aviso prévio, os subsídios". As empresas não estavam acostumadas com a concorrências, pois o governo era o único comprador (...) Essa relação de dependência seja através do consumo, seja através de atrasos nos pagamentos, gerou a mais profunda crise do setor.* (Santos, 1995: 70) Para este autor, *"os gritos de socorro pela salvação do carvão como atividade econômica, são isolados e, não representam a região (...). As lideranças sindicais e empresariais já sabem que os discursos de crise do carvão, como crise regional, não tem mais o peso que possuía no passado"* (Ibidem, pag. 70). Meu estudo pretende mostrar que um dos aspectos mais fortes da ideologia da mineração é sua campanha sistemática em favor do carvão e que o discurso da crise continua sendo uma das maiores orquestrações políticas das elites locais. As propostas de implantação de usinas termoeletricas nas bocas das minas para "salvar o carvão", são provas de que os gritos de socorro continuam ecoando com força na região, agora sob a máscara neoliberal e preservacionista.

Com a política recessiva do governo Collor, o modelo econômico baseado na mineração chegou a exaustão. Era o fim de um largo período histórico que marcou a vida, a economia e política de Criciúma como a cidade do carvão.

A crise se transformou em colapso para o setor carbonífero quando o governo Collor adota medidas definitivas de desregulamentação da economia que se iniciará com o fechamento e posterior privatização da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, em 1990, e com ela põe fim ao complexo carbonífero existente na região desde os anos 40. Mas como veremos a seguir, não se tratava apenas de uma crise setorial, mas de uma crise generalizada, uma “quebradeira geral”, fruto da política recessiva e anti-social que atingiu violentamente os trabalhadores e outros setores sociais.

Uma crise profunda e generalizada

Quando, em 1991, Criciúma tinha 146.162 habitantes, sua População Economicamente Ativa era de 33,8%, o número de desempregados já ultrapassava 12,6 % de sua população. No final dos anos 80 e início dos 90, a situação era ainda mais desesperadora, haja visto os efeitos devastadores que a crise da era Collor trouxe ao município e região (PBDR, 1994).

O fantasma do desemprego atingiu todos os ramos de atividade. Além dos setores cerâmico e mineração, os mais duramente atingidos, a recessão diminuiu a oferta de empregos no setor metalúrgico, vestuário e calçado, comerciário e construção civil, etc. Apenas nos setores industriais analisados, mais de 8 mil trabalhadores perderam seus empregos, o que representa 22% do total analisado. Dos 9 mil trabalhadores nas indústrias cerâmicas, 7.600 estavam em férias ou em licença remunerada e, em torno de 4.000 perderam seus empregos. No setor do vestuário houve cerca duas mil demissões.

De acordo com levantamento feito junto à Delegacia Regional do Trabalho e ao SINE, em dezembro de 1990, não havia sequer uma oferta de emprego em toda região de Criciúma. O quadro geral de empregos existentes em Criciúma e região pode ser visto no levantamento feito pelo JM junto aos sindicatos dos trabalhadores nos principais setores produtivos. Por categoria profissional, o quadro é o seguinte:

Quadro 4 - Oferta de empregos em Criciúma e região carbonífera

CATEGORIA	CRICIÚMA	REGIÃO
Metalúrgicos	3.600	4.500
Mineiros	2.300	4.500
Ceramistas e Constr. Civil	7.000	15.000
Químicos e Plásticos	1.500	2.300
Transportes Coletivos e cargas	4.000	7.000
Bancários	800	1.200
Alimentação	1.100	3.000
Comerciários	3.000	5.000
Vigilantes	400	700
Vestuaristas e Calçadistas	3.000	5.000
Hotel e Similares	700	1.400
Servidores Públicos(mun/est/fed)	2.000	3.000
TOTAL	29.400	52.600

Fonte: Sindicatos dos Trabalhadores. In:JM, 03.05.1992.

Por outro lado, a utilização do seguro desemprego cresceu significativamente no período entre 1986 à 1995. A tabela seguinte traduz, pelo número de pedidos de seguro-desemprego, o crescimento do desemprego, só em Criciúma.

Tabela 4 - Pedido de Seguro-desemprego em Criciúma entre 1986 - 1995

ANO	ABS.
1986	133
1987	1.879
1988	1.935
1989	3.510
1990	7.427
1991	10.715
1992	8.939
1993	6.526
1994	7.311
1995	1.233
TOTAL	49.608

Fonte: Santos, 1995, p. 175.

De acordo com Santos, a partir de 1988, o aumento do benefício cresceu de maneira assustadora. Entre 1988 à 1991, a procura pelo benefício cresceu na ordem de 522,7%. Essas

informações não são desprezíveis, na medida que demonstram a gravidade da crise de emprego na região Sul. (1995, p.174).

Enquanto o setor carbonífero tentava contornar as sérias reduções do mercado em função da liberação das importações do produto, a indústria cerâmica fecha suas portas no aguardo do reaquecimento do mercado, já reduzido em 50%. Nos últimos três meses (Junho/Ago/Set 1990), ocorreram duas mil demissões. Em 1990, a recessão enfrentada pelo setor cerâmico foi de tal intensidade que das 13 maiores cerâmicas existentes na região, nove pararam suas atividades. Toda economia da região Sul estava irremediavelmente comprometida pela política recessiva do governo Collor. Como já havia observado Volpato,

"o exclusivismo da mineração, além de identificar a cidade, trazia como consequência a oscilação econômica e política, com altos e baixos, por estar atrelada e dependente dos propósitos e necessidades da política energética nacional. As consequências sociais deste atrelamento apareciam nos momentos de recessão, por atingirem simultaneamente todas as indústrias carboníferas, únicas na região, no seu rastro, enfraquecendo o comércio, as entidades prestadoras de serviços públicos e privados, provocando desemprego e pobreza em cadeia nos diversos setores ocupacionais" (1991, p.53).

Tal como a mineração, a indústria cerâmica dependia da política governamental: um maior ou menor incremento na construção civil, a execução ou não de programas habitacionais, a abertura ou fechamento do mercado externo - todas decisões tomadas na esfera federal, isto é, no âmbito do Estado, refletiam diretamente no setor cerâmico.

Os números relativos ao setor carbonífero e cerâmico não deixam dúvida quanto ao tamanho do estrago causado à economia regional pela maior recessão já vivida na região carbonífera, além do setor do vestuário, calçados e construção civil (Relatório PBDR, 1994, p.193). Embora generalizada, a crise atinge desigualmente empresariado e trabalhadores e os diferentes ramos industriais.

Enquanto alguns setores, como a indústria do Vestuário, conseguiram sobreviver durante o governo Collor e, a partir de 1992, chegou a ter uma breve recuperação,¹⁰ em contrapartida, a situação dos trabalhadores não era tão otimista. Para o Sindicato do Vestuaristas de Criciúma, o nível salarial da categoria estava defasado. Durante o dissídio da categoria, em 1993, a assembleia dos trabalhadores, em greve, rejeitou a proposta patronal de um piso de Cr\$ 6 milhões (seis milhões de Cruzeiros) a partir de 1º de maio de 1993. Além de

¹⁰Como declarou o ex-presidente do Sindicato da Indústria do Vestuário, Adílio Ferreira, "cerca de 200 empresas sobreviveram no setor e, em 1993, o número de empresas aumentou para 350 e passou a gerar 7.000 empregos diretos e um número significativo de postos de trabalho indiretos. Em 1993, a indústria produzia 3 milhões e 100 mil pç/mês, e algumas empresas como a Rosatex, exportavam em grande escala para a Europa e Estados Unidos". (DC, 23.05.1993).

considerar insuficientes os salários e pisos oferecidos, os dirigentes sindicais reclamavam da terceirização. Segundo levantamento do Sindicato dos Vestuaristas e Calçadistas, o piso oferecido pelos empresários estava muito abaixo de outras categorias, em Criciúma. Vale comparar:

Quadro 5 - Valor do piso em abril/93 em milhões de cruzeiros.

CATEGORIA	VALOR DO PISO EM ABRIL/93 EM MILHÕES DE CRUZEIROS
Mineiros	11,7
Ceramistas	11,6
Construção Civil	9,3
Metalúrgicos e Motoristas	7,7
Químicos e Plásticos	6,4* (maio/93)
Hospitais	5,4

* Fonte: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e Calçados de Criciúma

O ex-presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário, Adílio F. dos Santos, disse que entre os fatores positivos da indústria do vestuário foram as mudanças que estavam ocorrendo no empresariado do vestuário e nas suas relações trabalhistas:

"O boom da indústria do vestuário veio logo após o governo Collor. Três fatores explicam a recuperação abrupta do setor: mudança de mentalidade empresarial; amadurecimento nas relações Capital versus Trabalho e o sucesso do empreendimento Pórtico Comercial de Criciúma, localizado às margens da BR 101, com 84 lojas de confeccionistas de Criciúma e cidades vizinhas" (DC, 23/05/1993).

Da mesma forma, o setor calçadista, em parte beneficiado pela abertura da economia ao mercado externo, teve um breve período de recuperação em 1992, mas entrou em colapso a partir de 1993. Só nos últimos quatro meses de 1994, demitiu cerca de 4.000 trabalhadores. De acordo com o relatório do PBDR, *"a indústria de calçados chegou a ter uma expressão na década de 60 e 80, mas não resistiu aos conflitos entre patrões e sindicatos dos trabalhadores, emigrando para outros municípios do Sul"* (PBDR, 1994, p.298)¹¹.

Este era o cenário de Criciúma, no final dos anos 80 e início dos anos 90: desemprego e subemprego em massa. Os dois principais setores da economia local e regional, a cerâmica e a mineração, foram duramente afetados pela política econômica do governo Collor. Veremos a

¹¹Outros aspectos da crise dos anos 90 será desenvolvido no capítulo 6, quando tratarei das relações entre empresariado e trabalhadores e dos conflitos capital e trabalho em Criciúma. Uma análise mais profunda do setor vestuarista foi desenvolvido por Goularti em sua dissertação de mestrado, apresentada e defendida em 1995.

seguir que, além da questão do desemprego, há outros aspectos da crise que precisam ser destacados. Talvez Criciúma seja uma das poucas cidades brasileiras que tenha se deparado com uma situação tão dramática naqueles anos de crise, desemprego e recessão. Foram milhares de pessoas que viveram a humilhação do desemprego, viram desmoronar sonhos e esperanças de terem uma vida mais digna e feliz. No rastro da crise do carvão e das cerâmicas, além do desemprego, das cicatrizes humanas e conflitos sociais, é possível perceber outros indicadores da crise dos anos 90.

O esforço da análise seguinte visa a tirar lições da crise, aprender com elas, superando-a, ou seja, tentar fazer-nos entender que aquela não era apenas mais uma crise do carvão, uma crise setorial, mas do esgotamento de um modelo de desenvolvimento exclusivista e caudatário da dominação patrimonialista e do qual ainda somos reféns. Um modelo de desenvolvimento típico de cidades mono-industriais, tradicionais, com forte dependência e influência do Estado central. O que tivemos, nas últimas três décadas em Criciúma, não foi mais uma crise do carvão, mas uma importante reestruturação produtiva e econômica com diversas consequências sociais, políticas, culturais e ambientais que a primeira vista somos incapazes de perceber. Senão vejamos.

3.2 - Para entender a crise e as mudanças em Criciúma: algumas explicações possíveis

Faz-se necessário, agora, situar a crise vivenciada em Criciúma e região sul, no contexto mais geral da economia e do cenário político dos anos 80 e 90. A economia da região - que já estava abalada desde o governo Sarney (1985-1989) - recebeu um golpe violento com as políticas recessivas e anti-sociais do governo Collor (1990, p.92).

Com isso não quero dizer que a explicação da crise local tenha sido mera consequência ou determinação da crise econômica global. A análise aqui desenvolvida revela que houve fatores intrínsecos ao modelo exclusivista adotado pelas elites locais, que tornaram o impacto da política recessiva muito mais grave que em outras cidades do estado que não dependiam unicamente das políticas governamentais. O "caso" de Criciúma (e de outras cidades da região carbonífera desenvolvidas a partir de fortes laços de dependência e gestão Estatal) deve ser analisado em suas peculiaridades pois tem a ver com o fim de um modelo de desenvolvimento local baseado quase que exclusivamente na indústria do carvão. É como se vivêssemos, em Criciúma, no final dos anos 80 e início dos anos 90, uma crise dentro da crise e essa crise dentro da crise só poderá ser explicada na sua profundidade se a relacionarmos com a crise

mais geral em curso no país e, esta, com a crise local. Assim estaremos aplicando com alguma coerência os pressupostos metodológicos apresentados no início deste trabalho.

De acordo com Maria Herminia de Almeida, duas situações marcaram a história das cidades e da sociedade brasileira na década de 80: a primeira foi a democratização do processo político-institucional com a ampliação da participação popular e dos trabalhadores no processo político; a segunda foi ter sido uma década marcada pelo aprofundamento da crise econômica que tivera início nos anos 70 e, sobretudo, a crise do Estado que estamos vivendo até hoje (Almeida, 1994, p.56).

"A crise dos anos 80, cujo epicentro é a crise fiscal do Estado, está levando de forma dolorosa e espasmódica à redefinição das funções e atribuições do Estado, diminuindo sua capacidade de intervenção e regulamentação da vida econômica e de promoção de arranjos de tipo corporativo ou neocorporativo(...). Essa crise não começa com o governo Collor, como supõem alguns, existe um processo de desmantelamento do Estado desenvolvimentista que vem se arrastando ao longo da década de 1980" (ALMEIDA, 1994, p.56).

O que estamos vivendo, completa a autora, *"não é só uma crise política e crise econômica "normal", mas uma crise de transição do padrão de crescimento e de intervenção do Estado na economia"* (Ibidem).

Para um conjunto de autores (M^a Hermínia Almeida; Francisco Oliveira; Ary Minella; Jorge Tapia, entre outros) trata-se de um processo mais amplo de reestruturação produtiva que alterou profundamente (a) o caráter do Estado na sua relação com a economia; b) o regime de acumulação capitalista; c) a estrutura de classes em países como o Brasil que vivenciam esse processo de desregulamentação ou reestruturação produtiva. Para outros (José de Sousa Martins, R. Faoro, Marilena Chaui, etc) trata-se, sobretudo, do esgotamento do modelo tradicional de dominação política que, no caso brasileiro, está baseado na dominação patrimonial sob o invólucro de uma ordem liberal e moderna (ou neo-liberal e pós-moderna conforme um modismo mais recente). Como diz José de Souza Martins:

"Qualquer tentativa de interpretar a dinâmica do processo político brasileiro, e seus episódios singulares, passa pelo reconhecimento de que as mudanças só ganham sentido nas crises e descontinuidades do clientelismo político de fundo oligárquico que domina o País ainda hoje. Passa pelo reconhecimento de que a tradição do mando pessoal e da política do favor desde há muito depende do seu acobertamento pelas exterioridades e aparências do moderno, do contratual. A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional-legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias

políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo-a seu controle todo o aparelho de Estado." (1994, p.20)¹²

Ou seja, uma sociedade e um Estado marcados por *"relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, o oligarquismo"* (Martins, 1994). Por mais que ouvimos os remedos discursivos e cantilenas dos próteres do liberalismo e neo-liberalismo nativo, o Estado e sua poderosa burocracia foi presença determinante não apenas como instrumento de coerção política mas como agente econômico fundamental. Como observou Raymundo Faoro:

"Tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco sobrará: não sobrará sequer a empresa multinacional, tão protegida como a diretamente estatal e indiretamente favorecida. Deixe de lado o florescimento patrimonial de 1930 e 64, com o poder público servindo de estufa - em certo período uma estufa armada - para só focalizar atenção no espaço em que se diz que saímos da autocracia" (Faoro, 1993, p.26).

E continua:

"Pensemos a história mais recente no Brasil, desde 1979, nos chamados "planos" (onze até 1992), decretados de surpresa, sem nenhum respeito às garantias jurídicas de um Estado de direito. Como um sopro, a economia particular é apropriada pelo governo, que redistribui os valores entre categorias econômicas identificáveis. Esta é uma crônica, cíclica e repetitiva, que ainda não se concluiu. Este é o pré-capitalismo, o mercantilismo, o "capitalismo politicamente orientado", o único que conhecemos, fora das teorias e dos livros. A última novidade foi a implantação do neoliberalismo por decreto, com uma nominal "modernização" da economia: um liberalismo que não se nutre da sociedade, mas da ideologia" (idem, ibidem).

Se no nível da experiência brasileira, este vínculo ou associação entre o setor público e privado foi (e continua sendo) tão forte, em se tratando da experiência de Criciúma, esta vinculação e esta relação de dependência/ingerência é ainda maior. Em Criciúma, o capital (refiro-me ao complexo da mineração) foi colocado a serviço do Estado, que dita, desde cima, o que pode/deve ser feito e o que não deve. O lucro privado e acumulação de riquezas que a indústria de mineração proporcionou a um grupo muito restrito de famílias foi possível graças aos laços de dependência e clientelismo estabelecidos entre donos das minas e governantes.

¹²Ainda de acordo com Martins, *"é certamente difícil explicar os acontecimentos recentes sem o recurso à história da relação entre público e o privado na formação do Estado brasileiro. Basicamente, porque no Brasil a distinção entre o público e privado nunca chegou a se constituir, na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pessoa, ao cidadão. Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado. Portanto, uma distinção relativa ao direito da propriedade e não relativa aos direitos da pessoa. Durante todo período colonial, os direitos se superpuseram, o público e o privado." (Martins, 1994, p. 21-22).*

E, concordando com o autor de *Os Donos do Poder*, neste modelo de dominação patrimonialista, o que conta é o fato do enriquecimento privado ser feito a custa e em função do poder público. Faoro, citando Caio Prado Jr, escreveu:

"O que conta e torna o enriquecimento privado à custa e em função do poder público em categoria verdadeiramente econômica e forma específica de acumulação capitalista de grande vulto é o fato de se ter constituído na base das atividades estatais toda uma esfera especial de negócios privados proporcionados pelo poder público e sistematicamente promovidos pelos detentores desse poder em benefício próprio e dos indivíduos e grupos a que se ligam e associam. (grifos meus) "Essa situação - prossegue Faoro com as palavras de Caio Prado - deriva de fatores históricos que dizem respeito à própria natureza da organização econômica e social brasileira no que tem de mais profundo; e se reflete numa estrutura política e estatal, em que também se conservam acentuados traços herdados de remoto passado (Faoro, 1993, p. 24).

Por esta linha de análise, a realidade atual não pode ser explicada apenas de um ponto de vista macro-econômico, decorrente das mudanças ocorridas no regime de acumulação, como acentua o primeiro grupo de autores, mas só pode ser entendida se for levado em conta aspectos históricos, políticos e culturais, tais como a tradição de mando, de dominação, de clientelismo e favor que, nos diferentes períodos da história das cidades e da sociedade brasileira, foram suas marcas principais e continua sendo até hoje, 1995.

As questões acima enfatizadas, como o leitor verá, não se contrapõem às explicações seguintes nem são excludentes. Pelo contrário, o enfoque patrimonialista perpassa e fundamenta as várias explicações da crise brasileira no período. Tratam-se, portanto, de enfoques diferenciados que tentam ajudar o leitor a entender a crise atual a partir dos rastros que ficaram, das pegadas deixadas pelos atores históricos em seus movimentos ou deslocamentos mais recentes. Talvez assim possamos entender, um pouco, o que tivemos em Criciúma no início da década.

3.2.1 - Do público para o privado: o Estado patrimonialista e a intermediação de interesses

A reestruturação da ordem econômica que se processa no nível internacional tem afetado diretamente aqueles países cujos modelos de Estado foram constituídos por um padrão intervencionista de desenvolvimento e **corporativismo**¹³ a nível das classes sociais, como é o

¹³. A propósito deste termo - citado em vários momentos nesta dissertação - Chauí observou, com toda razão, que além de suas aparições serem oscilantes ao longo da tese, isto é, além de ter dado a ele vários sentidos ("modelo corporativista"; "corporativismo místico dos mineiros"; "corporativismo setorial"), a filósofa alerta-nos que o termo tem sido utilizado para substituir a expressão marxista **interesse de classe** e encobrir o modelo facista de Organização do Trabalho implantado no Brasil com o propósito de substituir a **luta de**

caso brasileiro e de outros países da América Latina (Diniz e Boschi, 1993) Segundo esses autores, o setor mais conservador do ponto de vista do apego à estrutura corporativa foi o empresariado urbano. Aqueles que mais se beneficiaram dos canais pelos quais essa estrutura facilitava o acesso ao Estado no período autoritário, foram, também, os mais atingidos quando esta estrutura corporativista deu sinais de esgotamento, a partir dos anos 80.

Este parece-me ter sido o caso do empresariado do carvão em Criciúma - profundamente apegado ao Estado e beneficiado pelo governo brasileiro por um longo período da história - e, mais recentemente, o empresariado do setor cerâmico, herdeiro do padrão de Estado patromonialista, que no processo de implantação das indústrias cerâmicas contou com a preciosa ajuda do Estado, através de financiamento públicos e outras facilidades (Goularti Filho, 1995).

Ao se falar da formação e consolidação de grupos econômicos privados na Região Carbonífera é preciso destacar, desde o início, a presença marcante do Estado como impulsionador do processo de acumulação. Enquanto algumas análises explicam a acumulação do capital no processo de colonização e industrialização de Santa Catarina a partir da "pequena produção mercantil" e outros superdimensionam a ação dos grupos privados no processo de acumulação, omitindo-se praticamente a presença do Estado (Mamigonian, 1960/65), Michels demonstra que a *"formação dos grupos econômicos privados da região sul de SC é pautada na subtração ao patrimônio público*. Para este autor,

"o agente estatal, juntamente com a superexploração do trabalho, é o principal responsável pelo enriquecimento das famílias Freitas e Guglielmi. Tais famílias constituem grupos que iniciam suas atividades diretamente vinculados ao Estado. Inicialmente como empreiteiros, posteriormente, como vendedores do carvão à empresas estatais e, posteriormente, como beneficiários dos subsídios públicos." (Michels, 1993).

Para ilustrar seu argumento, Michels relata o crescimento de dois grupos econômicos de Criciúma, o Grupo Cecrisa e o Grupo Guglielmi, respectivamente do setor cerâmico e da mineração que tiveram enriquecimento privado graças *"ao acesso fácil junto a organismos estaduais e federais de financiamento"* (1993, p.272).¹⁴

classes pela colaboração de classe. Para Chauí, a utilização deste termo só é correto quando nos referimos ao funcionalismo público ou às profissões chamada de liberais. Ao incorporar este termo em minhas análises, não estou negando toda carga preconceituosa e reacionária que o acompanha mas, referendado em alguns autores brasileiros (Maria Hermínia T. Almeida, Jorge Tapia, Vanda R. Costa, por exemplo) tenho utilizado-o para diferenciar os interesses setoriais ou de grupos sócio-econômicos dos chamados interesses de classes. Ao utilizar, por exemplo, a expressão "corporativismo do mineiros", quero destacar que interesses de uma categoria se difere (e, em minhas análises, sobrepõem-se) dos interesses das classes trabalhadoras - o mesmo ocorrendo em relação aos mineradores.

¹⁴Para este autor, tanto a família Freitas como a Guglielmi *"tiveram sua evolução patrimonial diretamente associado ao Estado. Inicialmente, via ação direta, na condição de empreiteiros, contratando obras e*

Segundo Michels, o setor cerâmico foi o que mais recebeu incentivos para o seu crescimento.¹⁵

Da mesma forma, o Grupo Guglielmi, estabeleceu e mantém até hoje, íntima relação com o Estado, na condição de maior vendedor privado da região, seja pelas facilidades obtidas na aquisição da CSN (ex-Próspera), seja por expedientes imorais não suficientemente comprovados. A CSN, além de ter sido adquirida a preços muito abaixo do valor patrimonial e ter feito o pagamento com moeda podre (títulos governamentais), este grupo privado obteve do governo do Estado recursos para pagar os 200 empregos, durante seis meses, através de um "acordo" com o governador Vilson Kleinübing (Michels, 1993, p.273).¹⁶

Por outro lado, num plano mais geral, Tapia (1994), destaca a natureza bifronte do padrão corporativismo prevalescente no Brasil ao longo do processo de industrialização: de um lado a tutela e, de outro, o acesso, definiu uma lógica de funcionamento da relação do Estado com o empresariado brasileiro ao longo do processo de industrialização. Há vários estudos que demonstram a assimetria existente entre empresários e trabalhadores quanto ao acesso às políticas e decisões governamentais. Ou seja, *"há um padrão, uma lógica de funcionamento setorial de negociação de interesses, de acordos bipartites, que repõe sistematicamente a assimetria entre capital e trabalho. Esse modelo mostrou-se viável enquanto as condições econômicas eram boas... sistematicamente, através do crescimento*

comprando carvão; num segundo momento, com a diversificação dos investimentos em outros ramos de atividades (cerâmica, comunicações, agropastoril, etc) o agente estatal interviu ofertando o crédito, os subsídios e incentivos em suas múltiplas formas. A partir de 1970, ocorre um crescimento vertiginoso destes grupos. O grupo Cecrisa que tinha, em 1971, um patrimônio líquido de 5 milhões de dólares, dez anos depois, este patrimônio cresceu 1600%, isto é, foi para 83 milhões de dólares, o que corresponde doze vezes do crescimento do PIB catarinense que, no período, foi de 130%" (1993, p. 271).

¹⁵*"A história do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo sul - BRDE - confunde-se com a história do setor cerâmico. Desde 1962, financiando os mais diversos projetos de expansão e/ou aperfeiçoamento tecnológico das empresas... o BRDE acompanha cada um dos seus passos. De todos os investimentos realizados entre 1962 e 1982, 12% foram para o setor cerâmico" (Fonte: BRDE. Informe Setorial: Indústria de Cerâmica de Revestimento de Santa Catarina. Florianópolis, 1988, 18). Um dos mecanismos utilizados pelo Grupo Cecrisa, na busca do seu enriquecimento, é a concordata. fez uso desta prerrogativa em diversas oportunidades; somente ao BADESC, a Cecrisa devia na época da concordata (1991) a importância de 50 milhões de dólares. Outras facilidades da empresa em sua relação com o Estado refere-se ao débito das empresas do grupo à CELESC. Segundo o Relatório de Contas em Atraso a dívida das cinco empresas do Grupo (Incocesa, Cecrisa, Cesaca, Portinari e Eldorado), em 29.02.92, era de Cr\$ 2.900.000,00 (400.000 dólares, aproximadamente). Os vínculos da Cecrisa com o Estado, estende-se a outros setores como da comunicação. Obteve do estado a concessão de três canais de TV e nove rádios com base no crédito, subsídios, incentivos e domínio sobre os meios de comunicação na região Sul e Florianópolis" (Michels, 1993, p.272-273).*

¹⁶São exemplos (entre outros, citados no trabalho de Michels) de como os grandes grupos, através de seus representantes políticos, mantiveram e mantém íntima relação com o Estado, apesar dos discursos antiestatizantes. Em sua revisão crítica da economia política catarinense, o autor demonstra que nas diversas regiões de Santa Catarina, nos últimos 40 anos, a acumulação do capital deu-se preponderantemente sob a égide direta da intervenção do Estado. (1993, p. 315).

econômico, através da possibilidade de, em crescendo, distribuir, e assim soldar interesses fragmentados segundo práticas, muitas vezes, corporativistas e clientelísticas" (Tapia, 1994).

Não é por acaso que propostas de privatização, redução do papel do Estado (muitas vezes confundido com a discussão do seu tamanho), ganha centralidade na agenda política das reformas no final dos anos 80 e anos 90.¹⁷ Percebe-se, nesta relação e intermediação de interesses, um movimento que vai do público para o privado, do Estado para a empresa. A luta contra este modelo de Estado-empresarial, de Estado instrumento do capital (Estado patrimonialista sócio do capital), motivou a organização de uma política oposicionista no Brasil em torno da chamada "desprivatização do Estado". Isto só foi possível, com a entrada em cena de outros atores - particularmente os trabalhadores urbanos - a partir das grandes greves do ABC, em São Paulo - no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, período que marca um novo movimento histórico, um novo deslocamento político e social, desta vez fazendo o caminho inverso que vai da esfera privada para a esfera pública.

3.2.2 - Do privado para o público: a emergência de uma nova sociabilidade ou quando as classes sociais tornam-se públicas

Para Francisco Oliveira, existe uma explicação para a repentina fúria antiestatal apregoada pelas elites brasileiras e de que Collor teria sido o exemplo mais devastador: em primeiro lugar, a crise do Estado não é reconhecida como expressão de uma dominação social obsoleta (dominação patrimonialista, como observei anteriormente) e, segundo, a crise tampouco é identificada como um sintoma da necessidade de redefinição das relações Estado-sociedade, salvo naquilo que a ideologia liberal chama de gigantismo estatal e seu corolário, isto é, a proposta de redução do Estado, de seu lugar na economia (Oliveira, 1994).

A crise do Estado - continua Oliveira - dá-se, sobretudo, com a emergência de uma nova sociabilidade que as elites foram capazes de reconhecer, mas incapazes de aceitar. O que norteava a ação desta parcela da elite brasileira, era o afã de *"liquidar um Estado que de forma contraditória estava acolhendo o peso cada vez maior das classes dominadas através da institucionalização de espaços públicos que jogavam para o lixo as práticas políticas*

¹⁷Para Tapia *"as propostas de privatização de várias empresas estatais, representa um momento de avanço do setor privado sobre o patrimônio público e não efetivas alternativas para repensar as relações entre Estado e economia. É uma estratégia de abrir novos espaços de acumulação de capital. Na medida em que há uma crise econômica, recessão, etc, onde o setor privado pode avançar patrimonialmente é em cima do setor público. Um claro exemplo disso é o setor elétrico."* (1994, p.70).

populistas de privatização do público, tendo já liquidado a pretensão autoritária de completa despolitização da economia e privatização da política" (Oliveira, 1994).

Para este autor,

"A constituição desta nova sociabilidade foi possível devido o caráter social-democrata da economia brasileira, resultante de um complexo processo de luta de classes. Num primeiro momento há o que ele chamou de 'publicização das classes sociais', ou seja, as classes perdem seu invólucro privado e se transformam em classes públicas. O ponto mais alto dessa publicização são as câmaras setoriais, particularmente da indústria automobilística, quando o patronato do setor automobilístico reconheceu como seu contedor o sindicato dos trabalhadores" (1994, p.13-14).

Uma das conseqüências direta da publicização das classes sociais, notadamente dos trabalhadores e do empresariado industrial, foi o estabelecimento de uma nova contratualidade, muito diferente daquela que vinha sendo adotada no Brasil quando o Estado determinava *unilateralmente* ou *bilateralmente* suas decisões econômicas ou salariais, ou seja, quando prevalecia, respectivamente, ou a posição unilateral do governo - sem levar em conta a posição ou interesses do empresariado e dos trabalhadores; ou quando havia uma conjugação de interesses entre o governo e o empresariado, tendo como contrapartida a completa exclusão dos trabalhadores.

Este modelo de Estado prevaleceu até a emergência do novo sindicalismo, quando novos atores entraram em cenas (Sader, 1989). O modelo se desmorona - escreve Oliveira - no momento que *"as classes saem do seu invólucro privado e tornam-se cada vez mais públicas"* (1994, p.15), isto é, quando as classes se politizam, entram na política, querem participar do processo de decisão acerca de tudo que é público, de tudo que justo e de tudo que diga respeito ao bem comum. Essa publicização das classes sociais tem como requisito fundamental que os interesses (e direitos) - mesmo sendo interesses contraditórios - sejam reconhecidos por ambas as partes e pelo governo. Seguindo as pistas de Habermas em *Mudanças na Esfera Pública*, escreve Oliveira:

"A constituição de uma esfera pública burguesa se dá enquanto os interesses privados da burguesia tornam-se interesses gerais, e a formação de uma esfera pública democrática não burguesa ocorre quando a própria relação privada de domínio da burguesia passa a ser objeto de negociação pública. Mas essa publicização - ressalta Oliveira - tem como requisito fundamental que os interesses sejam contraditórios. Por isso o conflito de classes é o fundador de uma nova esfera pública, democrática, não-burguesa". (1994, p. 13-14)

Em parte isso explica o furor anti-estatizante de nossas elites e nos ajuda compreender porque os próceres do neoliberalismo à brasileira e a burguesia em geral, embora queixem-se

tanto (sob a aparência de crítica) do tempo em que o Estado brasileiro foi um instrumento eficaz - e repressivo - de socialização das perdas e privatização dos benefícios (como ocorreu no Brasil por um longo período da história) a partir de Getúlio e se encerrou com Geisel" (Oliveira, 1994), insistem nas reformas da economia e nas mudanças constitucionais.

O que ocorreu no Brasil, nos anos 80, numa década considerada "perdida" do ponto de vista econômico, mas politicamente significativa, foi esse deslocamento da luta de classes da esfera privada, isto é, o local de trabalho, para a esfera pública, o Estado. Seguindo as pistas de Oliveira, a constituição do chamado fundo público¹⁸ proporcionou esse deslocamento da luta de classes da esfera privada para a esfera pública, da empresa para o Estado. Não significa dizer que a partir deste deslocamento do *locus* principal do conflito entre as classes deixasse de existir o confronto imediato e direto entre empregados e patrões na esfera da produção.

Este pensamento que Oliveira se contrapõe radicalmente, marcando desta forma sua diferença a Habermas e Offe, que anunciaram *"uma sociabilidade não estruturada sobre o trabalho e o fim do trabalho enquanto categoria sociológica fundamental"* (Offe, 1994, p.167-197).

Para Oliveira, *"a luta continua no chão da fábrica"* embora *"o fundo público só existe e somente se sustenta como consequência da publicitação das classes sociais, do deslocamento da luta de classes da esfera das relações privadas para a das relações públicas"*, do local do trabalho para o Estado - que passa a ser disputado pelas classes e grupos sociais e políticos que compõem a tessitura social brasileira.

O furor antiestatal cresceu quando a burguesia sentiu-se ameaçada no controle deste precioso instrumento de poder das elites, ou seja, quando as classes trabalhadores passaram a disputar com elas o controle, a gestão e a repartição do fundo público. Vale ressaltar que nas eleições presidenciais de 1989, as elites brasileiras levaram um grande susto com o desempenho da candidatura Lula e do Partido dos Trabalhadores, pois temiam perder o controle exclusivo e (quase) absoluto deste importante parceiro do capital que é o Estado.

¹⁸Oliveira define **fundo público** como *"expressão não apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; o fundo público é um mix que se forma dialéticamente e representa na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado - que é sociopolítica, ou pública - e a razão dos capitais - que é privada. O fundo público, portanto, é um conceito que busca explicar a constituição, a formação de uma nova constituição do valor, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca mais valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo de antivalor que por não buscar valorizar-se per se, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor"* (1993, p.139).

3.2.3 - Mudança no regime de acumulação: dispersão e fragmentação da produção

Ao mesmo tempo que ocorre este processo de publicização das classes sociais - que implica numa nova sociabilidade e contratualidade entre empresariado e trabalhadores - ocorre, no âmbito mais geral do capitalismo aquilo que alguns autores chamam de reestruturação produtiva ou desdobramentos da modernidade, como prefiro.

A fragmentação do social, o desemprego estrutural, a dispersão política dos trabalhadores e dos partidos de esquerda (Hobsbawm), a exarcebação do individualismo em oposição ao holismo nas sociedades ocidentais (Dumont), o declínio do homem público e a tirania da intimidade (Senett), o tribalismo e o guetismo dos movimento sociais (Chauí) as diversas modalidades de corporativismo - setorial, estatal, societal (Maria Hermínia, Tapia) e tantas outras manifestações recentes que a grosso modo alguns pós-modernos pensam ter descoberto,¹⁹ não é um problema só das esquerdas ou de natureza organizativo-institucional, mas é, em grande medida, expressão da lógica dessa nova fase do capitalismo, denominada também de "acumulação flexível do capital". Mas o que é acumulação flexível do capital? Nas palavras de Harvey,

"a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Em confronto direto com a rigidez do fordismo, o regime de acumulação flexível se caracteriza pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando um vasto movimento de emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais até então completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas" (1993, p. 140).²⁰

¹⁹O que chamo de fragmentação se insere num contexto muito mais perverso do estágio atual do capitalismo, de desemprego estrutural, uma situação em que a própria classe operária vai encontrando e sofre transformações internas importantes (Hobsbawm, Offe, Num, Gorz). Ora, *"tudo isso que constituiria na grande descoberta e inovação dos pós-modernistas, tem suas bases explicativas fundamentais no primeiro volume do Capital, quando Marx analisa a mercadoria, o dinheiro e a grande indústria. Podemos evocar Marx e algumas passagens dos Grundrisse, para lembrar que é inerente à própria dinâmica de valorização capitalista converter, tendencialmente, o trabalho em algo supérfluo. Podemos ver como o movimento de constituição do modo de produção capitalista e o aparecer deste modo de produção - que os pós-modernistas pensam que acabaram de descobrir - é constitutivo mesmo da dissolvença do capitalismo"* (Chauí, 1992). Ou como M. Berman descreveu em sua crítica da pós-modernidade, podemos ver - como Marx - que *"tudo que é sólido se desmancha no ar"*. É impossível pensar o capitalismo ou tentar entendê-lo sem suas bases fundamentais, sem nos apoiar nas análises de Marx, que por sua vez, se constitui em algo bem distinto daquilo que a vulgata marxista chamou de "socialismo científico".

²⁰ Em sua análise sobre a condição da pós-modernidade, Harvey mostra que, *"após a falência do modelo fordista e do modelo keynesiano ... o que se tem, agora, é uma mudança na atualização do modo de produção capitalista, cuja expressão cultural (na forma de pensamento e nas artes) é o chamado de pós-modernismo, cuja expressão política é chamamos de neoliberalismo e corresponde, ao nível da economia, aquilo que se chama acumulação flexível do capital."* (Chauí, 1992)

Chauí (1992) recoloca, de um ponto de vista histórico, a explicação de Harvey sobre o novo regime de acumulação observando que "o capitalismo é um modo de produção permanentemente em crise. A crise é constitutiva dele". Para Chauí, "depois da II Guerra Mundial o capitalismo respondeu as suas crises com o fordismo e com o keynesianismo...

*"A partir de 1960, mas sobretudo a partir de 1972, ele vai responder com aquilo que alguns economistas chamam de "acumulação flexível do capital". A acumulação flexível do capital se caracteriza, em primeiro lugar, no nível da produção e do consumo, por um **turn-over** extremamente veloz da produção. Evita-se o estoque, evita-se a produção em larga escala e a formação de uma organização conglomerada horizontal e vertical da produção. E, sob a ação da recessão e da competição, vai preferir um outro modo de produção. E a mesma coisa se dá no consumo, um **turn-over** muito veloz, em que a durabilidade, que era uma das grandes chaves do fordismo ("o bom produto é o que dura muito") vai tornar-se mínima. O bom produto, na acumulação flexível do capital, é aquele que dura, no máximo, dezoito meses, enquanto no fordismo o bom produto durava oito anos. O produto, agora, é descartável." (1992, p 33) ²¹*

Ainda, de acordo com Harvey, a acumulação flexível envolve também um novo movimento de compressão do espaço-tempo no mundo capitalista, fazendo com que "os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitam cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado". (ibidem, 140)

Uma das conseqüências imediatas do novo regime é a capacidade de flexibilização e mobilidade do fluxo do capital e das decisões sobre os trabalhadores:

"Esses poderes permitem que os empregadores exerçam pressão mais fortes de controle do trabalho, sobre uma forma de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação ... que implicou níveis relativamente altos de desemprego estrutural... e retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista" (ibidem, 141).

²¹ "Neste novo regime de acumulação possui dois traços fundamentais: um primeiro, dá-se grande importância, no nível da informação e do conhecimento, para a formação da **imagem** da corporação, da imagem do conglomerado ou do monopólio. Uma imagem que seja de prestígio. Portanto, a mercadoria mais vendida é o prestígio, a mais competida é a informação e o conhecimento, e a mais dispersa é a força de trabalho. O segundo traço desta acumulação flexível é a reorganização do sistema financeiro, que vai tornar-se autônomo, e vai produzir também uma desregulamentação inicial com uma enorme proliferação de atividades financeiras e, depois, a formação e grandes conglomerados, para a formação de um único mercado mundial para o dinheiro e os recursos de crédito. Este sistema financeiro está acima do controle de qualquer Estado nacional, mas não exclui um controle estatal. Existe um Estado do Capital Mundial, que é o FMI e o Banco Mundial, que suprem a falta de controle dos Estados nacionais". (Chauí, 1992, p. 34).

Mudança no modo de regulamentação social e política

O novo regime - diz Harvey - desencadeou uma radical transformação na estrutura do mercado de trabalho, impondo regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis, mantendo um grupo de trabalhadores em tempo integral, com segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem e vantagens diretas e indiretas generosas, e outros dois grupos de trabalhadores periféricos, constituídos basicamente por *"empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho (pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado - o que caracteriza esse grupo é a alta rotatividade) e um outro setor periférico que oferece uma flexibilidade ainda maior e inclui um grupo de trabalhadores com menos segurança no emprego (empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal por contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público)"* (1993, p. 143).

De acordo com Harvey, nos últimos, todas as evidências apontam para o crescimento bastante significativo destas categoria de empregados periféricos. Além da transformação da estrutura do mercado de trabalho, outra mudança de igual importância nesta reestruturação industrial, ao lado da velocidade da produção e do consumo,

"ocorre uma dispersão geográfica da produção, isto é, no lugar da grande fábrica que contém tudo, o que temos é a dispersão do trabalho através de serviços contratados, temporários, de todo um setor informal de pequenos negócios, isto é, tudo que fica fora da corporação e que a corporação usa, contratando. Dispersa-se, portanto, a força de trabalho e a estrutura ocupacional se expande no interior de toda a sociedade. Isto não quer dizer que o poder das corporações diminui. Essa mudança e essa dispersão são conhecidas com o nome de desregulamentação - é usada apenas na fase seguinte, a monopolista. O monopólio não se concentra num único lugar, se dispersa. O melhor exemplo disso é a Benetton..." (Chauí, 1994).

A dispersão geográfica e fragmentação da produção, possibilita o florescimento da subcontratação, isto é, a formação de pequenos negócios prestadores de produtos e serviços que, em alguns casos, permitem sistemas mais antigos de trabalhos domésticos, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalistas (padrinhos, patronos e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam como peças centrais no sistema produtivo e não mais como apêndices. Por outras palavras, ao lado do mercado formal, registra-se um rápido crescimento da economia informal ("subterrâneas"), tanto no chamado mundo capitalista avançado como nos países "em desenvolvimento" (Harvey, 1993, p.145).

Percebe-se como este modelo, de capitalismo flexível, aos poucos foi sendo implantado em Criciúma em substituição ao regime fundado no exclusivismo da mineração. Ou seja, ao lado da população economicamente ativa, verifica-se o crescimento de um setor informal, de trabalhadores sem carteiras assinadas e contrato de trabalho regular (Goularti, 1995; Rabelo, 1995).

Além do processo de desverticalização das grandes empresas, surge um novo modelo de empresa: enxuta, composta por núcleo básico que cria uma rede de pequenas e médias empresas fornecedoras de peças, de insumos, etc. Não é o que está ocorrendo nas indústrias do vestuário, com o processo de terceirização?²² Mas esta reestruturação produtiva, acarreta um impacto muito forte no mundo do trabalho e sobre os trabalhadores, atingindo visceralmente o modelo sindical vigente no país.

Impacto sobre mercado de trabalho e o movimento sindical

O processo de reestruturação produtiva tem causado grandes mudanças nas últimas três décadas, não apenas em relação ao movimento sindical dos trabalhadores, como sobre os partidos e movimentos socialistas organizados e estruturados nos moldes do capitalismo fordista-keynesiano. No âmbito dos sindicatos, implica, de um lado, numa insatisfação por parte do sindicalistas frente aos efeitos desagregadores da subcontratação - uma das mudanças mais radicais do capitalismo contemporâneo, uma vez que a dispersão da mão-de-obra solapa as bases do sindicalismo. De outro, uma grande preocupação com os rumos do próprio sindicalismo, cujo modelo de organização está cada vez mais ameaçado como o avanço da flexibilização.

Como a tendência atual é a difusão do modelo japonês - que se baseia no crescimento da "subcontratação de pequenas empresas", além de reduzir o número de trabalhadores "centrais", nota-se a elevação do número de trabalhadores periféricos (facilmente contratados e demitidos sem maiores custos). A imensa maioria desses trabalhadores, cujos empregos estão constantemente ameaçados, não são sindicalizados.

Estabelece-se, desta forma, uma divisão no interior da classe trabalhadora, entre uma minoria que consegue trabalhar nas empresas modernizadoras (Tapia chama-os de *novos*

²²Estamos diante da chamada terceirização, da subcontratação de serviços como limpeza, vigilância, etc. A terceirização tem várias implicações que vai desde a "expulsão" da mão-de-obra desqualificada do setor produtivo, a crescente precariedade das relações de trabalho, o aumento do trabalho temporário, o descumprimento da legislação social. Este é o lado escuro da alardeada terceirização, que tem feito crescer a informalidade no mercado de trabalho, como é o caso da indústria textil de Criciúma. (Mais informações sobre terceirização, ver Goularti, Rabelo, outros).

eleitos, por além de ocuparem postos-chaves da organização, são cada vez mais qualificados e favorecidos pelo sistema²³) e uma massa de trabalhadores "periféricos", desqualificados e facilmente substituíveis. Estruturado dentro do modelo corporativista e com fortes vínculos com o aparato institucional do Estado, o sindicalismo brasileiro depara-se, agora, com dois tipos de trabalhadores: os integrados (ou centrais) e os excluídos (ou periféricos).

Este modelo, historicamente, tem favorecido os setores mais dinâmicos da economia, os setores mais organizados e integrados ao mercado de trabalho. Um dos dilemas atuais do sindicalismo reside nesta divisão interna dos trabalhadores, qual seja: de um lado estão os trabalhadores dispersos, periféricos, sub-representados pelo modelo corporativista e vertical de representação; de outro, os bem organizados, fortes e ativos, integrados no centro do mercado formal de trabalho.²⁴

Essa nova configuração do movimento sindical e do processo de trabalho se choca com o modelo de sindicalismo vigente no Brasil. Em Criciúma essas mudanças são perceptíveis na medida que aumenta os setores chamados "informais" da economia e sua dispersão geográfica (ou deslocamento industrial). O que vem ocorrendo com o setor do vestuário em Criciúma é um exemplo do que ocorre num plano mais amplo.

Com a flexibilização, a dispersão do capital e a terceirização (a subcontratação de serviços de limpeza, vigilância, abastecimento, etc), ocorre uma *"perda da capacidade de negociação por parte dos sindicatos dos trabalhadores. No Brasil, existem vários projetos de deslocação industrial, como, por exemplo, a proposta de mudar o setor de autopeças do ABCD para o interior do estado. Pense no que pode acontecer se isso ocorrer numa escala*

²³Tapia, em sua análise do corporativismo no Brasil, destaca o custo desta fragmentação social e desse privilegiamento: são os que poderemos chamar de os novos eleitos, os que vão conseguir trabalhar nas empresas modernizadas. (Talvez) seja esta a maneira de sobrevivência das lideranças sindicais, das suas burocracias, e também pode vir a ser a melhor forma de representação de seletos grupos de trabalhadores que serão capazes de trabalhar nas empresas flexíveis. Os que vão ter escolaridade, vão ter uma série de benefícios, como escolas pagas pelas empresas - aliás como já acontece. Talvez haja até uma afinidade letiva entre reestruturação produtiva e a lógica corporativa setorial (Tapia, 1994, p.76).

²⁴Tapia analisa a crise do modelo corporativista no contexto da reestruturação produtiva e chega a algumas conclusões: *"em primeiro lugar o corporativismo tenderá a assumir um caráter setorial, extemamente seletivo, sendo acompanhado de um processo de aprofundamento da heterogeneidade estrutural, de aumento da fragmentação social e, provavelmente, vai reproduzir uma lógica fragmentada, particular, que pode assumir feições conservadoras. Neste sentido o corporativismo pode se tornar um elemento conservador; a segunda conclusão é que o corporativismo autoritário, nas suas formas mais tradicionais, perdeu em grande medida sua bases materiais de existência, mas mesmo assim ele pode sobreviver... A sobrevivência de certas formas de corporativismo estatal poderá ocorrer se a crise do Estado brasileiro se prolongar, porque dele ainda dependem os interesses mais fracos".* Para este autor, *"existe um processo mais de longo curso que está minando as possibilidades do corporativismo, o que não significa que vá liquidá-lo de um dia para o outro. O período é de transição para um padrão pluralista de representação e não para um padrão corporativo."* (Tapia, 1994, 77)

expressiva. arrebatada com a base sindical e, portanto, com os sindicatos organizados e combativos" (Tapia, 1995, p, 72).

Este fenômeno de deslocamento industrial (dispersão das bases produtivas de áreas de forte tradição sindical para outras áreas onde a força de trabalho não está organizada em sindicatos combativos), foi comprovada, recentemente em Criciúma, no setor têxtil. Goularti (1995), revela a estratégia do empresário do setor do vestuário para ludibriar a ação do sindicato dos trabalhadores através do deslocamento das empresas para áreas onde a força de trabalho pode ser aproveitada com menores custos. Como a cidade de Criciúma tem uma tradição histórica de sindicatos combativos, os conflitos de classe são constantes. Por um lado, o sindicato patronal radicaliza suas posições e, por outro, os trabalhadores querem fazer cumprir os acordos estabelecidos e fazer respeitar seus direitos trabalhistas. Este enfrentamento tem garantido na região um dos pisos salariais mais altos no setor de confecções um dos mais altos do Brasil. Como o piso mais elevado, aumenta os custos das fábricas e alguns empresários procuram outras cidades "não contaminadas" pelos conflitos e lá instalam suas fábricas.²⁵

²⁵**Goularti exemplifica:** *"Enquanto o piso de uma costureira na Região Carbonífera (base do sindicato de Criciúma, filiado à CUT) está em torno de dois salários mínimos na base territorial do sindicato dos trabalhadores em Tubarão, ligado à Força Sindical, o piso é de um salário mínimo. Alguns faccionistas, que atendiam exclusivamente São Paulo, na busca de baixos salários, deslocam seus equipamentos para cidades fora da base territorial do sindicato de Criciúma e instalam suas fábricas em cidades como Armazém, Grão-Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Jaguaruna, onde há uma mão-de-obra disponível liberada pela agricultura, de baixa qualificação, predominantemente do sexo feminino e de uma faixa etária mais jovem que preferem trabalhar na fábrica - com um salário "mínimo" estável - que trabalhar na "roça" ou em serviços domésticos"* (1995, p. 149).

A REESTRUTURAÇÃO DO OIKÓS

Podemos, agora, fazer um breve resumo desta primeira parte do trabalho e, dentro do possível, tirar algumas "lições da crise", compreender o significado das mudanças ocorridas na economia de Criciúma e discutir criticamente as perspectivas de desenvolvimento da cidade. Como vimos no terceiro capítulo, as bases institucionais das relações capital / trabalho, pactuadas durante a vigência do compromisso keynesiano, foram solapadas no processo de reestruturação produtiva / desestruturação do mundo do trabalho. A reestruturação produtiva que a nível mundial e nacional se inicia no final da década de 70, só começa a se desenvolver em Criciúma no final dos anos 80, com a crise setor carbonífero e posterior colapso da economia fundada exclusivamente na mineração.

Os três movimentos descritos acima, quais sejam: 1) o deslocamento do público para o privado (no processo de desestatização da economia, isto é, de apropriação patrimonial do público pelo privado); 2) o movimento ao contrário, que vai do privado para o público (representado no processo de publicização das classes sociais, isto é, quando empresariado e trabalhadores rompem com as fronteiras de classes privadas e se politizam); e por último, (3) o processo de mudança conhecido como "acumulação flexível do capital", que promoveu de um lado a flexibilização da economia e por outro sua desverticalização, desconcentração e descentração das bases produtivas - esses três movimentos que vimos acontecer num plano mais global - embora uma década depois, está ocorrendo em Criciúma.

Os sinais de reestruturação do *oikós*, podem ser notados a partir do colapso da mineração (ou seja, do modelo mono-industrial) e de seus impactos no mundo do trabalho. Com a diversificação da economia local, consolida-se, em Criciúma, uma nova base de acumulação do capital e dominação das elites locais.

Considerando-se os três movimento do capital e os resquícios da forma tradicional de dominação patrimonial disfarçada sob a máscara do liberalismo, do antiestatismo e do neoliberalismo, temos uma base teórica e conceitual capaz de explicar o que aconteceu e está acontecendo em Criciúma e região carbonífera, nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 90. Caudatário daqueles movimentos do capital e principal herdeiro difusor desta modalidade de dominação tradicional que é patrimonialismo, um setor da economia em Criciúma, a mineração, e seus dois principais agentes sociais, os mineiros e os mineradores -

cujas relações são umbilicais, embora cada qual dentro das condições de classe que lhes são peculiares - sofreram um impacto sem precedente.

Já não se pode mais, simplesmente, falar em crises, cíclicas ou conjunturais, mas de mudanças estruturais da economia local. Muito menos, dizer que *"falta uma política para o setor"* como disse o atual presidente do sindicato dos Mineradores Ruy Hulse. Para Hulse, *"a crise foi resultante da ação do governo que, primeiro, desregulamentou o setor e impôs uma política predatória para o carvão, depois o governo virou as costas para o carvão"*, volta a reafirmar que *"o governo não tem uma política definitiva para o carvão e é por esta razão (justifica-se) o empresário se sente desestimulado e não investe"*. (entrevista ao Jornal da Manhã, 18/11/1995).

Ora, essa política sempre existiu. E foi implementada em benefício de alguns setores, particularmente os mineradores, que - como já observei - acumularam fortunas e poder. A política do governo para o carvão acompanhou toda história da cidade, configurou e moldou suas elites, sacramentou as bases da economia e seu imaginário dominante que chamo de **ideologia da mineração**.

As análises e opiniões sobre "as crises" e a perspectiva do setor carbonífero merecem uma reflexão à parte e as propostas apresentadas (inclusive as mais recentes) devem ser analisadas com muito cuidado. Elas são, antes de tudo, expressões de interesses e visões de desenvolvimento que se quer ou se tem para Criciúma. Idéias ou discursos simplificadores como *"o setor carbonífero não vive mais em crise e que apenas redimensionou seu tamanho e o raio de alcance de seu produto"* (Santos, 1995, p.95); ou, a exemplo do que disse o empresário Fidélis Barato Fº, *"o setor encontra-se estabilizado"* (Santos, 1995: 96); ou ainda, como diz um agente político local conhecido por suas ligações com os interesses dos mineradores e atual prefeito de Criciúma Eduardo Pinho Moreira (PMDB) ao dizer que vamos entrar numa *"nova fase de exploração do minério sem cometer os mesmo erros do passado"* (DC, Diário Especial sobre Criciúma, 06/11/95); ou, finalmente, como o presidente do sindicato dos Mineiros de Criciúma José Paulo Serafim, ao manifestar sua fé na *"ressurreição do carvão"*, convencido de que *"a crise era momentânea"* e que *"a retomada do setor carbonífero virá com a implantação de usinas termelétricas próximas às minas"* (DC, Diário Especial, 06/11/1995) - todos estes discursos - não são simples opiniões ou falas que devem ser simplesmente assimiladas como se fossem "politicamente corretas" ou ideologicamente neutras e desinteressadas. São expressões e manifestações da ideologia da mineração e do corporativismo setorial do carvão.

As perspectivas acima indicadas pelos representantes do setor carbonífero através do sindicato dos mineradores e do sindicato de mineiros de Criciúma - e referendadas por outros agentes políticos locais - somam-se à outras já conhecidas e defendidas por representantes do setor carbonífero, o compromisso da Eletrosul, com a conclusão das obras da Jorge Lacerda IV de responder às demandas do setor. Isto significa que, após um amplo processo de diversificação econômica e reestruturação global da economia, o Estado continua, de certo modo, presente na vida econômica da cidade e região.

Preocupa-me, sobretudo, as propostas de implantação de usinas termelétricas junto as minas, apresentadas como "a salvação do carvão" ou "salvação do Sul". Trata-se de uma proposta do Sindicato dos Mineradores²⁶ e que, recentemente, foi assumida pelo governo de Santa Catarina através da Celesc (cujo presidente, Paulo Meller, foi secretário de finanças do Prefeito Eduardo Moreira e pré-candidato do PMDB nas eleições de 1996). Neste sentido foi assinado um termo de compromisso entre o Governo do Estado e empresários franceses para fazer estudos sobre a viabilidade da instalação de miniusinas termelétricas junto às minas. Tais idéias e propostas precisam ser amplamente debatidas, antes de defendidas sem maiores informações e conhecimento sobre os impactos dessas usinas para o meio ambiente e a coletividade.

É importante lembrar que as opiniões e perspectivas acima, defendidas por amplos setores da comunidade criciumentense, dão-se no contexto da reestruturação produtiva, da globalização da economia e, como lembrou o presidente da Acic Guido Búrigo, interpretando os anseios e o pensamento da classe empresarial de Criciúma, disse que: *"diante das crises e das mudanças ocorridas na economia do país potencializadas em nossa região pelas crises cíclicas que se abatem sobre o setor carbonífero, sua histórica base econômica, temos o desafio do enfrentamento do chamado desemprego estrutural provocado pelo necessário avanço tecnológico das empresas que, se assim não procederem, correm o risco de perderem sua competitividade"*. (DC, 06/11/95).²⁷

A cidade do carvão, que sofreu os impactos destas mudanças mais gerais da sociedade brasileira, com a reestruturação de sua economia, continua vinculada às iniciativas governamentais, embora, desde a desregulamentação do setor, não esteja mais tutelada exclusivamente ao Estado. O setor agora se abre-se às multinacionais, ao capital externo,

²⁶Conforme "A situação do carvão catarinense", SIECESC, 15 de junho de 1994.

²⁷O desemprego estrutural é outra grande preocupação que tenho em relação as políticas de desenvolvimento adotadas - além daquelas relacionadas ao impacto que tal perspectiva de desenvolvimento têm sobre a qualidade de vida da população e o meio ambiente de Criciúma, como alertei no primeiro capítulo. Darei sequência a esta reflexão no capítulo 6, quando trato das propostas ou "saídas para a crise", defendidas pelo empresariado de Criciúma.

especialmente após a quebra da soberania nacional em relação aos recursos minerais estratégicos. Neste sentido e neste contexto da globalização e participação de capital externo, o carvão é considerado "*o combustível do século XXI*" - para citar uma frase de efeito dita por um conhecido intelectual orgânico dos mineradores, Fernando Zancan (DC, 01/11/95).

O esgotamento de um modelo de desenvolvimento local que, por muitas décadas, sustentou cidades inteiras, teve outras conseqüências e implicações ainda não analisadas pelos pesquisadores da cidade. Dentre elas, destacam-se as implicações ambientais, político-ideológicas e culturais. Como veremos nos próximos capítulos deste estudo, muda-se a realidade, mas a tradição continua. O imaginário construído a partir da mineração é mais forte que pensamos e resiste a tudo e todos. Veremos como a força deste imaginário instituído continua perseguindo a história de Criciúma como se a cidade e as minas fossem uma única e mesma realidade, uma realidade que se mistificou e cuja população se recusa divorciar dos próprios mitos criados. Mesmo quando a criação se volta contra seus criadores.

Uma parte do empresariado local, respaldado pela categoria dos trabalhadores mineiros e suas lideranças, projetam-se na história local empunhando (ainda) a bandeira da mineração como "algo que morreu mas se ressuscita", salvando-se e, com ela, a própria cidade e da região são salvas. É o espírito da mineração contrariando o próprio movimento do capital, da nova composição de elites locais e as mudanças ocorridas nas últimas três décadas, provando assim que *nem tudo que é sólido desmancha no ar* - especialmente no poluído ar de Criciúma. Como montanhas de rejeitos sólidos, compostos de pirita e enxofre, permanece a mesma política do passado patrimonial. Pelo menos é o que parece. Prossigamos a pesquisa.

PARTE II

**A REESTRUTURAÇÃO
DA PÓLIS**

INTRODUÇÃO À SEGUNDA PARTE

Poder Local: Elites e Movimentos Sociais

As elites locais e os movimentos sociais são os sujeitos políticos por excelência nas cidades e regiões e se caracterizam pelas relações de poder que estabelecem entre si a nível local e regional. Uns e outros se articulam e se organizam politicamente, as vezes em campos adversários, as vezes estabelecem "relações pontuais", alianças, cooperação, redes. São, portanto - as elites e os movimentos - os principais atores em disputa no plano local. Conhecê-los é fundamental para prosseguir esta fascinante aventura nos mundos (e submundos) do poder e da política.

O poder local é pensado aqui na linha de Fischer, ou seja, como uma *"relação de forças que se constitui em um tipo de dinâmica por meio do qual se operam as alianças e confrontos entre diversos grupos sociais com poderes diferentes"*. De outra parte, Celso Daniel (1993) identifica e distingue três tipos de poder local: o poder político, o poder econômico e o poder social local, cada um com suas ramificações. Quer dizer que, além do poder político propriamente dito (que se refere ao poder executivo e legislativo municipais, mas não só), há de se perceber, também, o poder econômico local e o poder social local

Com relação ao **poder político local**, não há maiores problemas de identificá-lo ou reconhecê-lo, embora deva ser lembrado que o político não se reduz a ação dos partidos, das instituições governamentais ou legislativas e muito menos aos agentes políticos. Como

observei no início deste trabalho, o poder político local não deve ser confundido nem reduzido ao "governo local".¹

Em relação ao **poder econômico local**, Daniel observa que podemos diferenciar dois sub-tipos ou setores capitalistas: um primeiro grupo é constituído por aquelas empresas cuja lucratividade depende das ações e regulamentações da produção levada a efeito pelo poder político local (são basicamente às empresas de construção, de transporte urbano, de coleta de lixo, publicas ou privadas).

Para o sociólogo e ex-prefeito de Santo André, SP, este primeiro sub-tipo de poder econômico se distingue (ou não deve ser confundido) com os grupos econômicos propriamente ditos, isto é, o conjunto de empresas instaladas no município que não dependem diretamente da regulamentação do poder político local. Cada um desses poderes econômicos locais se relaciona distintamente com o poder (político) local, na medida que dependem mais ou menos das decisões políticas locais. Vale observar que, para o caso de Criciúma, é muito difícil fazer-se esta distinção, especialmente no que se refere a indústria do carvão cuja história econômica - embora não dependa de regulamentação do poder político local - se confunde com a própria história política da cidade.

Por sua vez, o **poder social local** é constituído por uma gama de atores difusos, de classes sociais distintas, que inclui representantes da esfera política, econômica e cultural, ou seja, além dos integrantes do poder político e econômico, fazem parte do poder social dois conjuntos de atores: as elites locais e os movimentos sociais, com suas tradições, ideologias, valores, interesses e conflitos.

Embora para alguns sociólogos², como sugere Schere-Warren, as categorias **sujeito popular** e **ator social** substituam, respectivamente, as categorias **classe social** e a categoria **movimento popular ou movimento social** substituam a **luta de classes**" (1993, p.17) - os grifos são meus - a perspectiva aqui adotada considera a ação dos sujeitos e movimentos sem escamotear a questão das classes e de luta de classes. Em minha abordagem, estes conceitos estão presentes de tal modo que sujeitos e movimentos, classes e luta de classes, se confundem no cotidiano das cidades e sociedades capitalistas no curso histórico e cultural. Para se mais

¹. É comum as pessoas, quando falam em poder local, fazem uma relação direta com o governo local, com a prefeitura, com as eleições municipais. A confusão/redução, neste caso, é problemática porque, ao vincular/reduzir poder local ao governo local (ao executivo e ao legislativo), reduz-se, também, poder local à política local, limitando-se a pensar a política (e o poder) em termos partidários, eleitorais ou às ações dos agentes políticos. O poder local deve ser visto para além da política partidário-eleitoral, do legislativo e do executivo municipais e, sobretudo, dos próprios agentes políticos.

²Alan Touraine, por exemplo, em sua "Crítica da Modernidade", ao romper "com a idéia marxista da luta de classes" (1995, p.253).

claro: é no contexto mais amplo das sociedades desiguais, das classes sociais e da luta entre si (ou no seu interior), que identifico as elites e movimentos. Porque ressalto estas questões? Que preocupações a sociologia política deve ter quando utiliza essas categorias? O que são, afinal, as chamadas elites? É possível ou é correto utilizarmos termos ou conceitos oriundos de paradigmas opostos? Façamos uma breve incursão nestas questões sem termos a preocupação de resolvê-las, mas apenas refletir com leitor algumas implicações no uso destes termos na análise sociológica.

Problemas conceituais e significado (s) de elites

Nos estudos das ou sobre **elites**, locais ou nacionais, é fundamental *rastrear* os vários sentidos ou significados com que este termo foi utilizado tanto pela sociologia quanto pela ciência política. Autores clássicos e contemporâneos, filiados à matriz de pensamento marxista ou liberal analisaram este conceito, atribuindo-lhe vários significados. Mosca e Pareto, Michels, Weber e Marx, S. Mills, R. Aron, João Bernardo, T.B. Bottomore, entre outros, usaram em suas análises esta categoria e outras afins como "classe política", "classe dominante", "donos do poder", "gestores", "governantes".

Através das elaborações de Mosca e Pareto *"os atributos naturais marcariam determinadas pessoas e as destinariam sobrepor-se às demais na competição por postos de mandos"* (Santos, 1994, p. 53). Contrapondo esta visão de que membros de uma minoria privilegiada chegariam ao poder por serem, naturalmente, "mais habilitadas", Michels define elite como *"um grupo de pessoas dotadas de acesso diferenciado a bens e valores, entre este a própria perpetuação no exercício do poder. São as organizações e instituições de poder que convertem seus ocupantes em uma elite, destacando-os da base social ou do público a que teoricamente deveriam obediência, e não o inverso"* (Santos, 1994, p. 53).

Devido as dificuldades no uso do conceito de "elite governante" (Pareto) como contraponto ao termo "classe dominante" adotado por Marx, um dos mais destacados estudiosos das elites, W. Mills, utiliza a expressão "elites no poder" que, reúne, num só conceito três elites distintas: os dirigentes das empresas, os líderes políticos e os chefes militares que, juntas, formam uma só elite - a elite dominante, cujo correspondente, no marxismo é o conceito "classe dominante".

Hoje em dia, observa Bottomore, *"o termo elite é aplicado aos grupos de funcionários que possuem status elevados numa sociedade tais como os intelectuais, os altos funcionários*

públicos ou gerentes industriais". Para designar a minoria (ou minorias) que dirige (ou governa) uma sociedade - ou cidade - um marxista como Bottomore utiliza o termo "classe política", do mesmo modo como foi empregado por Mosca. (Bottomore, 1974)

Dreifuss (1986), tendo por base os estudos de Gramsci, introduziu o conceito de *elites orgânicas* para designar "os agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe através do qual se exerce o poder de classe" (1986, p. 24). Agindo como forças mediadoras na formação de blocos no poder ou frentes de ação política, as elites, tem a função de "posicionar, organizar e desenvolver a capacidade estratégica da classe dominante ou bloco de poder para a ação política, modelando-a como força social ou frente móvel".

Em relação às classes trabalhadoras, escreve Dreifuss na página 28:

"sua tarefa política é travar o combate ideológico em nome do interesse geral nacional... através dos diversos canais e mecanismos, dos vários recursos ou áreas táticas (da pressão à coerção, da cooptação ao aliciamento, do confronto de idéias ao exercício da autoridade)".

Mas foi Raymundo Faoro que cunhou uma das expressões mais pertinentes ao se referir às elites ou às classes dominantes brasileiras chamando-as de "*os donos do poder*". Cunhada em 1958 no clássico de mesmo nome, Faoro observa que "*o poder da classe dominante no Brasil têm se baseado em relações patrimoniais. O Brasil - diz Faoro - é dirigido por uma minoria insensível à maioria que supostamente representa* (grifos meus). *Mesmo condicionadas por forças econômicas e sociais, ela está acima do país, que não tem força para dominá-la ou eliminá-la*" (Faoro, 1983, 9ª ed.).³

As elites também se constituem e se organizam enquanto poder social local com a finalidade de influir nas decisões municipais através de instituições como associações de classes, clubes de serviço, etc. Agem como se fossem os porta-vozes da cidade, os arautos do poder local ou regional (quando essas associações, clubes, representam e falam pela "região": os empresários do Sul; os agricultores do Oeste). As elites são agrupamentos sociais que se apresentam como

"portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro.(...) Na medida que sua

³Ronald Chilcote, a propósito, observa que existem pelo menos dois estilos políticos no Brasil: um deles é encontrado no sistema de representação política de São Paulo, antes de 1964, baseado em oligarquias estaduais e regionais (o mesmo estilo existente em Santa Catarina, vale recordar); o outro - que prevalece no nordeste brasileiro, é o sistema clientelista e de coopção. E assegura: "economicamente preponderante, a classe dominante exerce coerção através da atividade política" (Chilcote, 1991, p. 21-55).

constituição se dá no nível social, as elites locais são compostas por agentes muito diferenciados e heterogêneos: profissionais liberais, membros do empresariado local, das classes médias e muitas vezes, os integrantes do poder econômico também participam das elites locais" (Daniel, 1993, p.30).

O que caracteriza as elites em geral, numa sociedade de classes, hierarquizada e excludente como a nossa, é o fato de representarem o poder e se auto-proclamarem a **parte esclarecida** da população e, neste sentido, se destacarem (situarem-se acima) da parcela "inculta" ou "inferior" da sociedade. Os integrantes das elites (locais ou nacionais) cumprem, portanto, um papel ideológico no plano político e cultural. Elas representam ou exercem um tipo de poder social (de ascensão social), que as distinguem do conjunto dos cidadãos; se diferem do restante da população por se constituírem num segmento social ativo do município, enquanto os *cidadãos comuns* - a parte considerada "não esclarecida" - comportam-se como membros passivos da comunidade local. Tenho utilizado o conceito de elite neste sentido: alguns poucos exercem o poder e o comando de cima para baixo, como se estivessem separados da sociedade. Esse poder separado (que tem no Estado sua maior expressão institucional) tem por base o poder econômico, político e cultural, portanto, as elites, para mim, são se diferenciam apenas pelo saber, mas pelo poder que exercem na sociedade/cidade.

A partir deste ponto - que divide os grupos sociais entre uma parte culta, esclarecida e portadora de saber e outra, considerada "inculta", desprovida de saber e não esclarecida - Marilena Chaui faz uma crítica radical ao conceito e sugere que, no lugar de *elites*, utilizemos o conceito de *classes dominantes*. Para Chaui, o termo elite é problemático por vários motivos, a começar pelo fato deste conceito ocultar o que realmente ocorre nas sociedades de classes: a exploração, a dominação e opressão de uma parte da sociedade sobre a outra. Supor que uma "elite" encontra-se no poder..

"conota a idéia de ótimo, os melhores e os maiores (...) Conceder ao dominante o epíteto de elite é dar-lhe mais um poder, ou seja, aceitar a visão que tem de si mesmo, reforçando-o em seu narcisismo e alimentando seu embuste". E observa com bastante pertinência: "essa designação tem um sentido preciso, ou seja, a elite está poder não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o aparelho do Estado, mas porque detém o saber. É como detentor do saber que o dominante tende a ser representado como elite" (Chauí, 1979, p. 130)

A partir da representação que as classes dominantes fazem delas mesmas - como classes distintas e superiores - aumenta o fosso entre dominantes e dominados. Diz Chaui: ao substituírem a imagem do poder (do opressor) pela imagem do saber (pessoas cultas e competentes) as classes dominantes dissimulam a dominação de uns e a exclusão de outros

ficando mais sutil o autoritarismo dos dominantes. O saber (como discurso competente) foi sobejamente desenvolvido juntamente com o conceito de Organização, completa Chauí. A idéia de organização (aplicação do saber ou racionalidade científica na empresa capitalista) - tal como a palavra elite - serve para ocultar ou dissimular a dominação *"de sorte que as elites aparecerem apenas como detentoras do saber e não da propriedade, e é nisto, ou seja, como detentora de saber que definem-se como "elites", e não como dominantes ou opressoras"* (Chauí, 1971, p 131).

Num texto mais recente (1989, p. 49), escreveu: *"A elite está no poder, acredita-se, não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o aparelho de Estado, mas porque tem competência para detê-los, isto é, porque detém o saber. Se, enquanto "maior", o dominante é representado como senhor, enquanto detentor de saber tende a ser representado como "melhor".* Dai porque sugere *"dar nomes aos bois e dizermos claramente: classes dominantes"*. Questiona: *"no lugar de autoritarismo das elites, porque não dizer autoritarismo dos dominantes, opressão?"* Porque reforçar a dominação de classe dissimulando-a numa categoria que nasceu de uma produção científica antimarxista e contra a teoria das classes sociais?, lembra-nos Otávio Ianni (1971).

Enfim, concordando com as observações de Vanderley G. dos Santos, *"o conceito de elite é controverso e tanto pode indicar, trivialmente, o conjunto de pessoas que eventualmente ocupam postos de mando, como pode sugerir a existência de um conjunto especial de pessoas, reconhecidas pela comunidade, na posse de algum atributo específico e que, por isso, estão mais habilitados a, de certo modo, monopolizarem as instituições de poder"*. Este texto sugere especialmente o primeiro sentido (elites são os que detém o poder social, econômico, político e cultural, ou seja, os donos do poder, os que estão nos postos de mando na cidade).

Mas, como se observa, a origem e a conotação desta categoria é problemática.. Por conta disso, tive uma preocupação de encontrar e/ou construir um termo alternativo que pudesse expressar, com a maior clareza possível, a experiência de poder em Criciúma e caracterizar seus atores: os donos da cidade.

O termo, elite quando utilizado significa algo parecido com o que Faoro chamou de "donos do poder". Quer indicar a posição ou o lugar social que certos grupos humanos - para além das classes sociais - considerando a visão que seus membros fazem de si mesmos, ou seja, os membros das elites se apresentam como "arautos" da coletividade ou a "nata" da

sociedade.⁴ Por fim, vale ressaltar: as elites não estão "soltas no ar", mas em permanente relação com outros sujeitos sociais - alguns deles agem como contra-elites. Ou seja, para fazer frente a esta posição elitista de uma minoria privilegiada, surgem, em determinados momentos históricos, os atores emergentes, isto é, grupos sociais que passam a ter ou exercer outro tipo de poder social, organizado nos chamados movimentos sociais - a outra modalidade de poder na cidade. Veremos como (também) em relação aos movimentos sociais, não existe consenso.

Movimentos sociais: o contraponto das elites no poder local

Os movimentos sociais são o outro sujeito coletivo da história de nossas cidades e do país. Originários das classes subalternas, dos segmentos empobrecidos e excluídos da população e dos setores sociais intermediários (profissionais liberais, estudantes, sindicalistas) organizam-se em diversos setores ou frentes de luta: pastorais, populares ou sindicais, de base, de gênero, de jovens, idosos, ecologistas, enfim, grupos que se articulam politicamente em defesas de seus direitos - humanos, civis, políticos, econômicos, culturais e sociais.

É comum associarmos o empresariado e setores intelectualizados das classes médias às elites locais, enquanto que, aos movimentos sociais, vinculamos as lideranças dos trabalhadores, agentes pastorais das igrejas, sindicalistas ou militantes de partidos de esquerda. Essa associação é, no meu ponto de vista, problemática. Não há como negar a participação efetiva de agentes pastorais, políticos e sindicais nos movimentos populares, de mulheres, de meninos e meninas de rua, etc. Mas devemos reconhecer a presença de setores ligados aos sindicatos, às igrejas e aos partidos, profissionais liberais, micros e pequenos empresários junto as elites locais - alguns inclusive, em posição de destaque. A separação entre membros **da elite e dos movimentos**, é muito mais ideológica que sociológica.

Grosso modo, os movimentos reúnem agentes sociais diversos, em torno de uma carência comum, uma reivindicação comum, uma luta comum. Mas os movimentos sociais não são apenas "dos trabalhadores". Também a burguesia, o empresariado, rural ou urbano, faz ou organiza em movimentos sociais. Eles podem ser duradouros (isto é, com organização, objetivos e estratégias de médio ou longo prazos) ou poderão ter curta duração, até que suas reivindicações sejam atendidas total ou parcialmente. O que são, afinal, movimentos sociais?

⁴ Os membros das elites locais, nesta acepção, são chamados ou re-conhecidos pelo nome, por pertencerem às famílias distintas e tradicionais (históricas) na cidade, diferente do restante da população, constituída por "estranhos", por cidadãos anônimos.

Escreve Ilse Scherer-Warren,

"não há um acordo sobre o conceito de movimento social. Para alguns, toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto é um movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta; no outro extremo encontra-se o enfoque que considera os movimentos sociais apenas um número limitado de ações coletivas de conflito: aquelas que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações globais tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro" (1993, p.18).

De um ponto de vista dos dominados podemos dizer que os movimentos sociais, em sua diversidade, querem espaços na vida social e pública; buscam, sobretudo, a autonomia e a ampliação dos direitos à cidadania plena. Grande parte desses movimentos atuam como "grupos de pressão" (Chauí, 1980, p.131) e têm como alvo principal o Estado e como contendentes, as elites (locais ou nacionais). Do primeiro, esperam ou exigem atendimento às suas reivindicações e demandas; dos segundos, esperam ou exigem serem tratados como cidadãos, portadores de direitos; em relação a ambos, os movimentos sociais mais politizados e permanentes afirmam-se e constroem espaços próprios (autônomos) de poder ou exercem sua cidadania disputando - com as elites e com o governo - seus direitos e poder nos espaços institucionais.⁵

O fundamental, nesta perspectiva, é que "os movimentos sociais aparecem como reposição do coletivo, como reabertura do espaço político retraído pela sociedade capitalista, que reduziu a participação a algo passivo, consumista e manipulado..." (Chauí, 1980, p.129).

Vale lembrar ainda, com Ruth Cardoso (1994), que o movimento social teve uma trajetória histórica nos últimos anos que pode ser assim diferenciada: uma primeira fase, nos anos 70 e início dos anos 80, que Cardoso chama de "a emergência heróica dos movimentos" e uma segunda fase, chamada de "o momento de institucionalização" que coincide, no Brasil, com o processo de democratização. O contexto político dos movimentos sociais nos anos 70 é bem diferente dos anos 80 e 90. Na fase do "espontaneísmo"⁶, diz Cardoso, os movimentos

⁵É muito comum, na prática dos movimentos sociais, fazer-se uma associação entre os movimentos sociais e determinadas instituições ou lideranças dessas instituições governamentais ou não-governamentais, partidárias ou eclesiais ocasionando uma tensão permanente entre movimentos e lideranças, grupos ou partidos que ameaçam sua autonomia. Nota-se também, em algumas experiências de administrações populares, uma tensão permanente entre o governo local e os movimentos sociais, cujas relações podem ser de cooptação ou de autonomia, de cooperação ou de conflito aberto.

⁶A propósito do "espontaneísmo" ocorreu-me um texto publicado na Revista de Cultura e Política, pelo sociólogo F.H. Cardoso (1981, p. 7-25) analisou o regime político brasileiro e as mudanças sociais no Brasil. Cardoso chamou de versão "popular-basista", "movimentismo" ou "pan-politicismo" o movimento social emergente no processo de mudança social e transição democrática. Para o autor, o basismo gera desconfiança às cúpulas e das instituições políticas-representativas e critica a atitude dos que "jogam fora a criança com a água do banho" isto é, os partidos, por relacionarem a sociedade (a comunidade) com o Estado. Diferenciando "a estratégica conservadora" da proposta "liberal-democrática", Cardoso pensa a

sociais se caracterizam como oposição ao Estado. Havia uma luta política e um discurso anti-Estado e se valorizava muito a espontaneidade do movimento. Quando o Estado começou a levar em consideração as demandas dos "de baixo", dos movimentos sociais e inicia um diálogo com seus representantes (que não existia no período ditatorial), aumentou a participação institucional dos movimentos e mudou sua trajetória (R. Cardoso, 1994, p. 82-90). Na experiência de Criciúma, entretanto, constatei que formas espontâneas de ação dos movimentos sociais combinaram-se com formas organizadas ou institucionalizadas; movimentos de contestação às políticas governamentais com movimentos de diálogo (ainda que tenso, conflitivo) e participação junto aos organismos públicos, de tal modo que - pelo menos no caso de Criciúma - estas duas fases não se diferenciam cronologicamente mas articulam-se política e historicamente.

A partir destes sujeitos sociais e políticos em conflito, representados aqui nas elites no poder local e nos movimentos sociais - sem contudo encobrir as classes e os antagonismos existentes - convido o leitor a seguir nos labirintos da cidade de Criciúma e desvendar o processo de reestruturação da pólis, seus movimentos e seus novos-velhos donos do poder local.

transição brasileira a partir das três correntes de pensamento contemporâneo: o liberalismo, o marxismo e o anarquismo, criticando duramente este último e tentando compatibilizar aspectos da teoria marxista com o liberalismo. José Álvaro Moisés, comentando o texto de Fernando Henrique escreveu na época: *"Na verdade, Fernando Henrique está mesmo preocupado é com o "basismo" e com toda razão pois, afinal, ninguém que esteja preocupado em fazer política a sério e de modo eficaz, neste país, concordaria com uma estratégia que resultasse no isolamento dos movimentos de "base" em relação aos partidos e ao Estado. Mas tem um problema no texto de F. Henrique"* - observa Moisés: *"ao generalizar a todos os movimentos de base o defeito de não verem o Estado como um objetivo estratégico e desconfiarem dos partidos. Não importa ao autor se, muitas vezes, a recusa em aceitar a política do Estado e, mesmos, a estratégia elitista dos partidos é, precisamente, uma forma de certos movimentos fazerem política; forma que muitas vezes começa em recusa mas, finalmente, (a exemplo da Polônia) termina em afirmação positiva de direitos fundamentais (que eu considero estratégico) no plano do Estado"* (Moisés, 1981, p. 42). Acrescentei estas falas no meu texto para refletir com o leitor sobre a caracterização do movimento social em fases como "espontaneísta" ou "institucional". Esta divisão é arbitrária e problemática, como tantas outras dificuldades dos cientistas sociais brasileiros: enquadrar os movimentos a partir de esquemas ou concepções políticas que, a despeito de sua seriedade, não são neutras, mas carregadas de significações e de interesses.

CAPÍTULO 4

OS DONOS DO PODER EM CRICIÚMA

"O poder tem donos que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignorante e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor dos negócios, gestor de negócios, não mandatário". Raymundo Faoro, 1958

A constituição das elites dominantes em Criciúma acompanhou, basicamente, o desenvolvimento dos modelos econômicos que marcaram a formação econômica, social e cultural da cidade: colonização, mineração e diversificação. Assim, podemos afirmar que, a cada período histórico, corresponde um determinado grupo (ou grupos) hegemônico (s) no poder local, isto é, constituíram-se os donos da cidade que, na condição de elites dirigentes, elevam-se sobre os demais, tornando-se, assim, dominantes. O esforço deste capítulo será sistematizar um conjunto de informações encontradas em vários trabalhos sobre Criciúma e organizá-las nos períodos que marcaram a história da Cidade. Com novos dados obtidos no curso da pesquisa, pretendo fazer, primeiramente, uma caracterização geral das elites no poder em Criciúma a partir da formação dos grupos econômicos e/ou setores hegemônicos em cada período histórico considerado (4.1) e, num segundo momento (4.2), procurarei relacionar estes grupos com os partidos e agentes políticos dirigentes da cidade.

4.1 - Os donos da cidade I

Com base nos estudos sobre Criciúma e na presente investigação, é possível identificar, pelo menos, três formações de elites em Criciúma (classes ou grupos dominantes locais) cada uma correspondendo ao regime produtivo na economia da cidade e região. Para uma visão de conjunto, observe-se o quadro abaixo:

Quadro 6 - Os grupos dominantes em Criciúma, por períodos históricos

Anos	Período	Grupos hegemônicos no Poder
1880-1930	Colonização	Elite dos comerciantes
1930-1980	Mineração	Mineradores/ceramistas
1980-1995	Diversificação	Diversos grupos em disputa

FONTE: Pesquisa do autor.

Um primeiro grupo dominante - que corresponde ao período de colonização e da velha república (1880-1930) - foi constituído pela elite dos comerciantes, os primeiros coronéis de Criciúma; um segundo grupo foi formado pelos grupos ligados diretamente à mineração, isto é, os mineradores, exerceu um controle político-ideológica na cidade durante o período aqui chamado de "exclusivismo da mineração" (1930-1970) até o final dos anos 80, quando começa o declínio da mineração ¹; e, um terceiro conjunto de grupos dominantes que se formou a partir da diversificação da economia (final dos anos 60 e década de 70) e que se consolidam nos anos 80 e, desde então, passam a disputar o condomínio do poder local. Esses novos donos do poder, dos mais diversos setores da economia local, passam a disputar, com os donos das minas, a hegemonia política e sócio-cultural em Criciúma.²

¹Nesta segunda fase, além dos donos das minas, também conhecidos como "coronéis do carvão" exerceram um relativo domínio na cidade os empresários ligados ao setor cerâmico.

²Embora tenha "separado" a história da cidade em três períodos distintos devo advertir o leitor que, a rigor, esta periodização é extremamente arbitrária. Além de recusar uma visão linear, alerto o leitor para a transitoriedade que certamente existiu entre um período e outro. Efetivamente, a história de Criciúma não começa com a colonização, da mesma forma que a história do Brasil não começou em 1500 com "a descoberta" portuguesa. Em Criciúma e região Sul, existiam nativos (os bugres) que viviam nesta região muito antes da colonização. Por outro lado, deve ser considerado que, entre um período e outro, tivemos uma transitoriedade, isto é, uma substituição processual das elites no poder da cidade. Especialmente entre o segundo e terceiro período, os grupos no poder em Criciúma se mantiveram, mesmo com a diversificação produtiva. Por isso falo em reestruturação (do oikós e da pólis), no sentido de mudanças por dentro, em sua estrutura social, econômica, política e cultural.

4.1.1 - A colonização e o domínio dos "coronéis do comércio"

O comerciante³ - o "dono da venda" que fornece aos colonos os produtos não produzidos na colônia - constitui a "*figura mais importante do núcleo colonial*". Importante pelo papel econômico que desempenha pois, através do comerciante, é feito "*o elo entre a economia de subsistência e a economia de troca, estabelecendo-se, desta forma, "uma relação de dependência entre os colonos e os comerciantes"*" (Nascimento, 1993); por sua posição na vila, o negociante detém a confiança e a preferência dos moradores. Passa a ocupar, na vila, uma posição de mando, de domínio e conseqüente submissão e lealdade por parte dos colonos, aliás, como é característico nos regimes de coronéis e seu 'estado de compromisso',⁴ e, sobretudo, dos modelos patrimonialistas de dominação. Na história de Criciúma, o comerciante torna-se o representante político dos moradores da vila.

Nascimento (1993), assim como Volpato (1984 e 1989), vale lembrar, assinalam a predisposição ao enriquecimento que existia tanto entre os colonos como entre os comerciantes da época e como esta conduta fez com que o núcleo colonial - de características rural - se transformasse, paulatinamente, em vila com funções, valores e hábitos urbanos, aberta ao sistema de trocas, sempre procurando atrair novos comerciantes para a localidade.

Assim, "ao lado de Pedro Benedet e João Zanette (Criciúma), Gabriel Arns (Forquilha), João Bortoluzzi (Nova Veneza), entre outros, estabeleceram-se em Criciúma comerciantes vindos de outras localidades como Marcos Rovaris, Fábio Tomaz da Silva, João Batista Tharghetta, Frederico Minatto e José Júlio Gaidzinski".

No início do século

"já havia se constituído na vila de Criciúma uma elite de comerciantes e negociantes diferenciada dos agricultores no seu modo de vida público e privado ... Na medida que o núcleo colonial ia se integrando ao mercado regional, os comerciantes iam também se constituindo num grupo destacado do conjunto da população, exercendo cada vez mais influência política" (Nascimento, 1993, p.19 e 22)

³As reflexões sobre a primeira fase apoiam-se na análise do professor Dorval do Nascimento "*A formação Histórica de Criciúma (1880-1930): a elite dominante e a formação da cidade*", escrito em 1993, e nos "*Fundamentos Históricos de Criciúma*", de Pedro Milanez, publicado em 1991. Outros autores e referências são citados ao longo do texto.

⁴Victor Nunes Leal, em seu "*Coronelismo, enxada e voto*" (1975) define o conceito de estado de compromisso da política dos governadores e da política coronelista que dominou na primeira República referindo-se ao compromisso que se expressava na troca de favores entre o poder público e os chefes locais. Como observou Tereza Sales, trata-se de um "*sistema de reciprocidade em que de um lado estão os chefes municipais e os coronéis com seus currais eleitorais, e, de outro, a situação política dominante do Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial. O compromisso coronelista é, pois, dos chefes locais, de incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições; e, da parte da situação estadual, o da concessão de carta branca ao chefe local governista, até na nomeação de funcionários estaduais do lugar*" (Sales, 1994, p.33; ver também Leal, V.N. p. 43).

Os comerciantes se constituíram, desta forma, na primeira elite política na história da cidade. Com a descoberta do carvão na região, no final do século passado e sua exploração em Criciúma a partir de 1913, a cidade cresce e se torna o mais importante núcleo urbano do sul de Santa Catarina.⁵ Mesmo assim, "a composição estrutural da elite dominante de Criciúma, até o final dos anos de 1930, permaneceu inalterada. O carvão tornava-se mais uma possibilidade de negócios, um novo campo de investimentos para os "negociantes", um estímulo ao comércio e responsável pela integração de Criciúma ao mercado interno (nacional), rompendo, desta forma, com os limites do mercado local.⁶

O quadro seguinte (publicado no Jornal "O Mineiro" em 1926) mostra o indicador Comercial de Criciúma e os principais negociantes estabelecidos na cidade

Quadro 7 - Os negociantes estabelecidos em Criciúma - Indicador Comercial de 1926.

"Marcos Rovaris e Filhos; Pedro Benedet e Filhos; Cooperativa Victória; Benedet e Cia; Rovaris e Lodetti; José Piazza; Lourenço Conti; Alberto Savi Mundo; Pedro Beneton; Roberto Mayer; Domingos Zanetta; Vicenti Guidi; Fábio Silva; Artur Colle; Lodetti e Angeloni; Victório Garbelotto; José Gaidzinski e Irmãos; Natalício Lima; Benjamim Bristot; Leone Perazzoli; João Targhetta; Manoel Herculano; Armazém Laje Irmãos; Carlos Sampaio; Mina Paulo de Frontim; Mina Próspera Ltda.; Mina Antônio de Lucca; Mina Rovaris e Minatto; Marcos Búrigo; Cervejaria Naspolini, entre outros."

Fonte: Milanez, 1991, p.73-4

O principal negócio no período da velha república ligava-se, portanto, ao comércio - o principal responsável pela circulação de capitais, seja fruto da compra e venda das terras, seja com o comércio dos produtos agrícolas e pecuários, armarinhos, etc. Muitos destes comerciantes se constituem, também, os primeiros industriais de Criciúma e, alguns deles, donos de minas, como vemos no quadro acima. Mesmo com a mudança dos grupos

⁵Algumas atividades industriais também são desenvolvidas no núcleo de Criciúma tais como: serrarias, moinhos, ferrarias, marcenaria, olaria, alfaiataria, frigorífico, queijaria negócios, farmácias e sapataria. Algumas pessoas ou famílias, por vezes, desenvolviam duas ou mais atividades, em núcleos diferentes, como era o caso de Marcos Rovaris, que possuía uma serraria em Criciúma e outra em N. Veneza e Primeira Linha. Mesmo com a exploração carbonífera, a agricultura e a pecuária, especialmente a suinocultura, com a exploração de banha, continuaram sendo atividades mais importantes no período, juntamente com o comércio, que se desenvolvia mais rapidamente.

⁶No final do século XIX, segundo informações colhidas por Goularti (1995), "Criciúma contava com cinco moinhos, 12 engenhos de açúcar com alambique, uma fábrica de cerveja, quatro negociantes e quase todos os colonos possuíam um parreiral para a produção de vinho. Já nos primeiros anos do século XX a sede do município contava com as seguintes indústrias: três serrarias, seis moinhos, três ferrarias, cinco marcenarias, duas olarias e aproximadamente doze comerciantes...".

hegemônicos na cidade, os comerciantes continuarão disputando o poder local, embora substituídos pelos "novos coronéis" da cidade: os coronéis do carvão.

4.1.2 - Os donos das minas e da cidade

O segundo período é marcado pela dominação dos grupos econômicos ligados à indústria do carvão. Embora esta fase tenha se iniciado nos anos 20, a hegemonia dos mineradores se dará principalmente depois de ser implantado o complexo industrial carbonífero, ou seja, por volta dos anos 40.⁷

Entre os pioneiros do novo setor emergente estavam Henrique Lage e Paulo de Frontim.⁸ O objetivo da empresa Lage & Irmãos, já em 1923, era a criação de um polo siderúrgico nacional, a partir da exploração do carvão mineral. Apesar das ligações políticas da firma com o então presidente da República Artur Bernardes, com o então Ministro da Aviação, o catarinense Adolfo Konder, os senadores Paulo de Frontim, Lauro Müller e Sampaio Correia, com o Deputado Augusto de Lima e o governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, a instalação da usina não foi possível (cf. Bossle, apud Faria, 1992). O antigo sonho dos mineradores catarinenses só vai se concretizar anos mais tardes, durante o governo Vargas, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1945 e do complexo carbonífero implantado na região.

No desenvolvimento inicial da mineração, algumas empresas e famílias dominaram o setor e, desde então, suas histórias se confundem com a história de Criciúma, das suas elites e do imaginário da cidade. É o caso da CBCA (Álvaro Catão-Netto Campos), da Carbonífera Próspera e da Metropolitana (Freitas e Guglielmi). Além desses, outras famílias/empresas mineradoras constituíram o novo bloco no poder local a partir dos anos 30. Alguns desses grupos terá participação ativa na vida e no poder da cidade até os anos 90, mesmo com a economia reestruturada.

⁷As informações que seguem foram baseadas em vários estudos: Carrerão, 1990; Aguiar, 1991; Milanez, 1991; Fernandes, 1992; Demarco, 1992; Trickes, 1995. Volpato, 1989; Goularti Fº, 1995; Michels, 1993; Mamigoniam, 1992; Faria, 1992; Fantin, 1992; Menezes, 1994; Rabelo, 1994; além de outros documentos utilizados e fontes do autor.

⁸"Henrique Lage" foi o nome dado àquela que foi a principal rua de Criciúma onde se concentrava o comércio local (e se concentra hoje o maior número de empresas e lojas do vestuário no centro de Criciúma), até a inauguração da Avenida Centenário, na gestão Manique Barreto (1973-1976) cuja obra foi completada no primeiro governo Guidi (1977-1982). A avenida Centenário (nome dado em função dos 100 anos de colonização de Criciúma), construída ao longo da estrada de ferro que cortava o município, da região da próspera (zona Norte) ao bairro Pinheirinho (zona Sul) alterou profundamente o desenho arquitetônico da cidade, deslocando o fluxo de veículos antes concentrado na Henrique Lage. No lugar da estação de trem, funciona o principal terminal de ônibus de Criciúma. "Paulo de Frontim" foi, até 1992, o nome oficial do atual bairro Mina do Mato onde se localizava várias minas do grupo Catão, entre outras, a CBCA.

Companhia Carbonífera Catarinense Araranguá

A C.B.C.A. - foi fundada em 1917 pelo então senador André Gustavo Paulo de Frontim. Dificuldades financeiras e limitações infra-estruturais, obrigaram a empresa ser incorporada à Firma Lage & Irmãos em 1918, que ampliou suas atividades carboníferas através do sistema ferroviário, portuário e navegação. Em 1941, Álvaro Luiz Bocayuva Catão, antigo funcionário da firma Lage & Irmãos que mais tarde (1972), seria eleito deputado federal eleito em pelo estado do RJ, adquiriu o patrimônio da CBCA. Além da família Catão, a história da CBCA está ligada a outra figura legendária na história de Criciúma. Refiro-me a Sebastião Neto Campos, que foi deputado estadual por três mandatos (1966, 1974 e 1978) e deputado federal (1989-1992). O grupo Catão-Netto Campos comandou a CBCA de 1956 até 1987, quando declarou a insolvência da empresa, em meio de uma série de denúncias de corrupção, sonegação e tráfico de influencia. A massa falida CBCA passou então a ser administrada pelo Sindicato dos Mineiros de Criciúma, na figura de seu presidente José Paulo Serafim, que foi o primeiro síndico da CBCA a partir de 1987. (Ver Fantin, 1992; Faria,1992; Volpato, 1989; Santos, 1995). Uma nova crise na empresa, em 1993, motiva a substituição do síndico: o engenheiro de minas e ex-gerente da CBCA, Carlyle de Meneses assume e acumula o cargo de presidente da Cooperativa até 1995, quando é substituído, na presidência, por outro dirigente sindical mineiro, o engenheiro agrimensor Valério Preis.

Carbonífera Próspera S.A.

A Próspera iniciou a exploração de carvão em Criciúma, por volta de 1915. Antes de ter o nome Próspera, os fundadores, Frederico Minatto e Manoel Pio Correia, iniciaram a exploração no bairro Pio Correia. Em 1917 foi transformada em Companhia Carbonífera Colônia e passa a ser propriedade de um grupo de 10 sócios, entre os quais, estavam Marcos Rovaris, Pedro Benedet, Frederico Minatto, Francisco Meller e Paulo Marcus - o primeiro engenheiro de minas de Criciúma. Em 1924, a mina foi vendida por um grupo de alemães acompanhado por outro grupo, de cariocas, que alteraram a denominação da empresa para Carbonífera Próspera S.A..

A mina funcionou até a crise de 1929 e ficou desativada até 1938 quando outro grupo, liderado por Júlio Gaidzinski e Jorge Carneiro compraram o patrimônio dos alemães.

O capital da empresa aumentou a partir de 1940 quando um grupo de Itajaí, liderado por Irineu Bornhausen, Antônio Ramos, Marcos Konder e outros, assumiram os destinos da empresa, sob a presidência de Irineu Bornhausen. Em 1942, será a vez do comendador José Martinelli assumir o controle acionário da empresa e, um ano depois da Próspera ser transformada em empresa de economia mista (parte do governo e parte de propriedade privada) até que, a partir de 1953, o governo decide assumir o total controle acionário da Carbonífera Próspera S.A. No final da década de 60, incorpora a CSN-Siderópolis e as reservas da Companhia Barro Branco, em Içara, tornando-se, assim, na mais poderosa empresa mineradora de Santa Catarina. Dois anos depois, o Lavador de Capivari também é incorporado e a Carbonífera Próspera, estatal e subsidiária da CSN, subordina-se diretamente ao Ministério da Indústria e Comércio, em Brasília.⁹

Durante o regime militar (1964-1984), a direção da Próspera ficará sob a gestão de políticos ou burocratas afinados com o exército, a Arena e o PDS). Nos últimos anos a presidência da Próspera foi exercida pelo empresário Jacy Fretta (1983-85; 1988-91), proprietário da empreiteira FECEL. Com o início da Nova República (Governo Sarney), em 1985, a Próspera passa a ser comandada por lideranças do PMDB e do PFL. Bertoldo Arns (ligado ao esquema udenista/PFL) era diretor financeiro, e Jorge Henrique Frydberg (então, filiado ao PMDB, hoje no PSDB), foi diretor-presidente da Próspera de 1995 a 1988.

A partir de 1988, a direção começa a sofrer um processo de desgaste junto aos mineiros e sindicatos da categoria. Estes acusam a direção de ter transformado a Próspera num cabide de empregos, dominada pelo clientelismo e favorecimentos aos partidários do PMDB. Após descumprimento de acordo salarial, no dissídio de 1988, os mineiros entram em greve e inicia-se um processo intenso de enfrentamento entre o sindicato e governo, entre mineiros e a direção da empresa. Quando em 1º de março de 1988 acontece um violento enfrentamento entre os mineiros da Próspera e a Polícia Militar no centro de Criciúma, com saldo de vários feridos gravemente, o governo, além de exonerar a direção da empresa, inicia um processo de dissolução da Carbonífera Próspera, transformando seu patrimônio em Superintendência Geral de Mineração. A carbonífera Próspera é liquidada e seu patrimônio passa a ter controle direto da CSN que indica o engenheiro Jacy Fretta para administrá-la em conjunto com

⁹O primeiro presidente da empresa estatal foi o general Silvio Raulino de Oliveira (1953-54), sucedido pelo general Edmundo de Macedo Soares e Silva (1954-1960), por João Kubitschek de Oliveira (1960-61), Paulo José de Lima Vieira (1961-62), Otto Brug Stranch (1962-64); Mauro Ramos (1964-1966); Francisco José Vilella (1966-68) Aluisio da Silva Moura (1968-80); Elmo Coltinho da Silva (1980-1983); Jacy Eustáquio Fretta (1983-1985); Jorge Henrique Frydberg, Filho (1985-1987) e, novamente, Jacy Fretta (de 1967 à 1991) quando a antiga estatal foi novamente privatizada e transformada na Nova Próspera, de Realdo Guglielmi. (Milanez, 1992, p.181-82).

representantes de Volta Redonda. Em maio de 1990 é oficializada a desativação da Estatal que culminará na sua desativação e posterior privatização.¹⁰

Os Freitas e a família Guglielmi

Santo Guglielmi tinha, em 1940, um pequeno comércio em Morro da Fumaça. Em 1945, associou-se com Diomício Freitas, então funcionário da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. Começaram a explorar fazendas de gado para o abate e depois entram para o setor de mineração, explorando uma mina de carvão comprada de empreendedores cariocas. Donos da extinta Carbonífera Boa Vista (Criciúma) e da Metropolitana (Siderópolis) o grupo se diversificou rapidamente da mineração para outros ramos de atividade. (Goularti Filho, 1995) Domício Freitas rompeu em 1969 com Santo Guglielmi que em conjunto comandavam o Grupo Metropolitana. Este último e os filhos Realdo e Reginaldo assumiram o controle acionário da Metropolitana, mantido até hoje.¹¹

Em 1979, Diomício Freitas (falecido em 1981) promoveu a divisão de suas empresas entre os filhos, que optaram priorizar investimentos no setor cerâmico e de comunicações. Paulo Freitas, filho de Diomício, possui uma coqueria - único vínculo com o setor carbonífero. Investe na exploração de ouro no Norte do País. Seu irmão, Dillor Freitas, comanda o Grupo Cecrisa - o maior conglomerado de revestimentos cerâmicos da América Latina. É, também, dono da RCE (Rede de Comunicações Eldorado), complexo que abriga 11 emissoras de rádio no Estado. Em 1989, Paulo Freitas que assumiu a reserva da Carbonífera Criciúma em nome da família, vendeu a empresa aos empresários Alfredo Gazolla, Wolfgang Friedrich e José Luiz de Freitas Castro. Como já foi observado anteriormente, toda essa "fortuna" do Grupo Freitas originou da indústria de carvão. Foi a partir do carvão que a família Freitas expandiu-se para outros ramos de atividades.

¹⁰Em 1991, o empresário Realdo Guglielmi adquiriu o pacote A, inserido no processo de privatização do Departamento de Mineração da Antiga CSN. Num único lance, comprou a minas A e B de Criciúma e Forquilha e as reservas das futuras minas C e D, em Içara e Maracajá, além do escritório central, localizado no Bairro Próspera, em Criciúma. Realdo constituiu a Nova Próspera Mineração S/A, permanecendo como acionista da Metropolitana, de propriedade de Santo Guglielmi, seu pai, e dirigida por Reginaldo Guglielmi, seu irmão. E foi justamente a família Guglielmi, juntamente com a família Freitas, os que mais fortemente dominaram a política local, em função da exploração do carvão e do setor cerâmico.

¹¹Os Guglielmi são, também, proprietários dos hospitais Santa Catarina (infantil) e São João Batista, em Criciúma, além da Água Mineiral da Guarda (Tubarão) e do Laguna Turismo Hotel; fazendas de gado em Içara, Tubarão e Foz do Iguaçu; e a Ingusa, no setor metalúrgico (Goularti Filho, 1995 e pesquisa do autor).

O grupo Fidelis Barato/Catarinense

O grupo Catarinense, de Fidelis Barato (o pai), é um grupo relativamente novo, surgido no início dos anos 70. Em 1987 registrou um dos maiores crescimento ao adquirir, em 1988, a Mina Barro Branco (ex-Grupo Catão) que, a exemplo da CBCA, passou por um processo falimentar. No final de 1992, incorporou a Carbonífera Treviso S.A., de Urussanga. Em termos de reserva, a Catarinense disputa ao lado da Nova Próspera e da Metropolitana, a primeira colocação. Além da mineração (Carbonífera Catarinense, Barro Branco, Coquesul, Incol e Sogemil - sondagem de Minas), atua em outros setores: no ramo metalúrgico, são donos da Sidesa (adquirida de Jorge Cechinel) e no comércio, a Dicol (distribuidor de correias), no transporte coletivo, monopolizam, juntamente com Mário Tiskoski, 50% da empresa Transporte Forquilha, Rio Maina e Socibra (este último, de Tubarão) (Goularti Filho, 1995).

O grupo CCU

Outro grupo dinâmico no ramo carbonífero é de João Zanete, proprietário da CCU e da Industria Carbonífera Rio Deserto Ltda. A família Zanete também atua em outros ramos como de transporte, elétrico e metal-mecânico. São de propriedade do Grupo Zanete o coque Rio Deserto, a Transportadora Rio Deserto, a Elétrica Magiole e a Metalúrgica Millano - todas, inicialmente criadas para prestar serviço à mineradora. Com a crise do carvão em 85, o grupo passa explorar outros minerais como o fonolito (mineral utilizado pelo setor cerâmico e vidros) e a extrair carvão Cardiffe. A partir de 90, o grupo passa a atuar no ramo de reflorestamento e floricultura, através da Floresul, utilizando terras mineradas para a produção de maracujá e laranja (Santos, 1995).

Esses são os principais grupos familiares e empresas carbonífera que, durante décadas controlam a economia e, direta ou indiretamente, o poder político local. Outras pequenas mineradoras e empresas arrendatárias, subarrendatárias também exploram o carvão em Criciúma. Dentre todas, no entanto, as carboníferas CBCA - Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá e Próspera (ex-CSN e atual "Nova Próspera") são as que melhor expressam o modelo de dominação que predominou na cidade, durante décadas. Mesmo se tratando de empresas com regime jurídico diferentes (uma pública e outra privada), ambas se desenvolveram sob o sistema patrimonialista de dominação, isto é, pela forte presença do

Estado e suas ligações com os interesses privados e políticos locais. O quadro seguinte indica os principais grupos mineradores constituído no período em que o município se desenvolveu com base na mineração e seus desdobramentos mais recentes:

Quadro 8 - Empresas, representantes e/ou grupos mineradores de Criciúma e região sul.

Empresa	Grupo Econômico	Representantes	Período
C.B.C.A	Lage e Irmãos	Henrique Lage Paulo de Frontim.	1918-41
	Catão	Álvaro B. Catão Sebastião N. Campos Antônio Catão	1941-87
	Massa Falida CBCA	José Paulo Serafim Carlyle B. de Menezes Valério Preis	1987-95
Metropolitana Boa Vista	Freitas/Guglielmi	Diomicio Freitas e Santo Guglielmi	1945-69
Criciúma	Freitas	Diomicio Freitas Dillor Freitas Paulo Freitas Alfredo Gazolla Wolfgang Friedrich José Luiz de Freitas	1943 1979-1989 1989-1995
Carbonífera Próspera	(Companhia Carbonífera Colônia)	Frederico Minato Manoel Pio Correa Marcos Rovaris Pedro Benedet Frederico Minato Francisco Meller Paulo Marcus Júlio Gaidzinski	1915-17 1917-29
		Grupo Alemão	(Desativada) Jorge Carneiro
	Grupo Konder/Bornhausen	Irineu Bornhausen Antônio Ramos Marcos Konder	 1942-1953
	Estatizada	Jacy Fretta e outros Jorge Fridyberg Bertoldo Arns	1953-1985 1985-1990
	CSN		Jacy Fretta
Nova Próspera	Privatizada	Reado Guglielmi	1992-1995
CCU		João Zanette	1970
Catarinense	Grupo Fidélis Barato	Fidelis Barato Fidelis Barato Fº Afonso Barato	1987

Fonte: diversas / pesquisa do autor

O quadro revela como foi grande o número de pessoas/grupos que tiveram seus nomes ligados à história da Próspera e outras empresas mineradoras. Dentro todas, me chama atenção a rotatividade de "proprietários" e "gestores" da Carbonífera Próspera. Na condição de

empresa estatal, a Próspera foi empresa que mais influenciou o desenvolvimento econômico regional e se tornou referência para as demais. Trabalhar na Próspera dava status, como diz o ex-mineiro aposentado, o ex-ajudante e furador Hercílio Amauri de Andrade, o tio: "o mineiro da Próspera era "privilegiado", e a Próspera era a "estrela" porque seu nível salarial era superior aos demais". (JM, 3.05.92) A Próspera foi fundamental na constituição, fortalecimento e predomínio dos mineradores e burocratas do carvão na cidade. Como se observa pelos nomes ligados aos grupos acima, várias lideranças de Criciúma (e do estado) construíram suas histórias, conquistaram e exerceram mandatos públicos e posições de destaque devido aos vínculos que tiveram (e têm) com a mineração.

4.1.3 - Os atuais grupos no poder local

Com o fim do exclusivismo da mineração e o desenvolvimento de novos ramos industriais, altera-se, em parte, a configuração das elites locais. As próprias empresas mineradoras se diversificam, algumas, inclusive, abandonam a mineração e passam a dar prioridade a outros ramos de atividades, mais lucrativos e menos dependentes das oscilantes políticas governamentais e cíclicas crises do carvão. Na nova configuração econômico-empresarial temos um cenário diferente na cidade, agora caracterizada pela diversificação da economia e o pluralismo político e cultural. Nos anos 70 e 80, surgiram outras forças sociais, partidos, sindicatos, associações de classe, clubes, grupos e movimentos sociais. Com a entrada desses atores em cena - seja no campo dos trabalhadores, seja do empresariado - os dois segmentos¹² que hegemonizavam o período do exclusivismo da mineração passam a contracenar com esses sujeitos emergentes.

Estas mudanças se deram principalmente no plano econômico-industrial pois, no plano político-ideológico, permanece viva, até os dias atuais, a ideologia da mineração e, com ela, uma disputa de hegemonia entre os setores tradicionais (representados basicamente pelos mineradores e no Sindicato das Indústrias do Carvão) e os novos grupos empresariais (representados nos diversos sindicatos patronais e, principalmente, pela ACIC - Associação Comercial e Industrial de Criciúma).

Ao contrário do setor carbonífero, que detinha reserva de mercado, a indústria cerâmica precisou abrir fronteiras e concorrer no mercado nacional e, sobretudo, internacional. Essa exigência de mercado motivou em parte o aprimoramento tecnológico do setor e,

¹²Refiro-me aos mineradores, no campo das elites empresariais da cidade e aos mineiros, no campo dos trabalhadores.

constituiu, com o pólo cerâmico, uma verdadeira "cadeia produtiva" (Santos) ligando o complexo cerâmico com vários ramos de atividades industriais: mineradoras de matéria-prima para as cerâmicas, metalurgias, indústrias de fritas e esmaltes, fábricas de tijolos e refratários, indústria de embalagens (papelão), de material gráfico além dos setores têxtil e alimentação que ampliaram o mercado consumidor e de trabalho em Criciúma e região sul (Goulati Filho, 1995; Santos, 1995).

Este terceiro período, portanto, é marcado pelo fim do exclusivismo da mineração, pela diversificação econômico-empresarial e pelos desdobramentos no interior do próprio do setor carbonífero. Criciúma agora é uma economia reestruturada e, politicamente, repartida. Enquanto no interior da sociedade civil e política os novos grupos interagem com os tradicionais núcleos de poder político e cultural da cidade, formando assim um verdadeiro mosaico urbano, no plano político-ideológico os antigos e novos atores sociais locais, uns identificados com os trabalhadores e outros com o empresariado, passam a disputar pedaços da cidade, espaços de poder, instituições, que até eram controlados pelos setores tradicionais, especialmente aqueles ligados à indústria do carvão. Além dessas empresas originárias dos grupos ligados à mineração, outros setores (cerâmico, vestuário e calçados, construção civil e mobiliário, plásticos, metal-mecânico, transportes, etc.) participam ativamente da economia local. Um dos grupos econômicos mais poderoso é o Grupo Gaidzinski, da cerâmica Eliane, empresa-mãe do grande complexo cerâmico do grupo que também atua no ramo da alimentação através da Agro-Eliane.

Foi neste complexo econômico-industrial que emergiram o empresariado do setor têxtil (Twuist, Rosatex), plásticos (Cangurú e Inza, dos irmãos Jorge e Jayme Zanatta), metal-mecânico (a Mecril, da família Búrigo; Conventos, do grupo Freitas; Imecal, Amanda e Milano), construção civil (Carlos Alberto Barata), entre muitos outros. No quadro seguinte, o leitor terá uma visão de conjunto dos principais setores, empresas, famílias por ramos de atividade numa economia diversificada e reestruturada.

Quadro 9 - Grupos e empresas na economia diversificada

Grupo Econômico ou Empresa	Setores Ramos de atividades	Proprietários, diretores ou sócios
Freitas	Mineração, Cerâmica Metal-mecânico Meios de comunicação	Paulo Freitas, Dillor Freitas, Hilário Freitas
Grupo CCU	Mineração, transporte, Metal-mecânico	João Zanette
Grupo Guglielmi	Mineração, Hospitais, Hotelaria	Realdo Guglielmi, Reginaldo Guglielmi e outros
Zanatta	Plásticos, papel, metal Mecânico, transportes, comércio	Jorge Zanatta, Jayme Zanatta
Catarinense	Mineração, metalurgia, transportes, comércio	Fidelis Barato Fº, Afonso Barato, Jucemar Magrim
Angeloni	Supermercados	Antenor Angeloni
BBS	Construção Civil, Imobiliário	Carlos Alberto Barata
Búrigo Fecel Rosatex Twist	Metal-mecânico Construção civil Vestuário Vestuário	Guido José Búrigo José Fretta/Fernando Fretta Ademir Zanete/Valdir Rosso Osvaldo Guidi

Fonte: Goulati Filho e pesquisa do autor.

O quadro acima não expressa, evidentemente, a totalidade e a complexidade dos grupos e relações de poder existente na cidade. Nem estão situados hierarquicamente, como se fossem os mais poderosos, os mais capitalizados ou os mais dominadores. As indicações feitas servem para que o leitor tenha uma visão da diversidade de grupos e setores sócio-econômicos no período considerado. Nota-se a diversificação nos próprios grupos mineradores. Neste período mais recente é possível detectar, a partir dos nomes relacionados e vínculos empresariais-setoriais existentes, uma quebra da hegemonia dos mineradores. Os nomes propositadamente citados no quadro acima, representam essa diversificação e divisão político-empresarial.

Vejamos na parte seguinte do texto, alguns aspectos da representação e divisão política destes grupos econômicos, empresas ou famílias e como cada um deles se posicionou na esfera política local, desde o processo de emancipação de Criciúma aos dias atuais.

4.2 - Os donos da cidade II

As várias forças econômicas e grupos políticos de Criciúma, historicamente, vão se alinhar com diferentes partidos políticos. Não há uma vinculação direta entre membros de um setor produtivo e suas escolhas partidárias. O que se observa, é uma divisão no interior do empresariado dos diversos setores econômicos em partidos políticos diferentes. Assim temos setores ligados à mineração, à indústria cerâmica, ao vestuário, à construção civil, etc, cujos representantes são signatários de partidos adversários. Seja no período onde os comerciantes exerceram a hegemonia, os mineradores ou as atuais elites no poder, a história dos partidos em Criciúma esteve, por um lado, ligada com as oligarquias estaduais e, por outro, constatamos que os vínculos partidários ultrapassam os limites das classes sociais ou dos setores produtivos. Foi, por exemplo, o que ocorreu com os mineradores de Criciúma.

Para que o leitor tenha uma visão histórica das elites locais, seus partidos políticos e suas principais lideranças, farei um breve resgate histórico, cada qual acompanhado de uma breve reflexão. Em relação à político-partidária, das várias obras consultadas, foi fundamental o trabalho de Janete Tricketts¹³, que fez o mais completo levantamento (a partir de fontes primárias) dos partidos políticos em Criciúma entre 1945 a 1992. No período anterior a 1945 e

¹³Em "*As oligarquias dos Partidos. Criciúma, 1945-1992*" - dissertação de mestrado, defendida em 1994, Tricketts estuda a democracia interna dos partidos políticos na cidade de Criciúma no período de 1945 à 1992 e conclui que todos são partidos oligárquicos ou dirigidos por oligarquias. A autora teve o trabalho de testar se "a lei de ferro das oligarquias", em Michels (1911), pode (ou não) ser aplicada nos partidos políticos em Criciúma. A importância do trabalho de Tricketts deve-se menos por sua tentativa de comprovar uma hipótese questionável e mais pelo trabalho de coleta de dados feito a partir de fontes primárias e inúmeras entrevistas diretas. Neste sentido, trata-se de um trabalho inédito como reconhece a própria autora (p.136). No entanto, deixo lembrar que o estudo de Tricketts é questionável por diversos motivos: seja por ter aplicado uma concepção teórica-metodológica elaborada para o Partido Socialdemocrata Alemão em sua experiência anterior a 1914 - o maior partido operário de massas da Europa - e ter transposto as premissas de Michels para o caso brasileiro e criciúmeno; seja porque - como lembra Sartori (1994, p.204) o próprio Michels fala de oligarquia e de organização *sem nunca ter definido claramente esses conceitos*; seja porque tenta universalizar uma lei elaborada a partir de uma experiência restrita (Sartori); seja, finalmente, porque, mesmo que consideremos válidas as premissas de Michels, suas conclusões jamais poderiam ser aplicadas depois do "*século de Michels*", ou seja, a lei de ferro das oligarquias foi refutada pela própria história quando "*o problema da participação política deixou de se limitar ao problema da representação política, isto é, quando houve a quebra do oligopólio da representação partidária. A "lei de ferro das oligarquias" foi e é verdadeira em contextos nos quais o oligopólio da oferta da participação foi mantido pelo sistema partidário de representação*" (Vanderley G. dos Santos, 1987, p.118-119). Nem no Brasil e muito menos em Criciúma, os partidos políticos detêm ou detiveram o monopólio da representação política; pelo contrário, raríssimas são as agremiações partidárias brasileiras que defendem programas partidário e os aplicam com coerência, no discurso e na ação, no ato de representar e de participar, de decidir e executar. Além disso, o problema de Michels, que também passou a ser o problema de Tricketts, é medir o grau de democratização e de participação, tendo como parâmetro uma organização partidária.

depois de 1992, servi-me de outros autores catarinenses citados no decorrer do texto e de minha própria participação no processo político-eleitoral de Criciúma.¹⁴

4.2.1 - Divisão e hegemonia política da elite comerciante

Quando Criciúma ainda não havia se desmembrado de Araranguá, o espírito de reconciliação, de concórdia, a visão do trabalho que enobrece e o progresso que estaria por vir era manifestado com romantismo e idealismo dos que acreditavam ser possível, no futuro, conciliar liberdade para todos, preservação do meio ambiente e desenvolvimento do mineração:

"Liberdade! Liberdade! Liberdade! - saudava e repetia o escritor - "Oh povo livre e independente seja tão brilhante, como brilhante são os ricos manaciais de água e as ricas minas de carvão e a extensão das matas que cobre este solo abençoado, rico e próspero" (Milanez, 1991, p.86).

Vislumbrados pela ideologia do progresso e pelo enriquecimento fácil, os grupos de comerciantes começaram a disputar entre si, de tal forma que a história viva da cidade passa a ser construída sob o signo da divisão e da discórdia. No processo de emancipação da cidade (a partir de 1910), já existia uma disputa política na vila entre dois grupos: um primeiro grupo, formado por João Zanette, Marcos Rovaris, Jorge Negal, José Piazza e César Benedet e outro, minoritário na vila, constituído por Félix de Lucca, Giácomo Dagostin, João Milioli e Ângelo Zilli.

Nascimento relata que, em 1907, ocorreu *"o primeiro conflito político explícito na vila de Criciúma"* quando dois grupos de comerciantes disputavam o lugar onde seria construída a igreja matriz São José de Criciúma. O coronel Pedro Benedet e João Batista Targheta propuseram que a igreja fosse construída, cada um, em seu terreno.

O motivo, aparentemente banal, tinha um grande significado, na medida que *"doar uma área de terra para construir a igreja era sinal de poderio econômico e prestígio político"*. Afinal, por trás daquele conflito religioso, estava em jogo o interesse de dois grupos dispostos a manter a influência política na vila, formada em sua maioria por católicos.¹⁵

¹⁴Cabe observar, a rigor, o quadro político-partidário segue uma dinâmica histórica que perpassa os períodos que marcaram as fases da economia. Da mesma forma, os diferentes setores empresariais dominantes na cidade, ora compartilham das mesmas siglas partidárias, ora se opõem, conforme foram mudando os interesses dessas elites.

¹⁵Pedro Milanez relata o episódio em detalhes aquele conflito. As discussões eram violentas, uns querendo que a igreja fosse construída no pasto de João Targheta (atual Lapagesse) e outros no terreno de Pedro Benedet (Prédio do CNP-conselho Nacional do Petróleo, onde funciona a Fundação Cultural de Criciúma). "A

A estrutura de poder existente na primeira República (1889-1930), isto é, o sistema eleitoral do coronelismo, fazia com que cada município tivesse seu respectivo "chefe político local", que por sua vez estava atrelado às oligarquias dominantes no estado. Criciúma era uma reserva eleitoral importante e, por isso, disputada por essas oligarquias através dos chefes políticos de Tubarão e Araranguá. Como o então distrito de Criciúma pertencia ao município de Araranguá, os representantes de Criciúma participavam da escolha dos chefes políticos de Araranguá. Duas lideranças disputavam a chefia naquela cidade: João Amerino do Nascimento Costa e João Fernandes de Souza.

O grupo político constituído em torno dos coronéis Marcos Rovaris e Pedro Benedet estava mais vinculados aos interesses urbanos-comerciais e, por isso, pertencia ao esquema político de Hercílio Luz (de Tubarão), apoiado pelos Konder (da Capital) e pelos comerciantes das novas áreas de colonização. Nas eleições para superintendente municipal de Araranguá, em 1910 o grupo liderado por Zanete e Rovaris, apoiavam João Fernandes de Souza. Escreveu Nascimento:

"Enquanto o coronel João Fernandes de Souza, chefe político incontestado em Araranguá, não se opôs ao crescimento do grupo Hercilista, teve apoio dos comerciantes da vila de Criciúma. Quando, nas eleições de 1914, João Fernandes se colocou ao lado dos Ramos, isto é, dos interesses agrários na política estadual, o grupo de comerciantes hegemônicos na vila de Criciúma retirou-lhe o apoio, em favor de João Armerino do Nascimento e Costa" (1993).

O importante é ressaltar que duas lideranças exerciam a hegemonia e o domínio político local: o coronel Marcos Rovaris - que já havia consolidado sua liderança política na vila nas eleições de 1910 quando foi eleito conselheiro municipal de Araranguá - e o coronel Pedro Benedet, o mais importante "negociante" da localidade.

Por volta de 1925, sob o comando de Pedro Benedet e Marcos Rovaris *"a elite dos negociantes da região de Criciúma se articulam com outras lideranças locais para emancipar Criciúma do município de Araranguá, (o processo de emancipação incluía os*

contenda foi decidida pelo voto - relata Milanez. "Com o apoio do vigário, Targhetta foi vencedor. Os derrotados não acataram a decisão pelo voto. A briga continuou e se acirrou ainda mais, com incêndios, denúncias na política, prisão e até assassinato (Almicare Piazza), partidário de Targhetta. "Certamente os incendiários dos depósitos de João Targhetta resolveram estrangulá-lo", escreve Milanez. "Enfim, o conflito foi solucionado: a igreja foi construída entre os terrenos dos dois contendores não havendo, assim, nem vencidos, nem vencedores". (Milanez, 1993: 251-2) Na verdade, houve vencedor: "o grupo liderado por Zanette, que a partir daquele conflito definiu-se claramente o grupo dirigente na Vila de Criciúma, constituído em torno de Benedet, Fábio Silva, Frederico Minatto e Francisco Meller, Marcos Rovaris, que também fazia parte desse grupo de comerciante, adotou uma posição de aparente neutralidade em relação ao conflito da matriz, o que lhe permitiu ser um elemento unificador. Três anos depois, nas eleições de 4 de dezembro de 1910, foi eleito conselheiro municipal de Araranguá - o primeiro representante de Criciúma naquele poder" (Nascimento, 1993, p. 23-4).

atuais municípios de Nova Veneza, Forquilha e Içara)". Em 21 de setembro de 1925, no salão do Clube Seis de Janeiro, a elite dos comerciantes decidiu pela criação do município de Criciúma e da Comarca de Urussanga. A criação da Comarca junto com a emancipação, foi um estratagema utilizado pelos políticos da época, pois que havia uma forte oposição, por parte do coronel João Fernandes, para inviabilizar a emancipação de Criciúma.¹⁶

Em 4 de novembro de 1925, o deputado Acácio Moreira, compadre de Marcos Rovaris, apresentou o Projeto de lei nº 1.516 que criava o município de Criciúma.¹⁷ Quatro dias depois, Marcos Rovaris, por unanimidade, foi eleito Superintendente municipal de Criciúma e, com ele, cinco Conselheiros Municipais: Gabriel Arns, João Bortoluzzi, Pedro Benedet, Fábio Silva e Olivério Nurenberg - todos membros da elite dos comerciantes.¹⁸

Os partidos políticos em Criciúma de 1925 a 1945: a queda dos Konder e a ascensão dos Ramos

A história dos partidos políticos das elites cricumenses remonta a década de 1920, a partir das disputas entre os comerciantes partidários dos Ramos e dos Konder. No processo de emancipação de Criciúma foi constituído o primeiro partido local, o Partido Republicano Catarinense - PRC, liderado por Marcos Rovaris. Em 1926, o PRC crescimense apoiava as candidaturas de Adolpho Konder e Valmor Ribeiro para governador e vice governador de Santa Catarina (Milanez, 1991, p.87)¹⁹. Estava selada, desde então, a aliança política da elites

¹⁶Escreve Milanez: "*O coronel João Fernandes, que era deputado eex-intendente de Araranguá, lutou ferozmente contra a emancipação, mas a razão falou mais alto. O dep. Acácio Moreira e o Dr. Victor Konder foram "vivos" ...juntando na mesma lei a criação da Comarca de Urussanga. Os deputados que quizessem votar com João Fernandes não poderiam fazê-lo, pois não havia nenhuma oposição a criação da Comarca de Urussanga*" (1991, p.72).

¹⁷Aqui, novamente, há divergência entre os pesquisadores: para alguns (Nascimento, por exemplo) a emancipação de Criciúma foi, em parte, influenciado pelas disputas estaduais, pois sua elevação a condição de cidade, enfraqueceria o poder do coronel João Fernandes de Souza, adversário de Hercílio Luz, governador de Santa Catarina; para outros, porém (Volpato), a instalação do município em 1º de Janeiro de 1926, "deve-se à exploração do carvão que acelerou sua emancipação política".

¹⁸No ato de instalação do município, em 1º de Janeiro de 1926, houve um grande festejo em Cresciúma. Resumidamente, relata o Jornal dos Mineiros (nº 2, de 15/06/1926): "*Ao som da banda musical de Imbituba, gentilmente cedida pelo deputado e superintendente de Imbituba, dr. Álvaro Catão, os convidados que vieram de trem, foram recepcionados na estação pelas autoridades locais e por cerca quinhentas pessoas. Durante o ato, o dr. Álvaro Catão, representando o sr. Governador do Estado, fez um discurso que comoveu a todos os presentes. Os festejos seguiram até as 15 horas. Na despedida foram dados muitos vivas ao coronel Governador do Estado, dr. Ulisses Costa, Dr. Vitor Konder, major Acácio Moreira, às redações dos jornais, aos municípios do Sul do Estado, etc.*" (Milanez, p. 76-8).

¹⁹O diretório político do PRC em Criciúma era formado por Marcos Rovaris, Olympio Motta, Gabriel Arns, João Zanette, Olivério Nuermberg, Henrique Dalsasso, Ascendino V. Maciel e Antônio Brígido de Almeida. No abaixo-assinado recomendando voto a Adolpho Konder, além dos membros do diretório, assinaram: Pedro Benedet, Frederico Minatto, Oscar Berendt, Humberto Bortoluzzi, Leandro Crippa, Ernesto Luchina, Francismo Meller, Lourenço Cechinel, José Gaidzinski, Marcelo Lodette, Elias Angeloni, Cincinato

locais com os Konder-Bornhausen. Adolfo Konder, eleito governador, formaria com os irmãos Vitor e Marcos Konder e com o cunhado Irineu Bornhausen (banqueiro e prefeito de Itajaí, pai de Paulo, Jorge e Roberto Konder Bornhausen) uma das mais poderosas oligarquias do Estado (Carrerão, 1990, p.37; Demarco, 1991, p.57).

Com a revolução de 30, O partido Liberal Catarinense (da oligarquia Ramos) passou a liderar o espaço político local e estadual. Cincinato Naspolini foi o primeiro a assumir a prefeitura depois da Revolução. No governo Naspoline foi construída e inaugurada a Praça Nereu Ramos comprovando, assim, a hegemonia dos Ramos na cidade, até então governada pelos Konder. Com a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o presidente Getúlio Vargas mantém Nereu Ramos como interventor em Santa Catarina que passa a organizar e dirigir no Estado, o Partido Social Democrático, o PSD. Durante toda a ditadura Vargas o PSD deu sustentação ao governo. De caráter conservador e apoiado num eleitorado predominantemente rural, o PSD se tornará, até 1964, o partido eleitoralmente mais forte em Santa Catarina e no país.

Adolfo Konder elegeu-se senador pelo PRC e 1930, mas foi cassado pela "Revolução". Em Criciúma, no dia 04 de Outubro de 1930, o primeiro intendente e prefeito municipal de Criciúma também era deposto pela "revolução de 30". Comandavam o grupo revolucionário em Criciúma os "capitães" Trifino Correia e Ernesto Lacombe. A oligarquia Ramos, liderada por Vidal e seu filho Nereu Ramos que estavam à margem do poder até 30 irão formar, após a Revolução, o Partido Liberal Catarinense. Já os derrotados pela revolução de 30, liderados por Adolfo Konder, permanecerão no PRC. Mesmo divididos, as duas principais oligarquias permanecerão por muitos anos dominando o Estado. Os dois grupos, mesmo rivais, fazem o revezamento no controle político de Santa Catarina, desde o início do século aos anos 70 quando novas cisões põem fim a dominação oligárquica dos Konder e dos Ramos em SC.

A principal liderança e homem de confiança de Nereu Ramos em Criciúma era Elias Angeloni que foi prefeito de Criciúma entre 1933 a 1945, ou seja, por 12 anos, mais do que a ditadura do Estado Novo. O PSD, fundado por Getúlio Vargas, se organizou em SC em torno de Nereu Ramos. Em Criciúma, foi fundado por Frederico Minatto, Carlos Lacombe, Cincinato Naspolini e Elias Angeloni.²⁰ Dentre os pedessistas nenhum outro teve tanto poder

Naspolini, Fábio Silva, César Benedet, João de Lucca, Benjamim Bristot, entre outros. *"Contribuímos com 287 votos, deixando de votar, muitos de nosso eleitorado"* (Milanez: op.cit.).

²⁰Segundo Trickes, Minatto era secretário de finanças de Marcos Rovaris. *"Na fundação do PSD em Criciúma, juntamente com Lacombe, Naspolini e Angeloni, estavam: Júlio Gaidzinski, Addo Caldas Faraco, José Contrin Portella, Pedro Guidi, Santos Guglielmi, Sinval Rosário Borher, Pe. Stanislau Cizeski, Manoel Gonçalves de Farias, Jorge Elias de Lucca, Aquilino Cirimbelli, entre outros"* (Trickes, 1995, p.138).

quanto Elias Angeloni, que era proprietários de um cartório de registro de imóveis. Rubens Costas, também dono de um Cartório em Criciúma e genro de Elias Angeloni, foi enfático ao afirmar:

"Naquele tempo, todos deviam obediência a Elias ... Como não existia a obrigatoriedade de concurso público, era impensável alguém ser nomeado para qualquer cargo, de servente de escola, fiscal da fazenda ou delegado de polícia, sem o aval do seu Elias. Todos os cargos, sem exceção, eram abonados por ele e não havia indicação de mais ninguém ... Quem desobedecia recebia com castigo a remoção para Chapecó, no extremo Oeste catarinense que, pela distância e situação das estradas, era considerado o fim do mundo" (Trickes, 1994, p.157)²¹.

Isto nos permite fazer uma idéia do poder local e de como um comerciante e agente político exercia o mando na cidade. Mas havia oposição, não tanto a forma de dominação, mas sobretudo porque Angeloni e seus aliados defendiam interesses opostos a outros grupos que por alguns anos ficaram aliados do poder local.

Neste período, os partidários de Rovaris, do PRC, organizam a oposição à Angeloni e continuam afinados com os Konder-Bornhausen, cujo ramo oligárquico irá germinar, a partir de 1945, a UDN - União Democrática Nacional.

4.2.2 - Os mineradores tomam partido

A tradição política e partidária dos mineradores remonta aos primeiros anos da mineração. Aliás, a mineração já nasceu ligada à esfera política, partidária e estatal. Assim, por exemplo, Paulo de Frontim, foi senador pelo Rio de Janeiro; Álvaro Catão e Sebastião Netto Campos ligados à CBCA, exerceram mandatos estaduais e federais. Da mesma forma Ruy Hülse; Diomício Freitas (foi deputado federal muito atuante e com grande influência junto ao governo federal); Fidelis Barato, do grupo catarinense (vereador em várias legislaturas), entre outros mineradores que exerceram mandatos parlamentares.

Cada uma das famílias/empresas mineradores de Criciúma, escolhia um (ou mais) de seus membros para representar os interesses "dos mineiros" e/ou "os interesses do carvão" na esfera pública federal, estadual ou local. Devido a relação e o controle estatal sobre a indústria e todo complexo carbonífero existente na região, era fundamental ter uma representação em todos os níveis do poder, do local ao federal. Vários deputados federais, prefeitos e vereadores

²¹Pedro Guidi, 81 anos, também entrevistado por Trickes, e considerado "braço direito" de Angeloni, descreveu a personalidade de Angeloni, em poucas palavras: *"Elias falava pouco, era exigente com os comandados e implacável com os adversários"* (cit. por Trickes, 1994, p.157).

de Criciúma e região estavam (e ainda estão) vinculados ou se elegeram a partir de suas ligações com o setor carbonífero. A representação político-partidária dos mineradores, no meu ponto de vista, não pode ser analisada sem este apoio das minas, o que inclui, evidentemente, os próprios mineiros. Os exemplos mais conhecidos desta relação donos das minas e mineiros estão relacionados às figuras de Diomício Freitas e Sebastião Netto Campos - o mesmo ocorre com as demais empresas mineradoras.

A hegemonia político-partidária dos mineradores em Criciúma

Para ilustrar, vale recordar um episódio envolvendo mineradores e partidos de esquerda e/ou de oposição. O PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, de influência Getulista, que foi criado em Criciúma, meses antes das eleições de 1947. Trickes relata que o mentor político do PTB em Criciúma foi Heriberto Hülse.

"O ex-deputado estava convencido que a UDN deveria ter um partido auxiliar que funcionasse como uma espécie de captador-escoadouro dos votos operários e estava receoso que o PSB tomasse a iniciativa e depois tirasse proveitos eleitorais. Com essas preocupações, Hülse incentiva seu subordinado hierárquico na CBCA e sindicalista Antônio Parente a criar uma nova sigla. Passado o pleito de 1947, Parente rompe politicamente com o amigo e a ingerência acaba" (1994, p.140).

Esta informação de Trickes ("fim da ingerência do representante da UDN") contraria o que disse Fernandes (1992) segundo a qual, nas eleições de 1958 para Assembléia Estadual, outro udenista, Ruy Hülse, também teve apoio pessoal de Parente. Fernandes lembra que, nas eleições de 1958 para a Assembléia Legislativa, os mineiros de Criciúma votaram maciçamente no candidato da UDN, Ruy Hülse. Os votos dos mineiros à UDN deveu-se, segundo a autora, ao apoio do principal líder mineiro da época, Antônio Parente, que foi presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e teria vínculos com o Partido Comunista.²²

²² Antônio Parente foi eleito presidente na gestão 1957-1959 e reeleito para a gestão 1959-1961. Tanto ele como seus sucessores na presidência do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, Manoel Ribeiro (1961-1963) e Jorge Feliciano (1963-1964) eram ligados ao PCB, Partido Comunista Brasileiro (Fernandes, 1992, p. 69), que na clandestinidade, militavam no PTB e, posteriormente, no MDB. Segundo Volpato, a partir do mandato de Parente, inaugura-se uma nova fase do sindicalismo mineiro, com grande inserção junto a categoria, mobilizações, greves por melhorias salariais e das condições de trabalho nas minas: *"As companhias carboníferas e o poder público passaram a ver no sindicato ou, mais precisamente, na direção do sindicato, foco gerador e irradiador da revolta do trabalho contra o capital"* (Volpato, 1989, p. 275) Já havia disputa no Sindicato dos Mineiros. Em 1961, relata-nos Fernandes, Manoel Ribeiro, *"comunista filiado ao PTB derrotou uma chapa ligada ao proprietário de uma carbonífera, Diomício Freitas, político da UDN e um ferrenho crítico do Sindicato dos Mineiros"*. (1992, p. 79) Diante da derrota, inicia-se um processo de cisão na base mineira, fato que se consumaria, em 1964, com a criação do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, uma iniciativa apoiada pelo próprio Diomício Freitas cujos objetivos eram dividir a categoria mineira visando enfraquecer o movimento dos mineiros e derrotar os comunistas do sindicato de Criciúma.

A pressão dos companheiros não impediu que o citado líder sindical, amigo pessoal do candidato da UDN, o apoiasse na eleição. Dos 1.407 votos dados pela população mineira, 1.336 (94,9% da população mineira analisada) votam em Ruy Hülse. Neste mesma eleição, diz Fernandes, *"os mineiros votavam na UDN para o Senado e no PSD para a Câmara Federal"* (1992, p.99)²³. Nas eleições de 1965, para governador e prefeito, a tendência do voto mineiro era votar com base nas relações pessoais, menos nas opções ideológica ou partidária. De acordo com Fernandes,

"a vitória da aliança PSD-PTB junto à população mineira deveu-se a dois fatores: primeiro, por ser uma eleição no plano estadual, o clientelismo perde influencia na definição dos votos; segundo, deveu-se ao fato do candidato a vice-governador, Francisco D'aligna, ser uma pessoa ligada ao PTB muito conhecida dos mineiros através das viagens que fazia a Criciúma, bem como as participações em assembleias da categoria, onde seu nome era citado em várias ocasiões." (Fernandes, 1992, p.104).

Ivo Silveira, da coligação PSD-PTB venceu Antônio Carlos Konder Reis, candidato da UDN em 1965. Mas em Criciúma, nas eleições para prefeito, Ruy Hülse (UDN) na disputa com Addo Caldas Faraco (PSD-PTB), foi o vencedor, embora junto a população mineira, tenha perdido com uma pequena margem.²⁴

Episódios como este ilustram a história dos partidos políticos em Criciúma, que começou com a emancipação de Criciúma, em 1926. Posteriormente, partidos como UDN, PSD, PTB e, minoritariamente, o PCB (posteriormente a Arena e o MDB / PDS e PMDB), também foram organizados na cidade. Durante o regime militar, sob as amarras do bipartidarismo, os grupos políticos, empresariais e de trabalhadores se dividiam entre Arena e MDB, até o fim do bipartidarismo, quando conhecemos o atual quadro partidário.

Historicamente, os mineradores ou seus representantes, se vincularam a partidos adversários ou, quando compartilhavam de uma mesma sigla partidária, dividiam-se em alas ou setores, e disputavam entre si, como aconteceu entre Álvaro Catão e Diomício Freitas, na

²³Segundo uma liderança do PC de Criciúma, Roberto Collogni, entrevistado por Fernandes, haveria uma "explicação" para os votos à UDN. Segundo ele, os mineiros raciocinavam da seguinte forma: *"No sindicato, vou até com os comunistas, agora, nas eleições, com comunista eu não vou" ... porque* - continua Collogni - *"na questão econômica (do sindicato) os mineiros confiam em nós; agora, na questão política entra toda a superestrutura do Estado: educação, religião, medo..."* (1992: 100). Penso que além dos fatores ideológicos e coercitivos impostos pelo Estado - que indubitavelmente são determinantes na opção de voto dos trabalhadores, deve ser ressaltado aspectos inerentes ao próprio comportamento político dos mineiros e suas relações com os donos das minas que só a ideologia e a coerção "do Estado" não explica. Este estudo procura, na medida do possível, indicar outros fatores determinantes no pensamento e na ação política dos mineiros e das elites locais.

²⁴O candidato do PSD-PTB, segundo Fernandes teve junto aos mineiros, 52% de votos, enquanto Rui Hülse obteve 48% dos votos da população mineira - o que é muito significativo na medida que Addo Faraco era um conhecido líder getulista (1992, p.104).

UDN e na Arena; e com Valmor de Lucca e Eduardo Moreira, no PMDB. Por outro lado, os mineradores se organizaram em partidos considerados adversários, ou seja, alguns mineradores filiaram-se a partidos considerados à direita do cenário político local e catarinense (UDN, PSD; Arena; PDS) e outros, em partidos de oposição ou considerados "de esquerda", como é o caso do PTB (até 1964) e o MDB, durante o regime militar. Realdo Guglielmi é um exemplo de minerador com este perfil "oposicionista". A influência dos mineradores sobre partidos como o PTB e o PCB em Criciúma (e posteriormente, sobre o MDB/PMDB e sobre o próprio PT, como veremos mais adiante) demonstra que a inserção política destes setores do empresariado local rompe os contornos das classes, partidos ou ideologias. Vejamos, agora, quais são os partidos dos mineradores em Criciúma, no período de 1945-1980.

O PSD, A UDN e o PTB em Criciúma (1945-64)

A UDN, frente ampla de oposição histórica ao governo Vargas, constituiu-se no primeiro grande partido dos mineradores em Criciúma. A marca da UDN foi o anti-varguismo, seu discurso, o moralismo conservador e, sua sina, o poder. Foi assim com a UDN e tem sido assim com os ex-udenistas que hoje militam no PMDB, PFL e PPR. De acordo com Maria Vitória Benevides

"O partido aglutinou, pelo menos, cinco grupos de oposição: a) os membros das oligarquias destronadas a partir de 1930; b) os antigos aliados de Getúlio que se sentiram marginalizados ou traídos e saíram em 1937; c) os que participaram do Estado Novo, mas romperam com Getúlio ou com as forças locais situacionistas antes de 1945; d) os liberais nos Estados; e) setores de esquerda, que saíram logo a seguir à criação da UDN" (Benevides, M.V. "A UDN", cit. por Fleicher (1981, p.87) e por Carrerão (1991, p.32-33).

Em Santa Catarina, segundo Carrerão, as bases de estruturação da UDN serão os grupos desalojados do poder em 1930. Foi exatamente o que aconteceu em Criciúma. Fundado em 1956, pelos "excluídos" do poder pela ditadura Vargas: Marcos Rovaris, Heriberto Hülse, Gabriel Arns, Silvino Rovaris e Francisco Meller, entre outros, *"todos integrantes do Partido Republicano de Adolfo Konder, Aristides Ramos e Irineu Bornhausen que perderam poder em 1930/35"* (Trickes, 1994, p.139).

Segundo Trickes, *"a maior autoridade da UDN foi Heriberto Hülse, ex-governador de SC, presidente regional e presidente de honra estadual e local do partido. Por mais de uma década, Heriberto Hülse foi diretor da CBCA - principal empresa carbonífera na época - que pertencia a Irineu Bornhausen e depois foi vendida a Álvaro Catão, sucessores de Henrique*

Lage na mineração catarinense" (1994, p.158). A UDN nasceu, cresceu e exerceu poder em Criciúma ligada aos interesses dos mineradores. Sebastião Netto Campos, Diomício Freitas, Heriberto Hülse, Ruy Hülse, (mais tarde) José Augusto Hülse) todos ex-udenistas e alguns, atuais pefelistas-peemedebistas. É a sina...

Durante os governos estaduais udenistas, "*Criciúma* (leia-se "os interesses do carvão") *jamais recebeu qualquer benfeitoria ou verba pública que não fosse por intermédio de Heriberto Hülse. Sua influência era enorme em tudo o que dissesse respeito ao partido...*" (Trickes, 1994, p.159). A história das elites de Criciúma vincula-se ao nome de Hülse e não foi sem motivo que "o majestoso" recebeu também um nome majestoso: Estádio Heriberto Hülse, o mais poderoso udenista local.

Resumindo, as elites partidárias no período 1945-1965, se organizam em torno do PSD, UDN e PTB.²⁵ Pela nominata dos dirigentes partidários, percebe-se que tanto os mineradores como aos comerciantes disputam o poder político local, exatamente os dois setores que disputam a hegemonia do poder local. É possível ainda concluir que enquanto o PSD vincula-se mais às elites comerciantes da cidade, os mineradores estão majoritariamente ligados a UDN. O PTB, partido minoritário, é disputado pelos dois agrupamentos dominantes.

A Arena e o MDB em Criciúma (1965 - 1980)

A Aliança Renovadora Nacional, o braço civil da ditadura militar foi fundada em Criciúma em 13 de julho de 1966 por ex-integrantes da UDN e PSD. Dentre os principais fundadores, estavam: ex-deputado e minerador/ceramista Diomício Freitas; ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro, o minerador Álvaro Luiz Bocaiúva Catão; o deputado estadual e ex-prefeito pedessista Paulo Preis; ; o ex-deputado e dono da CBCA, Sebastião Netto Campos e muitos outros. ²⁶ Na reformulação partidária feita em 1969, entre outros, filiam-se à Arena o

²⁵Com base no levantamento feito por Triches, o pedessismo era composto por: Elias Angeloni, José Contrin Portella, Addo Caldas Faraco, Sinval Rosário Bohrer, Júlio Gaidzinski, Mário Diomário da Rosa, Marcílio Dias S. Thiago, Moacir Jardim de Menezes, Paulo Preis e Nelson Alexandrino; por outro lado, a elite udenista de Criciúma era formada por Heriberto Hulse, Gabriel Arns, Oswaldo Hulse, Nicolau Destri Napoleão, Aldo Hercílio da Luz, Diomício Freitas, Bernardino João Campos, Francisco Meller e Wilmar Zózimo Peixoto. A elite de políticos profissionais do PTB era constituída por Addo Vânio de Aquino Faraco, Pedro Andrade, Manoel Ribeiro, Nilton Rebelo e Manoel Quintino (Trickes, p. 156-159).

²⁶Do levantamento de Triches, destaca-se: Bertoldo Arns, Nelson Alexandrino, Pedro Guidi, Fidelis Barato, Antônio Guglielmi Sobrinho, Nicolau Destri Napoleão, Algemiro Manique Barreto, Manoel Dilor de Freitas, Arlindo Junckes, Addo Caldas Faraco, Aldo Hercílio da Luz, Wilmar Zózimo Peixoto, José Contin Portella, Damásio Reis, Francisco João Cabral Canziani, Fidelis Back, Mário Sônego, Aristides Bolan, Silvio Búriço, entre outros" (1994, p.176).

ex-prefeito e comerciante Elias Angeloni, Heriberto Hülse, Oswaldo Hülse, Ruy Hülse, Cincinato Naspolini" - velhos seguidores da oligarquia Ramos²⁷ (Trickes, 1994, p.176).

Como se nota, a Arena aglutinou no seu interior ex-integrantes do PSD e UDN, isto é, membros das oligarquias Ramos e Konder, adversários políticos nas disputas eleitorais. A reunião numa mesma sigla de antigos adversários marcou toda existência do PDS, isto é *"brigas, tumultos e rivalidades entre pedessistas e udenistas marcaram a história do partido na cidade"*. As divisões na Arena, posteriormente, no PDS, remonta os tempos da UDN, quando, os próprios mineradores disputavam entre si o monopólio do poder local.

*"Se o casamento entre pedessistas e udenistas estava longe de ser tranqüilo e cordial, sua situação era ainda pior e mais delicada dentre (os partidários) da ex-UDN, que se dividia em dois grupos. A divisão remontava 62, quando Diomício Freitas quis ser candidato a deputado federal, vaga até (então) reservada ao proprietário da CBCA, Álvaro Catão"*²⁸.

Por outro lado, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, fundado em Criciúma em 25 de junho de 1966, também nasceu dividido. Seus principais fundadores foram: o jornalista João Sônego, os sindicalistas Antônio Parente e Nilton Francisco Rebello; o ex-udenista João Casnok Filho e os dentistas Lírio Rosso e Manoel Dias.²⁹

Como se sabe, os grupos internos do MDB eram conhecidos como moderados e autênticos. De acordo com Trickes, "João Sônego³⁰ - da ala moderada - deteve a hegemonia

²⁷A Arena foi governo em Criciúma através de Ruy Hulse, eleito pela UDN em 1965, (1966-69); Algemiro Manique Barreto, ex-PSD (1973-77) e por Altair Guidi, ex-PDC e ex-MDB (1977-82) e teve três presidentes: Sebastião Netto Campos (1966-75), Bertoldo Arns (abril-julho de 75) e Francisco Dilson Freitas (75-79). Trickes, op. cit.

²⁸Trickes relata um episódio para ilustrar a divisão udenista *"A UDN realizava sua convenção quando, num dado momento, Sebastião Netto Campos, funcionário de Catão na CBCA, pega o livro de atas e some do local. Com seu ato, visava impedir a candidatura de Freitas, que poderia inviabilizar a eleição do seu patrão. O episódio não teve efeito esperado - a candidatura de Diomício foi homologada nas convenções realizadas às pressas em Morro da Fumaça, Urussanga, Siderópolis e Nova Veneza - mas provocou, de forma definitiva, a divisão da ex-UDN, (divisão esta) que foi mantida durante os 14 anos de novo partido (a Arena) ... Assim, a metade da Arena que cabia aos ex-udenistas, era repartida ao meio entre Diomício e Sebastião, que superou Catão e acabou se transformando no todo poderoso dono da CBCA. Essa divisão determinava, por antecipação, quem integraria ou não o diretório arenista e o controle absoluto de cada voto. Os votos udenistas de Diomício eram controlados por ele e pelo seu funcionário no grupo Cecrisa e vereador Miguel Medeiros Esmeraldino. Os de Sebastião, pelo próprio e pelo seu funcionário e vereador Edi Tasca. Os pedessistas também travavam suas lutas pelo poder político. Dentro da Arena, embora menos marcante e pouco visíveis, os grupos internos estavam sob o comando do ex-presidente da Câmara e minerador Fidelis Barato; do vereador e comerciante Damásio Reis; do prefeito Algemiro Manique Barreto, e dos deputados Aristides Bolan e Nereu Guidi"* (1994, p.90-91).

²⁹Entre outros, estavam na fundação do MDB: Altamiro Bittencourt, Cláudio Aristeu Garcia, Elpídio Meis, Pedro Pereira dos Santos, Ido Manoel de Souza, Dilcio Esmael de Souza, Ari Faraco, Valmor Damiani, Pedro Martinho Luiz, José Manoel Máximo e Otto Luiz Farias. (Trickes, op cit)

³⁰João Sônego, filho de imigrante italiano, é jornalista da RCE. Foi, por muitos anos, funcionário da CBCA e conhece profundamente a história da mineração e da política local. Declarou certa vez que, na empresa, sempre se diferenciou politicamente do patrão, Sebastião Netto Campos, ao qual, segundo ele, só se subordinava nos assuntos empresariais. De formação erudita e simpatizante das idéias socialistas (mais

interna do partido até 1970. Desde então começa a ascensão dos chamados "autênticos"³¹ representados, entre outros, por Manoel Dias (deputado estadual eleito em 66 e cassado); Murilo Sampaio Canto (deputado estadual eleitos em 70, 74 e 78) e Walmor Paulo de Lucca³² (Trickes, p.191).

Controlar a máquina pública local e ter representação na esfera estadual ou federal, significava dar sustentação política aos interesses do empresariado do carvão (e do setor cerâmico). A opção escolha partidária depende do interesse de cada grupo ou família de minerador. O fundamental era estar ao lado dos que estavam no poder. Nenhum outro setor dependia tanto das decisões políticas no plano federal e precisava do domínio político local. Por isso, é grande o número de mineradores ou de agentes políticos em Criciúma ligados à mineração.

O quadro da página seguinte indica alguns nomes de empresários ou agentes políticos, reconhecidamente vinculados à mineração, suas empresas ou grupos econômicos e seus respectivos partidos.

Nota-se que o setor da mineração teve (e tem) uma representação política direta, de funcionários de confiança, diretores das empresas, donos das minas e/ou agentes políticos de confiança pessoal dos mineradores. Em termos político-partidários, percebe-se, uma diversificação de siglas. Nos últimos 30 anos, os agentes políticos/mineradores pertenciam tanto aos partidos que deram sustentação ao regime militar (Arena, PDS/PPR e PFL) como de oposição ao regime, MDB/PMDB.

exatamente de Luiz Carlos Prestes), foi fundador e vice-prefeito do MDB, participou do governo Guidi/PDS (gestão 1988-1992) e, recentemente, assinou ficha no PSDB de Criciúma.

³¹Presidiram o MDB de Criciúma: Manoel Dias (66-69), João Sônego (69-72), Ney de Aragão Paes (72-75), Jairo Frank (1975) e Lírio Rosso (1978-79). Entre 1975 e 76 teria sido Acácio Alfredo Villain (Trickes, 1994, p.183).

³²Deputado Federal eleito em 74 e 78, Walmor é filho do ex-vereador do PSD, Jorge Elias de Lucca, sogro de Manoel e Murilo.

Quadro 10 - Agentes políticos, partidos e grupos econômicos ligados a atividades carbonífera em Criciúma

Agente Político	Partido	Cargo	Empresa ou Grupo
Paulo de Frontin	UDN	Senador	CBCA
Heriberto Hülse	UDN	Governador	CBCA
Sebastião Netto Campos	UDN/Arena/PDS/PFL	Dep. Federal	Grupo Catão/CBCA
Diomício Freitas	UDN/Arena/PDS	Dep. Federal	Grupo Freitas/Cecris
Fidelis Barato	UDN/Arena/PDS	Vereador	Grupo Catarinense
Ruy Hülse	UDN/Arena/PDS/PFL	Dep Estadual/Prefeito	Grupo Catão/CBCA
Ruberval Pilotto	Arena/PDS	Dep. Federal	Grupo Freitas
José Augusto Hülse	MDB/PMDB	Prefeito/V.governador	Metropolitana/Guglielmi
Valmor de Lucca	MDB/PMDB	Dep. Federal	Realdo Guglielmi
Eduardo P. Moreira	PMDB	Dep. Federal/Prefeito	Realdo Guglielmi
Lírio Rosso	MDB/PMDB	Dep. Estadual	Realdo Guglielmi
Jucemar Magrim	Arena/PDS	Vereador	Catarinense
Jorge Uliana Filho	Arena/PDS/PFL	Vereador	Grupo Catão/CBCA
Edi Tasca	Arena/PDS	Vereador	Grupo Catão/CBCA
Lourival Lopes	Arena/PDS	Vereador	Grupo Freitas/Criciúma
Afonso Baratto	PDS	Vereador	Grupo Catarinense
Bertoldo Arns	UDN/Arena/PDS/PFL	Secretário Municipal	Grupo Catão/Próspera
Verceli Coral	Arena/PDS/PFL	Vereador	Grupo Catão/CBCA
Ageci Mendes Xavier	MDB/PMDB	Vereador	Realdo Guglielmi
Miguel Medeiros Esmeraldino	Arena/PDS	Vereador	Grupo Freitas

Fontes: diversas e pesquisa do autor³³

Esta divisão política dos mineradores tem repercussões também no interior do empresariado local, seja nas relações entre os sindicatos patronais, seja na Associação Comercial e Industrial. Mas será nas disputas pelo controle da máquina política local e do poder executivo e legislativo de Criciúma, que as divergências se acirram, às vezes, no interior de um mesmo partido, entre agentes políticos que disputam entre si, os apoios dos mineradores.³⁴

³³Não estão aqui indicados os inúmeros representantes políticos dos mineiros, vereadores e parlamentares, de várias siglas partidárias, que se elegeram a partir de seus vínculos com as minas ou categoria dos mineiros. Indiquei alguns dos que são, na cidade, publicamente reconhecidos por suas ligações com os grupos econômicos dominantes do setor carbonífero, tendo em conta que ligados à mineração, temos vários representantes dos mineiros - apoiados pela categoria, pelos Sindicatos dos Mineiros ou por empresas.

³⁴Entre 1990 a 1994, dois agentes políticos locais, Eduardo Moreira e Valmor de Lucca, conhecidos por suas ligações com o setor da mineração, particularmente com o esquema Guglielmi, viveram esse tipo de disputa: o ex-deputado Valmor de Lucca foi preterido por Guglielmi em favor Eduardo Moreira, o que motivou sua saída do PMDB. Deputado Federal por três mandatos (MDB/PMDB), Valmor foi presidente da Telesc, passou pelo PDT e recentemente, numa tentativa de manter-se no cargo, filiou-se ao PSDB; Moreira, cunhado de Guglielmi, foi eleito duas vezes deputado federal, é o atual prefeito de Criciúma, pelo PMDB. Moreira tem se manifestado na imprensa como pré-candidato ao governo do estado, na sucessão de Paulo Afonso Vieira.

4.2.3 - Os partidos políticos no período do pluripartidarismo (1980 a 1995)

Com o fim do bi-partidarismo, novos partidos são organizados em todo país. Em Criciúma, além do PDS e do PMDB, herdeiros diretos da Arena e do MDB, passaram a ter alguma expressão pública e base eleitoral na cidade, novos partidos: o PFL e PL, que reuniu dissidentes do PDS e velhos udenistas; o PT, construído a partir dos movimentos sindicais, populares e pastorais; os dois PCs e o PPS que disputam entre si a tradição comunista; o PDT, que reuniu antigos trabalhistas e dissidentes do PMDB e, mais recentemente, o PSDB, organizado a partir de profissionais liberais e pequenos empresários urbanos da cidade, oriundos do PMDB..

Entre 1980-1992, de acordo com Trickes, foram criados em Criciúma 17 partidos (seis entre 1980-85 e onze entre 1986-92. Em 1992, atuavam em Criciúma, 13 siglas. (1994, p.201). Analisarei os partidos dominantes em Criciúma, em dois blocos separados: o primeiro, integrado pelo PDS/PFL, que formavam, até 1994, a União por Criciúma e em Santa Catarina e, o segundo bloco, formado pelo PMDB e PSDB. Quanto aos demais partidos, farei algumas referências no capítulo 7.

A união e (des) união das elites tradicionais: PDS e PFL

O PDS foi fundado em 1980, por iniciativa de Sebastião Netto Campos, Eno Steiner e bancada de vereadores. O genro de Fidelis Barato, empresário Jucemar Magrin, foi eleito presidente e o ex-vereador Edi Tasca, secretário. Altair Guidi, eleito em 76 pela Arena, adere ao PDS em 80 e se reelege prefeito pela coligação PDS-PFL em 1988. Mas o comando real no PDS em Criciúma estava em outras mãos. Trickes identificou quatro agrupamentos ou lideranças políticas principais no PDS: Diomício Freitas, Fidelis Barato, Sebastião Netto Campos e Jarvis Gaidzinski. De acordo com a autora, *“o grupo udenista-arenista de Diomício Freitas perde poder com sua morte em 1981, o mesmo ocorrendo com o ex-pedessita Fidelis Barato. O terceiro grupo se extingue quando, em 1984, Sebastião Netto Campos deixa o PDS para ingressar no PFL. A partir de 1985, começa a ascensão do grupo Gaidzinski, único remanescente do quarteto institucional e que, desde 87, detém a supremacia pedessista”* (Trickes, p.240).

O Partido da Frente Liberal, por sua vez, foi criado a partir da cisão da família Bornhausen com Espiridião Amim em Santa Catarina. Fundado em Criciúma por Bertoldo

Arns³⁵, Nereu Guidi³⁶ e Sebastião Netto Campos,³⁷ o PFL aprofundou o racha com o PDS, desfazendo a União por Criciúma, no curso das eleições de 1994, quando PFL e PDS, lançaram ou apoiaram candidaturas próprias para o governo e para a presidência da República. A divisão da União no estado teve reflexo imediato no PDS em Criciúma. Trickes tem algumas informações que "explicam" a adesão de vários pedessistas de Criciúma ao PFL:

"Além de sua ligação política com Jorge, Netto Campos era proprietário da CBCA. No processo pré-falimentar de suas empresas, em plena crise financeira, Campos precisava aumentar a quota de carvão vendida ao governo - até então único cliente em potencial. Na época, o Ministério das Minas e Energia era gerido pelo pefelista Aureliano Chaves. Sebastião negocia, deixa o PDS e ajuda a fundar o PFL" (1994, p.209).

Este caso, ilustra como as decisões políticas atravessam os assuntos econômicos e como os interesses "ditos públicos" são pautadas por interesses particulares, no caso, o interesse de um grupo minerador. Entre a prática e o discurso, a distância é grande. Publicamente, os motivos da adesão ao PFL de parlamentares e dirigentes pedessistas foi "o caciquismo" do comando do PDS e, pasme o leitor, "saímos em nome dos interesses da coletividade e porque somos contrários privilegiar interesses empresariais", declaram na Câmara de Vereadores, os líderes dissidentes:

"Em 14 de fevereiro de 1985, Jorge Uliana Fº, funcionário de Netto Campos na CBCA (pedessista eleito presidente da Câmara com o apoio do PMDB), Verceli Nunes Coral e Ademir Ugione acusam o PDS de "excesso de caciquismo" e de "privilegiar interesses empresariais em detrimento da coletividade". Deixam o PDS e filiam-se ao PFL. Em junho de 1985, os três vereadores, Bertoldo Arns, Nereu Guidi e os ex-vice-prefeito Mário Sónego declaram seus apoios ao PFL, considerando-se fundadores e filiados do novo partido. Em 26 de junho, o deputado estadual Cláudio Ávila da Silva, genro de Sebastião, apresenta a comissão de Criciúma no diretório provisório do PFL regional." (Trickes, p.209).

Os liberais, de acordo com Trickes dividem-se em dois grupos internos: o grupo dos fundadores - que se manteve majoritário e os novos que, em 1992, tinha dois comandantes: Edivaldo Machado e Vânio de Oliveira (1994, p.242). No meu ponto de vista existe apenas uma divisão no PFL: a divisão da teoria com a prática, do discurso liberal ou neoliberal com a tradição conservadora e patrimonialista de udenistas convictos. Não é a toa que o PFL, antes

³⁵ **Bertoldo Arns**, irmão do arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, foi presidente da UDN entre 62-65 era um dos candidatos da Arena em 76. Secretário de finanças do governo Guidi (1988-92) e Diretor Financeiro da Carbonífera Próspera, gestão Jorje Frydberg, do PMDB, durante o governo Sarney.

³⁶ **Nereu Guidi**, deputado federal, chefe da Casa Civil do governo Jorge Bornhausen e Secretário Municipal do governo Guidi, em Criciúma. É proprietário da Rádio Difuso de Içara.

³⁷ **Netto Campos**, minerador, proprietário da CBCA, ex-líder de Bornhausen na Assembléia, foi secretário da Indústria e Comércio de Konder Reis e deputado federal.

mesmo de seu surgimento, nos governos militares ou civis, com Sarney, Collor e Fernando Henrique, sempre esteve intimamente ligado ao Poder. José de Souza Martins vai mais longe:

"Desde um fim da ditadura Vargas, em 1945, o país é governado por um terceiro partido, que não está necessariamente no poder, mas interpõe-se entre os dois principais partidos que polarizam o processo político: o PDS e o PTB. Quem se opôs a este grupo partidário ou não teve seu apoio, não governou .. " A bem da verdade - diz Martins - Tancredo Neves tentou, seu grupo quis governar acima da teia de alianças e interesses clientelísticos desse grupo politicamente poderoso e, portanto, acima dos partidos. Não conseguiu. Nem Getúlio, nem os militares governaram sem ele ou sem fazer-lhe concessões expressivas." (Martins, 1994, p.49-50).³⁸

O PMDB e o PSDB: dos progressistas ao Centrão

O PMDB de Criciúma foi fundado em 1980. Sob seu comando, aparentemente, permanece o núcleo dirigente da década de 70, sob a liderança de Lírio Rosso. Além dos dirigentes, três parlamentares comandaram o partido: Manoel Dias, Murilo Canto e Walmor de Lucca. Mas o verdadeiro "dono" do PMDB em Criciúma chama-se Realdo Guglielmi: Seu apoio ou sua oposição, é determinante nos destinos do PMDB local. Além de Realdo, outros dois nomes disputam entre si o controle político do PMDB local: José Augusto Hülse³⁹ e Eduardo Pinho Moreira.

É estranho que na pesquisa de Tricketts, não encontrei nenhuma referência explícita das reais ligações entre Realdo-Moreira-Hülse na história recente do PMDB. A única referência feita só é percebida para quem conhece a intimidade do PMDB local, quando a autora explica

³⁸ Complementaria dizendo: nem Fernando Henrique governa sem o PFL, ou melhor, o PFL, governa acima do próprio PSDB, do próprio governo, governa com a rede Globo, com os militares, com o empresariado. A força do PFL fez rasgar o ideário social-democrata do próprio PSDB, como já fizera com o PMDB durante o governo Sarney e jamais realizou seu programa de reformas.

³⁹ José Augusto Hülse (sobrinho do ex governador Heriberto Hülse e primo do ex-prefeito Ruy Hülse), filho de um dos diretores da CBCA, foi engenheiro de minas na Carbonífera Metropolitana, era amigo de Murilo e Valmor de Lucca, embora sua família fosse ligada à UDN. Em 1976, filiou-se ao MDB e foi candidato a vice-prefeito na chapa de Murilo Canto para a prefeitura de Criciúma. Zé Augusto justifica sua opção: *"Nas eleições de 76, a situação exigia um candidato ligado à problemática do trabalho, que tivesse penetração no interior do município. A Arena concorreu com um candidato do PSD e outro da UDN. O Ghisi representava o PSD, era candidato do Manique e tinha apoio dos empresários. O candidato da UDN tinha o apoio dos Freitas. Já o Realdo Guglielmi, desde que foi fundado o PMDB, era filiado e sempre auxiliou muito nossas campanhas. Elaboramos um caderno intitulado "Humanizar Criciúma", mas a classe média e os empresários não entenderam nossa mensagem"*. Em 1979, Hülse aceita o convite para participar da administração Guidi como Secretário de Obras e Viação, afastando-se do cargo só em 1981, as vésperas da eleições. Com a incorporação do Partido Popular no PMDB e a contribuição do empresário Realdo Guglielmi, José Augusto forma, com Roseval José Alves (ex-PP) a segunda legenda do PMDB para disputar as eleições de 1992. Mas o então deputado estadual, Algemiro Manique Barreto, recém filiado ao PP também pleiteava o cargo. Com a incorporação do PP, passa a disputar a legenda do PMDB para candidatar-se a prefeito. Recusado, saiu do PMDB e ingressou no PDS e, assim, concorreu na segunda sub-legendada do PDS (a primeira tinha como candidato, Nereu Guidi), contra a vontade de Altair Guidi, que apoiava Nereu. (Da-Rós, 1991, p.139)

porque o ex-deputado Walmor de Lucca foi "cristianizado" pelo partido. Escreve Trickes na página 290:

"A estrela principal do grupo e deputado entre 74 e 90, Walmor Paulo de Lucca, não aceita partilhar o monopólio que detinha na Câmara Federal e, em 86, resiste às demais candidaturas postas. Depois de rejeitar o candidato a prefeito indicado pelo partido em 88, é "cristianizado" em 1990. No ano seguinte, também ingressa no PDT, seguindo o mesmo caminho que Manoel Dias e Murilo".

Quando a autora diz "foi cristianizado" porque Valmor não aceitou partilhar o monopólio que detinha na Câmara Federal, está na verdade, ocultando detalhes (e nomes) que em hipótese alguma poderiam ficar omissos. O que houve, em Criciúma, foi uma transferência de apoio do empresário Realdo Guglielmi de Valmor De Lucca em favor de seu cunhado e médico Eduardo Pinho Moreira, ex-deputado federal e atual prefeito de Criciúma. Processo "de fritura" e transferência de apoio aconteceu também com o principal líder do PMDB, Lírio Rosso - candidato histórico e preferencial do partido para a Prefeitura de Criciúma: o apoio de Realdo à José Augusto Hülse foi decisivo na sua eleição de 1982 ⁴⁰ ; e vai se repetir, pela terceira vez, no processo eleitoral de 1992 quando, internamente, disputavam a vaga para concorrer a prefeitura, Eduardo Moreira e José Augusto. Moreira terá apoio de Realdo e se elegerá prefeito de Criciúma em 1992.

Nascido do ventre do PMDB, o PSDB teve como principal articulador e primeiro presidente local, Jorge Henrique Carneiro Frydberg, ex diretor presidente da Carbonífera Próspera e ex-secretário de José Augusto Hülse na prefeitura. Com ele, ingressaram no PSDB outros militantes "da esquerda" e "radicais" do PMDB, a exemplo do que sucedeu, no plano estadual, com Francisco Küster, Dirceu Carneiro, Vilson de Souza, Jaison Barreto, todos alinhados à ala progressista do PMDB. Os motivos que levaram J. H. Frydberg; Gilson Pinheiro, (ex-secretário municipal e atual presidente); Altamiro Bittencourt (sindicalista, ex-vereador e também fundador do MDB); Ivo Carminatti (advogado) foram os mesmos alegados pelas lideranças tucanas estaduais: o PMDB tornou-se um partido "de direita", um partido "da ordem", avesso à reformas e à mudanças. Tragicômico destino o do PSDB: chega ao poder de forma fulminante em coligação com aqueles que são, historicamente, exemplo do conservadorismo, do "poder do atraso" (Martins, 1994).

A primeira experiência eleitoral do PSDB deu-se em 1992, em coligação com o PMDB oportunidade que o médico Anderley Antoneli foi eleito vice-prefeito, na chapa de Eduardo

⁴⁰Nas eleições para prefeitura em 1982, o candidato preferencial do PMDB e apoiado pelo esquema partidário era Lírio Rosso (deputado estadual eleito em 1976, em dobradinha com Valmor De Lucca, ambos do setor progressista do PMDB). Devido o apoio ostensivo do empresário Realdo Guglielmi, Hülse é eleito prefeito.

Moreira. No processo eleitoral daquele ano, explicita-se a primeira divisão entre os tucanos: o setor conservador representados pelos médicos Antoneli e Márcio Zacaron (vereador em Criciúma) que apoiavam Moreira e o grupo "progressista", representado por Gilson Pinheiro e Maria Dal Farra Naspoline que queriam Zé Augusto no PMDB ou uma aliança com o PT na Frente Popular.

Com a eleição de Fernando Henrique para Presidente e sua vinculação com o governo Paulo Afonso (PMDB), o PSDB tem se tornado, cada vez mais, um partido de discurso social-democrata e prática liberal. Em conjunto com o PMDB, representam a principal força política em Criciúma no momento. A tendência mais otimista do partido dos tucanos, em Criciúma e em Santa Catarina, é se aproximar do PMDB e do PFL, afastando-se cada vez mais do campo progressista, deixando de ser, portanto, um partido de centro-esquerda como reivindicava no início. A política no Brasil é mesmo muito "dinâmica" ... rumo ao passado.

Nesta nova configuração das elites locais, novos grupos econômicos, partidos e agentes políticos disputam com os mineradores e seus representantes diretos a hegemonia local. Estes grupos e lideranças estão ligados ao setor cerâmico e a outros segmentos empresariais como têxtil, plásticos, metalurgia, construção civil, couros, etc. Progressivamente eles vem se destacando no cenário político local, quebrando desta forma, a hegemonia ou o monopólio do poder exercido pelos mineradores.

O quadro 11 relaciona alguns nomes conhecidos na cidade e região e suas vinculações com alguns grupos ou empresas que representam a diversificação da economia local.

Quadro 11 - Agentes políticos, partidos e grupos econômicos de Criciúma

Agente Político	Cargo/mandato	Partido	Setor/ Grupo/ Empresa
Altair Guidi	Dep. Est./prefeito	Arena/PDS	Vários Grupos
Jarvis Gaidzinski	Dep. Federal	Arena/PDS/PL	Gaidzinski/Eliane
Algemiro Manique Barretto	Prefeito/Dep. Est.	Arena/MDB/PDS/PFL	Transp. Manique/Freitas
Ruberval Pilotto	Dep. Federal	Arena/PDS	Grupo Cecrisa
Woimer Lock	Vereador	Arena/PDS	Grupo Freitas/Cesaca
Vânio de Oliveira	Vereador/Dep. Est.	MDB/PDS/PFL	Grupo Freitas/Cecrisa
Astor dos Santos	Vereador	Arena/PDS	Grupo Angeloni
Peres Dutra Lemos	Vereador	PDS	Grupo Zanatta
Adão Sergio da Silva	Vereador	PFL	Grupo Catarinense
Ivone Souza de Faria	Vereadora	PFL	Celesc
Valdemir Rosso	Vereador	PDS	Rosatex

Fonte: Diversas e pesquisa do autor.

A presença ativa dos empresários nas atividades políticas

Ao concluir este capítulo é importante, a título de reflexão mais geral sobre a organização político-partidária do empresariado em Criciúma - destacar *a posição privilegiada de poder que o empresário tem na sociedade em comparação com os trabalhadores*.⁴¹ Estes, no capitalismo, são cada vez mais dependentes dos capitalistas e do próprio Estado no atendimento de suas demandas, interesses e direitos fundamentais. De fato, neste capítulo constatamos essa presença ativa do empresariado nas atividades políticas em todos os períodos que marcaram a história de Criciúma. Essa participação ativa dos empresários ampliou ainda mais seu poder de dominação na cidade, além do que já possui na esfera produtiva. Ou seja, além de controlar seus trabalhadores na empresa, os empresários - para compatibilizar e ampliar seus interesses de classe - formam grupos de interesses, organizam sindicatos, ingressam em partidos políticos ou participam ativamente dos processos eleitorais para disputar as demandas oriundas de outros grupos de cidadãos, particularmente os trabalhadores e os consumidores.

O fato é que utilizam-se dos processos eleitorais para (1) defender os interesses próprios ou seus interesses de classe, e, 2) impedindo a realização dos interesses dos trabalhadores e/ou consumidores.

Não poucas vezes que, "em nome da democracia ou do bom funcionamento da livre iniciativa", os empresários associam-se aos homens públicos para, inclusive, remover do debate político temas importantes ou de interesses sociais (ou incluir na agenda política os assuntos de seus interesses). Enfim, na medida que um processo eleitoral põe obstáculos às demandas empresariais, empenham-se abertamente nas atividades políticas, tornando-se os cidadãos mais ativos da sociedade. Observa C. Offe: *"Suas empresas transformam-se em organizações privadas de vida política atuante. Contribuem para fundos de campanha, favorecem partidos ou candidatos, ou até mesmo tornam-se candidatos."* (Offe, 1984) Afinal de contas, justificam o que está em jogo é a liderança do Estado ou o governo das cidades. Em Criciúma, como vimos, os vínculos empresariais e partidários são identificáveis além das preferências eleitorais de cada empresário ou grupo econômico.

Nas conclusões de sua dissertação, Trickes escreveu: *"Nada mais antigo que os "modernos" partidos políticos desta última década. Apesar do tempo e das diferenças*

⁴¹Ver Offe, C. e Wiesenthal, H. "Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre Classe Social e Forma Organizacional". In: Claus Offe. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

ideológicas, as organizações atuais continuam representando as mesmas práticas políticas dos seus antepassados (1994: 243) Para a autora, *"independente da época e da matriz ideológica, todos os partidos demonstraram que estavam, ou estão, sob domínio de poucos. Que tinham, ou têm, chefes."* (1994, p.261). E completa:

"Fazendo uma média global das três fases estudadas (de 45-65; de 66 - 79; 80- 92) concluímos que o número de pessoas que efetivamente dirigiram os partidos políticos em Criciúma entre 1945-1992 não passou de 40". Dessas, 18 (46%) se mantiveram sempre à frente das organizações - acumulando cargos e permanecendo neles - e 22 (54%) foram substituídos. Para se manterem no poder, esses 40 dirigentes contaram com os votos de um eleitorado cujo número não ultrapassou a barreira dos 031 votantes. As 61 eleições internas promovidas por esses partidos para selecionar dirigentes não foram competitivas..." (1994, p.264)..

Penso, ao contrário da interpretação acima - no que se refere à ausência de competitividade interna dos partidos - que a história dos partidos e das elites políticas em Criciúma é marcada pela competitividade, pela disputa, pela divisão entre pessoas, agrupamentos e interesses divergentes.

Além disso, no lugar de nivelamento e generalizações do tipo *"todos os partidos são iguais"*⁴², procurei mostrar o espectro dos principais partidos em Criciúma em suas peculiaridades, cujas histórias e destinos dos dirigentes seguem cursos diferentes, conflitantes e marcados por lutas internas. Apenas considerando os quatro principais partidos das elites em Criciúma aqui analisados (PDS-PFL, PMDB e PSDB) podemos perceber, com diversos exemplos e episódios da história política local, que a prática das disputas aconteceram (e acontecem) independentemente dos estímulos à competitividade interna.

Baseado nas reflexões de Bourdieu sobre a configuração dos campos políticos (Introdução), penso que a democracia se caracteriza justamente pelo conflito (de opiniões, interesses, etc.) e que a democracia numa sociedade de classes como a nossa, além de ser uma prática extremamente conflitiva e limitada, é repleta de contradições e antagonismos de toda ordem, seja econômica, política ou ideológica. Isso pode-se constatar principalmente quando ocorrem disputas (sociais, trabalhistas, eleitorais) entre membros ou agremiações de elite com

⁴²Escreve a autora, na página 234: "Se a inexistência do estímulo à divergência democrática mais assemelha que diferencia os partidos (referindo-se ao PDS, PMDB, PDT, PT e PFL) eles se tornam **exatamente iguais** (grifos meus) ao fazerem uso generalizado do colégio eleitoral (diretório) para selecionarem seus dirigentes". A autora diz que, entre 1980 a 1992, a única exceção desta prática aconteceu em 1988, quando houve uma disputa para eleger (com a participação direta dos filiados) os dirigentes do partido. Tenho dificuldade de concordar com a autora pois na história dos partidos em Criciúma, ao menos em relação ao PT, sempre houve disputas (acirradas) e seus dirigentes foram eleitos nos encontros abertos aos filiados, e não por um "colégio eleitoral", como quer a autora. Seria preciso investigar, nos demais partidos se, de fato, os dados fornecidos pelo Cartório correspondem à experiência histórica desses partidos.

representantes ou partidos de esquerda e populares organizados na cidade, especialmente em relação ao PT. Os capítulos seguintes mostrarão ao leitor aspectos desta "polarização" de classes e de lutas entre "os de baixo" e "os de cima". Veremos como estes últimos - ao sentirem-se de alguma forma ameaçados pelos "de baixo" tornam-se politicamente ativos e buscam - por diversos meios, recursos, discursos, táticas e estratégias - a "união de todos", acima das classes e partidos.

CAPÍTULO 5

O EMPRESÁRIO COMO SUJEITO POLÍTICO

"Hoje em dia empresário é um título que se emprega como o de doutor antigamente. Criou-se toda uma auréola em torno do homem de negócios, do chefe de indústria, do executivo. Tudo isso foi endeusado e estimuladona perspectiva do Brasil grande potência, o que impressionou e enganou muita gente". Caio Prado Júnior.

Criciúma dos anos 80 e 90 é uma cidade diversificada economicamente e repartida politicamente, onde se fragmentam e se multiplicam as relações de dominação, seja do ponto de vista econômico, seja no nível político, no campo das elites ou dos movimentos sociais.

Nesta nova configuração de elites permanece, entretanto, uma tensão, um conflito de interesses entre os "antigos" donos da cidade (representados agora pelos setores carbonífero/cerâmico) e os "novos" grupos empresariais (que representam a economia diversificada). Esta tensão vai se manifestar em diversos momentos da história local. Neste capítulo vamos conhecer um pouco mais sobre a inserção e organização político-sindical do empresariado de Criciúma. Veremos que, mesmo não existindo um monopólio do poder por parte dos mineradores, como ocorria no período anterior, os grupos ligados à mineração continuam atuantes e aparecem tanto a nível dos conflitos sociais da cidade, das demandas empresariais, dos discursos e da organização sindical do empresariado.

A ação política dos mineradores permeará até mesmo os espaços e organizações onde predominam outros setores econômicos, como é o caso da Acic. Enquanto o empresariado do carvão terá no Sindicato das Indústrias de Extração de Carvão de Santa Catarina sua principal organização de classe, os demais segmentos do empresariado urbano-industrial se organizará

na ACIC - Associação Comercial e Industrial de Criciúma - além de seus próprios sindicatos patronais.

A constituição do empresariado enquanto sujeito político tem sido objeto de inúmeros estudos. No Brasil, autores como Diniz, Ribeiro, Boschi, Minella, Buzanello, para citarmos alguns, vem analisando o pensamento e o comportamento empresarial, suas organizações e relações com o Estado, bem como as mudanças e tendências do empresariado brasileiro nos últimos anos. Outros pesquisadores (Demarco, Aguiar, Carrerão, Michels, Mourer, entre outros) vem investigando o pensamento e a organização política do empresariado catarinense e das diferentes regiões do estado. Nestas pesquisas encontramos referências importantes sobre o empresariado da região carbonífera, notadamente, de Criciúma. Nenhum desses estudos, no entanto, aprofundou a formação e organização do empresariado que permitisse traçar um perfil político-empresarial mais preciso desse sujeito político na cidade, seja no que se refere aos interesses específicos e setoriais do empresariado da região carbonífera, em relação às políticas de desenvolvimento local, no que se refere a participação na vida política da cidade. Sobretudo, são poucas as referências sobre a relação do empresariado com os movimentos sociais de Criciúma, especialmente no que se refere aos conflitos entre Capital e Trabalho.

À luz dos aspectos históricos e das mudanças econômicas e sociais já analisados na primeira parte e no capítulo anterior pretendo, nesta parte do texto, analisar a inserção e organização político-sindical e classista dos empresários de Criciúma. O leitor notará que, se por um lado há uma continuidade histórica entre o segundo e o terceiro período que chamei, respectivamente, de mineração e diversificação; por outro, na passagem de um período a outro, há (aparentes) sinais de rupturas, de descontinuidades entre o modelo baseado na mineração e da economia reestruturada. Isto poderá ser observado no final deste capítulo quando identifico as diferentes visões ou perspectivas de desenvolvimento local, isto é, as diferentes propostas ou "saídas" para a crise defendidas por distintos grupos empresariais no início dos anos 90.¹

¹Em continuação a este capítulo, ver o capítulo 6 que procura identificar a posição do empresariado frente aos movimentos sociais na cidade, tendo como referência os conflitos entre Capital e Trabalho.

Acic - a organização militante do empresariado e o sindicalismo patronal em Criciúma

Ao longo da história da cidade, o empresariado se constituiu num sujeito político ativo. A Acic - Associação comercial e Industrial de Criciúma - se destaca como uma das principais organizações militantes do empresariado local. Além dela, outros sindicatos patronais desempenham um papel dirigente, tomando iniciativas setoriais ou mobilizando a coletividade. Um dos sindicatos patronais que se destaca por sua atuação na região, em defesa dos interesses do setor carbonífero, é o Sindicato das Indústrias de Extração de Carvão de SC - SIECESC.

5.1 - O Sindicato dos Mineradores e demais sindicatos patronais

A história deste sindicato patronal está ligada a história das empresas, dos donos das minas (João Zanette, Diomício Freitas, Fidelis Barato, Sebastião Netto Campos, entre outros). Mas foi Ricardo Vilella, falecido em dezembro de 1994, que marcou a vida e a história da organização sindical dos mineradores em Criciúma. O SIECESC, até 1983, era uma Associação de Classe, vinculada ao Sindicato Nacional das Indústria de Extração de Carvão. A constituição do Sindicato dos Mineradores coincide com a constituição de várias organizações corporativas-empresarial no período de democratização da sociedade brasileira quando o empresariado dos mais variados setores produtivos - tanto em Santa Catarina como a nível nacional - passam a se organizar (e atuar) setorialmente (Diniz, Eli e Boschi, Renato, 1978 e 1990; E. Diniz e outros., 1993). Mas a constituição do Sindicato dos Mineradores em SC, tem algumas particularidades. Até sua constituição, os donos das minas representavam suas próprias empresas e concorriam entre si, cada qual defendendo seus interesses empresariais. O exemplo mais conhecido do "individualismo" dos mineradores foi Realdo Guglielmi, da Carbonífera Metropolitana. Realdo, via de regra, não seguia a orientação da Associação nem comungava sempre com os demais mineradores. Em alguns dissídios trabalhistas, por exemplo, tomava iniciativas e negociava em separado com os sindicatos dos mineiros, o que contrariava os demais. Além deste "individualismo", havia outro fator que dificultava uma ação coletiva comum entre os mineradores da região: a Carbonífera Próspera. A Próspera, na condição de empresa estatal, não seguia "as regras" ou orientações do sindicato patronal, mas do próprio governo federal, através do Ministério das Minas e Energias. Isto, evidentemente, enfraquecia

o papel do sindicato na definição das estratégias setoriais, uma vez que parte dessas estratégias eram definidas pelo próprio governo ou suas Comissões Técnicas responsáveis pelo setor. Isto também explica a importância dos parlamentares ligados aos interesses do carvão pois, em última instância, eram eles ou através deles, que se conseguia "incentivos", "preços", "mercado", etc. A intermediação político-parlamentar dos interesses dos mineradores eram feitas diretamente pelos próprios mineradores-parlamentares (Diomício Freitas, Sebastião Netto Campos, Fidelis Barato, etc) ou por meio de seus "*brokers*" (Zaluar, 1994), isto é, através de um número muito grande de intermediários deste setor junto ao poder central, estadual ou local.

Mesmo as empresas privadas do setor carbonífero dependiam e subordinavam-se às instâncias governamentais e, por isso, as decisões demandavam longas negociações em Brasília, no Rio de Janeiro ou na capital catarinense.² O Sindicato patronal dos mineradores foi se fortalecendo na medida em que se dava o processo de desregulamentação do setor carbonífero, isto é, que o Estado se afastava e deixava as empresas se orientarem pelas "leis do mercado". Com a crise da mineração e o aumento das demandas trabalhistas, o SIECESC tornou-se progressivamente mais importante e passa a ser o agente agregador dos interesses do carvão nos últimos anos. Os últimos três presidentes do SIECESC foram Ricardo Vilella (1990-1994), Fidelis Barato Filho (interino) e Ruy Hülse, eleito em 1995.

Além do Sindicato, os mineradores contam com outro instrumento político-ideológico e assistencial importante, a SATC - Sociedade Assistencial aos Trabalhadores do Carvão. Esta sim exerceu, por muitos anos, um papel ideológico fundamental na construção do imaginário dominante na cidade, além de agregar os interesses dos mineradores de Criciúma e região. Criada em 2 de maio de 1959 como entidade assistencial e educacional dos mineradores, a SATC, além de canalizar as verbas assistenciais, era (é) mantenedora da "Escola Técnica Osvaldo Pinto da Veiga"³, a principal escola técnica de 1º e 2º graus de Criciúma, mantida pelos mineradores e que servia (e ainda serve) como um dos principais espaços de afirmação e disseminação da ideologia da mineração. Vários quadros técnicos e ideológicos das empresas

²Sem falar das constantes negociações que cada empresa ou grupo de mineradores fazia com os cinco sindicatos de mineiros existentes na região: Criciúma, Rio Maina, Siderópolis, Urussanga e Lauro Muller. Divididos em bases territoriais distintas, as dificuldades nos dissídios eram sentidas por ambas as partes, especialmente para os trabalhadores que não tinham uma entidade congregadora de seus interesses.

³É interessante observar que a história da SATC se confunde com a história do carvão, isto é, sofre as mesmas oscilações e crises que ocorre no setor carbonífero e, por isso, foi ameaçada de fechar diversas vezes. Estudar na SATC foi, por muitos anos, um privilégio, tal a importância que a escola teve na história da cidade.

carboníferas foram formados pela SATC, conhecida como a escola dos filhos dos mineiros. (Jornal do Carvão, nº 2 e 6)

A sede do SIECESC funciona na SATC cuja infra-estrutura privilegiada permite a realização de reuniões, seminários, cursos e encontros. Na SATC também são realizadas as negociações trabalhistas com os sindicatos dos mineiros, além de toda política assistencial e educacional. Os mineradores, portanto, sempre tiveram uma organização própria, independente dos demais setores produtivos. Mas - em vista de seus interesses setoriais - tiveram participação em outras organizações empresariais, como a Acic.

Outros sindicatos patronais, além do Sindicato dos Mineradores, estão organizados e atuantes em Criciúma. O quadro seguinte, indica os Sindicatos Patronais sediados em Criciúma e seus respectivos presidentes (em 1992).

Quadro 12 - Sindicatos Patronais em Criciúma e seus presidentes

Sindicato	Presidente
Sindicato das Indústrias de Construção e do Mobiliário	Carlos Alberto Barata
Sindicato das Ind. Metalúrgicas, Mecânicas e Mat. Elétrico de Criciúma	Mário Búrigo
Sindicato das Industrias Cerâmicas para a Construção e Olarias	Ademir Lemos
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Criciúma	Adílio F. dos Santos,
Sindicato das Indústrias Gráficas	Dilton Rovares
Sindicato da Industria de Calçados de Criciúma	Aldo Apolinário
Sindicato de Hotéis, Bares e Similares	Mário Soratto
Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Madeiras	Silvestre Belolli
Sindicato de Panificação e Confeitarias	Lauro Mor Cardoso
Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de SC	José A. da Silva Darella
Sindicato do Comércio Varejista	Orestes Vidal
Sindicato das Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios de SC	Nereu Martinello
Sindicato das Indústrias da Extração do Carvão do Estado de SC	Ricardo Vilella
Sindicato Sind. das Industrias de Material Plástico do Sul de Santa Catarina	Jayme A. Zanatta
Clube de Diretores Lojistas de Criciúma	Paulo Medeiros

Fonte: Acic

Com exceção do CDL e do Sindicato dos Mineradores, que possuem uma história mais longa, a maior parte dos sindicatos patronais de Criciúma foram fundados mais recentemente, coincidindo, portanto, com o período de diversificação econômica. Estes Sindicatos, representantes dos interesses das empresas afiliadas constituem, basicamente, a estrutura político-sindical da Acic, que funciona em Criciúma como uma espécie de Central dos interesses patronais de Criciúma. Mas como veremos a seguir a Acic, em vários momentos de sua história, viveu situações de grandes conflitos internos. Estas divisões e tensões no interior da Acic refletem, em parte, as cisões que sempre marcaram a história de Criciúma.

5.2 - ACIC: organização militante dos empresários

A importância da Acic tem crescido na medida que a economia se diversifica e a imprensa local passa a dar um destaque maior para seus representantes e sua atuação. Nos últimos anos, a entidade se transformou em algo mais que uma simples agregadora de interesses de classe e se apresenta, nas palavras do atual presidente Guido Búrigo, como *"interprete dos anseios dos seus associados e de toda uma região."* (DC, 06/11/95). Para o ex-presidente da ACIC, Carlos Alberto Barata, *"A ACIC tem uma característica diferente das demais (associações industriais e comerciais) pelo desafio da entidade em ter um relacionamento direto e ativo com lideranças sindicais dos trabalhadores"*. Justifica sua posição fundamentada na atividade carbonífera que *"por ser extremamente perigosa, leva os mineiros a ter uma coragem diferenciada dos demais trabalhadores"*, o que demonstra o peso da ideologia da mineração na história da cidade.

Além disso, o empresariado de Criciúma, se destaca por suas iniciativas e, como eles próprios dizem, por serem "empreendedores" forjadas pelos constantes desafios enfrentados nas sucessivas crises do carvão (Búrigo) e, sobretudo, pela experiência e amadurecimento das questões trabalhistas.

Até o modo como setores da imprensa escreve a história da ACIC, percebe-se esse viés político-ideológico. A entidade é apresentada como "parte da história do município", como um "termômetro" que mostra toda a sua evolução econômica, política e cultural. Diz o Editorial do Jornal da Manhã, sob o título "ACIC, uma história de lutas":

"Há 48 anos Criciúma se preocupava com o elevado número de feriados decretados pela prefeitura, com a pirita que se colocava nas ruas e com a atuação "muito agressiva" dos fiscais da Fazenda Estadual. Faltava uma entidade que unisse forças e levasse adiante o clamor da sociedade, particularmente dos comerciantes do centro. Esta necessidade fez surgir a Associação Comercial e Industrial de Criciúma. Os seus fundadores, com certeza, não imaginavam que a entidade fosse assumir o caráter que assumiu, servindo em muitos momentos, de escudo da cidade ou porta-voz de reivindicações fundamentais, como uma política definitiva para o carvão nacional, redirecionamento da política tributária e fiscal e uma projeção da região para o ano 2000. ...O desenvolvimento gigantesco da cidade, sempre com a Acic envolvida diretamente, fez com que o eixo de lutas fosse alterado. Mas naquela época, se a ACIC não brigasse contra a pirita, quem brigaria? Hoje - conclui o Editorial - a Acic representa empresários que estão listados entre os mais importantes do mundo na suas áreas e faz um belo trabalho em defesa do cidadão comum" (JM, 19/07/92).

Pode-se se questionar esta visão apologética, que apresenta a organização dos empresários como "escudo da cidade", seu "porta voz" - que traduz exatamente o conceito de elite, definido no início deste trabalho - mas não há como negar que a história do empresariado

representado na ACIC tem sido marcada por uma linha de ação que possivelmente não encontramos na maior parte das associações comerciais e industriais. Pelo menos foi o que percebi ao analisar as três últimas gestões da Acic: Jayme Zanatta (1987-1991), Carlos Alberto Barata (1991-1993) e Guido Búrigo (1993-1995).

Um pouco de história da Acic

A ACIC foi fundada em 18 de Junho de 1944 para defender os interesses dos lojistas de Criciúma.⁴ A Assembléia Geral de fundação da "Associação Comercial de Criciúma, teve a participação de 118 representantes da classe comercial que assinaram a ata de fundação, foi realizada nas dependências do antigo Cine Rovaris, no centro de Criciúma.

Os atos foram presididos pelo então prefeito Elias Angeloni e contou com a presença das principais lideranças da comunidade na época. Além do prefeito municipal, a mesa diretora da Assembléia de fundação da Acic era composta por: Heriberto Hülse, Carlos O. Seara, Abílio Paulo, Francisco José Rodrigues de Oliveira, Antônio Roque Júnior, Ernesto Lacombe Filho e Lino de Bona Castelan. Após a aprovação dos estatutos, por aclamação, foi formada a primeira diretoria da ACIC. Antônio Roque Júnior foi eleito o primeiro presidente da Acic, em 1944.⁵

Desde sua fundação, a Acic teve 10 presidentes, cujos mandatos foram exercidos conforme indica o quadro seguinte:

⁴Os dados para reconstituição da história da Acic tiveram como fonte o "*Caderno Especial da ACIC - 50 anos: Uma história de conquista*" (Encarte do JM, 17.06.94), Jornal da Manhã e pesquisa do autor.

⁵Os demais membros da primeira diretoria foram: 1º vice-presidente, Lindolfo Correa; 2º vice, Abdon Alexandrino; 1ª secretário, Edgar Carneiro; 2º secretário, João de Bona Castelan; tesoureiro, Firmino Guedes; Diretor de Intercâmbio Comercial, Bernardino Capos; Diretor de Assistência aos Sócios, Ernesto Lacombe Filho; Diretor da Caixa de auxílios Mútuos, Vitório Serafim; Diretor da Guarda Noturna, José Gomes; Diretor de Imprensa e Difusão, Dr. Jorge Frydberg; Conselho Fiscal: Lino de Bona Castelan, Adolfo Starosta e Esmeraldino Damiani; Suplentes: Antônio Isaiás Coelho, Cesar Lodetti e Joaquim Goulart. (Fonte: Jornal da Acic - 50 anos, 1944-1994, Suplemento JM, Junho de 1994)

Quadro 13 - Presidentes da Acic - 1944 a 1994

NOME	PERÍODO DO MANDATO	DURAÇÃO
Antônio Roque	1944 a 1951	7 anos
José Pimentel	1951 a 1955	4 anos
Wilson Barrata	1955 a 1971	16 anos
Antônio Caldeira Góes	1971 a 1979	8 anos
Otacílio João de Bem	1979	8 meses
Domerval Zanatta	1979 a 1981	2 anos
José Antônio Bongiolho	1981 a 1987	6 anos
Jayme Zanatta	1987 a 1991	4 anos
Carlos Alberto Barata	1991 a 1993	2 anos
Guido José Búrigo *	1993 a 1995	2 anos

Fonte: Jornal da Acic, 50 anos.

* Tomou posse em 19 de julho de 1993 e foi reeleito para um segundo mandato consecutivo (1995 - 1997)

Como se observa, o menor mandato foi exercido por Otacílio de Bem, durante a gestão de Antônio Caldeira Góes. De Bem era vice-presidente e assumiu a presidência por oito meses. O maior mandato, foi exercido por Wilson Barata (pai de Carlos Alberto Barata), foi presidente da Acic por 16 anos.⁶

Ao longo de sua história, a Acic se fez representar junto à coletividade e aos cidadãos criciumenses, assumindo, algumas vezes, posição de vanguarda, liderando movimentos relacionados aos interesses específicos do empresariado e lutas sociais e políticas mais gerais, de acordo com as mudanças de interesse das elites locais, em cada período da história da cidade. Na década de 40, ainda sob relativa hegemonia dos comerciantes, a luta da Acic objetivava atrair lojas maiores e bancos para Criciúma. Uma das conquistas foi a instalação das Casas Pernambucanas que *"se tornou numa alavanca para o desenvolvimento da cidade, uma verdadeira escola para os comerciantes locais, cujos estabelecimentos eram típicos de uma cidadezinha do interior"*. Também nos anos 40 foi instalado o Banco Nacional do Comércio em Criciúma.

Segundo o Jornal da Acic, *"as intensas rixas políticas entre os partidários da UDN e do PSD impediram uma maior integração entre os comerciantes tendo mesmo atrapalhado no cumprimento das metas propostas pela Associação Comercial"*. Mas não impediu que o setor carbonífero se consolidasse como a principal atividade econômica de Criciúma.

A partir da gestão José Pimentel (1951-1955) - advogado, proprietário do jornal "Tribuna Criciumentense" e fundador e vereador da UDN - que a Associação mudou sua

⁶ Segundo ele, só ficou tanto tempo *"de teimoso e porque era um cargo que não interessava a ninguém. Havia poucos empresários, a maioria ligada à sua empresa. Foi um trabalho muito moroso para convencer todo mundo sobre o que seria uma associação de classe"* (Jornal da Acic, 17/06/1994, p. 7).

estrutura de associação comercial para uma associação *"preocupada com o desenvolvimento urbano e industrial da cidade"*. Em 30 de Setembro de 1951, muda-se o nome da entidade para Associação Comercial e Industrial de Criciúma, ACIC. *"A luz do progresso que se anunciavam, empresários do comércio e da indústria uniam-se sob a mesma bandeira da Acic: a mobilização das forças vivas da região Sul"*. (Jornal da Acic) Esta fusão de interesses, significará, na verdade, a consolidação da burguesia industrial ligada à mineração que se fará representar na Acic, que por sua vez irá distanciar-se cada vez mais dos interesses dos lojistas. Este organizarão, posteriormente, sua própria "entidade de classe", o CDL (fundado em 1966) e seu sindicato patronal, o Sindicato do Comércio Varejista.

Na verdade, a eleição de Pimentel na Associação significou, em parte, a influência da UDN sobre a entidade, na medida que Pimentel, além de se identificar com os interesses industriais (leia-se, dos grupos mineradores e cerâmicos liderados na época pelos Freitas) e a UDN, em oposição aos interesses dos comerciantes, liderados na época por Elias Angeloni, do PSD, partido que exercera a hegemonia em Criciúma no período getulista, isto é, entre 1930 a 1945. Com o fim da II Guerra, modifica-se a ordem mundial e as lideranças locais se mobilizavam no sentido de se adequarem aos novos tempos: era tempo do desenvolvimento da indústria nacional. Em Criciúma, a indústria do carvão passa a ocupar o centro de preocupação do empresariado e da Associação Comercial.

Segundo Wilson Barata (1955-1971), *"o trabalho (da Acic) girava em torno do carvão, a base da economia"*. Mas logo setores do empresariado iriam perceber que *"a condição do carvão era viver em crise"*. Seu sucessor, Antonino Góes (1971-1979) conta que, *"tínhamos receio de uma crise no setor carbonífero e fizemos (na década de 60) junto com o Clube dos Diretores Lojistas, uma campanha para a instalação de novas indústrias no município e chegamos a conclusão de que a indústria mais viável era de malharia"*.⁷

Notam-se aqui perspectivas de desenvolvimento diferenciado por parte do empresariado: alguns, mais ligados à mineração e outros preocupados com a diversificação da economia. A mineração, ao mesmo tempo que era fator de união do empresariado - pelo menos ideologicamente⁸ - a partir do processo de diversificação passou a ser um fator de

⁷Durante a gestão do prefeito Algemiro Manique Barretto (1973 - 1977), a Acic liderou outro movimento importante, que alterou profundamente a estrutura urbana da cidade: foi a luta pela retirada da estrada de ferro do centro de Criciúma. *"Depois de muitas negociações com a rede Ferroviária Federal, em Tubarão e Porto Alegre, num esforço conjunto com a prefeitura, o assunto foi resolvido"*, relata Antonino Góes. No lugar da estrada de ferro, temos a Avenida Centenário e o terminal de ônibus principal da cidade.

⁸Esta união, no entanto, nunca foi tranquila, pelo contrário, houve situações de grande tensão e disputas entre comerciantes, mineradores e empresários de outros ramos da indústria. Um dos problemas, por exemplo, que dividia industriais e comerciantes - e que foi motivo luta acirrada entre o CDL e a ACIC nos anos 80 e só terminou no início dos anos 90 - dava-se em torno do controle do SPC - Serviço de Proteção ao Crédito que

divisão, inaugurando-se, desde então, uma nova fase das relações de classe e corporativista-setorial, com a fundação de vários Sindicatos Patronais na cidade. A formação destes sindicatos foi estimulado pela Acic.

Segundo consta nos relatos históricos da Acic, *"o ponto alto desta união das forças do Sul deu-se no início dos anos 80, com a criação do Pacto do Sul"*, um movimento liderado pela TV Eldorado, do grupo Freitas, animado por Aryovaldo Machado, sob a presidência de Wilson Barata. Segundo seus ideólogos, o movimento "Pacto do Sul" tinha por objetivo *"buscar a valorização sócio-econômica e política das comunidades sulinas em busca de maior participação na estrutura administrativa do governo estadual assim como na esfera dos cargos federais situados na região"*. Esta seria uma das muitas iniciativas políticas da Acic e assim, direta ou indiretamente, cumpria seu papel de agregação dos interesses das elites locais.

Nem por isso estava isenta de sofrer influências ou mediações político-partidárias, como foi o caso da correspondência enviada em 6 de abril de 1981 para o então governador Jorge Konder Bornhausen sugerindo uma lista de nomes do Sul para ocupar a direção da ICC - Indústria Carboquímica Catarinense. Em resposta, o governo diz que *"as indicações para ocupação de cargos de direção deverão ser encaminhados por intermédio do partido que dá suporte ao governo, o PDS - Partido Democrático Social"*.¹⁰

Ao longo de sua história, a Acic teve sua atenção voltada para o crescimento econômico da cidade, desempenhou um papel de liderança na defesa dos interesses setoriais e o fazia (faz) em nome dos interesses de Criciúma e região. Para tanto, teve que montar uma estrutura compatível com sua capacidade de mobilização, tornando-a na principal entidade de

funcionava na junto à estrutura da Acic, mas era pleieado pelos logistas. Ver mais adiante mais informações sobre o caso SPC.

⁹O Pacto do Sul se apresentava como *"um movimento comunitário, idealizado pela TV Eldorado e instrumentado pelas Associações Comerciais e Industriais do Sul Catarinense, através da AÇÃO EMPRESARIAL, recentemente instituída em todo o país. O movimento visa afirmar e defender as postulações básicas e infraestruturais da nossa região, procurando integrar e mobilizar as forças vivas da comunidade e situa-se acima e além da política partidária"* (extraído do ofício da Acic, enviado ao governador de Santa Catarina, em 6 de abril de 1981, Caderno Especial da ACIC, 1994).

¹⁰Diomício Freitas, proprietário do Grupo Cecrisa e da Rede de Comunicações Eldorado, foi membro fundador do PDS em Santa Catarina em 1980. O herdeiro do grupo, Manoel Dillor Freitas, ingressa no diretório regional em 1983 juntamente com Jarvis Gaidizinski, do Grupo Eliane. Na época, o PDS em Criciúma estava sob o controle do Grupo Eliane, o principal concorrente do Grupo Freitas. Célio Grijó, executivo do Grupo Gaidzinski, e Aristorides V. Stadler, também executivo do Grupo de Cunhado de Jarvis, lideravam o partido na cidade (Aguiar, 1991, 188-190). Isto talvez explique a importância dada pelos signatários do movimento "Pacto do Sul" e o fato de ter sido idealizado pela TV Eldorado, que por sua vez, se fazia representar através da ACIC, em nome da comunidade e acima dos partidos políticos. Com muitos aspectos semelhantes, os eventos ocorridos uma década depois - "O Sul se Encontra" - segue a mesma ideologia do "Pacto do Sul": a União do Sul, acima das classes e das siglas partidárias.

classe do empresariado Sul Catarinense. Como veremos a seguir, sua história e sua estrutura se modificavam na medida que a cidade e a região enfrentavam novos desafios.

A estrutura político-administrativa da ACIC

A Acic possui uma estrutura política administrativamente forte. Na "base" desta estrutura político-administrativa estão os Sindicatos Patronais de todos os ramos da indústria, do comércio e da pequena e média empresa. Em 1995, a ACIC congrega cerca de 800 firmas associadas. O quadro abaixo permite uma visão global desta organização classista durante a gestão Barata e Búrigo, e seus membros mais representativos.

Quadro 14 - Diretora Executiva na gestão Barata e Búrigo

Cargo/função	Gestão C.A. Barata (1991-1993)	Gestão G. Búrigo (gestão 1993-1995).
	Diretoria	
Presidente	Carlos Alberto Barata	Guido José Búrigo
1º Vice-presidente	Diomício Vidal	Aristorides V. Stadier
2º Vice-presidente	Ademir Lemos	Renato Costa
3º Vice-presidente	Júlio Cesar Colombo	Édio Castanhel
4º Vice-presidente	José A. da Silva Darella	Carlos Vicente Góes
1º Secretário	Édio José Del Castanhel	Diomício Vidal
2º Secretário	Nilton Gomes Paes	Rogério G. Arns Sampaio
1º tesoureiro	Santo Longaretti	Santo Longaretti
2º Tesoureiro	Guido José Búrigo	José Locks
3º Tesoureiro	Aldo Bortolotto	Lacide Zanatta
	Conselho Superior	
Presidente	Rogério G. Arns Sampaio	Carlos Alberto Barata
Vice-presidente	Joaquim Arantes de Bem	Otto Pacheco
2º Vice-presidente	Renato Costa	Nereu Martinello
3º Vice-presidente	Carlos Vicente Góes	
Secretário	Mário Soratto	Luiz Fernando Fretta
2º Secretário	Ari Nardino Praessler	Ricardo Vilella
	Edson Gaidzinski	Mário Sorato
	Manoel Dilor Freitas	Antônio Caldeira Góes
	Jorge Zanatta	Domerval Zanatta
	Paulo Medeiros	Jayne Zanatta
	Paulo Roberto de Lucca	José Antônio Bongioiolo
	Valdeci Martinello	Otacílio J. de Bem
	Gilberto Luiz Zanette	Wilson Barata
	Dilto Rovaris	Ademir Lemos
	João Abel Benedet	Adílio Ferreira dos Santos
	Silvestri Belolli	Lauro Mor Cardoso
	Adílio Ferreira dos Santos	Lourivaldo Piucco
	Oreste Vidal	Mário Búrigo
	Lauro Mor Cardoso	Oreste Vidal
	Adenir Zanette	Renato Zaniboni
	Osmar Rocha	Silvestre Belolli
	Lédio Daltoé	
	Conselho Fiscal	
Efetivos	Nereu Martinello	Álvaro de Freitas Arns
	Atilio Sergio Fenilli	Júlio Colombo
	Nelson Fontanella	José Afonso Darella
Suplentes	Marcos Antônio Búrigo	Adalberto Conceição
	José Locks	João Batista de Lucca
	Wilson Barata	Luiz Carlos Zanatta

Fonte: Acic.

Como se observa, na gestão Búrigo, o Conselho Superior da entidade é formado por 20 membros. A diretoria Executiva, por 10 membros e o Conselho Fiscal, composto por 6 membros, sendo três titulares e três suplentes. As 3 Comissões Permanentes (a Comissão do Quadro Social, a Comissão de finanças e de Patrimônio e a Comissão de Promoções e Eventos) tratam dos assuntos internos da ACIC enquanto as 4 Comissões Especiais (Comissão de Economia, a Comissão de Relações Governamentais, a Comissão de Assuntos da Comunidade e a Comissão das Relações do Capital e Trabalho) cuidam dos assuntos "externo" e revelam o conjunto de preocupações e demandas da Acic, isto é, procura atender não apenas as demandas econômicas, institucionais e trabalhistas como também expressa uma preocupação com os "assuntos da comunidade" (referindo-se, aos interesses públicos e comunitários).¹¹

O Conselho Superior da Acic é constituído, basicamente por ex-presidentes da entidade e por representantes dos Sindicatos Patronais, o que demonstra ser a Acic uma instituição orgânica e aglutinadora de representação de interesses. Nota-se, por outro lado, que integrantes da direção anterior (gestão Barata), ressaltando-se alguns casos, participam da atual diretoria (gestão Búrigo). Ao sair da presidência da Acic, Carlos Alberto Barata ocupa o cargo de presidente do conselho Superior. Como se observa, quase todos os nomes se repetem na estrutura de poder da entidade.¹²

Além do presidente, que concentra o poder máximo de representação, a entidade se subdivide em quatro vice-presidências, cada qual representativa de um setor da economia do município: da indústria, do comércio, dos serviços e das micros e pequenas empresas, o que possibilita à entidade uma representatividade em praticamente, todos os setores do empresariado local.

¹¹ Tive acesso também aos componentes das Comissões Permanentes e Comissões Especiais da Gestão Guido Búrigo (1993-95):

Comissão de Quadro Social: José Sergio Búrigo, Alessandro Bertolo e Ari Nardino Praessler;

Comissão de Finanças e Patrimônio: Luiz Gabriel Zanette; Dilton Rovaris e Ademir Zanette;

Comissão de Promoções e Eventos: Aldo Bortolotto, Ricardo Gaidzinski e Luiz Cádio Faustini;

Comissão Especial de Economia: Hélio Mazolli, Nilton Paz e José Carlos de Brida

Comissão Especial de Assuntos da Comunidade: Volnete M Cardoso, Patrícia Brandão e Cristiane B. Búrigo;

Comissão Especial de Relações Governamentais: Algemiro Manique Barreto, Afonso Back e Márcio Búrigo;

Comissão Especial das Relações do Capital e Trabalho: Atilio Sergio Fenilli, Ioceli Coan e Wilson Lalau.

¹² Além dos dois presidentes, alguns nomes que se repetem e que têm uma participação de destaque na Acic são os empresários Nereu Martinello, Jayme Zanatta, Ademir Lemos, Diomício Vidal, Edio Castanhel, Carlos Vicente Góes, Santo Longaretti, Rogério Sampaio, José Locks, José A. Darella, Atilio Sérgio Fenilli, Júlio Colombo, entre outros. Esses são os nomes que, pelas atas das reuniões, participam com maior frequência das atividades e reuniões da Acic.

5.3 - Perfil político-ideológico dos empresários criciumenses

A leitura de algumas atas das reuniões no período entre 1989 a 1993, a análise da estrutura dirigente da Acic, dos documentos aprovados e ofícios enviados às autoridades, os artigos assinados e declarações na imprensa local e estadual permitiram-me conhecer outros aspectos interessantes da história da ACIC (1) traçar um perfil político-ideológico dos empresários ligados à principal entidade do sul do Estado e (2) aspectos do pensamento e comportamento empresarial da cidade, suas ligações político-ideológicas, suas principais preocupações e demandas, as lutas entre alguns setores e frações no interior da classe e suas relações - muito conflitivas - com os movimentos sociais da cidade, em particular com o sindicalismo ligado à CUT e aos Sindicatos dos Mineiros de Criciúma e dos Vestuaristas e Calçadistas.

Os empresários de Criciúma, representados na Acic, manifestavam preocupações com os problemas de natureza econômica (recessão, desemprego), mas diziam, com insistência, que as soluções desses problemas eram políticas. Defendiam constantemente a *"união de todos: empresários, agentes políticos, trabalhadores"*. Nas atas conclamam, exaustivamente, em favor da união da cidade e da região, dos empresários e pregavam uma aproximação com lideranças sindicais dos trabalhadores; preocupam-se com a possibilidade de Criciúma perder (para Tubarão), a condição de cidade pólo e a hegemonia na região sul, com a fraca representatividade política da região em cargos governamentais, com a inoperância e ausência dos políticos locais em processos importantes, com a defesa da cidadania (seja a cidadania dos próprios empresários, seja do cidadão comum).

Percebi, sobretudo, uma grande preocupação com a imagem da cidade e com o estado permanente de conflitos, de greves, de radicalismo dos sindicatos. Ao mesmo tempo que reconhecem a situação dramática em que se encontra a classe dos trabalhadores, preocupam-se sobremaneira com algo que, para eles, é mais ameaçador para toda comunidade sulina: as relações entre capital e trabalho.

Esse conjunto de preocupações, pode-se dizer, contituim-se uma espécie de plataforma político-empresarial. Nesta plataforma, os empresários priorizam algumas lutas e propostas de mobilização - o que torna da Acic, mais do que uma simples entidade classista, num movimento social, numa força política e cultural de Criciúma ou a organização militante do empresariado.

Dentre as diversas preocupações e interesses do empresariado local, elegi alguns temas, problemas e demandas que me pareceram significativos na medida que desenvolvia o presente estudo. Penso que cinco ordens de questões que tem marcado a trajetória da Acic nos últimos sete anos:

- 1) a preocupação com a defesa dos interesses, união e divisão "da classe" empresarial;
- 2) a participação ativa no processo político da cidade e ocupação nas diferentes esferas do poder, suas ligações político-ideológicas e opções partidárias;
- 3) a defesa "da cidade" e a disputa, com Tubarão, pela hegemonia na região Sul;
- 4) a preocupação em encontrar saídas para a crise, com o desenvolvimento local e regional;
- 5) a preocupação com os conflitos sociais, especialmente os relacionados entre Capital versus Trabalho.

De todos esses temas e problemas, os dois últimos ocuparam a maior parte da agenda da Acic nos últimos anos. Antes de analisá-los, porém, farei algumas considerações sobre os pontos 1, 2 e 3 acima relacionados pois nos ajudam conhecer outros aspectos históricos da Acic.

5.3.1 - A (des)união dos empresários: o caso SPC

No decorrer da gestão Zanatta e parte da gestão Barata, um dos assuntos que mais vezes esteve em pauta nas reuniões estava relacionado ao impasse existente entre a ACIC e o CDL - Clube de Diretores Lojistas. As duas entidades disputavam entre si o acervo e a gestão do SPC - Serviço de Proteção ao Crédito, que funcionava na antiga sede da Acic. Foram mais de 8 anos de litígio empresarial, disputas, negociações, debates acalorados, ameaças e acusações entre as partes.¹³

A Acic é, basicamente, uma entidade representativa dos setores da indústria, embora inicialmente se constituía numa entidade ligadas aos lojistas da Cidade, sob a denominação "Associação Comercial de Criciúma", em 1944. Diferente do que ocorreu em outros municípios catarinense, o CDL de Criciúma foi fundado apenas em 1966, portanto, 22 anos após a fundação da ACIC. Na verdade, até os anos Sessenta, a entidade representativa dos

¹³A análise da disputa pelo controle do Cadastro, nos oferece uma base para percebermos a divisão de interesses no seio do empresariado local, particularmente entre os setores da indústria e do comércio de Criciúma.

lojistas de Criciúma era a ACIC. É por esta razão que, o SPC - Serviço de Proteção ao Crédito estava estruturado junto à sede da ACIC e se constituía na principal base de sustentação material da Acic.

Esta história peculiar das relações entre comerciantes e industriais, em função do acervo do SPC, foi motivo de muitas discussões e fissuras no interior das elites locais representadas (e divididas), respectivamente, pela ACIC e CDL. Essa divisão do empresariado e disputa de interesses inter-classistas ficou evidenciado no processo de retomada do acervo do SPC da sede da ACIC para a sede do Clube dos Diretores Lojistas. O CDL de Criciúma, segundo seu presidente, Paulo Medeiros, era o único de Santa Catarina que não tinha SPC.¹⁴ O serviço de proteção ao crédito estava sob o controle da ACIC, até 1991. Pela resistência feita por lideranças da ACIC (não ceder o SPC ao CDL), no curso da pesquisa comecei a perceber que, por um lado, o SPC garantia a sustentação financeira da Acic e, por outro, que existia uma cisão no interior das elites locais em Criciúma, expressa naquela disputa.

Como disse um líder empresarial ligado a ACIC (sem a solução desse problema) *"seriam frustradas todas as possibilidades de transformar a ACIC numa entidade digna de um pólo como Criciúma"* e completou: *"Se não pudermos e não tivermos uma união dos empresários em prol de objetivos comuns, então deixaremos tudo como está e cada um que cuide de seus próprios negócios, embora não seja isso que desejamos para Criciúma. Tenho certeza que todos que abraçaram esta causa comigo almejam ver a ACIC forte na defesa de nossos interesses"* (Barata, Ata de 02.12.1991).

Pela dureza das palavras, percebe-se a gravidade da situação motivado por um problema que vinha se arrastando por muitos anos. A Acic vivia uma situação de crise permanente: *"precisamos tirar a ACIC do marasmo em que se encontra, fazê-la forte e competente, digna do respeito da comunidade empresarial da região e de todo Estado"*, dizia Carlos A. Barata, recém empossado presidente da ACIC.

Não havia consenso entre as partes sobre a mudança do acervo do SPC. Diante da "intransigência da ACIC", segundo os líderes lojistas, foi iniciado um movimento "pelo esvaziamento do SPC". Criou-se, então, um serviço paralelo de apoio aos lojistas, o SICC - Serviço de Informações Cadastrais de Criciúma - que iniciou suas atividades em maio de 1991. O serviço paralelo forçou, inicialmente, o esvaziamento do SPC e, posteriormente, sua completa desativação pois, como o SPC estava gerando apenas despesas para a Acic, a

¹⁴Estas informações se baseiam nas atas da Acic (reuniões dos dias 11/09/1990; 02/10/1990; 17.10.1990; 27.05.1991; 14.10.1991) e no artigo "A fundação do SIIC", escrito por Paulo Medeiros, presidente do CDL e publicado no informativo O Guerreiro, nº 1, ano 1, Dezembro de 1991.

Assessoria Jurídica foi ativada para "estudar a transferência do acervo".¹⁵ Depois de uma intensa campanha entre os lojistas de Criciúma, O SPC foi totalmente desativado, como escreveu o presidente do CDL:

"De nada adiantaram as ameaças que nos prepararam em jornais, rádios e TVs. Após mudança de diretoria da ACIC e com o SPC praticamente desativado, gerando apenas despesas, a nova diretoria da ACIC (gestão Barata) convocou uma Assembléia Geral para a transferência (definitiva) do acervo ao CDL" ("O Guerreiro", nº 1, dezembro, 1991).

Empresários contrários à transferência do acervo ao CDL ficaram furiosos com o fato do CDL de Criciúma ter pedido socorro ao CDL de Joinville e ameaçaram entrar na justiça por ter intercedido "irregularmente" no CDL de Criciúma. Diante dos desligamentos e da inauguração de um novo serviço, a ACIC acabou cedendo, aprovando em Assembléia, a transferência do acervo.¹⁶

Sem o SPC, a ACIC inicia uma campanha financeira e de filiação de novas empresas. Em dois anos, aumentou significativamente seu quadro de associados. Só na gestão Búrigo, foram filiados 299 empresas, aumentando para 800 o números de associados à ACIC ¹⁷.

¹⁵Essa transferência não foi feita "de graça", analisa o então presidente do CDL, Paulo Medeiros, relatando o trabalho feito para obter o controle do serviço de crédito: *"Foi feito um trabalho junto a todos os logistas usuários do SPC. Mais de 140 empresas assinaram um documento comprovando que estavam de acordo com a implantação do novo sistema de informações. De posse desse documento, efetuamos a última tentativa na compra do acervo. Mas não encontramos solução. Então nos unimos com o CDL de Joinville - que dispunha de uma invejável estrutura - e nos emprestou três terminais de computadores até que pudéssemos efetuar a aquisição dos aparelhos. Através da Embratel, alugamos uma linha de comunicação e o sistema, depois de 30 dias, começou a funcionar. A firma que aderisse ao nosso sistema teria que contribuir com um salário mínimo, para que fosse possível a aquisição de móveis, montagem da sala , etc. Tamanho foi a nossa surpresa quando tivemos a imediata adesão das firmas que mais se utilizavam do SPC. (Relacionadas no anexo 3) Entregamos à Acic 54 cartas, devidamente documentadas, comunicando o afastamento do SPC e a adesão ao novo sistema. Este fato causou um impacto tão grande na associação que não quis aceitar as cartas posteriores. Na medida em que a ACIC criava dificuldades, tentando neutralizar nosso trabalho, cada vez mais nosso desafio tomava forças e, dentro de 15 dias, 70% das consultas já eram feitas através de nossos sistemas." (O Guerreiro - Informativo do CDL de Criciúma, nº 1, dezembro de 1991).*

¹⁶A situação financeira da entidade agravou-se com o desfecho da transferência do SPC para o CDL. A situação obrigou a entidade a vender cinco terminais telefônicos até que se restabeleça o equilíbrio financeiro da Acic.

¹⁷ Segundo Guido Búrigo, *"O Carlos Alberto Barata teve uma participação importante na transformação da mentalidade da ACIC. Mas encontramos a associação numa situação delicada, com poucos associados e muitas despesas. Então foi feita uma campanha de novos sócios e o número de associados cresceu de 157 para 620. (...) e a meta é chegar até mil associados em junho de 1995"* (Jornal da Acic, 17 de junho de 1994). Na Acic ou através da ACIC são oferecidos variados serviços que ficam a disposição dos associados, como TELEACIC (onde o empresário criciumense vem recebendo as orientações para seus negócios na área fiscal e tributária), o Centro de Integração Empresarial do Mercosul, a SERASA - Centralização de Serviços dos Bancos que oferece informações sobre empresas e pessoas físicas, com as quais existem perspectiva de fazer negócios. Na Acic também, desde 1992, funciona o Balcão SEBRAE que auxilia a viabilização de pequenos negócios bem como a prestação de apoio técnico administrativo. Além de serviços informatizados, a meta da atual diretoria é a construção de uma nova sede, mais ampla e aparelhada capaz de oferecer um serviço mais completo e rápido aos associados (Informativos da ACIC).

Este caso, aqui narrado, serve apenas ilustrar as relações no seio do empresariado cricumense. As fissuras indicam que o empresariado, enquanto classe, se subdivide em setores ou frações distintas, como demonstram os estudos de Dreifuss, Boschi, Diniz e Minella:

Enquanto entidade representativa do empresariado, a ACIC tem tido uma preocupação permanente pela unidade da classe, pois, divididos, *"nos enfraquecemos diante dos adversários"*. A experiência no "caso SPC" tornou os empresários mais cautelosos no trato dos problemas e divisões no interior da classe, como se verificou noutro episódio. Foi o que percebi quando se esboçou uma nova situação de divisão entre os empresários ligado à Acic, desta vez em relação ao setor carbonífero.

A ausência dos mineradores

O Sindicato dos Mineradores (entre outros) não vinha participando regularmente das reuniões e atividades da Associação. Em uma de suas correspondências, o presidente da Acic Carlos Alberto Barata criticou duramente os omissos, que *"estariam mais preocupados com seus interesses corporativistas do que com as lutas maiores"*. Os termos dessa correspondência foram considerados duros demais, ao ponto de um dos diretores da Acic fazer a seguinte observação: *"além de agressiva, a correspondência enviada aos presidentes dos Sindicatos Patronais revelava nomes, fazia acusações que não se pode provar, mesmo sabendo-se que são verdades"*. Alertava que aquela postura *"poderia gerar e fortalecer uma força paralela e desviar metas e objetivos"* (Ata reunião 1º de fevereiro de 1993).

Não tive acesso à referida correspondência mas a leitura da ata me permitiu concluir que se tratava de conflitos com o Sindicato dos Mineradores, pois, após as ponderações acima, na seqüência da ata, o presidente da Acic, Carlos A. Barata falou que *"o relacionamento com os mineradores está sendo muito bom e que, embora o objetivo seja a pacificação entre Capital versus Trabalho, deve-se pensar na diplomacia para com o trato nas classes envolvidas neste assunto"* (Ata, reunião de 1ª de fevereiro de 1993).

A análise documental da entidade mostra que a participação dos mineradores ocorreu durante a gestão Jayme Zanatta (1987-1991) e gestão Búrigo (1993-1995), mas estava ausente durante a gestão Barata. Isso pode ser comprovado através de uma correspondência (datada de 20 de janeiro de 1992) enviada à Gazeta Mercantil, apresentando a estrutura sindical da Acic. A carta destaca que a Acic era uma entidade sem fins lucrativos e que acolhe na sua estrutura administrativa, vários Sindicatos Patronais da região e relaciona-os. Nesta

correspondência (cópia em anexo), como o leitor pode notar, não aparece o Sindicato da Indústria da Extração do Carvão de Criciúma. Por outro lado, nenhum de seus membros está representado na Diretoria Executiva ou no Conselho Superior ou Fiscal da Acic, durante a gestão Barata (1991-93). Analisando-se, porém, a composição da diretoria seguinte (gestão Guido Búrigo, de 1993-95) o Sindicato dos Mineradores volta a aparecer como integrante do Conselho Superior da Acic.

Outras situações, no entanto, não foram contornadas nem pela "diplomacia", como as divisões decorrentes das disputas políticas eleitorais ou partidárias, as disputas pela hegemonia econômica e política na região Sul ou aquelas no interior da Fucri ou entre a Fucri e Unisul, para citar outros três exemplos de divisão/desunião do empresariado local.

5.3.2 - As ligações políticas do empresariado e participação nas diferentes esferas do poder

No estudo documental, percebi também a preocupação do empresariado local com a *ocupação de posições chaves nos espaços governamentais por representantes da região*, tal como já mencionei anteriormente quando me referi ao Pacto do Sul, que se organizou com esta finalidade. Debatendo sobre a importância de haver um representante do Sul no primeiro escalão do governo estadual, dizia o ex-presidente Jayme Zanatta:

"A Acic é uma entidade apartidária e sempre cumpriu seus estatutos (lembrando que o artigo 69º não permite o envolvimento político-partidário), mas o Sul do estado deveria reunir suas lideranças empresariais e indicar um representante da Região para disputar a eleição ao Governo do Estado". (Ata, 13/03/90)

Zanatta observou que o seu comentário era para que houvesse o engajamento das lideranças empresariais da região Sul - de Sombrio à Imbituba - para que

"tivéssemos, senão o governador, pelo menos, o vice-governador, um nome do Sul do estado". Conclui Zanatta: a região Sul, com seu parque industrial/comercial é digna de competir com outras regiões do Estado e do País, por isso mesmo deve exigir ser representada, Criciúma e os demais municípios do Sul devem trabalhar para a concretização de um nome ao Palácio de SC" (Ata, 13 de março de 1990).

Questões como esta geravam controvérsias entre os presentes. *"O problema é que não há entrosamento entre as lideranças, nem participação"*, dizia outro empresário, mostrando-se céptico quanto a possibilidade de unir o empresariado do Sul nessa reivindicação que

considerava "justa". Outro líder empresarial disse que *"a região não deveria apontar nomes nem partidos, apenas exigir um nome do Sul no governo."*

Ainda no que se refere às ligações político-ideológicas de setores do empresariado local, vale destacar, por exemplo, a reunião de 22 de janeiro de 1991 quando foram analisadas as sugestões sobre qual a personalidade que seria convidada para vir a Criciúma dar uma palestra por ocasião da 79ª Reunião da FACISC, programada para os dias 22 e 23 de março. Entre os nomes sugeridos estavam: Fernando Collor, Zélia Cardoso de Melo, Osiris Lopes Silva, Antônio Kandir, Jarbas Passarinhos. Decidiu-se que o convidado seria Jarbas Passarinho, sendo que o ministro do Tribunal de Contas Adhemar P. Ghisi, seria o interlocutor da Acic junto a Passarinho.

Como veremos mais adiante, os empresários de Criciúma, de maneira aberta ou nos bastidores do poder local, têm uma participação efetiva na vida política da cidade e região, no nível estadual e federa, seja participando como candidatos nos pleitos eleitorais, seja influenciando na formação dos governos, indicando nomes ou pedindo espaços no secretariado.

Esta tomada de posição, embora articulada pela Acic, era feita em comum acordo de todos os Sindicatos Patronais que assinavam a correspondência da Acic, dando uma demonstração de força e de "unidade" empresarial. É o que se vê na carta endereçada ao governador eleito, Wilson Kleinübing, pedindo espaços no governo. Os empresários solicitam explicitamente:

"Por ser esta uma forma de premiar uma região forte e trabalhadora e além disso contribuir integralmente com as metas e diretrizes do Plano Sim, Criciúma quer contribuir e auxiliar Vossa Excelência, através de um representante desta região no posto de Secretário de Estado, da Secretaria de Habitação e/ou Secretaria da Ciência e Tecnologia das Minas e Energia."

É claro que assim agem, dizendo estarem "representando os interesses da região" ou que agem "acima das siglas partidárias", mas os nomes dos indicados são, via de regra, seus aliados partidários ou identificados com os interesses de determinados setores empresariais ou das elites locais. As diferenças no empresariado local ficarão mais explícitas durante os processos eleitorais, como ocorreu em 1992, nas eleições municipais,¹⁸ quando foram

¹⁸Este ponto será retomado e aprofundado no capítulo 7. Deve-se tomar como referência, a análise feita na primeira parte de estudo, na parte que mapeia as elites políticas atuais, analisadas no processo de diversificação da economia, após o colapso da mineração. Nas eleições de 92, como veremos, concorreram cinco candidatos: pelo Partido Liberal concorreram Ênio Coan e Silvio Búrgio; pela Frente Popular (PT, PPS, PV), Milton de Oliveira e Décio Góes; pela Unidade por Criciúma (PDS, PFL, PTB), Moacir

promovidos encontros do empresariado com todos os candidatos postulantes ao executivo municipal.

Dos candidatos a prefeito e vice, dois eram empresários (Guido Búrigo, Moacir Fernandes, ambos do PDS), dois estavam diretamente vinculados a grupos empresariais (Eduardo Moreira, PMDB, do Grupo Metropolitana) e Ênio Coan, PL, executivo do Grupo Gaidzinski e membro da Comissão de Economia da Acic. Carlos Alberto Barata, presidente da Acic, havia sido cogitado para ser o nome do PMDB¹⁹ e Guido Búrigo, que era presidente do Conselho Superior, foi o candidato a vice-prefeito, na chapa de Moacir Fernandes.

5.3.3 - A defesa da cidade e a disputa, com Tubarão, pela hegemonia política na região Sul

Outro aspecto político que ajuda-nos apontar diferenças no interior do empresariado local está relacionado com a preocupação das lideranças empresariais em manter Criciúma como cidade pólo na região. Mas, *"devido à falta de união dos empresários e dos políticos locais, vem perdendo espaço para o município de Tubarão"* (Ata da Acic, 2/09/1991).

A competição e luta pela hegemonia micro e macro-regional era manifestada nas reuniões da ACIC. Por exemplo: em 12 de Abril de 1991, lideranças empresariais, deputados, vereadores e prefeitos da região sul e engenheiros das grandes indústrias foram convidados para um encontro na sede da Acic para refletirem e decidirem sobre a decisão do governo e da Celesc em retirar o DPRE de Criciúma. Após ter sido lido um documento com dados obtidos no Boletim Estatístico da Celesc, decidiu-se por fazer uma audiência com o governador (Wilson Kleinübing, PFL).

O dep. Eduardo Moreira, presente na reunião, disse que *"sentia-se indignado com o que estava acontecendo pois, mais uma vez, Criciúma sofria a discriminação, sendo polo industrial importante do Estado e do Brasil não deveria mais existir este tratamento"*. Um dos empresários presentes reclamou da *"falta de coordenação"*, disse que *"todos devem falar a mesma coisa, temos de dizer dos nossos objetivos. Isto deve ser feito com os partidos políticos, a Câmara Municipal, os deputados, Só vamos conseguir alguma coisa se tivermos esta força"*, concluiu.

Fernandes e Guido Búrigo; pela Unidade Popular (PMDB, PSDB, PCdB, PCB, PSB), Eduardo Moreira e Anderlei Antonelli; do PDT, Vilmar Bonetti, candidato a prefeito.

¹⁹A indicação do nome de Carlos Alberto Baratta foi defendida pelo grupo peemedebista liderado por José Augusto Hulse. mas seu nome. na disputa interna. foi preterido em favor da candidatura do então deputado Eduardo Moreira. Fontes do autor.

Outra situação que demonstra claramente a disputa pela hegemonia na região, diz respeito a competição entre as duas universidades do Sul catarinense: a Fucri/Unesc e a Unisul. Em 02 de Setembro de 1991, o então presidente da Fucri, Laênio Ghisi participou da reunião da Acic e manifestou suas preocupações quanto a instalação, pela Unisul, de cursos idênticos aos da Fucri nas regiões de Sombrio e Araranguá. Alegando que tal fato poderia *"inviabilizar a continuidade da Fucri"*, reclamava das forças políticas que representavam a comunidade de Criciúma e da região: *"não houve qualquer tipo de apoio ou manifestação pró- Fucri, com exceção de um deputado estadual que estaria engajado"*. Por isso, vinha à ACIC tentar sensibilizar seus representantes para a necessidade de união, sem envolvimento político-partidário, em defesa da Fucri e de sua manutenção pois, *"se continuarmos assim Tubarão terá, mais uma vez, ganho de causa."*

O presidente da Acic afirmou que *"a entidade sempre estará na defesa dos interesses da região e da Fucri"*. No caso específico da Fucri havia um problema: *é que "sempre houveram sérios envolvimento políticos na sua administração"* e que a Acic *"estará atenta e dará o seu apoio às suas causas, desde que seja excluída toda e qualquer pretensão e/ou movimentação político-partidária ou interesses contrários à Comunidade."*²⁰

Percebe-se, contrastando-se estes relatos com o discurso mais ideológico da Acic visto no início do capítulo, que as elites empresariais de Criciúma possuem diferenças fundamentais no seu interior e que em alguns momentos se expressa na diversidade de opinião e de interesses que representa. Estas diferenças se tornam ainda mais explícitas quando analisarmos as propostas defendidas pelo empresariado em relação à crise social e econômica de Criciúma, como veremos a seguir.

5.4 - Os diferentes discursos e demandas empresariais frente à Crise dos anos 90

A partir da análise de três eventos realizados entre 1990 a 1992 e das resoluções políticas desses encontros, será possível anotar os diferentes discursos e perspectivas de desenvolvimento do empresariado de Criciúma. O primeiro seminário sócio-econômico foi

²⁰Esta divisão e interferência político-partidária na Fucri também foi diagnosticada durante o planejamento da gestão 1994-1997, sob a presidência do professor Edson Rodrigues, sucessor de Guishi. Entre os itens que ameaçavam a implantação da Fucri em Universidade e sua viabilização, aparecia em destaque (I) "a política partidária da região que, até aquele momento, não foi capaz de distinguir dirigentes e membros de partidos, nem capaz de socorrer a instituição sem olhar os interesses partidários; (IV) a falta de apoio político, de representação política, falta de união dos políticos do Extremo Sul em torno dos interesses comuns da comunidade. O documento cita também, (V) "a concorrência desleal da Unisul, nossa co-irmã da Acafe, que não respeita a limitação geográfica das fundações, instalando cursos concorrentes em Araranguá e tentando abrir outros em cidades vizinhas de Criciúma" (UNESC - Proposta de Planejamento, Gestão 1994-1997)..

realizado pela Acic em 18 de dezembro de 1990, na gestão do empresário Jayme Zanatta (1987-1991) e resultou no documento "A Carta do Sul"; em 11 de novembro e 16 de dezembro de 1991, foram realizados dois encontros político-empresariais na cidade, agora sob a gestão Carlos Alberto Barata (1991-1993). Desses encontros resultou o segundo documento analisado: "A Defesa do Cidadão Comum". Veremos como esses eventos, realizados pela mesma entidade, porém, com diretorias e orientações distintas, apresentam demandas que expressam diferentes concepções e alternativas à crise da cidade. O terceiro evento analisado, "O Sul se Encontra", foi uma realização do Jornal da Manhã. Esses Encontros enfatizam outros aspectos do pensamento empresarial de Criciúma, que merecem uma consideração à parte.

a) A Carta do Sul: os empresários e a defesa do carvão

Em 18 de dezembro de 1990, a Acic realiza o 1º Seminário Sócio-Econômico do Sul de S.C., no Teatro Municipal de Criciúma. O propósito era reunir as forças políticas, sociais, empresariais e as autoridades de cada setor, de todos os 34 municípios do Sul, objetivando-se: 1) diagnosticar o quadro sócio-econômico da região; 2) indicar o elenco de soluções possíveis; 3) elaborar um documento que possa auxiliar o novo governo (Wilson Kleinübing) a escrever o seu plano de governo; e, finalmente (4), cobrar *dos políticos da região, uma tomada de posição firme e coerente com os interesses da macro-região.*

O convite para o Seminário - "O QUE ESTÁ HAVENDO CONTIGO, SUL CATARINENSE?"²¹ - já desenhava a situação macro-regional Sul. Uma região que foi a mais promissora do Estado, *"de uns tempos para cá assiste, passivamente, suas esperanças minguarem e seus recursos amordaçados sem que se ouça uma voz, sequer, a erguer a bandeira da "volta por cima" - dizia enfaticamente o presidente da ACIC, empresário Jayme Antônio Zanatta.*

²¹ No convite, lê-se: A ICC - Industria Carboquímica Catarinense - de Imbituba, está para ser privatizada. E se for? E se não for?

- O Porto de Imbituba deixou de operar!
- Do Porto de Laguna, já não se diz mais nada!
- O Lavador de Capivari, está paralizado!
- A Unidade IV da Usina Jorge Lacerda (Eletrosul) teve suas obras paralizadas!
- Criciúma vai morrer de sede (e com ela os municípios da região carbonífera)!
- O carvão teve golpe mortal com a abertura à importação do mineral!
- A melhor escola técnica do País, a SATC, fecha suas portas em 1991!
- A Rede Ferroviária Federal comunica que desativará a Tereza Cristina!
- Enquanto a BR 101 continua matando, a rodovia interpraiais não sai do papel!
- A indústria cerâmica está à beira do colapso total!
- O Projeto Sombrio, que abrange todo Vale de Araranguá, padece de continuidade!

De concreto, o Seminário Sócio-econômico aprovou A Carta do Sul²², que em síntese, expressa o pensamento e a posição político-empresarial das elites locais diante da política recessiva do governo Collor.²³ A "Carta do Sul" ressalta *a dimensão trágica que afeta toda a economia da região*, decorrente da redução das atividades produtivas e paralisação de setores tradicionais e específicos da região como a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, o Lavador de Capivari, Porto de Imbituba, ICC e mineração de carvão, *que se projetam na sociedade como fantasma de desolação e desespero*. Após elencar a situação de desespero que vive a região, a Carta afirma que, *"inúmeras são as vítimas desta situação, sendo dramática a situação que se encontra a classe trabalhadora, a qual, além da redução de seu poder aquisitivo, vem por outro lado perdendo seus empregos, agravando-se sobremaneira as relações entre o capital e o trabalho e se apresentando de modo ameaçador em toda comunidade sulina..."*

Lembrando o *"caráter essencial da indústria do carvão para os municípios produtores"*, a Carta também destacou *"o trauma ambiental da região"* traduzindo-se na perda dos mananciais de água para Criciúma. Os empresários querem soluções que *"evitem a concretização deste quadro, mas que sejam soluções criativas, não soluções protecionistas, calcadas em subsídios que ampare as pessoas ineficientes"*. E apontavam as causas e os responsáveis pela crise que assolava a cidade e a região: *"Infelizmente o problema não se resolve apenas com ações locais, seja dos empresários ou de seus empregados ... mas sim de*

²²A "carta" foi elaborada por um grupo executivo constituído por Sergio Finille, Rogério Sampaio, Oldemar Michels, Ricardo Vilella e Milton Mendes de Oliveira e, após ser aprovada, foi enviada a todos os prefeitos, autoridades estaduais e federais, aos ministros das áreas econômicas e ao presidente Collor de Mello.

²³Um documento preparatório ao Seminário, elaborado pelo empresário Rogério G. Arns Sampaio, analisa a crise sócio-econômica dos anos 90, contrastando-a com o "notável crescimento econômico", no quadriênio anterior (1986-89), embora tenha sido "extremamente turbulento". Para o executivo e diretor da Acic, *"as empresas viviam de sobressaltos devido aos malfadados planos de estabilização da economia ... que inviabilizaram a execução dos planejamentos de médio e longo prazos. Agora - continua o empresário - vivemos no limiar da hiperinflação e do caos. Com a edição do Plano Brasil Novo (Plano Collor), em 1990, a recessão econômica combinada ao bloqueio dos ativos financeiros das pessoas físicas (saque das cardenetas de poupança) e o aumento da inflação provocaram uma redução brutal do poder de compra da população, o que praticamente paralisou as indústrias de bens de capital, de bens de consumo durável (cerâmica) e da construção civil. Soma-se a isto, a desleal comparação de preços do carvão importado com o nacional fez com que a siderurgia nacional consumisse apenas carvão importado, colocando em risco a própria existência do setor no Estado, reduzindo a produção, em novembro de 1990, para 120 mil toneladas/mês".* Para o empresário, *"o programa de privatização nos foi padrao pois, ao invés de privatizar, simplesmente fechou as empresas estatais que, sem política para o setor, tiveram seus valores de mercado drasticamente reduzidos. Com o recrudescimento da recessão e consequente queda na arrecadação em todas as esferas do setor público, teimosamente insiste em equilibrar seus orçamentos via aumento de impostos, sobrecarregando de forma insustentável o hoje já combalido setor privado da economia".* E conclui sua análise do governo Collor: *"A inexistência de leis claras e permanentes que regulem as relações Capital/Trabalho, além de dificultar o relacionamento, pode vir trazer passivos futuros, onerando as empresas que cumprem as leis com fidelidade"*. O texto, elaborado para subsidiar os debates da Acic, sintetiza, em parte, o pensamento do empresariado criciúmeno na época uma vez que documento que resultou do Seminário ("A Carta do Sul"), expressou posição semelhante.

medidas governamentais em todos os níveis, que se traduzem em algumas providências concretas: Conclusão da Jorge Lacerda IV; Retorno das atividades da CSN e da ICC; Liberação das importações de insumos destinados à extração de carvão; Retomada das negociações com as empresas metalúrgicas para a venda do carvão metalúrgico; Recuperação ambiental; Dragagem do porto de Imbituba”.

Percebe-se, por este conjunto de demandas, que as alternativas apresentadas giravam em torno do carvão e do impactos sobre o meio ambiente, cujas "soluções" dependiam em grande parte de *medidas governamentais*. Os discursos da crise e as demandas centradas no carvão expressos neste documento no final de 1990, contrasta como o pensamento empresarial representado na Acic, um ano depois, sob a presidência de Carlos A. Barata.

b) A Defesa do Cidadão Comum

No final do ano seguinte, a ACIC conclamou os empresários, políticos e demais segmentos da sociedade civil para uma análise da difícil situação pela qual passa o País.²⁴ Os empresários se reuniram em Criciúma em duas oportunidades: 11 de novembro e 16 de dezembro de 1991.²⁵ No processo de preparação dos Seminários, Carlos Alberto Barata, presidente da ACIC, conclamava ao empresariado para *"uma mobilização intensa na busca de um novo caminho - cumprindo o seu dever cívico de defender os interesses do Cidadão Comum, preocupados com a estagnação do processo produtivo, a falta de moralidade existente no País e a queda vertiginosa do poder aquisitivo da população."*

O Seminário de 11 de novembro reuniu cerca de 300 lideranças políticas e empresariais²⁶, representando 34 municípios. O prefeito Altair Guidi, abriu o encontro com um

²⁴Na convocação, a ACIC manifesta a insegurança, apreensão e indignação do empresariado e comunidade criciumentense quanto aos rumos que tomou a economia. Esta posição já havia sido manifestado em Novembro de 1991, quando o presidente da Fiesc, a pedido da Acic, enviou a Confederação Nacional das Indústria, um ofício criticando duramente o presidente Collor pelo tratamento dispensado ao empresariado brasileiro. Os empresários catarinenses, sentindo-se atingidos, demonstraram sua indignação (Ver pag 68 - "A culpa é do governo).

²⁵Os dois Encontros Político-Empresarial de Criciúma" realizados na gestão Baratta, tinham por objetivo "buscar uma saída para a retomada do crescimento do país e da região", enquanto que o Seminário Sócio-Econômico, foi realizado em 1990, durante a gestão Zanatta.

²⁶Participaram do Encontro representantes de todos os Sindicatos Patronais, os deputados estaduais Rivaldo Macari, Milton de Oliveira, Lírio Rosso, Edson Bez e Vânio de Oliveira. O único representante da Câmara Federal foi Eduardo Moreira. As ausências de Ruberval Pilotto e Jarvis Gaidzinski foram criticadas pelo presidente da ACIC, Carlos Alberto Barata que lembrou aos políticos que negarem-se a aceitar o chamamento ao diálogo e à discussão "que a resposta virá com certeza na hora certa". Presente ao Encontro, percebi como as principais lideranças políticas da cidade estavam "distantes" das preocupações dos empresários. Se por um lado o então deputado Vânio de Oliveira se limitou a fazer apologia ao governo Kleinübing, por sua vez o prefeito de Criciúma Altair Guidi (PDS) e o deputado Eduardo Moreira (PMDB) não perderam a oportunidade para trocarem críticas e alfinetadas entre si, cada qual responsabilizando o

discurso ambientalista: "*Criciúma vai morrer de sede por causa da degradação ambiental motivada pelo carvão*". O discurso do prefeito foi bem recebido por setores empresariais presentes, mas muito criticado por outros - os representantes do setor carbonífero. O que prevaleceu, no entanto, não foram os problemas da água ou do meio-ambiente, nem a discussão sobre a crise do carvão - como no documento anterior - mas propostas globais pela retomada do crescimento.

Os resultados do Encontro de 11 de novembro, foram sintetizadas no documento "A Defesa do Cidadão Comum", assinado por Carlos Alberto Barata, presidente da ACIC e por todos os sindicatos Patronais da Região. O documento foi apresentado no Fórum Catarinense de Desenvolvimento promovido pela FACISC e enviado ao governo do Estado, parlamentares e demais autoridades, tinha como eixo básico *a retomada do crescimento como única alternativa para tirar o país da crise*.²⁷

Segundo a avaliação do I Fórum de Debates (11 de novembro), feita nas reuniões de 18/11/1991 e 02/12/1991 da Acic, os resultados "*ultrapassaram os limites da região carbonífera e atingiram o estado*". Apesar de algumas ausências notadas do Encontro, os objetivos foram alcançados: mobilizar toda a classe empresarial e política "em defesa do cidadão comum", lembrava o presidente C. A. Barata entusiasmado por ter lido, na Gazeta Mercantil, um trabalho com a mesma filosofia, desenvolvido pelos empresários paulistas: "*É o*

outro como "responsável" pela grave situação social da cidade. Enquanto o deputado Milton de Oliveira pediu a abrangência sobre os itens propostos pela ACIC e o deputado Rivaldo Macari imputou a crise a representação política desproporcional entre o norte/nordeste e o sul do país. Todos os presentes, no entantam, acharam louvável a iniciativa da ACIC que cobrou dos políticos compromissos com "A Defesa do Cidadão Comum" (JM, 12/11/91).

²⁷Diz o Documento na íntegra:

"Os empresários da Região sul, representados por suas entidades, cumprindo com o seu dever cívico de defender os interesses do Cidadão Comum, preocupados com a estagnação do processo produtivo, com o sucateamento da indústria nacional, o emperramento da justiça, a falta de moralidade existente no País, a queda vertiginosa do poder aquisitivo da população, conclamam a sociedade para uma mobilização intensa na busca de um novo caminho.

"O Brasil deve necessariamente romper com o passado colonial que nos legou um Estado autoritário, paternalista, cartorial e excessivamente intervencionista na economia. Entendemos que a base de tudo é a retomada do desenvolvimento que devolverá ao País a tranquilidade necessária, garantindo os empregos, restabelecendo o poder de compra da sociedade e aquecendo a economia. Por entender que a saída passa por esta via, concitamos nossa representação política a atuar com firmeza na defesa desta bandeira, que implica, obrigatoriamente, no combate ao déficit público, fim da estabilidade no serviço público, contra qualquer tipo de corporativismo, pela aceleração do processo de privatização, redução das taxas de juros e abertura da economia nacional para o capital externo.

"Enfim, contra qualquer medida que leve o País a engatar marcha ré da história. Queremos avançar na direção do futuro. Essas posições passam a ser defendidas com ardor pelos empresários do sul de Santa Catarina. Contamos com a parceria constante e enfática dos nossos políticos. Os que realmente forem nossos aliados e representantes lutarão incessantemente por essas mudanças imediatas. A reversão deste quadro em que estamos, depende fundamentalmente, como tentamos expor, de uma vontade política constante e definitiva"

empresariado brasileiro com a mesma linha de raciocínio, em defesa dos direitos do cidadão comum", dizia com satisfação.

O presidente da Acic destacou a importância do Grupo de Trabalho²⁸ formado para elaborar e apresentar um Plano que servirá de base no próximo Fórum de Debates (16 de dezembro), cujo eixo será *"O bem-estar do cidadão brasileiro a partir do desenvolvimento social da Nação"*. Segundo Barata, a idéia do Fórum é definir algumas estratégias globais (crescimento econômico permanente e sustentado, pleno emprego aparente ou desemprego voluntário nulo, redução dos atuais níveis de desigualdade social) e estratégias de ação (política fiscal, política externa, infra-estrutura, programa de investimentos, legislação complementar e estabilidade política).

O 2º Encontro Político-Empresarial, realizado no auditório da SATC, em 16 de dezembro de 1991, teve a presença de inúmeras lideranças políticas e empresariais de Criciúma e região. Neste evento foram debatidos temas como política tributária, propostas para o crescimento sócio-econômico da região, duplicação da BR-101. As propostas aprovadas foram apresentadas no Fórum Catarinense de Desenvolvimento promovido pela Facisc, e tinha como eixo *"a retomada do crescimento como a única alternativa para tirar o país da crise"*, reafirmando, portanto, as teses do Seminário de Novembro. Estas resoluções, como se vê, contrastam com as do ano anterior.

c) A Força do Sul

Será interessante anotarmos aspectos do pensamento político-empresarial do Jornal da Manhã e sua "linha editorial" a respeito da crise da cidade e da região e sobre os conflitos políticos e sociais da cidade - tema que será avaliado no próximo ponto.²⁹ Para o JM *"a solução para a crise do setor carbonífero é política, porque foram políticas as decisões ministeriais de represálias ao carvão nacional"*, embora fundamentadas tecnicamente. Porém, o aspecto mais ressaltado pelo jornal é o consenso, isto é, o fato de representantes dos mineiros e mineradores *"sentaram-se à mesma mesa, assessorados por políticos, e definiram passos comuns para o encaminhamento da solução da crise"* (Editorial (6/07/92).

²⁸O Grupo de Trabalho foi constituído por Ênio Coan, Atilio Fenilli, Carlos Albeto d'Ávila, Rogério Sampaio e Milton Paz

²⁹Através da leitura dos editoriais do JM, das colunas do jornalista e diretor do Jornal Adelar Lessa (cujos pontos de vista, análises e opiniões são analisadas nesta pesquisa), além das matérias referentes à cidade, à crise e as relações entre empresários e trabalhadores, teremos um quadro geral do pensamento político-empresarial representado pelo Jornal.

As idéias de consenso e necessidade da "união de todos" norteiam não apenas a linha editorial do Jornal, mas suas atividades sociais e culturais como os eventos alusivos aos 10 anos de fundação do JM, chamados "O Sul se Encontra". O primeiro evento, realizado em 2 de abril de 1993, reuniu as principais lideranças empresariais, políticas e partidárias da região Sul e foi sucedido por mais quatro "Sul se Encontra", realizados entre 1993 a 1995. Em sua coluna diária, Adelor Lessa, editor e um dos proprietários do JM, escreveu:

"O único diário da região comemora hoje seus 10 anos de vida. São 10 anos de luta pela região Sul e de divulgação das realizações e conquistas desta região e principalmente de seu povo. Para marcar esta data, nada mais justo que um evento que busque lá no fundo, nas entranhas, o sentimento de unificação de forças, de todas as forças independente de diferenças partidárias, ideológicas ou quaisquer outras, para lutar por questões de interesse de toda a sociedade, de todos que aqui vivem e que ajudam a construir nosso desenvolvimento. Afinal, nesses seus 10 anos, o JM sempre pautou sua atuação nesta direção" (JM, 02/04/93).

O evento de 2 de abril de 1993, foi um dos maiores encontros de lideranças políticas e empresariais da região. Realizado na sede campestre do Mampituba, centenas de agentes políticos e empresariais,³⁰ contou com a presença do governador Vilson Kleinübing, cujo discurso foi muito esperado, já que todos ali reunidos esperavam ouvir do governador seus compromissos com o Sul. Entre as promessas, estavam: entrega das obras da Usina Jorge Lacerda IV até o final do ano de 1993, para amenizar o problema do carvão e gerar novos empregos; incrementação do turismo a partir da conclusão da Interpraia (até o final do ano a obra deverá (deveria) ser iniciada;) construção do anel viário; recuperação do meio ambiente, entre outras reivindicações.³¹

Mas a união pela cidade, observa o jornal, não pode ser proclamada apenas nos momentos de crise.³² Sem a mobilização das forças vivas da cidade e do governo, não haverá solução.

³⁰Entre outros, Aristorides Stadler (um dos proprietários do JM, presidente local do PDS), Nery Garcia, prefeito de Araranguá e representante da Amesc (Ass. dos Municípios do Extremo Sul Catarinense), Eduardo Moreira, prefeito de Criciúma e presidente da Amrec (associação dos Municípios da Região Carbonífera). Carlos Alberto Barata, presidente da ACIC, deputados, vereadores. representantes do CDL, Clubes de Serviços, Universidades, Sindicalistas, etc.

³¹"O momento de uma articulação das lideranças representativas do Sul é agora. Não adiante jogar separado tentando preservar interesses isolados. Fazer contas de somar é sempre melhor que dividir". De acordo com o jornal, "a região sul tem sido marcada, principalmente no processo político, por disputas muitas vezes deflagradas para este ou aquele grupo político, esta ou aquela representação, não alcance êxito na sua investida. O JM, ao realizar este evento, em conjunto com a prefeitura Municipal, não quer louros para si. Quer que a semente da união seja plantada, em favor das pessoas que vivem nesta região, que aqui trabalham e que por aqui deixam cair na terra o suor do esforço diário".

³²A cada crise, seja do carvão, das cerâmicas, dos calçados, apela-se para "a união", para que "políticos, empresários e trabalhadores se unam em defesa do Sul. O carvão não pode unir apenas na crise, mas deve

Um segundo "Sul se Encontra", foi realizado um ano depois (1994) para "avaliar o primeiro", seguido de mais três eventos realizados em Sombrio, Orleães e, finalmente, na Fucuri - o que demonstra a consistência dos patrocinadores. Permanecia a mesma preocupação central: a defesa dos interesses da região Sul, acima dos partidos e a união de todas as forças do Sul. Esta postura político-ideológica do **Jornal da Manhã**, se manifesta em outras situações, como aquelas relacionadas aos eventos esportivos e eleitorais, sempre que envolve nomes ou interesses do Sul. Diz o Jornal, no cumprimento de sua função ideológica:

"Da mesma maneira que as forças vivas do município (sindicatos, políticos, Associação Comercial e Industrial, etc.) e o próprio governo do Estado lutam para reverter o dramático quadro de desemprego que assola a região - uma mobilização tão intensa como a registrada nesta semana - só é comparada, nos últimos tempos, com a energia positiva da torcida do Criciúma, empurrando em campo seu time para a vitória".³³

Na opinião do Jornal, por exemplo, o sucesso (ou fracasso) do Criciúma E.C. reflete diretamente na economia da região e na vida das pessoas. *"Ainda bem que o Sul tem o Criciúma E.C., que nos proporciona belos momentos para descontrair e diminuir a tensão provocada pelo dia a dia cada vez mais carregado, num país onde a inflação de 30% ao mês virou normal"* (Editorial JM, 14.07.93). Ligando acontecimentos esportivos com fatos políticos e econômicos, o Jornal observa:

"as principais decisões de Santa Catarina começam a passar pelo Sul. A Facisc - Federação das Associações Comerciais e Industriais de S.C, está agora sediada em Criciúma. O Criciúma reconquistou a hegemonia do futebol. A indústria do vestuário da região ganha projeção nacional. Políticos da região estão sendo mapeados para espaços importantes nas chapas majoritárias que deverão disputar as eleições de 1994. (...) O círculo de poder da política catarinense deixou de olhar apenas para Florianópolis, Lages e Vale do Itajaí, e reconhece o potencial do Sul" (JM, 21-22/08.93).

O sucesso de qualquer um desses homens públicos, será também o sucesso do Sul", garante o editorial após lembrar: *"O JM lançou em abril deste ano o Sul se Encontra" - um grito de alerta em favor do Sul. Temos consciência que isso não está acontecendo apenas por causa deste evento, mas temos a convicção de que contribuimos para isto. Por isso*

ter atenção continuada das autoridades para a recuperação do meio ambiente e adequação do processo de mineração aos novos tempos" (Editorial JM, 04/11/94).

³³Como se observa, em vários momentos, o jornal faz referência ao Criciúma Esporte Clube, à sua torcida, às vitórias do "tigre" e relaciona - fazendo um paralelo - entre o lado positivo do futebol com o lado negativo da cidade. Na construção do imaginário dos vencedores, estes aspectos ideológicos são fundamentais para contrapor "o lado ruim" (relacionado à crise, às greves, aos conflitos de classe na cidade), mas sempre ressaltando o "lado bom" que, segundo o imaginário dominante, expressa-se no futebol.

concitamos a sociedade para que engrosse esta luta, da maneira que lhe pareça mais viável, em favor do Sul" (JM, 14/7/93).

Os discursos, demandas e eventos realizados pela Acic e JM

Decepcionados com o governo - que muitos deles ajudaram a eleger - e com os políticos - que se mantinham distantes dos reais problemas da cidade e região - alguns setores do empresariado tomam para si a bandeira de dar a "volta por cima", em favor da retomada do crescimento, em defesa do cidadão comum; são chamados à mobilização e à união de todos contra a crise e pelo apaziguamento das relações entre Capital e Trabalho. Este passou a se constituir, basicamente, o programa de lutas dos empresários cricumenses.

Diante da inexistência de outra força política e social, omissão do governo, dos partidos e dos políticos, a ACIC passa a ser a organização militante dos empresários, enquanto o Jornal da Manhã atuava como "formador da opinião" e principal agente de cimentação político-ideológica dessas idéias "de união", de "salvação do Sul". Ao tomar em suas mãos a luta contra o desemprego e a recessão através de Fóruns e Encontros e ao buscar saídas para a crise, a ACIC, naquele momento difícil da economia, passa a desempenhar um papel que, em outras cidades, eram iniciativas do poder público local.

De fato, nos anos 90, numa conjuntura de recessão e desemprego, várias administrações municipais tiveram iniciativas importantes no campo econômico, para diminuir o impacto da crise. Após uma iniciativa da prefeitura de São Paulo, na gestão Luiza Erondina, outras prefeituras como de Santo André, Santos, Porto Alegre, etc, organizaram vários segmentos sociais representativos dos trabalhadores, dos empresários e dos governos contra a recessão e desemprego. Pacheco (1993), analisando a experiência de Santo André, destaca "*o papel articulador de forças e atores locais, desempenhado pelo governo municipal, na perspectiva do desenvolvimento econômico conjugado à promoção da cidadania*". Da mesma forma, escreve Suzana Moura e J.A.Pinto (1991: 30) foi realizado em Maio de 1991, em Porto Alegre, o Fórum Contra a Recessão e o Desemprego. Naquele mesmo ano, a prefeitura de Santos teve um papel destacado na articulação de um movimento - que reuniu trabalhadores, empresários e outros segmentos da sociedade local - contra a ameaça de demissão de 5.000 portuários.

Além dos exemplos de São Paulo, Santo André, Porto Alegre e Santos, os autores lembram da mobilização popular diante da ameaça de demissão dos trabalhadores de Angra

dos Reis (RJ) e no processo de reabertura do Estaleiro Verolme, em Ipatinga (MG), cujas atividades produtivas tinham importância central nestes municípios, pois a diminuição de empregos e de renda repercutia negativamente sobre o município e região. Esta era, exatamente, a situação de Criciúma naquele período.

As experiências acima visavam combinar a dinamização da economia com a promoção da cidadania e, em alguns casos, a preservação ambiental, com a participação do poder público, empresariado e trabalhadores. Em Criciúma, mesmo nos momentos mais agudos da crise, quando a cidade estava praticamente arruinada devido a recessão e o desemprego, quando os conflitos eram abertos e as fissuras sociais permanentes, o que se viu foi uma completa omissão do governo local, representado, naquele momento, pelo prefeito Altair Guidi, da coligação PDS/PFL. Em parte, este papel "de buscar" saídas para a crise, foi desempenhado pela Acic.

5. 5 - Matrizes Discursivas e Saídas para a Crise

A Acic desempenhou este papel articulador do empresariado e dos agentes políticos do município e região, em busca de alternativas para a crise do carvão (em 1990) e pela retomada do crescimento (1991), enquanto o JM enfatizava, sobretudo, a união das forças do Sul. Percebem-se três discursos, três tipos de respostas ou de saídas para a crise apresentadas pelo empresariado local.

a) A alternativa tradicional: o revigoramento do Carvão

Uma primeira matriz discursiva, que se expressou principalmente na Carta do Sul, tinha como eixo o combate ao desemprego e à recessão através do revigoramento do setor carbonífero. Todas as sugestões apresentadas na Carta do Sul, apresentavam como perspectiva o desenvolvimento da cidade e da região a partir da "solução" do problema do carvão: conclusão da Jorge Lacerda IV; retomada das atividades da CSN e da ICC; facilidades à extração de carvão; prioridade ao carvão metalúrgico; recuperação ambiental; dragagem do porto de Imbituba.

Por esta proposta, "a saída" estaria centrada no modelo de desenvolvimento da mineração, ampliando-se seu processo de produção e comercialização. Este discurso reflete não apenas a capacidade de mobilização dos setores ligados ao carvão e a força da ideologia

da mineração, ainda presente nos anos 90 - apesar das mudanças profundas da economia local, já caracterizada pela diversificação produtiva e ampliação do setor de serviços, como vimos anteriormente; o discurso expressa, na verdade, a consistência de um modelo de desenvolvimento que atingiu as entranhas da cidade: o modelo de dominação corporativista-patrimonial.

b) A alternativa liberal: globalização

A análise das demandas permite-me identificar uma segunda matriz discursiva empresarial, que tem como eixo a retomada do crescimento. Note o leitor que, enquanto o primeiro conjunto de demandas centralizava suas ações na problemática do carvão e propunha soluções "locais" com a participação "dos órgãos governamentais" os signatários do manifesto "A Defesa do Cidadão Comum" apontam soluções globais, contra qualquer tipo de corporativismo e intervencionismo Estatal - base de sustentação do primeiro modelo. Os empresários agora se declaram *preocupados com a estagnação do processo produtivo, com o sucateamento da indústria nacional, o emperramento da justiça, a falta de moralidade existente no País*; suas bandeiras são *o combate ao déficit público, fim da estabilidade no serviço público, contra qualquer tipo de corporativismo, pela aceleração do processo de privatização, redução das taxas de juros e abertura da economia nacional para o capital externo*, entende que a base de tudo é a *retomada do desenvolvimento* e assim agem por dever cívico de defender *os interesses do Cidadão Comum*", um discurso radicalmente contrário àquele expresso nas demandas anteriores. Se não vejamos:

Enquanto o primeiro discurso dirigia-se aos órgãos governamentais dos quais esperava-se providências imediatas do governo (embora admitem, na Carta, que não querem soluções protecionistas às pessoas ineficientes), para este segundo grupo "*O Brasil deve necessariamente romper com o passado colonial que nos legou um Estado autoritário, paternalista, cartorial e excessivamente intervencionista na economia*". O discurso liberal da Defesa do Cidadão Comum substitui o discurso corporativista-patrimonialista da Carta do Sul; o modelo tradicional - fundado no exclusivismo da mineração - foi substituído por um capitalismo diversificado e aberto ao capital externo.³⁴ Sem dizer explicitamente, estes setores

³⁴Esta visão de buscar soluções globais e de percepção do processo de globalização, já havia sido manifestada pelo presidente da Acic durante mobilização do empresariado do sul para participarem do 2º Encontro Empresarial Brasil -Uruguai, em agosto de 1991, em Montevideo. No convite, Barata reconhecia : "*Sem dúvida, uma das tendências mais marcantes da década de 90 será a internacionalização da economia que, para os empresários de nossa região, significa entender, interpretar e aproveitar as oportunidades e desafios da integração dos países do CONESUL. Os empreendedores percebem as potencialidades do sistema de*

do empresariado viviam, em Criciúma, à era da globalização, da reestruturação produtiva, do capitalismo flexível.

c) A alternativa regional : a frente pelo carvão e a "força do Sul"

Levando-se em consideração esse conjunto de mudanças - inclusive na direção da Acic, era de se esperar que a defesa da mineração enquanto alternativa de desenvolvimento local estivesse esgotada. Não passou dois anos e o Jornal da Manhã, a partir da crise da CSN e a diminuição das cotas de carvão adquiridas pela Eletrosul, propõe uma "Frente pelo Carvão"³⁵:

"Tem que ser formada urgentemente uma frente em defesa dos interesses da região, com participação de prefeitos, vereadores, empresários, sindicalistas, clubes de serviços e profissionais liberais. As lideranças representativas do sul catarinense não podem assistir a tudo de braços cruzados e nada fazer. Precisamos dar um basta nesta operação em marcha pela extinção da atividade mineradora. Temos que lutar pela valorização do que é nosso", enfatiza o editorial. E conclui: "O sul tem que se levantar. Isto não pode continuar assim. O carvão é uma das bases de nossa economia e não pode ser tratado apenas como problema. Não podemos matar a vaca por causa do carrapato" ³⁶ (17/03/1994).

A mobilização interessava principalmente os mineradores e mineiros, porém, na concepção do jornal, esta mobilização deveria ser feita "em defesa do Sul". O carvão, segundo "a Força do Sul, continua sendo (em 1994) "uma das bases de nossa economia". Este me parece ser o núcleo gerador da terceira matriz discursiva político-empresarial na cidade: procura reunir numa só plataforma as demandas "dos liberais" e aquelas defendidas pelo setor do carvão, unificando a ideologia da "globalização" com a ideologia da "mineração". Denomino de a " Força do Sul", pois esta estratégia me pareceu, pelo menos no plano político-ideológico, muito parecida com aquela campanha desencadeada no início dos anos 80 pela TV Eldorado, o "Pacto do Sul". Tanto aquele movimento, como "A Força do Sul" se caracterizam por seu caráter ideológico, unificador e aglutinador de todos as forças, de todos

integração e a amplitude dos negócios proporcionados pelos novos mercados. Os empresários criciúmenses precisam e devem participar ativamente desse processo irreversível, dando provas de sua força e de sua visão de futuro" (Ofício Acic 00194/91, de 12/08/1991) .

³⁵A busca da união e demonstração da "Força do Sul" têm sido a tônica de inúmeros outros movimentos e mobilizações políticas e empresariais na cidade e região. Essa prática e esse discurso vem se repetindo a cada crise social ou econômica da região. Esta união das elites locais "em defesa do sul", se manifestou mais vezes em favor do setor carbonífero. Uma das mais recentes "frentes pelo carvão" ocorreu a suspensão do pagamento da Eletrosul às empresas de mineração, com corte de 33%, alimentando o risco das demissões e o fechamento da SATC.

³⁶Esta também tem sido a bandeira da ACIC, como destaquei anteriormente através da "Moção da ACIC sobre a crise do setor carbonífero. A ênfase era a mesma: "O sul se mobiliza em defesa do carvão". (Ver Joice Quadros, Editoria de Economia, 05.06.92).

os setores da cidade: tanto o empresariado do carvão como os demais setores da economia diversificada. O quadro seguinte apresenta, sinteticamente, as diferentes propostas e discursos empresariais sobre a crise e as alternativas baseadas nos modelos corporativista-estatal, liberal e sulino de desenvolvimento:

Quadro 15 - Discursos e alternativa empresariais para a crise segundo os modelos "corporativista-estatal", "liberal" e "do Sul"

	"Carta do Sul"	"Defesa do Cidadão Comum"	"O Sul se Encontra"
Data	18/12/1990	11/12 e 16/12 de 1991	2/04/1993
Promoção	ACIC	ACIC	Jornal da Manhã
Pres. Acic	Jayme Zanatta	Carlos A. Barata	
Propostas	Defesa do carvão/ Revigoração do setor carbonífero/ Medidas governa- mentais	Globalização/Fim do intervencionismo estatal/Estado Mínimo	Defesa dos interesses da região sul/Defesa carvão/União de todos.
Grupo de Trabalho (elab. doc)	Ricardo Vilella Milton de Oliveira Atilio S. Fenilli Oldemar Michels Rogério Sampaio	Atilio Sérgio Fenilli Carlos A. d'Avila Ênio Coan Milton Paz Rogério Sampaio	Adelor Lessa

Fonte: Resoluções e pesquisas do autor.

Analisando com atenção as três propostas acima, o leitor perceberá que, enquanto a primeira alternativa (corporativista-estatal) aponta para a continuidade do modelo baseado na mineração, a segunda (liberal) apresenta elementos que indicam rupturas e mudanças em relação ao modelo de desenvolvimento anterior. Nota-se, por exemplo, uma mudança significativa na relação Estado-empresariado, ou seja, a passagem ideológica do clientelismo e da tutela estatal em direção a uma nova inserção político-ideológica da classe dominante local, agora sob os efeitos da ideologia do Estado Mínimo. As propostas em "Defesa do Cidadão Comum" mostram algumas mudanças nos "usos" do Estado que, pelo menos discursivamente, esses novos grupos no poder local fazem do poder público e, com isso, se diferenciam do

primeiro grupo de elites, representado basicamente pelos mineradores. Teria a ACIC, durante a gestão Barata, sepultado definitivamente o modelo fundado no corporativismo estatal?

Sim e não. "Sim", na medida que o modelo anterior, por ter-se esgotado historicamente enquanto esteio do desenvolvimento local, perdeu terreno para a economia diversificada e reestruturada. E "não", na medida que, pelos fatores históricos e sócio-culturais vistos na primeira parte deste estudo, o modelo da mineração continua sendo defendido com vigor por parcela das elites locais, embora dentro do processo de globalização e reestruturação produtiva.

A defesa do modelo aparece sob o tema da "união", através da "Força do Sul", defendida pelo Jornal da Manhã e que expressa "o sentimento" e os "anseios" da comunidade sulina representada por vários segmentos de elites. A "Frente pelo Carvão" (inserida no processo de globalização) representa, no meu trabalho, a manifestação ideológica dos interesses regionais com base na mineração, temperada com ingredientes neoliberais. Em função do peso social e ideológico dos próceres da mineração e, devido um equilíbrio na *correlação de forças* (Gramsci) entre os diversos grupos de interesses locais locais, nenhuma dessas alternativa se impôs até o momento. Porque?

Porque, no fundo, nenhuma das propostas apresentadas e nenhum grupo social e político constituído na cidade, representa de fato uma alternativa ao patrimonialismo - travestida evidentemente de neoliberalismo. Nem mesmo a Acic, que constitui a expressão mais acabada da organização e da ideologia neoliberal na cidade, que representa o chamado empresariado pós-moderno, preocupado com qualidade total, com novas tecnologias e formas de organização do trabalho conseguiu, até o presente momento, apresentar uma alternativa. Muito menos os partidos políticos discutem ou se interessam por estas questões, do mais à direita ao mais à esquerda do cenário político local. O que temos, em Criciúma, são arremedos, tentativas (parciais ou isoladas) de mudanças. A cidade continua órfã de um projeto de vida, de desenvolvimento social, econômico, político e cultural que supere historicamente o modelo arcaico traduzido pelo que chamei de dialética da vida e da morte. Que outra coisa representa a "alternativa" da mineração senão esta permanente e ininterrupta luta entre a vida e a morte?

Projetos existem, mas vocacionados para atender interesses privados, exclusivistas ou setoriais. Não ha projetos de classes e, menos ainda, projetos sociais e alternativos para o conjuntos dos cidadãos e cidades que, no Sul de Santa Catarina, mantêm-se sob o domínio e a tutela dos velhos/novos donos da cidade.

Finalmente, considerando as divisões do empresariado em distintos partidos políticos (PDS, PMDB, PSDB, PL, PFL); as divergências entre setores do empresariado representados pelo sindicato dos Mineradores (donos das minas) pela Acic (outros setores industriais) e CDL (comerciantes); as alternativas para a crise (Corporativista-Estatal, Liberal ou do Sul), e considerando as bandeiras aglutinadoras das elites locais (defesa do Sul e a ocupação de espaços na máquina estatal, a luta, com Tubarão, pela hegemonia micro e macro regional), conclui-se que as diferentes posições, discursos e demandas em relação à crise e as "saídas" apresentadas, expressam a divisão política do empresariado local. Estas diferenciações e divisões no seio do empresariado, reaparecem nas relações com os movimentos sociais na cidade, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 6

RADICALISMO E CIDADANIA REGULADA EM CRICIÚMA

"No Brasil é assim: ou bem se manda ou bem se pede"
Teresa Sales

É no campo das relações entre trabalhadores e capitalistas que as diferentes visões e posições do empresariado irá se explicitar com maior clareza e agudeza. As relações Capital *versus* Trabalho tem sido um dos itens mais destacados na pauta de reuniões da Acic. Antes de sentarem-se com os representantes dos trabalhadores, os empresários fazem reuniões específicas e preparatórias às negociações coletivas dos diversos sindicatos patronais. Na leitura das atas da Acic, verifiquei que os assuntos relacionadas à crise do carvão e aos conflitos com os trabalhadores foram a tônica de muitas reuniões e atividades programadas pela entidade no período de 1989 a 1993. Diante do processo de privatização da CSN, por exemplo, quando se aprofundava a crise social na cidade e os enfrentamentos entre empresários e sindicalistas se tornaram mais freqüentes, um importante dirigente da ACIC chegou a declarar que havia um temor de que *"o caso da CSN tivesse o mesmo desfecho que teve a CBCA"*.¹ Outros temas como as eleições nos sindicatos dos trabalhadores, violência nas

¹Em 2 de outubro de 1990, o então presidente da ACIC, Jayme Zanatta, manifestava sua preocupação com as negociações no processo de privatização da CSN (ex-Próspera) pois, segundo o empresário, *"esta empresa*

greves, ocupações de empresas, comportamento dos sindicalistas e dos empresários durante os conflitos e greves, são também discutidos na Acic.

Enfim, nas palavras do próprio presidente da entidade, avaliando seu mandato, Barata destacou o papel "mediador" da Acic:

"Quando assumimos a ACIC, tivemos pela frente grandes desafios. Mudanças econômicas no cenário mundial e mudanças políticas no cenário nacional. Nossa cidade, que tinha sua base na indústria extrativa de carvão e indústria cerâmica, sofria duros reveses. A política econômica recessiva era potencializada em nossa região. Fomos presença atuante e decisiva nos momentos de conflito entre Capital X Trabalho. Na busca do bom senso e equilíbrio nas decisões, nossa Entidade se tornou presença mediadora, conquistando a confiança dos empresários e dos trabalhadores. Integramos à diretoria da ACIC a força viva dos Sindicatos Patronais, sempre presentes nos momentos de grandes decisões".²

Pode-se afirmar que, num determinado momento da história da cidade, no auge da crise e da recessão, existia uma ação organizada e estratégica das elites locais - seja por parte do empresariado, dos agentes políticos de diversos partidos ou ligados aos três poderes, seja dos chamados "formadores de opinião" - todos com um objetivo comum: regular, controlar ou derrotar o sindicalismo cutista e o PT na cidade. Este capítulo trata dessas questões. Antes de analisá-las, é importante situar o leitor na história dos movimentos sociais de Criciúma e algumas experiências de lutas. Os dois episódios aqui reconstituídos, ou seja, dos mineiros da CSN e dos aposentados, servem como ilustração da mobilização e da organização dos movimentos sindicais e populares cujas repercussões, como veremos, ultrapassam as fronteiras da "cidade do carvão".

6.1 - Os movimentos sociais e a cidade

Se existe algo fantástico no movimento social é sua pluralidade e multiplicidade de sujeitos históricos e de problemas. Entendido como movimento social mais amplo, os movimentos de trabalhadores e de cidadania, na minha perspectiva de análise, engloba o movimento sindical e popular. Este, por sua vez, é constituído por vários setores ou frentes de

poderia ter o mesmo fim de outra tradicional empresa carbonífera da cidade, hoje administrada pelos empregados". Havia interesses explícito por parte do empresariado sobre os desdobramentos da CSN. Na opinião de outro dirigente empresarial leio na mesma ata: *"Os mineradores terão mais condições de sobreviver à crise se a Próspera fechar e com a Jorge Lacerda funcionando consumiria o carvão aqui produzido".* O presidente da ACIC sugeriu efetuar contatos com setores empresariais envolvidos, procurando um desfecho favorável e sem maiores prejuízos à região" (Ata, 02/10/1990).

²Relatório da ACIC, gestão Carlos Alberto Barata (1991-1993).

luta. O movimento social, em especial o popular, parece não ter fronteiras: da luta nos bairros aos movimentos ecológicos, as concentrações urbanas, a luta dos negros e das mulheres, os movimentos em defesa dos direitos humanos e de ação da cidadania, os movimentos estudantis e da juventude, dos sem tetos, dos sem-terras, dos aposentados e pensionistas, a luta contra os aumentos das tarifas no transporte coletivo, enfim, todos são movimentos populares que, além de múltiplos e plurais, parece não ter uma especificidade, uma única identidade - como ocorre com o movimento sindical, mais facilmente reconhecido e identificado por suas lutas corporativas, salariais e trabalhistas.

Além de " cidade do carvão", Criciúma é reconhecida nacionalmente como um dos principais centros de mobilização operária e sindical de Santa Catarina. A cidade, que se desenvolveu a partir de um modelo capitalista explorador e predatório - tanto no que se refere à exploração da força de trabalho como em relação ao meio ambiente (como vimos anteriormente), foi - até recentemente - palco de um intenso movimento operário e popular, especialmente dos mineiros - o mais forte e importante da região até o final dos anos 80, quando começa a dar os primeiros sinais de esgotamento e de graves contradições políticas e éticas.

O surgimento do "novo sindicalismo" na região do ABC, em São Paulo e a emergência de novos atores sociais no cenário político brasileiro, no final dos anos 70 e início dos anos 80, repercutiu na cidade de Criciúma. Além dos mineiros, é possível identificar outros três atores que estão na origem destes movimentos: grupos de militantes da Pastoral de Juventude e da Pastoral Operária, organizados no início dos anos 80; militantes do Partido dos Trabalhadores, fundado em Criciúma em 1981; e Movimentos de Oposição Sindical, organizados primeiramente na ANAMPOS - Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais e, posteriormente na CUT e nas Oposições Sindicais organizadas em Criciúma a partir de 1983.

A história dos movimentos sociais, populares e sindicais na cidade e região carbonífera, não pode ser pensada sem a presença marcante e ativa desses novos sujeitos sociais.³ Durante a década de oitenta, Criciúma conheceu um intenso movimento popular e pastoral articulado com a mobilização operária-sindical de trabalhadores das minas, vestuaristas, ceramistas, metalúrgicos, professores, entre outras categorias.

³O texto que segue, escrito originalmente em 1991, procura caracterizar o movimento popular em Criciúma, seu estágio de organização e mobilização e, principalmente, ser uma crítica à nossa própria atuação. Trata-se, de uma primeira incursão na história do movimento popular em Criciúma, ficando para uma outra oportunidade uma análise mais acabada.

A história dos movimentos sociais na cidade está relacionada com as greves, com as lutas dos mineiros, com as oposições mas, também, com os próprios movimentos populares, fortalecidos pela emergente pastoral social da Igreja que em Criciúma se organizava nas Pastorais de Juventude e Operária.

A Pastoral Operária (PO) e a Pastoral de Juventude (PJ), foram responsáveis pelas diversas manifestações populares na cidade, quando já não existia mais o Movimento pela Anistia e Contra o Custo de Vida. Com a Pastoral Operária, de Juventude e algumas Associações de Moradores - especialmente a Associação de Amigos de Bairro da Vila Manaus - as primeiras mobilizações populares na cidade com características autônomas e combativas. Dentre as inúmeras lideranças populares e pastorais destacavam-se a liderança do Pe. Valdemir Miotello e do então presidente da Associação de Moradores da Vila Manaus, João Paulo Teixeira. O movimento popular forjado neste período, só veio a se consolidar três anos depois, após a realização de inúmeros eventos, manifestações de rua, criação do "fundo de greve" a "Manifestação da Panela Vazia", todos organizados pela Pastoral Operária. É impossível conceber a emergência do chamado "novo sindicalismo" em Criciúma, sem esta participação da pastoral operária, do PT⁴ e dos movimentos populares.

Este processo inicial de articulação/vinculação das lutas operárias e populares na cidade, aos poucos, vai se rompendo ou melhor, vai se distanciando como práticas articuladas ao ponto de alguns movimentos populares que tiveram influência mais à esquerda, praticamente se esvaziaram ou desapareceram do cenário político local ou passam a ser controlados e dirigidos pelas forças mais conservadoras.

Foi neste período de 1982 a 1992, salvo algumas iniciativas desarticuladas, que os petistas e as esquerdas "abandonaram" o movimento popular em Criciúma para priorizar o movimento sindical. O PMDB, partido que já tinha uma tradição oposicionista e "de esquerda" na cidade - tradição essa construída durante o regime militar - ocupa estes espaços de poder local, criando diretórios, associações de bairro, movimentos e, com base no clientelismo e no apadrinhamento, coopta e controla inúmeras lideranças. Os partidos de esquerda subestimavam este tipo de militância ou, só tardiamente, perceberam sua importância. Algumas iniciativas eram feitas por grupos e pessoas ligadas às pastorais da Igreja Católica, porém, com menor expressão política na cidade, hegemônica pela luta partidária e sindical.

⁴O PT de Criciúma, foi fundado em 1981 e se construiu a partir de bases sindicalistas, embora parte de sua militância fosse originária dos meios populares e pastorais. Participaram do processo de construção do PT (entre 1979 à 1981) militantes do movimento sindical, membros do Movimento pela Anistia e ao movimento contra o custo de vida e militantes de esquerda.

Ou seja, ao mesmo tempo que ocorria um deslocamento de lideranças do movimento popular para o campo sindical e partidário, houve um esvaziamento do espaço popular, da luta nos bairros e juntos aos movimentos negros, de mulheres, dos idosos, da juventude e do próprio movimento estudantil que passam a ser "influenciados" pelas forças políticas tradicionais ligadas ao PMDB ou ao PDS. Com a vitória do PMDB para a prefeitura e a instauração do chamado "governo popular" José Augusto Hülse/Roseval Alves (1982-1988), o movimento popular de Criciúma ficará, desde então, sob a hegemonia peemedebista. No decorrer do governo municipal, o PMDB - aproveitando-se da importante experiência de saúde pública coordenada pelo grupo liderado por Orasil Coelho Pina (Da Ros, 1991; E. Ruver, 1993) - o PMDB promoveu um atrelamento desses movimentos populares e, no processo, cooptou inúmeras de suas lideranças mais combativas e "de esquerda".

Embora sendo uma iniciativa governamental-institucional - e em que pese a propaganda e uso conservador do trabalho da saúde no governo Hülse - é inegável o caráter popular daquela experiência que promoveu, em vários bairros de Criciúma, uma política de saúde pública, preventiva e combinada com um processo de educação popular. Reconhecidamente, "o movimento sanitário" de Criciúma, foi a única experiência séria de saúde pública já desenvolvida em toda sua história, embora, deva-se ressaltar que o grupo da saúde - identificado com as teses do Partido Comunista Brasileiro e articulado nacionalmente, se contrastava com o restante da administração municipal e muitas vezes a ela se opunha.⁵

Foi neste período, também, que se tentou organizar o Movimento Popular de Saúde em Criciúma, mas não se viabilizou, em parte, devido a ingerência de pessoas ligadas à administração municipal e devido as dificuldades políticas dos próprios organizadores que não tinham o apoio institucional necessário.

O PMDB também participou no processo de fundação da UABC - União das Associações de Bairro de Criciúma, entidade representativa no município que, no início, contou com a participação de petistas e outros grupos de esquerda. Todo processo de formação da UABC, no entanto, foi hegemonizado pelo PMDB.⁶

⁵Entre resistências e concessões, o grupo foi finalmente derrotado pelas forças conservadoras do PMDB. Seu principal dirigente, Orasil Pina, candidato a vereador em 1988, também havia sido cogitado para ser vice numa chapa "alternativa" do PMDB na sucessão do José Augusto Hülse. Enquanto o candidato do PMDB, Eduardo Moreira fazia da "experiência da saúde" seu principal mote eleitoral, seus parceiros "fritavam" a candidatura de Orasil, que na luta interna do PMDB, se opunha ao grupo de Eduardo/Realdo Guglielmi. O grupo de Moreira, ligado a medicina privatizante, perdeu as eleições, mas impediu a continuação da experiência de saúde popular e derrotou "o pessoal" da saúde.

⁶Duas chapas disputaram a eleição da UABC, em 1992: uma integrada por militantes do PMDB e PT e outra, representada por filiados ao PFL e PDS, como apoio de setores do PDT. José Paulo Garcia, do PFL, foi eleito presidente da UABC, derrotando a chapa PMDB-PT.

Durante o segundo governo Guidi (1989 -1992), ao nível do movimento popular, lideranças do PT e da CUT promoveram inúmeras manifestações na cidade contra os aumentos abusivos das passagens e pela melhoria das condições de transportes. Houve, inclusive, a tentativa de se criar o Conselho Popular de Transporte, cuja vida, não ultrapassou duas reuniões, embora o movimento tenha continuado.

Outro movimento com características eminentemente popular e que merece ser destacado, foi a luta contra os aumentos abusivos do IPTU e Taxa de Lixo, uma iniciativa dos vereadores e da oposição (PT, PMDB) ao governo Guidi. Após uma grande mobilização popular nos bairros e centro de Criciúma, aquele movimento foi parcialmente vitorioso, com a diminuição da taxa de lixo e revisão de alguns critérios para a cobrança do IPTU.

No plano institucional, deve ser destacado, em 1990, o processo de participação popular na elaboração da nova Lei Orgânica de Criciúma. As derrotas na eleição da Constituinte Municipal e as inúmeras restrições impostas pelo Regimento Interno, dificultou a participação popular. Porém, foram importantes algumas iniciativas populares, especialmente de entidades da sociedade civil e grupos religiosos de "classe média", além dos grupos técnicos e profissionais da área social e direitos humanos.

As várias "emendas populares" à Lei Orgânica e a participação em inúmeras "audiências públicas", foram experiências inovadoras e motivadoras de formas de democracia semi-direta. O descaso das lideranças petistas e cutistas neste processo é que mereceria uma reflexão à parte.⁷

Esta é a razão pela qual o PT, em Criciúma, tornou-se um partido "sindicalista", isto é, um partido mais identificado e preocupado com a luta sindical que a luta de bairro. Durante quase toda a década de 80 o partido adotou, em Criciúma, o modelo do trenzinho, isto é, do partido locomotiva.

As esquerdas - entre as quais também incluo o PT⁸ - concebem os movimentos populares como "secundários" ou hierarquicamente menos importantes que o movimento

⁷Para concluir esta caracterização dos movimentos populares em Criciúma, é importante fazer algumas observações gerais sobre o movimento ecológico na cidade e região. Por ser um pólo de desenvolvimento historicamente baseado nas minas de carvão com grande impacto ambiental, era de se esperar, em Criciúma, a existência de um forte e organizado Movimento Ecológico. Não é o que acontece. Algumas iniciativas são aquelas desenvolvidas pela FATMA ou pela Assessoria do Meio Ambiente da Prefeitura. A questão ecológica representa a mais flagrante ausência das lutas populares e sindicais da cidade, só discursivamente priorizada pelas administrações municipais e pelos movimentos conservacionistas patrocinados por algumas empresas ou pequenos empresários. Alguns movimentos que se iniciaram em Criciúma, de caráter mais combativo, tiveram vida efêmera e não conseguiram se afirmar. Alguns grupos de jovens ou de estudantes cumpriem este papel na defesa do meio ambiente, contudo, sem se constituírem em movimentos ecológicos permanentes.

⁸Na tradição política de esquerda (ou de direita), esses movimentos "são instrumentalizados" ou só considerados importantes nos períodos eleitorais, quando os partidos, na busca de votos junto ao eleitorado

sindical e o partido político. Por serem movimentos "difusos", "inorgânicos", "sem vontade política própria" etc (Sader, 1985) ou por não terem projeto político definido, tais movimentos oferecem maior resistência "à organização" (leia-se, controle ou atrelamento aos partidos) e mais dificuldades de adquirirem a chamada "consciência de classe". Para esses setores,⁹ os sindicatos servem para melhorar as relações entre capital e trabalho enquanto o partido teria o papel de ser a direção política aos trabalhadores rumo ao poder (leia-se, ao Estado) e rumo ao socialismo (este situado num horizonte mais distante no imaginário dessas esquerdas).

Esta visão piramidal da política que coloca o partido no cume, o sindicato no meio, e "o povo" na base, isto é, disperso em seus difusos movimentos populares é melhor exemplificada ainda com a imagem do trenzinho - aliás, imagem que por muitos anos foi utilizada nos cursos de formação da CUT e do PT assim como nos demais partidos comunistas ou ditos revolucionários. Nesta imagem, o partido é representado pela locomotiva, o movimento sindical (urbano) ocupa o primeiro vagão; o sindicalismo rural, o segundo, e os movimentos populares (de mulheres, sem-tetos, sem terra, negros, movimento ecológico, etc) são representados pelos vagões seguintes, *todos devidamente acomodados sobre os trilhos da história* (para não se desviarem do caminho correto rumo ao poder e ao socialismo apontado pelo partido, ou mais rigorosamente falando, por sua "vanguarda auto-proclamada revolucionária).

Durante muitos anos o PT de Criciúma, "através da CUT", priorizou a luta político-sindical na cidade e região e secundarizou as lutas nos bairros. Com forte presença e enraizamento nos bairros, o PMDB passa a ter hegemonia e disputar com o PDS, os espaços populares, especialmente as Associações de Moradores. A forte inserção do PMDB nos bairros, se deu a partir da experiência popular de saúde e dos apoios de antigos militantes comunistas e trabalhistas do PTB e MDB, entre outros militantes ligados aos sindicatos dos mineiros de Criciúma e Rio Maina.

pobre da periferias urbanas, transformam os bairros e os movimentos populares em "currais" eleitorais. Adotando um estratégia lenista e burocrática de organização, alguns setores das esquerdas defendem que os movimentos mais "conscientes" e "revolucionários" são os movimentos sindicais pois estariam mais próximo de adquirir "consciência de classe" (ou uma consciência "em si", econômica, para utilizarmos uma terminologia marxista-leninista) e o partido político (cujos membros já atingiram um grau superior de consciência) deve se comportar como "partido dirigente", isto é, centralizar os movimentos sociais dispersos e difusos e colocá-los na trilha revolucionária. Majoritariamente, o PT defende esta política e esta estratégia "do trenzinho", apesar do discurso de autonomia dos movimentos sociais adotado pelo partido. Os demais partidos de esquerda no Brasil, também adotam a mesma linha de atuação junto aos movimentos populares.

⁹Estou falando de suas maiorias, não de suas minorias que se opõem a esta prática

CUT: organização e divisão dos trabalhadores

No processo inicial de constituição da CUT, os movimentos populares tiveram uma relativa influência. Impulsionados pelos ventos do novo sindicalismo e pela Teologia da Libertação, o movimento sindical de Criciúma se caracteriza por intensas mobilizações feitas inicialmente com o apoio das lideranças populares e pastorais. No início dos anos 80, a maioria dos sindicatos estavam controlados por dirigentes tradicionais e/ou atrelados aos interesses empresariais e/ou governamentais, que reproduziam na cidade a política de conciliação de classes, o imobilismo e assistencialismo - características mais fortes do sindicalismo vigente e dominante em Criciúma.

Com a fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, a primeira regional da Cut/SC, em agosto 1984 e, com a vitória da Oposição Sindical dos Vestuaristas e Calçadista (1985) seguida pela vitória da Oposição Sindical Mineira, em Criciúma (1986), o movimento sindical da região, passa a ser, progressivamente, mais forte e organizado. Inaugura-se, então, um novo período do movimento sindical na região, marcado por sucessivos enfrentamentos com o governo e o patronato local. A greve passou a ser, ao lado das manifestações públicas, o principal instrumento de pressão utilizado por esses grupos de trabalhadores.

Influenciados pela política sindical estabelecida pela CUT e liderados pelo Partido dos Trabalhadores - com apoio de setores da Igreja local, estabelece-se na cidade uma polarização entre os movimentos sociais e as elites locais. Os interesses dos grandes grupos econômicos da região, começam a ser questionados e seus privilégios, ameaçados. O empresariado da cidade e região - que nos últimos anos vinha se relacionando sindicalismo cordato, conciliador e assistencialista, forjado no período getulista e mantido durante o regime militar - passa a perceber mudanças no movimento dos trabalhadores, como se revelava o sindicalismo cutista: de luta, autêntico, não dava tréguas à exploração patronal e ao arrocho das políticas governamentais.

Por outro lado, se estabelecia, no meio sindical, um confronto cada vez mais aberto entre os sindicalistas tradicionais ou "pelegos" e o sindicalismo cutista. Não raras vezes, nas assembléias dos trabalhadores, esta polarização se escancarava. Mas elas ficavam expostas durante as eleições sindicais. Por esta razão, o sindicalismo em Criciúma, se dividia em duas vertentes: uma primeira identificada com "a CUT" e "o PT" e outra, com a chamada "intersindical", que reunia a maioria dos sindicatos.¹⁰

¹⁰O curioso nesta história, é que o PT, desde 1984, acabava se relacionando também com a intersindical, na medida que, o advogado trabalhista e filiado no partido em Criciúma, Milton Mendes de Oliveira, por

O quadro 16 permite ao leitor uma visão desta divisão no sindicalismo dos trabalhadores, além de apresentar seus atuais presidentes, períodos que estão à frente do sindicato e partidos que estão filiados.

Quadro 16 - Sindicatos dos Trabalhadores com sede em Criciúma e base na Reg. Carbonífera

Nome do sindicato	Presidente	Partido

Sindicatos da CUT - Central Única dos Trabalhadores		
Sindicato dos Vestuaristas e Calçadistas	Janete C. Godinho	PT
Sindicato dos Bancários de Criciúma	Irimar Gava	PT
Sindicato dos Metalúrgicos	Lorival Sazan	(S/P)
Sindicato dos Servidores Municipais	João Alves	PT
Sindicato dos Trabalhadores do Ensino -Sinte	Janete Medeiros	PT
Sindicato dos trabalhadores Gráficos	José Santiago	PT
Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Alimentação	Arlindo Búss	PT
Sindicato dos Trabalhadores em Educação - Sinte	Janete Medeiros	PT

Sindicato dos Mineiros de Criciúma	José Paulo Serafim	PT

Sindicatos da "Intersindical"		

Sindicato dos Trab. Ind. Químicas e Plástica	José Natalício Bizezo	PSDB
Sindicato dos Comerciantes	Gelson Gonçalves	PSDB
Sindicato dos Imobiliários e Construção Civil	Itaci de Sá	PMDB
Sindicato dos Motoristas	Pedro Dutra	PMDB
Sindicato dos Mineiros de Rio Maina	Edson do Nascimento	PMDB
Sindicato dos Trabalhadores da Saúde	José Paulo Goulart	PSDB
Sindicato dos Trabalhadores em Educação	José Argente Fº	PFL

Fonte: Pesquisa do autor; dados de 1994.

O sindicato dos Mineiros de Criciúma é ligado à CUT, porém, nunca foi filiado à Central. Os sindicatos dos comerciantes e dos motoristas foram, no passado, filiados à CUT. Com a derrota do candidato da CUT a presidência para Pedro Dutra, em 1989 e, com a expulsão de Gelson Gonçalves do PT, em 1991, estes sindicatos passaram a integrar o campo da Intersindical. Em que pese esta divisão (com reflexos políticos-eleitorais, como veremos no próximo capítulo), o sindicalismo de Criciúma tem uma forte presença na vida e história da cidade e de Santa Catarina.

Não foram poucas as vezes em que as ruas, praças e bairros de Criciúma se transformaram em "campos de batalhas". Nos finais da década de 80, a "política de confronto" entre trabalhadores e empresariado/governo, passou a ser uma característica de outras

muitos anos, era assessor jurídico dos sindicatos ligados anti-cutistas da cidade, estabelecendo, desde então, uma cisão no interior do próprio PT, além daquela existente no sindicalismo.

categorias de trabalhadores, como dos vestuaristas, metalúrgicos, servidores públicos, bancários, professores, além dos mineiros. Todos esses movimentos tinham em comum a marca da "radicalização", da "combatividade", da "transformação", influência da Igreja da Libertação, do Partido dos Trabalhadores e da tradição da esquerda socialista, organizada na cidade.

Atualmente (1995), a situação dos trabalhadores e dos movimentos sociais locais é bem diferente daquela que conhecemos nos anos 80. O sindicalismo em Criciúma e em toda região sul vive um período de refluxo, de profunda letargia e desencanto dos trabalhadores com seus dirigentes, com a CUT e o PT. O encolhimento do movimento social, popular e sindical em Criciúma ¹¹ (e sua estigmatização) começa a ser percebido no final dos anos 80 e teve seu maior desgaste no processo eleitoral de 1992 por razões que pretendo analisar no capítulo seguinte.

A mina e a revolta

Como se vê, Criciúma é palco de uma acirrada luta política e sindical. O acirramento dessas lutas, em alguns momentos fez da cidade, não apenas a capital do carvão, mas a cidade das greves e da luta de classes. O movimento dos aposentados e dos mineiros da ex-Próspera de Criciúma, acontecidos em 1991 durante o governo Collor, são exemplos dessas manifestações dos trabalhadores de Criciúma. Vamos conhecer e refletir um pouco sobre o significado (e as conseqüências) dessas lutas sociais em Criciúma, resgatando alguns aspectos dessas duas experiências que marcaram a história recente da cidade.

O caso CSN: a resistência dos mineiros

Dentre outros episódios um dos que causou maior impacto na cidade e repercussão nacional, dominado por um clima de tensão e medo na cidade, destaca-se a luta dos mineiros da CSN (ex-Carbonífera Próspera), durante o processo de privatização da estatal, um processo que se iniciou em meados de 90 e só se encerrou, com a privatização da CSN, em de 1993. Relembremos alguns fatos que marcaram aqueles acontecimentos.¹²

¹¹Esta situação do sindicalismo em Criciúma não pode ser analisada isoladamente, pois se trata de uma crise mais profunda, de caráter nacional e estrutural do modelo sindical Cutista/Corporativista.

¹²Parte das informações e da análise aqui feita foram obtidas por mim, durante o processo de privatização e resistência dos mineiros, que acompanhei pessoalmente. Utilizei-me, também, das contribuições feitas por Giani Rabelo, membro do Comando dos Mineiros da CSN, reunidas em seu relato sobre aqueles acontecimentos, além de informações obtidas nos registros nos órgãos de imprensa local e estadual.

Em 7 de maio de 1990, 1.571 mineiros e funcionários do escritório da ex-Carbonífera Próspera foram demitidos. No dia seguinte os mineiros decidiram, em Assembléia Geral no sindicato, ocupar a empresa em defesa dos empregos e contra a privatização em curso desde o governo da Nova República (Sarney) e levada a cabo pelo governo Collor. No dia seguinte, após uma assembléia marcada por muita tensão e emoção, os mineiros fazem uma caminhada pelo centro de Criciúma e, em passeata pela avenida Centenário até o bairro Próspera, ocupam o pátio da empresa. Estava apenas iniciando mais uma saga na história dos mineiros de Criciúma.

Os mineiros formaram 10 equipes de trabalho e decidiram fazer um diagnóstico da situação da empresa; também elegeram um "Comando" e prepararam uma estratégia de mobilização pela reativação da mina e retorno dos demitidos ao trabalho. No dia 10 de Junho, os mineiros apresentam várias propostas para reativar a empresa, mas todas foram rejeitadas pela Superintendência da CSN.¹³ Durante o processo de privatização, além das ocupações da empresa e greves, outras formas de lutas foram adotadas: fechamento da BR 101 por cinco horas (17 de maio de 1990); pedágios em Criciúma e em Florianópolis para arrecadação de recursos financeiros (25 de junho de 1990); caravana com 200 mineiros para pressionar o governo federal, em Brasília (2 a 23 de setembro), entre outras audiências e atos públicos.

Em 13 de novembro de 1990 sai a primeira licitação, mas não houve compradores. O trâmite da privatização segue seu curso e uma audiência pública é marcada (30 de Janeiro de 1991) em Criciúma como representantes da CSN - Rio de Janeiro, para discutir as regras do processo de privatização. A resistência organizada dos mineiros e as redes políticas de apoio que estabeleceram na cidade e no estado, dificultam a privatização que fica emperrada por vários meses. Os mineiros desempregados, eram mobilizados pelo sindicato, que resistia à privatização e pleiteava a reativação da mina e a garantia de empregos.

No dia 12 de agosto os mineiros fazem uma ocupação nas minas A e B, dispostos a "tocar a mina", com mineiros voluntários. Nada disso sensibilizou o governo, determinado a repassar o patrimônio público para a iniciativa privada. Embora o empresário Realdo Guglielmi tenha assinado os contratos de compra da CSN, a privatização ainda não estava consumada. Neste mesmo dia, os mineiros convocaram uma greve geral em Criciúma. Era 24 de agosto de

¹³Após os estudos realizados, apresentam propostas à CSN: reativação da empresa como subsidiária da CSN, com diretoria própria e autonomia; cessão da empresa aos mineiros através de arrendamento (o pagamento seria feito pelos mineiros com 5% da produção líquida); venda direta para uma cooperativa dos mineiros, com o compromisso de reativação em 60 dias e garantia de, pelo menos, 80% do quadro preenchido com ex-mineiros da CSN. Todas essas propostas foram encaminhadas à CSN e foram rejeitadas (JM, 26/08/91).

1991¹⁴ e o objetivo da greve era obter solidariedade da população. A greve fora convocada pelo Comando dos Mineiros, que comunicou à população através dos meios de comunicação e falando diretamente com os empresários da cidade. Nos encaminhamentos da greve, lideranças dos mineiros diziam que não se responsabilizariam com eventuais problemas ou conseqüências com aqueles que ousassem abrir suas lojas ou empresas. A crise social, o desemprego e o desespero dos trabalhadores sensibilizavam a cidade.

Dias antes da greve, os mineiros fizeram uma colagem de cartazes, anunciando a greve geral. Todas as edificações de Criciúma, muros, postes, terminais, paredes internas ou externas, públicas ou privadas, foram literalmente cobertas por cartazes anunciando a greve geral e pedindo solidariedade. O cartaz expressava em sua estampa, o estado da greve e o ânimo dos grevistas: um mineiro raivoso, dando um grito de guerra, de revolta, empunhando uma picareta com uma das mãos e o punho cerrado na outra. Os mineiros estavam dispostos a tudo. A cidade parou em "solidariedade".

Sem solução à vista, entre os dias 15 a 19 de março de 1991, ocorre uma nova ocupação da CSN, pelos mineiros. Em 22 de abril, uma segunda licitação é feita e também é vencida pelo empresário Realdo Guglielmi. Em 12 de agosto, nova ocupação das minas A e B. Sem acordo, os mineiros ameaçam destruir o maquinário da mina e tirar os bombeiros das minas que, sem manutenção, seriam alagadas. As conseqüências seriam imprevisíveis.

Em 13 de dezembro de 1991, os mineiros fazem nova ocupação no pátio da empresa. Sem acordo, os mineiros radicalizam e começam ameaçar explodir a mina, caso o não seja garantido o retorno dos desempregados. Depois de frustradas todas as tentativas de intermediação dos políticos locais e do governo Vilson Kleinübing, os mineiros começam a incendiar alguns equipamentos, no pátio da Mina, situado no bairro Próspera. A empresa já estava privatizada, mas não havia acordo para manutenção dos empregos. Crescia o medo e a tensão na cidade e os organizadores diziam que a situação estava incontrolável. Os órgãos de imprensa registraram os fatos com manchetes assustadoras: "Sem acordo, destruição continua em Criciúma"; "Criciúma vive dias de terror e vandalismo" ("O Estado", 18.12.91); O Jornal da Manhã, em matéria intitulada "Mineiros ameaçam explodir a empresa", relata o movimento:

"Dezenas de mineiros ocuparam o pátio do escritório da Nova Próspera Minerado (antiga CSN) e ameaçam explodir as dependências da empresa caso o empresário Realdo Guglielmi não apresente a lista dos primeiros 200 readmitidos. A medida foi definida em

¹⁴A data, certamente, não fora escolhida aleatoriamente. Neste dia comemora-se o aniversário de morte de Getúlio Vargas, em 1954. Além dos mineiros, os aposentados celebram religiosamente esta data em Criciúma, o que explica, em parte, a tradição trabalhista existente na cidade e sua história operária e sindical.

Assembléia Geral, na praça da Chaminé, Bairro Próspera por cerca de 200 mineiros. Após a assembléia, os trabalhadores dirigiram-se ao local, empunhando bandeiras e arrombaram o portão de acesso ao pátio da empresa. Do outro lado da rua, outro grupo abria uma cerca de um terreno que abriga tonéis de gasolina, óleo, querosene e benzina (usada para explosivos), produtos altamente inflamáveis. Mais de cem tonéis foram levados para o pátio do escritório, onde foi erguida uma barricada. Vários tonéis foram espalhados por todo o terreno". A área estava completamente minada" (JM, 14.12.91).

"Os trabalhadores não tem mais o que esperar, porque já faz quase dois anos que esta situação está assim. Se a solução demorar, *os trabalhadores não tem mais o que perder, vão destruir toda a empresa. Nada para nós e nada para ele*", declarou o presidente do sindicato dos mineiros, José Paulo Serafim.

O confronto entre os mineiros da CSN e o empresário Realdo Guglielmi, se arrastava desde setembro de 1991, quando este - segundo lideranças dos mineiros - se comprometeu (e descumpriu) a composição do quadro de pessoal da empresa com 80% de ex-funcionários da CSN, exigência do sindicato. Naquela oportunidade, quando não havia acordo com o sindicato, o empresário decidiu ir ao confronto com os mineiros: "*Vou jogar um pôquer aberto com estes sindicalistas xiitas, radicais e marginais*".

O empresário tencionava para que os mineiros desocupassem o pátio da empresa. Declarou o empresário à imprensa que iria "*utilizar todos os recursos possíveis para ter a posse do patrimônio que comprou da CSN. Qualquer empresário, por mais liberal que seja, cederia no máximo até onde eu cheguei*". E justifica:

"Eu não posso começar uma empresa dando estabilidade para 320 empregados. A partir de quarta-feira colocarei todo meu patrimônio na responsabilidade do Governo do Estado que, pela constituição, tem o compromisso de garantir a proteção à propriedade".

O empresário também confirmou que entrará na justiça com ação de reintegração de posse. Durante a entrevista repetiu várias vezes a expressão "*sindicalista xiitas, radicais e marginais*", e assegurou que "*está disposto a colocar em risco o investimento que fez (avaliado em 4,5 milhões de Cruzeiros) para defender a região Sul da atuação da CUT e do PT no meio sindical*" (JM, 03.09.91).

Em março de 1993, 11 onze sindicalistas mineiros, em função da participação do movimento da CSN, foram indiciados pela delegada Adréia Pacheco, filha do então Secretário Estadual de Segurança Pública do Governo Kleinübing/PFL, Sidney Pacheco - o mesmo que

comandou, dois anos antes, a repressão contra os aposentados na Ponte Pedro Ivo, em Florianópolis.¹⁵

A revolta dos aposentados

Os aposentados lutavam pelos 147%, perda acumulada dos proventos durante os planos econômicos do governo Sarney e Collor. Depois de uma longa briga na Justiça, com pareceres e liminares concedidos a favor e contra os aposentados em diversas instâncias do judiciário, o pagamento dos 147% foi cancelado pelo governo federal. Inicia-se, em Criciúma, uma mobilização dos aposentados de toda região sul. O movimento começa com o fechamento das agências bancárias da cidade pois o Ministério Público (através da 8ª Vara Federal, em Criciúma) havia determinado o pagamento, contrariando a decisão governamental. Os aposentados foram receber seus proventos, mas o dinheiro não havia sido depositado. Começou a revolta dos aposentados.

A primeira agência fechada foi a do Banco do Brasil, no centro de Criciúma. A seguir, foi organizado um "arrastão" para fechar as demais agências do município e das cidades vizinhas. Era 21 de Janeiro de 1991. Vários setores da sociedade se preocuparam e se solidarizam com os aposentados. Lideranças políticas, sindicais e empresariais tentam mediar a revolta dos velhinhos, como ficou conhecida. Em ofício ao governador do estado, os empresários da Acic descreviam a situação:

"Lamentavelmente Criciúma volta a viver momentos de apreensão, agora com o movimento de rebeldia dos humilhados pensionistas e aposentados que, feridos em seus direitos por atos do governo federal, procuram resolver seus problemas na base da força, fechando avenidas e estabelecimentos bancários, invadindo a sede local da previdência social e ameaçando nos desdobramentos do movimento, fechar os estabelecimentos comerciais, em total desrespeito as autoridades constituídas e à comunidade criciumentense."

O fechamento dos bancos causou um grande transtorno para o setor financeiro, a indústria e o comércio local. Após uma semana de mobilização na cidade e na região, os aposentados - atendendo a um convite das lideranças empresariais - se reúnem na sede do CDL, para, em conjunto com a ACIC e representantes políticos e empresariais, discutirem a situação e os rumos do movimento. Convencidos de que "as soluções" para o impasse seriam

¹⁵Os sindicalistas indiciados foram: José Paulo Serafim, Arlindo Brazan, Valério Luiz Preis, Antônio Santos Sebastião (o Marinheiro), Arnaldo Vivaldo de Matos, Luiz Antônio Botelho, Guilei Borges (Vermelho), Leodoro Leandro Filho, Antônio Domingos, José Carlos Bithencourt e Tadeu Antônio Silvano.

encontradas mais facilmente na capital, sede do governo e da comarca, os aposentados decidem deslocar o movimento para Florianópolis e, assim, ampliá-lo em todo estado de Santa Catarina. Por telefone, foi combinado com representantes de outras associações de aposentado uma manifestação em conjunto, em Florianópolis. De várias cidades (Tubarão, Joinville) saíram caravanas dos aposentados para uma audiência com o governador e com a Justiça Federal. A única caravana foi a de Criciúma e de cidades vizinhas. Nove ônibus e cerca de 400 aposentados se deslocaram para Florianópolis, no dia 28 de Janeiro de 1991.

O primeiro ato na capital catarinense seria fazer uma caminhada, através da ponte Pedro Ivo, até o palácio do governo. A tropa de choque da Polícia Militar estava mobilizada e tinha ordens da Secretaria de Segurança para impedir qualquer manifestação pública dos aposentados. Após várias tentativas de negociação para que a PM permitisse a manifestação pacífica, os aposentados tentam a travessia por um lado da pista, mas foram violentamente reprimidos. Os policiais jogaram bombas de gás lacrimogênio sobre os aposentados durante o trajeto a pé, até o palácio do governo. Dezenas de manifestantes foram agredidos fisicamente e cerca de vinte pessoas sofreram contusões, sendo duas hospitalizados. Dentre os feridos, no queixo, por um policial, o mineiro aposentado Quintino Cechinel, sensibilizou a opinião pública nacional, com o sangue que escorria pelo queixo. As imagens foram documentadas por uma rede de televisão e retransmitida para todo país.¹⁶

¹⁶Presente na manifestação, como vereador, procurava convencer o comando da PM permitir a travessia pacífica, por um lado da pista. O comandante estava intransigente e tinha ordens (do próprio governador) impedir a travessia por quaisquer meios. Nada sensibilizou os agressores, nem o choro e os gritos dos idosos, os apelos parlamentares, a dor dos feridos. Determinados a reprimir com força o movimento, as maiores vítimas da violência e covardia foram os próprios aposentados, como foi fartamente documentado pela televisão e jornais. Guardo até hoje, em minha memória, as lembranças daquelas cenas e atos inesquecíveis. Não por ter sido, na oportunidade, espacando e acusado pelo governador como um dos que lideravam o movimento, mas pela versão oficial distorcida e parcial e, sobretudo, pela impunidade. Lembro-me das palavras de dona Cecília, uma das aposentadas presentes: "*Tenho vergonha de ser catarinense. Com 58 anos, nunca levei tanta lambada nas costas como hoje. Somos seres humanos e não podíamos esperar essa recepção vergonhosas*", disse ao governador. Dias depois, dona Cecília era indiciada, com outros mineiros, no caso do Hospital São João Batista pela delegada Andréia Pacheco, filha de Sidney Pacheco, secretário de Segurança Pública do Estado. A violência contra os aposentados causou um impacto muito grande junto à população, em todo país, com repercussões a nível internacional. (Fontes: Jornal "O Estado"; "Diário Catarinense"; "Jornal da Manhã", edições de 29 de janeiro de 1991). O governador de Santa Catarina, Wilson Kleinübing, considerou o episódio "*lamentável*" e pediu desculpas pelas agressões e "*prometeu apurar as responsabilidades*". Nenhum policial foi punido, nem o Secretário de Segurança Pública, foi demitido. O inquérito instalado pela PM/SC está "arquivado".

6.2 - Os empresários e os movimentos sociais de Criciúma

Os dois relatos acima servem para ilustrar fatos que, no final da década de oitenta e início dos anos 90, caracterizavam os movimentos sociais em Criciúma, particularmente o movimento sindical, e, dentre deste, o movimento sindical mineiro. Não é sem motivo, portanto, que Criciúma é lembrada, no cenário estadual e nacional como "o ABC de SC", em razão de sua tradição de lutas sociais, populares e sindicais, pelas constantes mobilizações de trabalhadores, cujos movimentos são considerados "de vanguarda", à nível estadual e até nacional.

Nos relatos das reuniões da Acic, não se falava explicitamente em derrotar a CUT e o PT, mas em "pacificar os trabalhadores", de "enfraquecer certas lideranças". Existia "um movimento por parte dos empresários no sentido de *enfraquecer estes mesmos nomes que vêm conturbando as tentativas de fortificar as relações entre empregados e empregadores.*" (Ata Acic, 01/02/93).

Conscientes de que "*o maior problema nesta questão era o Sindicato dos Mineiros de Criciúma*" (Ata de 01/02/93), havia consenso entre os empresários que "*a radicalização parece vir diminuindo, sendo o objetivo maior a extinção das greves, que em muito tem contribuído para a péssima imagem do município e mesmo para o elevado número de desemprego na região.*" (Ata Acic, 12/08/93) destacou um importante líder empresarial.

O radicalismo dos sindicatos e a estratégia de "pacificação"

Nos últimos cinco anos (1989-1994), a Acic perseguiu, quase que obsecadamente esse intento: buscar uma *aproximação entre os dirigentes sindicais dos trabalhadores e o empresariado local.* Nos momentos mais agudos da crise na cidade, o empresariado ligado à ACIC em conjunto com os presidentes dos Sindicatos Patronais discutiam, estudavam e planejavam qual era a "melhor forma de pacificar as relações Capital e Trabalho". Pacificar é um termo que aparece inúmeras vezes nas atas da Associação. Pode-se dizer que este objetivo foi, de certa forma, alcançado.

Desde o final dos anos 80 e início dos anos 90, os empresários preocupavam-se com o momento certo de agir e com a maneira que o empresário deveria reagir perante a ação dos sindicalistas. Isso foi tratado numa das reuniões da ACIC quando o então vice-presidente José Locks, fez uma rigorosa explanação sobre "*os atos de agressões e badernas que estavam*

acontecendo em Criciúma, por parte de alguns segmentos liderados por sindicatos dos trabalhadores". (Ata, 11/09/90) A intenção inicial era que a Acic e os Sindicatos Patronais divulgassem na imprensa local uma nota de repúdio a esses atos. Após serem ouvidas as considerações de cada um dos presentes "optou-se por não fazer a nota de repúdio, evitando-se, assim, o confronto".

Demonstrando-se preocupados com a economia da cidade e da região, com a segurança pública e, principalmente, com a boa imagem da cidade, foram sendo definidas determinadas "táticas" e alguns procedimentos no sentido de alcançar aqueles objetivos: a pacificação dos trabalhadores. Preocupados com os dissídios em várias categorias, os empresários estavam muito preocupados uma vez que os dissídios estavam sendo calculados pela inflação. Dizia Nereu Martinello, um dos líderes do movimento de pacificação das relações Capital e Trabalho: *"A classe empresarial deve se organizar e bater pesado para evitar o clima de diferença e choques entre as classes"* (isto é, diferenças nos pisos oferecidos nos diversos ramos industriais) e que *"deveriam aproveitar aquele momento quando a opinião pública está favorável ao empresário"* (Ata, 1º/02/93).

Os empresários reconheceram que *"não podiam fazer um confronto direto e aberto com os sindicalistas"*. O presidente da ACIC disse *"achar fundamental esta aproximação com a classe trabalhadora, insistindo para que da reunião se tirasse um encaminhamento concreto, de forma que se mostrasse ao trabalhador que "o empresário está mudando, tentando melhorar a vida do trabalhador"*. Para isso teriam que ver o melhor momento e preparar a classe pois *"agora seria desaconselhável, dado a preparação dos trabalhadores"* pois, sem uma *"boa preparação"*, os patronais seriam *"trucidados"* (Ata, 13/05/93)¹⁷.

Em vista dos objetivos acima, discutia-se, inclusive, como deveria ser o comportamento dos empresários no trato com as questões trabalhistas. Chamava-se, com freqüência, a atenção do próprio empresário quanto a responsabilidade na relação Capital e Trabalho. Para o apaziguamento, era fundamental evitar *algumas práticas do lado empresarial, que favoreciam a radicalização*. Em algumas situações, chegava-se a admitir que o maior responsável pelos confrontos trabalhistas na cidade era o próprio empresário. Atilio Fenilli, advogado dos Sindicatos Patronais e membro da Comissão das relações Capital e

¹⁷*"Queremos que esta relação naturalmente conflitante entre Capital e Trabalho seja administrada com toda transparência possível, sob uma disciplina explícita que respeite os valores individuais do trabalhador e defenda os legítimos interesses da empresa. A experiência mostra que em nenhuma greve há ganhador. E é isso que nos move a evitá-las. Todavia, se elas forem incontornáveis, devemos tratá-las como um fato previsível a ser administrado. Sem atitudes passionais nem "a qualquer custo", dizia C. A. Barata, presidente da ACIC. (Ata Acic, 12/08/93)*

Trabalho da Acic, fazia a seguinte análise do comportamento psicológico das partes que pretendem dialogar:

"Se por um lado os líderes dos trabalhadores buscam aspectos pessoais, como prestígio e poder, distanciando-se inclusive dos objetivos da classe, apesar de bem preparada, a CUT como liderança sindical, está muito atrasada. A política por eles adotada já está ultrapassada nos países de 1º Mundo. Por parte dos Patronais - diz o advogado - "há a concorrência e mesma a divergência de interesses que certamente proporciona uma desunião da classe" (Ata, 12/08/93).

Numa reunião convocada especialmente para tratar dos problemas entre Capital e Trabalho, após lamentar a ausência da maioria dos sindicatos Patronais, diz o presidente que esta ausência comprova que *"a culpa do mau relacionamento entre patronais e trabalhadores reside no lado patronal"*. Os empresários consideravam fundamental que todos estivessem "devidamente preparados", o que não estava acontecendo. Para alguns dirigentes, muitos empresários eram *"irredutíveis, duros, no trato das questões trabalhistas"*. Dizia Martinello, um dos principais articuladores desta estratégia de pacificação: *"Sinto o radicalismo presente no lado patronal, mas só com o diálogo se conseguirá uma harmonia entre as classes"*. Segundo ele, *"todos devem trabalhar unidos na construção de Criciúma, falando a mesma língua, deixando de lado os interesses particulares e pensando nos interesses da cidade"*. (Ata, 13/05/1993)

Recrudescimento sindical ou falsa harmonia

A situação do movimento sindical dos trabalhadores em 1993 é bem diferente da que existia na metade dos anos 80, quando o movimento estava em ascensão. São os próprios empresários que confirmam que um *"período de paz reina na cidade"*. Mais do que moderação, chega-se a dizer que houve um recrudescimento na ação sindical, inclusive dos mineiros.

Sinais deste refluxo político-sindical já podiam ser notados, por exemplo, numa matéria publicada pelo Jornal da Manhã em sua edição de 06 de novembro de 1991, no auge da crise da mineração e do setor cerâmico: *"A crise generalizada que afeta a economia e vem provocando o aumento de demissões de trabalhadores preocupa muito os sindicalistas, porém observa-se que o movimento sindical da região amenizou seu traço de radicalidade."* Completa o autor da matéria: *"Esta foi a constatação que observou-se recentemente no episódio da 812 demissões efetuadas pelo Grupo Cecrisa"*. (JM, 16/12/92).

Em outro editorial, o JM publicava: *"A realidade mudou e vivemos o advento de uma nova ordem mundial. A dura recessão, levando ao desemprego milhares de trabalhadores, leva as lideranças sindicais a pensarem duas vezes, por exemplo, antes de deflagarem uma greve por aumento de salários. a questão, hoje, é manter o emprego"*. (16/12/92) Ou será que os empresários, finalmente, conseguiram seu intento, isto é, de "proporcionar à cidade um clima melhor, que levasse Criciúma à retomada de seu desenvolvimento. Haveria, finalmente, um "consenso entre os empresários e a classe trabalhadora"? Teriam, afinal, trabalhadores e empresários, encontrado o "caminho para o bom entendimento"? O apaziguamento das relações entre Capital Versus trabalho é uma realidade ao ponto de todos sentarem a mesma mesa, e "fazerem um brinde à Paz."

Embora a ACIC - Associação Comercial e Industrial de Criciúma - tenha perseguido obstinadamente esse intento (buscar *uma aproximação entre dirigentes sindicais dos trabalhadores e o empresariado local*) Carlos Alberto Barata, então presidente da ACIC, não se iludia: *"Estamos vivendo um clima ilusório de tranquilidade neste impasse Capital X Trabalho e acredito que as reações virão a qualquer momento por parte dos líderes dos empregados que certamente ainda não comungam de uma disposição pacífica"* e exemplificou com o noticiário da imprensa local a respeito do dissídios dos mineiros na imprensa local: *"há indícios de radicalizações por parte do líder dos mineiros"*, alertava o presidente. Para Barata, *"os líderes dos empregados, de uma maneira geral, tem seus empregos estabilizados, bons salários e precisam constantemente tentar somar pontos junto à sua classe, mesmo que de uma forma pouco conciliatória entre as partes, se autopromovendo, mostrando constantemente posições radicais que possam caracterizar a sua disposição de luta, desta forma garantindo suas posições privilegiadas de líderes"* (Ata, 1º/2/1993).

Nereu Martinello, por sua vez, numa de suas comunicações aos líderes empresariais sobre suas iniciativas, mostrava-se satisfeito com um fato revelado durante uma reunião da Câmara Trabalhista da FIESC. Dizia Martinello: *"Numa de suas palestra, o Professor Romita - que é uma das maiores autoridades no assunto - analisou que Criciúma está muita adiantada em relação a outras regiões. Aquilo que outras regiões estão buscando, há muito tempo Criciúma já encontrou, uma vez que as greves aqui já não assustam mais"*.¹⁸ (Ata, 13/05/1993)

¹⁸Por outras palavras: os empresários de Criciúma estão "escolados" em matéria de greves. Há nesta história de conflitos o reconhecimento de pelo menos um aspecto positivo e louvável nesta questão das greves: Criciúma é exemplo para outras cidades. Os empresários cricumenses sentem-se orgulhosos por estarem exportando experiência e amadurecimento no trato dos conflitos trabalhistas. Estou realmente perplexo: "as greves já não assustam mais".

6.3 - A posição dos empresários diante das greves e do movimento sindical

Esse dois percursos desenvolvidos - um histórico, referente aos movimentos sociais de Criciúma e, outro acerca do pensamento empresarial que vai do empresário mais "radical" que expressa sua indignação diante dos *"atos de agressão e baderna feitos por segmentos dos sindicalistas"* ao empresário "tranquilo", para os quais *"as greves não assustam mais - ao mesmo tempo que representam duas situações do sindicalismo local (radicalismo ou moderação)*, possibilitou o surgimento de duas posições no seio do empresariado em sua luta pelo apaziguamento dos conflitos entre Capital e Trabalho. Uma primeira que pode ser sintetizada numa frase: *o movimento sindical da região amenizou seu traço de radicalidade e, uma segunda posição - diante das greves e do sindicalismo local - expressa nas palavras de outro empresário: "Vou jogar um pôquer aberto com esses sindicalista xiitas, radicais e marginais"*.

Ou seja, a partir da contradição existente no sindicalismo local, que divide e reduz o movimento sindical na cidade em dois tipos - ou radical ou moderado - percebe-se, entre os empresários, diferentes visões: uma primeira que corresponde à linha dura do empresariado e, uma segunda, que aponta para algumas concessões ao sindicalismo. Estas duas posições ou visões do empresariado criciumense em relação ao sindicalismo, aparecem de maneira muito contraditória e confusa nas falas e discursos dos empresários criciumenses analisados. Ou seja, o mesmo empresário que ora se apresenta com um perfil mais liberal e aberto ao diálogo, que busca o apaziguamento das relações capital e trabalho, também sinaliza posições autoritárias e duras com os sindicatos dos trabalhadores.

Pode-se dizer que eles expressam, de maneira contraditória, as ambigüidades vividas pelo empresário brasileiro no trato dos conflitos com o mundo do trabalho desde o início do processo de industrialização. Essas contradições, ambigüidades e divisões no interior do empresariado, ficaram mais conhecidas com as greves de 78/79, e com a emergência do novo sindicalismo - período de maior publicitação dos conflitos de classes no Brasil. Vários estudos realizados, apontam estas contradições, antagonismos de classes, divisões no interior dos trabalhadores e do empresariado e conflitos de interesses diversos, sempre mediatizados ou interferidos pelos agentes governamentais.

Lais Abramo, por exemplo, num estudo publicado em 1985,¹⁹ analisa as diferentes posições e tendências do empresariado no processo inicial de transição democrática. Após pontuar a tradição elitista e autoritária que sempre caracterizou a postura empresarial no tratamento dos conflitos no mundo do trabalho (posturas que ficaram evidenciados nos anos de 1968 a 1974), a autora analisa o pensamento de setores do empresariado no período de abertura e de greves (a partir de 1978, com o surgimento do novo sindicalismo).

A partir dos conflitos surgidos no plano das relações de trabalho/capital e dos discursos do empresariado diante das greves de 1978/79, Abramo identificou diferentes discursos que caracterizam o pensamento empresarial. Todos tinham em comum o reconhecimento dos trabalhadores enquanto "sujeito político coletivo", contrastando com o período de autoritarismo que tinha como ponto básico "a desconsideração do trabalhador enquanto sujeito dotado de direitos, interesses e vontades próprias".

A autora destaca o reconhecimento por parte do empresariado de que, as greves de 1978/79, foram fundamentais para a modificação da mentalidade empresarial e suas relações com os trabalhadores. Analisando o impacto das greves e da emergência do novo sindicalismo, num primeiro momento, a autora identificou duas grandes tendências do empresariado brasileiro:

Uma primeira tendência considerava a greve como "*uma ameaça à ordem e responsável por uma série de catástrofes que ocorreram na economia*", além de ser um "*desrespeito à lei e ao princípio de autoridade e defendia a dissolução dos conflitos pela repressão e interferência do governo*"; **uma segunda**, não apenas defendia o direito de greve como "*criticava o governo e a rigidez do empresariado*". Para este grupo de empresários, "*a responsabilidade pela radicalização dos conflitos trabalhistas deveria ser creditada mais ao governo e ao próprio empresariado do que aos trabalhadores porque, naquelas circunstâncias, as greves eram reconhecidas legítimas e inevitáveis*" (1985, p.06).

Nota-se como estas mesmas tendências são observadas nas falas dos empresários criciumenses quando as greves tornaram-se formas de lutas mais frequentes na cidade e região: enquanto, por um lado, alguns consideram estas greves "uma ameaça à ordem" e responsabilizam "os sindicalistas pelos tumultos existentes na cidade"; por outro lado, a exemplo de setores do empresariado nacional, parte do empresariado local considera as greves como conflitos "normais" nas relações entre Capital e Trabalho e apontam o próprio empresário como "responsável pelo mal relacionamento entre patrões e empregados",

¹⁹"Empresariado e Trabalhadores: novas idéias e velhos fantasmas", Caderno Cedec, nº 7, 1985.

esforçando-se para estabelecer novas formas de relacionamento entre as duas partes, que tratam as greves com naturalidade.

A comparação aqui feita torna-se mais interessante num segundo momento da análise de Abramo, quando a autora identifica a existência de três posições claramente demarcadas no campo do empresariado em relação (a) ao direito de greve, (b) a organização política dos trabalhadores em Centrais Sindicais e, (c) em relação a articulação mais geral do pensamento empresarial. Neste sentido a autora localizou, entre os entrevistados, três lugares onde se localiza a relação entre trabalhadores e empresários: a fábrica, o mercado e o Estado. Assim temos:

- 1) Quando a relação se localiza **na fábrica**: há um reconhecimento da desigualdade e do conflito entre trabalhadores e empresários. O conflito é um componente necessário da relação. Segundo este pensamento, a convivência harmoniosa ou pacífica entre as duas partes não existe ou é ilusória, embora seja desejável que exista o diálogo, a negociação. Para esses empresários, a relação com o trabalhador deve ser feita coletivamente, no interior das fábricas, através de organismos como Comissões de Fábricas. Reconhecem as greves como legítimas e a organização de Centrais;
- 2) Quando a relação se localiza **no mercado**: os empresários acham que uma convivência harmoniosa entre as partes é possível. Segundo esta visão, empresários e trabalhadores são iguais, pois o mercado os igualiza. Diferente da primeira e da terceira posição, para esses empresários, o conflito não é inerente à relação Capital e Trabalho e através da negociação e da conversa será possível o entendimento. A primeira condição para isso é reconhecimento e fortalecimento de cada uma das partes através de suas representações autênticas e livres do controle estatal. A principal oposição existente é aquela estabelecida entre Estado e sociedade e não entre trabalhadores e empresários. Estes deveriam se unir contra o Estado e agir como força social (sujeitos autônomos), livres do controle governamental;
- 3) Quando a relação se localiza **no Estado**: para esta posição, a idéia central é que o trabalhador se constitui numa ameaça potencial à ordem. A constituição dos trabalhadores enquanto sujeitos coletivos é uma ameaça para esses empresários: ameaça não apenas ao mercado, mas à ordem social e política como um todo. Nesta posição predomina a lógica militarista, conspiratória. Por esta razão ela é a que mais reconhece o trabalhador como sujeito coletivo. Como sujeito coletivo perigoso, os trabalhadores devem ser tratados como

"inimigos potenciais". Daí porque identifica-se no Estado o *locus* da luta de classes, do qual esperam a intervenção nos sindicatos, para impedir que façam greves e se organizem em Centrais Sindicais.²⁰ Tomando os parâmetros acima, qual a posição dos empresários de Criciúma ? Onde se localiza a relação entre trabalhadores e empresariado?

Minhas observações sobre o empresariado de Criciúma e suas relações com os trabalhadores não se localiza no âmbito do trabalho, do mercado, nem no Estado, embora enfatize alguns aspectos destas relações. Estou estudando a relação entre empresariado e trabalhadores **na cidade**, mais exatamente nos movimentos sociais urbanos e seus reflexos sobre o poder local.²¹ Neste nível da relação, isto é, no espaço dos movimentos sociais e sindical da cidade, é possível identificar em Criciúma, duas posições ou discursos no interior do empresariado enquanto sujeito político:

Uma primeira posição que se aproxima a matriz discursiva liberal e sugere não apenas o reconhecimento da luta sindical, mas a necessidade de harmonia, conciliação e apaziguamento das relações entre empresários e trabalhadores. Em segundo lugar, é possível identificar em alguns discursos que se aproximariam mais a um modelo autoritário no trato dos conflitos com os sindicalistas, pois apontam para uma linha de confronto, para o fim "das greves" e o enfraquecimento de certos "nomes".

A prática de desqualificar lideranças de trabalhadores pode ser observada em outros setores do empresariado, como o financeiro. De acordo com Minella (1993):²²

"Expressando dificuldade de conviver com o ressurgimento de um momento sindical mais ativo, a nível discursivo, os empresários tentaram desqualificar o movimento dos bancários e deslegitimar suas demandas e lideranças ("radicais, "deturpadas",

²⁰Ainda segundo Abramo, deve-se destacar outro ponto importante que nos nos ajuda a pensar as relações capital e trabalho em Criciúma. Refiro-me a uma posição comum entre estas posições: **não existe**, por parte dos entrevistados, o reconhecimento ou uma defesa explícita, **em nenhuma dessas posições**, em relação ao direito e a importância dos trabalhadores se constituírem coletivamente no plano político-partidário. Os primeiros têm uma certa desconfiança quanto à eficácia da ação política e particularmente com a atuação parlamentar no sentido da transformação das relações existentes (pág. 17); entre os segundos, apesar de defenderem o direito de greve e de organização das centrais, há uma preocupação em regulamentá-las e conter a ação dos trabalhadores dentro dos limites estritamente trabalhistas; a posição dos terceiros pode ser resumida numa frase: "não se deve conceder liberdade à raposa num galinheiro" ou seja, coerentes com a lógica militarista, não se deve reconhecer nem o direito de greve, nem de organizar centrais e muito menos deve-se permitir a participação política de indivíduos desqualificados, despreparado e que ameaçam a ordem estabelecida. Abramo (1985).

²¹No próximo capítulo analisarei esta relação no processo político-eleitoral, tomando como referência as eleições municipais de 1992, em Criciúma. Poderemos ver outros aspectos interessantes destas relações, a partir do imaginário dominante no período.

²²"O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os Senhores Banqueiros". (Minella, 1994).

"aproveitadoras", "disvirtuam o desenvolvimento", "contra os interesses do País") são algumas expressões utilizadas para se referirem à questão" (1994, p.536)

Os discursos analisados por Minella *"permitem verificar uma mudança importante nesse posicionamento, a julgar por algumas manifestações ocorridas no final dos anos 80 e principalmente nos anos 90. Seus indicadores são: a insistência no chamado à colaboração de classes entre capital e trabalho e a defesa da livre negociação entre empresários e trabalhadores"* (1994, p.536).

Seguindo as pistas de Abramo e Minella, podemos reconhecer, por um lado, um pensamento empresarial que considera os sindicalistas "inimigos" da cidade, (sindicalistas xiitas, baderneiros e marginais) e por isso deveriam (devem?) ser "banidos" da cidade, seus nomes "enfraquecidos" (isto é, política e moralmente desqualificados) e há, uma segunda posição que reconhece "um amadurecimento da parte dos empregados", uma vez que agora "pensam duas vezes para fazer uma greve".

No entanto, liberais ou autoritários, para o caso de Criciúma, há um consenso sobre a necessidade da mediação ou interferência dos agentes políticos locais, a exemplo do que acontece no plano nacional. Como lembrou Minella: *"os mesmos banqueiros que condenam a intervenção do Estado na sociedade brasileira exigem uma atitude intervencionista frente ao conflito trabalhista"*. O recurso ao controle do Estado tem uma função política deliberada por parte das elites brasileiras: regulamentar a sociedade, mais exatamente, a cidadania e, muito especialmente, a cidadania dos trabalhadores. Foi assim desde o chamado "movimento racionalizador" no anos 20, quando procurava-se enquadrar o sindicalismo autônomo (de hegemonia socialista e anarquista) e todos os que se recusaram à domesticação; foi assim no processo de regulamentação da cidadania a partir de 1930 quando o Estado determinou quem era e quem não era cidadão. No Brasil, vivemos, na verdade, na pré-história da cidadania. Segundo Vanderley G. dos Santos, *"os direitos dos cidadãos no Brasil começam a ser reconhecidos via regulamentação (estatal) das profissões, sendo a carteira de trabalho a certidão de nascimento da cidadania"* (Wanderley G. dos Santos, 1994).²³

Com este conceito, escreve dos Santos, *"são pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural e urbana, desempregados, subempregados, ou à margem do mercado de trabalho formal e aqueles profissionais estáveis e regulares mas não tiveram regulamentadas suas profissões"*. Criou-se, desta forma, uma justificativa institucional para a interferência do Estado

²³ *"Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional ... definido por norma legal. São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei"* (Santos, 1994, p.68) .

na vida econômica de tal modo que, além de criar a figura do pré-cidadão, promove a divisão dos trabalhadores entre ativos e passivos, entre os que integram a População Economicamente Ativa (os regulamentados por carteira profissional) e os não regulamentados. Além disso, somente os trabalhadores definidos por categorias profissionais teriam o direito de associar-se em sindicatos - que também passou a depender de regulamentação estatal (1994, p. 68-69).

Domesticação, pacificação dos trabalhadores, cidadania regulada ou concedida ²⁴ - para utilizar outra expressão recentemente cunhada por Teresa Sales (1994), todas são originárias de um caldo de cultura política comum: a dominação "pelo alto", "de cima para baixo", do "Estado para a sociedade", numa palavra, a cultura do mandar e do obedecer, mais exatamente, do comandar e do pedir.²⁵ A estratégia de apaziguamento e os discursos de "união" entre empresários e trabalhadores, numa palavra, de conciliação de classes, tem sido, nos últimos anos, não apenas desejada nos discursos das elites locais, mas progressivamente assimiladas por um número cada vez maior de sindicalistas e de trabalhadores na cidade. A proposta do presidente da Acic, Guido Búrigo, de convidar o presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, a Criciúma para "*reunir trabalhadores e empresários e definir uma relação pacífica entre trabalhadores e empresários*" é apenas uma das inúmeras tentativas (algumas delas bem sucedidas) do empresariado e das elites locais em regulamentar a ação da cidadania. Se isto de fato vai se efetivar, é algo que ainda está para ser comprovado.

4

²⁴Para Teresa Sales, "*a cidadania concedida está na gênese da construção de nossa cidadania e está vinculada à não-cidadania do homem livre e pobre que dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares da cidadania civil*". (Sales, 1994, p.27).

²⁵Segundo Teresa Sales, no Brasil, "*ou bem se manda ou bem se pede*". O pedir - diz a autora - para além de obedecer, faz parte da cultura política da dádiva, implica necessariamente num provedor forte". (1994, p. 27). Que provedor mais forte que conhecemos além do Estado?

CAPITULO 7

O ECO DAS URNAS: ELEIÇÕES E IMAGINÁRIO DAS ELITES EM CRICIÚMA

"O essencial é que a democracia institui-se e se mantém pela dissolução dos marcos de referência da certeza. A democracia inaugura uma história na qual os homens estão à prova de uma indeterminação última quanto ao fundamento do Poder, da Lei e do Saber."
(Lefort)

Observei no início desta pesquisa que uma das idéias norteadoras deste trabalho era que as elites locais, em 1992, não apenas legitimaram-se no poder pelo voto popular, como foram capazes de elaborar um discurso sobre a cidade e cimentar junto à população e à opinião pública que *os responsáveis pela crise não são elas, as elites, nem o governo federal, mas são os próprios trabalhadores, por causa de suas greves e seus representantes políticos e sindicais.*¹

¹No momento que estava elaborando o projeto desta pesquisa, em 14 de junho de 1994, fui informado de que estava sendo realizada uma pesquisa na cidade, feita pelo Instituto Ed Data, a pedido do PMDB, para saber a opinião dos criciumenses sobre as recentes greves dos vestuaristas e comerciários. A pesquisa é feita dias depois que três sindicalistas foram baleados por chefes de segurança da empresa Rosatex, setor do vestuário, em Criciúma, dia 9 de junho de 1994. Dois dirigentes do sindicato dos vestuaristas (Frederico Godinho e Rudimar Freitas) foram, respectivamente, atingidos na boca e no abdômen e o presidente do sindicato dos servidores públicos municipais, João Alves, foi baleado na perna. Chamou-me atenção que o questionário utilizado procurava vincular aqueles atos de violência ao PT e a CUT. Se, por um lado, a pesquisa estigmatizava as lideranças dos trabalhadores, por outro, enaltecia o prefeito de Criciúma, Eduardo Pinho Moreira, conferindo-lhe atribuições descabidas, como por exemplo *"se o prefeito deveria ou não mandar fechar as fábricas ou mandar prender os grevistas"*. O que pude constatar é que, durante e após o término da greve dos vestuaristas, voltaram a ser veiculadas nos meios de comunicação (jornal, rádio e TV) entrevistas de empresários do vestuário e do comércio alertando sobre *o radicalismo do sindicato e a evasão*

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de criação e disseminação deste imaginário, tendo em conta que o cenário político-ideológico dominante não só serviu (1) de freio ao movimento sindical cutista, mas, durante o processo eleitoral (2) influenciou decisivamente na formação das coligações eleitorais e (3) nos próprios resultados das eleições municipais de 1992, culminando, desta forma, numa vitória político-eleitoral das elites locais e numa bem sucedida estratégia empresarial de apaziguamento das relações capital e trabalho.

7.1 - O papel da imprensa e dos formadores de opinião

Os conflitos entre Capital e Trabalho, que ocuparam o centro das atenções no final dos anos 80 e nos primeiros anos da década de 90, se acirraram ainda mais com as eleições municipais de 1992. Envolvendo formadores de opinião, ideólogos e representantes políticos, lideranças empresariais e de trabalhadores, tais "explicações" repercutiram em todas as esferas de poder local: nos meios empresariais e sindicais, nos partidos e nas igrejas, na Câmara de Vereadores, nos movimentos populares. Foi a tônica dos debates na TV entre os candidatos majoritários e o assunto que mais polemizado na imprensa local. O que mais se ouvia falar, se escrevia, se comentava na cidade, relacionava-se à gravidade da crise econômica do município, às greves, ao fechamento de empresas, ao radicalismo dos sindicatos. A imprensa passou a desempenhar, naquele momento, um papel destacado na repercussão dos acontecimentos e problemas relacionados à crise e aos conflitos entre trabalhadores e empresários.

Na entrevista que fiz com ex-presidente da Acic, Jayme Zanatta, o empresário mostrava-se preocupado com a construção de uma imagem negativa de Criciúma. O empresário fez o seguinte comentário sobre a capacidade da imprensa local repercutir fatos que aconteciam na cidade:

"Nas conversas reservadas na Acic temos dito que é preciso mudar o que dizem por aí sobre nossa região, que Criciúma é a capital das greves, o segundo ABC do Brasil; temos que divulgar uma imagem boa, simpática de Criciúma. Criciúma não é isso que está sendo apresentado lá fora, isto é, o que o noticiário da imprensa, da televisão mostra, não é bem assim. O que há é uma movimentação, que outras cidades também fazem mas não aparece como Criciúma. Aqui a imprensa está lá na hora e faz aparecer".

Perguntei ao meu entrevistado se as greves de Criciúma tinham maior repercussão do que em outras cidades e ele respondeu:

de empresa de Criciúma para outras regiões. Portanto, quase dois anos depois da formulação inicial do projeto de dissertação, a problemática deste estudo continuava muito presente na memória dos criciumenses, com uma atualidade indiscutível.

"Tenho pesquisado em outras cidades do Estado junto às empresas e constatado que acontecem greves em Joinville, em Blumenau, em Florianópolis, no Oeste, só que ninguém sabe, ninguém tomou conhecimento. Aqui em Criciúma, acontece uma greve, e ela é explodida no noticiário nacional e internacional...Aqui tem um interesse de criar e mostrar esses conflitos".

O comentário acima mostra como os meios de comunicação influenciam na formação do imaginário político e ideológico de Criciúma. Longe de ser um instrumento neutro, isento, é parte constituinte na produção deste imaginário. Meu interesse em destacar o papel desses meios de comunicações na formação do imaginário da cidade tem o propósito de mostrar ao leitor como se deu o processo de publicização dos movimentos sociais, das greves e da crise na cidade. O Jornal da Manhã, ao lado da rádio Eldorado de Criciúma, constituíam, no meu ponto de vista, os principais veículos formadores de opinião naquele período. Muito do que se escrevia no jornal, repercutia em toda região Sul através da rádio Eldorado e outras emissoras da Rede. Além disso, alguns jornalistas e comunicadores trabalhavam (e trabalham) simultaneamente nos dois veículos de informação. Assim, o que era veiculado pelo Jornal escrito, também era noticiado nas rádios locais e na televisão havendo, portanto, uma "sintonia" na reprodução dos acontecimentos. O exemplo mais notório é o programa Adelor Lessa que é, ao mesmo tempo, o principal comunicador da rádio Eldorado e proprietário/editorialista do Jornal da Manhã.

Numa entrevista feita no JM com o empresário Moacir Fernandes, após dizer que "Criciúma está vivendo uma parada em função da recessão provocada pelo governo Collor", o ex-presidente do Criciúma Esporte Clube e candidato do PDS/PFL nas eleições de 1992, foi questionado pela jornalista Lenir Gomes nos seguintes termos:

"O Sr. concorda com a posição de alguns empresários que o forte movimento sindical e suas greves, estaria tornando Criciúma inviável economicamente?". O empresário respondeu: "Eu acho que alguns poucos radicais em determinados segmentos precisam parar pois estes processos radicais que acabam se esvaindo porque o próprio operário e o empresário entendem que esse comportamento não surte efeito e só trás prejuízos" (JM, 2/08/91).²

Mais do que a resposta do empresário - que só confirma a análise feita nos capítulos anteriores - quero destacar o conteúdo da pergunta feita pela referida jornalista: *"O Sr. concorda com a posição de alguns empresários que o forte movimento sindical e suas greves*

²*"Tenho certeza que doravante haverá um amadurecimento neste sentido e Criciúma não pode pensar em termos único e sim como um polo da região e encaminhar para que a relação capital e trabalho, empresário e operário, seja um meio de vida e não um meio de agressão" (JM, 02.08.1991).*

estariam tornando o município inviável economicamente?". Percebe o leitor como é feita a ligação entre "o movimento sindical e as greves" com a "inviabilidade econômica do município" ? Em Criciúma tornou-se "natural" (e sistemático), nos meios de comunicação de massa, vincular crise/desemprego com greves/sindicalismo, mas de uma forma invertida: a crise/desemprego como consequência das greves/sindicalimos e não ao contrário. Através da mídia e dos formadores de opinião, este debate se massificou ao ponto de se tornar parte do senso comum e do imaginário dominante na cidade e na região.

Invenção e disseminação das ideologias

O movimento sindical em Criciúma, além de ser reconhecido por sua capacidade de luta, organização e defesa dos direitos dos trabalhadores, está ligado ao medo e à violência. Num certo momento da história - afirmam repetidas vezes meus entrevistados - a "cidade do carvão", foi transformada na "cidade das greves", na "capital do medo e dos conflitos". As "charges" do cartunista Marcos Sônego e Schaukosky, publicadas no JM (ver anexos), expressa "o clima" existente na cidade, no período anterior e posterior às eleições. Já vimos que os empresários tiveram uma presença ativa na política local e nos movimentos sociais da cidade, ora confrontando com esses movimentos, ora fazendo mediações em busca de solução dos conflitos. Juntamente com o governo, são parte diretamente envolvida nos conflitos e no acirramento da luta de classes em Criciúma. Isso pode ser constatado tanto por suas iniciativas práticas, como em suas falas e tomadas de posição. A propósito, lembremos, uma vez mais, este engajamento de setores político-empresariais em movimentos sociais como dos aposentados, em janeiro de 1991. Diziam claramente:

"Não questionamos o movimento e a causa (dos aposentados). Somos totalmente solidários àqueles que deram sua grande contribuição com o trabalho para o engrandecimento do Brasil, mas as iniciativas no sentido de fazer o reajuste dos 147%, devem se dar em outro nível. Mas somos frontalmente contra os atos praticados por pessoas alheias ao meio e sobejamente conhecidas na região por suas "badernas" e "atos de vandalismo" (Ata Acic, 20/01/90).³

³A posição oficial da ACIC no movimento foi manifestada através de ofício que a Entidade enviou para o governador Wilson Kleinübing, em 21 de janeiro de 1992. Para a ACIC *"estes movimentos estão se tornando sistemáticos a partir dos problemas ocorridos no "caso próspera"*. Solicitamos uma tomada de posição por parte das autoridades, no sentido de *manter a ordem e coibir manifestações que atentem contra as regras mais elementares de segurança e bem estar*. Em correspondência enviada ao governado do Estado (21 de janeiro de 1990), diz textualmente: *"Reconhecemos o sofrimento de que os aposentados são vítimas, mas o momento exige atitudes enérgicas para que a imagem de segurança não seja denegrida (A nossa preocupação, em que estes atos muito bem organizados e com objetivos não muito claros, ou pelo menos, mascarado por situações em que o governo tem responsabilidade, venham trazer consequências mais graves traumáticas para o povo de nossa região."*

Um quadro mais rigoroso e expressivo do imaginário dominante na cidade no período que antecedeu as eleições de 1992, foi desenhado durante outra entrevista que fiz com outro empresário Adelor Lessa, diretor-proprietário do Jornal da Manhã:

*"Criciúma sempre teve a marca do sindicalismo combativo, puxado pelos mineiros (...) e depois por outras categorias. Mas teve um período de nossa história (final dos anos oitenta e início da década de noventa) que o movimento sindical em Criciúma cometeu alguns excessos, excessos que acabaram afrontando a sociedade. Tivemos em Criciúma, num determinado momento, um grupo que não era majoritário mas era muito forte, que tinha um poder acima de qualquer outro poder nesse município. Estava acima do poder político, acima do poder de segurança, acima da Justiça, era um poder acima de qualquer poder ...que era o poder de um grupo que estava comandando o movimento sindical de Criciúma."*⁴

Citando o exemplo da CSN, observa o empresário:

"Nada justifica aquilo que foi feito, ameaçando incendiar equipamentos, ameaçar explodir todo aquele patrimônio, colocar em risco a vida das pessoas que moravam naquela região. Você já pensou ser vizinho da CSN e acordar, dormir, conviver com o risco de sua casa ser atingida com uma explosão do lado, e uma explosão na forma e na proporção que foi projetada, isso que é condenado, o vandalismo entra aí ...".

E simula uma situação que expressa o imaginário dominante na época:

"Imagine que você está em Fortaleza, não conhece Criciúma, nunca veio para o sul do Brasil. De repente, olha no jornal nacional da rede Globo, uma situação dos trabalhadores invadindo o pátio da empresa, tomando o pátio da empresa e passando a incendiar caminhões e ameaçar explodir todo local. Certamente você vai ficar com uma imagem negativa, que essa cidade não tem dono e que os trabalhadores estão cometendo excessos, ou não? Certamente este fato não vai transmitir para as pessoas fora de SC, de fora de Criciúma, que Criciúma tem um sindicalismo avançado, moderno, isso não é modernidade!". (Entrevista do autor)

Para o entrevistado, o que estava acontecendo, não era atribuído ao grupo dos mineiros, mas à CUT e ao PT pois "o PT, em Criciúma, é a cara da CUT" :

"Existia, naquele momento - prossegue o entrevistado - um temor geral na sociedade. Todos temiam fazer qualquer colocação que viesse afrontar aquele grupo que liderava o movimento dos trabalhadores. Como a sociedade temia enfrentar este grupo, tinha medo dele, e era medo mesmo, medo da agressão física, de qualquer outra represália, a sociedade não teve nenhuma outra forma de se manifestar, acabou se manifestando nas urnas nas eleições de 1992."

⁴Referindo-se ao "grupo de mineiros", o referido empresário relata, durante a entrevista, alguns casos que, segundo ele, caracterizam a ação desse grupo: invasão de um empresa para intimidar o proprietário a respeito da demissão de uma secretária; agressão de um médico no Hospital São João Batistas; da agressão física a um publicitário, entre outros.

"O povo não vota em candidatos grevistas e baderneiros"

Realmente, aquele não foi um ano bom para o PT. Em 7.10.92, avaliando os resultados eleitorais, o JM publica "Uma lição para o PT", o editorial compara o excelente desempenho eleitoral do partido em varias capitais do país (Rio de Janeiro, Goiânia, Porto Alegre, Vitória) com o fraco desempenho em Criciúma. Escreveu o editorialista do JM, Adelor Lessa:

"Aqui em Criciúma o PT sofreu uma rotunda derrota. Elegeu apenas um vereador e seu candidato à prefeito, Milton Mendes de Oliveira, fez quase a metade dos votos que ele mesmo conseguiu em 1988." Para o Jornal, "a derrota petista estava diretamente vinculada ao radicalismo sindical da CUT com a qual o partido estava umbilicalmente ligado: as pesquisas feitas antes das eleições mostravam que a maior causa da rejeição ao candidato Milton de Oliveira era o radicalismo do movimento sindical. Milton, que é advogado trabalhista, listado entre os melhores do sul do Brasil, chegou a ser chamado de "baderneiro". Não que ele tenha liderado baderna ou coisa parecida - diz o Editorial - mas porque ele era o candidato do PT, partido que é a cara da CUT, que esteve envolvida e responsável por excessos e até atos de vandalismo (quebra-quebra, ameaça, incêndio e confusão) que, por certo, amedrontaram a sociedade".⁵

Certamente o editorial fazia menção aos acontecimentos da CNS ("quebra-quebra, ameaça, incêndio e confusão") e ligava aqueles acontecimentos com o desempenho eleitoral do PT. Neste ponto, exatamente nesta vinculação, pode-se observar o modo como pensamento ideológico foi sendo construído até se tornar o imaginário dominante. Ideológico não pelo que é dito, mas pelo que não é dito ou só parcialmente dito, ou seja, pelo que é ocultado e mascarado.

De acordo com Marilena Chauí (1994, p.174-5), a ideologia tem como função principal ocultar ou dissimular fatos ou situações. Para esta autora, que segue as pistas deixadas por Marx, a ideologia, para obter resultados fantásticos de ocultação da realidade, opera por meio de três mecanismos principais: pela inversão, pela produção do imaginário social e pelo silêncio.

Primeiramente, através da inversão dos fatos, os ideólogos colocam os efeitos no lugar das causas e transformam estas últimas em efeitos. Neste sentido, o episódio da CNS, é muito

⁵De acordo com o editorial (ver anexo), O PT precisava estudar o assunto, fazer uma avaliação produtiva e consequente e só terá resultados efetivos se começar por estas questões. *"O PT precisa rapidamente repensar sua inserção no movimento sindical. A derrota acachapante desta eleição mostra que a prática de tentar resolver impasses no quebra-quebra, ameaça, incêndio e confusão não tem o respaldo da sociedade"*, concluiu (JM, 7.10.92).

ilustrativo: o efeito (a reação dos mineiros - que não pode se analisada separadamente das inúmeras tentativas de negociação e acordos), foi transformado em causa: privatização e fechamento da CSN que, por sua vez, - na forma de desemprego em massa - foi transformada em efeito.

Em segundo lugar, a ideologia opera por meio do imaginário social, a partir de uma rede coerente de regras, valores, pensamentos e idéias que são de uma classe ou grupos dominantes e torna esse valores, regras, pensamentos em universais, como se fossem gerais ou comuns entre todos os membros da sociedade (isto é, como se fosse possível, numa sociedade desigual e permeada por todos os tipos de divisões internas, de interesses e conflitos, existisse uma única e mesma maneira de pensar, sentir e viver). A generalização está no fato de considerar: "os mineiros são violentos" ou cometem "vandalismo"; "a sociedade tem medo", etc. Note o leitor como, inúmeras vezes, meu entrevistado fala em "a sociedade reagiu", "a sociedade temia", "a sociedade se manifestou". Assim se processa a ideologia, por meio do imaginário social dominante, falando-se em nome de todos, transformando em universal algo que é particular, setorial, de classe. Ou seja, algo que seguramente não tinha a unanimidade, ou, no limite, expressava uma posição de maioria foi passada, através dos meios de comunicações, como se fosse "a voz da sociedade", quando tratava-se da posição dominante. A voz da elite, não a voz do povo, é a voz de deus ou da razão.

Enfim, a terceira maneira que a ideologia opera é através do silêncio. O pensamento ideológico se parece como uma frase onde nem tudo é dito e nem tudo pode ser dito, porque, se tudo fosse dito, a frase perderia sua coerência e deixaria de desempenhar sua função ocultadora da realidade. Como vimos com A. Lessa, *"o movimento sindical em Criciúma cometeu alguns excessos e, num determinado momento, um grupo (que não era majoritário mas era muito forte) tinha um poder acima de qualquer outro poder nesse município) e que este grupo que estava comandando o movimento sindical de Criciúma., era temido por todos e ninguém ousava afronta-lo; tinha-se medo daquele grupo, medo da agressão física, de qualquer outra represália".* E que isto fez com que, na cabeça das pessoas, ficasse *"uma imagem negativa da cidade, de que essa cidade não tem dono ; e que o imaginário negativo da cidade refletiu-se , mais tarde, nas urnas".*

Mas, o que dizia o editorial? Vejamos o quanto existe de ideológico menos pelas informações e afirmações feitas e mais pelo que foi silenciado ou deixou de ser dito. Em primeiro lugar não há nenhuma palavra, frase ou parágrafo que procurasse diferenciar o grupo dos mineiros com a CUT e o PT. Pelo contrário o editorial reforçava a vinculação explícita e

direta entre "os atos de vandalismo que amedrontam a sociedade" e o PT pois, segundo o editorial *"mesmo que o candidato do partido não tenha promovido baderna, por ser candidato do PT, partido que é a cara da CUT que esteve envolvida e é responsável pelos excessos e até atos de vandalismo que amedontram a sociedade"*. Como conheço a experiência petista na cidade, a CUT e o movimento dos mineiros, sei que nem a CUT e, muito menos o PT, intervieram nas decisões dos mineiros da CSN, que são, reconhecidamente, soberanos em suas assembléias e decisões de Comando. Mas a chamada "opinião pública" não sabe e, com base nas informações do Jornal, muitas vezes, formula "sua opinião" não como um petista ou cutista, mas como um cidadão, leitor ou eleitor.

É difícil concordar com a idéia (ideologia) de que "a sociedade" acabou se manifestando nas eleições de 1992 votando contra o candidato do PT porque aquele grupo que ameaçava incendiar equipamentos, explodir todo aquele patrimônio, que colocava em risco a vida das pessoas, naquele momento representava o sindicalismo, a CUT e o PT. Ora, esse pode ser um dos motivos do insucesso do candidato petista - e sustento que sim - mas existem outras razões que foram determinantes nas escolhas eleitorais.

Todas estas observações tem como intuito apontar algumas lacunas ou buracos nas "análises" em alguns veículos de comunicação. O editorial do JM é apenas um exemplo, pinçado dentre inúmeras falas, comentários e artigos difundidos como sendo "a opinião da sociedade".⁶ Este é um procedimento ideológico decisivo na formação e cimentação da ideologia: fala-se sobre greves, violência, de baderna em nome "da sociedade" quando, na verdade se fala em nome próprio ou expressa determinada posição de um grupo, partido, empresa ou instituição. Não há "opinião da sociedade" simplesmente porque não existe "a sociedade", mas indivíduos, grupos, classes, instituições e "porta-vozes" da sociedade.

"As empresas fecharam por causa das greves, da CUT e do PT"

Como se sabe, este discurso de que "empresas saíram de Criciúma por causa das greves e do grevismo" perpassou o ambiente político-ideológico durante todo processo eleitoral. Ao vincular "tumultos", "greves", "baderna", com a "evasão de empresas do município" ou sua

⁶Este editorial (cópia em anexo) foi escolhido, dentre outros escritos editoriais e matérias do JM que trata sobre greves, conflitos, crise social e econômica na cidade. Não foi possível fazer, como fez Aguiar (1991) em sua dissertação de mestrado. O referido autor, através da técnica de investigação quantitativa e qualitativa de conteúdo, analisou o comportamento da mídia catarinense (três jornais da grande imprensa) na construção da imagem dos candidatos às eleições de 1982, para o governo do Estado. Impossibilitado de utilizar uma técnica semelhante, limitei-me a analisar alguns editoriais publicados pelo JM que expressam a mema linha de argumentação.

"inviabilidade econômica por causa das greves" praticava-se, na verdade, um dos daqueles mecanismos que operam, criam e difundem a ideologia. Estes são alguns aspectos do imaginário dominante construído em Criciúma e que vinculava a ação de um grupo como sendo da CUT e do PT. Sobre a Central e o Partido dos Trabalhadores pesava ainda uma segunda responsabilidade ou acusação: de que seriam responsáveis pela evasão de empresas do município. Também aqui se revela, de forma fantástica, o imaginário das elites criciumenses.

Este outro poderoso instrumento ideológico das elites dominantes foi se constituindo na cidade na segunda metade dos anos 80 e teve um maior impacto no início dos anos noventa coincidindo, exatamente, (1) com a crise social e econômica provocada pela política recessiva do governo Collor, (2) com o colapso do setor carbonífero - como vimos na primeira parte deste estudo - e (3) com o processo eleitoral em curso. Por outras palavras: juntamente com a crise da cidade, recessão e desemprego, foi se constituindo e tomando conta do imaginário social na cidade, não apenas uma análise da crise, mas um discurso ideológico e eleitoral da crise.

Enquanto a preocupação de setores do empresariado era mostrar *uma imagem positiva da cidade, suas potencialidades*, apresentar Criciúma como o 5º pólo arrecadador de impostos no Estado; enquanto a Acic implementava uma estratégia de apaziguamento dos conflitos entre capital e trabalho na cidade, acenando publicamente que o empresariado buscava um caminho de entendimento; enquanto representantes de todas as siglas partidárias como os pré-candidatos à prefeitura de Criciúma, opositores e aliados de Collor nas eleições de 1989, atacavam duramente o governo Collor e a Administração Municipal de Altair Guidi⁷ e apontavam o problema social, a recessão e o desemprego como os mais graves naquele momento⁸; enquanto esse debate fluía na cidade, apontando a política recessiva do governo

⁷O prefeito Altair Guidi (PDS), foi duramente atacado, antes e durante o processo eleitoral por omissão e por não ter buscado alternativas à crise. Entre os candidatos, era consenso que as prioridades da futura administração deveria ser a questão social e o desenvolvimento econômico da cidade, "através de alternativas que driblem a crise enfrentada pelo setor carbonífero e ações na área social".

⁸Valmor de Lucca, do PDT, dizia que "o desemprego era o maior problema"; O candidato do PT, Milton de Oliveira, afirmava que "a crise é terrível sob vários aspectos e destaca o desemprego. Apesar da política recessiva do governo Collor, enfatiza a necessidade de combater, com alternativas locais, a crise nacional"; Eduardo Moreira, do PMDB, dizia que "Criciúma vive uma crise sem precedente e destaca que o prefeito não pode se omitir da tarefa de buscar soluções"; para Ênio Coan, do PL, "Criciúma está a beira de um colapso social devido ao alto índice de desemprego e Vânio de Oliveira, do PFL, destacou a questão social e o problema da água como prioridades"(JM, 27.06.1992). Esta afirmações foram feitas durante o primeiro debate na TV Eldorado, em 25 de junho de 1992. O pré-candidato do PDS, Guido Búrigo, não compareceu ao debate. No decorrer do processo eleitoral, houve algumas alterações nas chapas majoritárias. Na composição final da chapa, Búrigo perdeu a vaga para o empresário e presidente do Criciúma E.C. Moacir Fernandes e passou a ser o vice na chapa da Unidade Por Criciúma, integrada pelo PDS, PTB, PFL, PDC. Vânio de Oliveira, renunciou a candidatura em favor da Unidade. Valmor de Lucca, pré candidato do PDT, foi substituído no processo por Vilmar Bonetti.

Collor como principal responsável pela crise da cidade - como foi exaustivamente demonstrado na primeira parte desta pesquisa - ao mesmo tempo, foi sendo elaborado um poderoso discurso ideológico sobre a cidade e a crise, responsabilizando (novamente) a CUT e o PT, pelo fechamento de empresas e pela inviabilidade econômica do município.

Foi neste contexto de crise da cidade do carvão, que Criciúma passou a ser denominada "a cidade das greves", da "confusão", de "a segunda ABC do Brasil" - pejorativamente, estigmatizando a cidade e desqualificando a legítima defesa dos trabalhadores se defenderem das violências (cometidas pelo capital e pelo governo) expressas no desemprego e na recessão. Como não poderia ser diferente, este debate foi literalmente explorado nos meios políticos locais e um dos espaços que mais ganhava ressonância era na Câmara de Vereadores. Enquanto o vereador e sindicalista Itaci de Sá⁹, do PMDB lembrava que *"a crise do setor cerâmico aliada a do carvão provocaria uma reação em cadeia, cujas conseqüências serão sentidas no comércio, na metalurgia e na construção civil, com conseqüências são caóticas e imprevisíveis"*, o líder do PDS na Câmara, vereador Itamar da Silva, fazia um alerta para a *"evasão de setores produtivos da cidade em função do radicalismo de certos sindicalistas"*.

No pensamento do político pedessista - que, no processo eleitoral de 1989 mudou de legenda para o partido de Collor (PRN) - *"desde o ano passado (1990), setores produtivos de Criciúma continuam deixando o município e transferindo-se para outras regiões em função de certas lideranças sindicais que, ao fazerem suas reivindicações - muitas vezes justas - se utilizam de radicalismo, de pressão e até tumultos."* Para o parlamentar, *"isto tem feito com que muitas indústrias deixassem de se instalar em Criciúma e outras se transferissem para outras cidades. E agora - completa o vereador - poderemos perder o CESEC - Centro de Processamento de Serviços e Comunicação do Banco do Brasil. É dinheiro e emprego que deixa de ficar aqui..."*

"...devido aos tumultos que certos tipos de sindicalistas fazem e em função de pressão desses sindicalistas, o próprio trabalhador é quem acaba perdendo, ficando sem emprego aqui e encontrando dificuldades para ser admitido em outras regiões, porque quando eles olham a carteira e verificam que o trabalhador era de Criciúma, mesmo sendo bom, ele dificilmente acaba arrumando serviço" (Câmara Municipal de Criciúma, JM, 1991).

Esta opinião não teria nenhuma importância se fosse uma voz isolada na cidade, uma opinião de um ferrenho adversário do PT (embora não se deva desconsiderar a opinião do

⁹Citou-o como presidente de um sindicato de trabalhadores - nas indústrias cerâmicas e construção civil - cuja categoria e setor foi violentamente atingida pela recessão.

político referido pois, além de ter sido líder do PDS na Câmara de Municipal de Criciúma, Silva foi um dos articuladores da candidatura do empresário Moacir Fernandes para a prefeitura de Criciúma, em 1992).¹⁰ Mas não era um bambú solitário no meio do deserto. O vereador sabia exatamente o que falava, porque falava e a quem dirigia sua palavra: ao sindicalismo da CUT e ao Partido dos Trabalhadores. Na mesma linha de intervenção, outros vereadores (como José Argente Filho, do PFL), criticavam o que chamavam de "a parte ruim do PT" pois, ressalva sempre, no PT também existia "uma parte boa", representada pelo deputado Milton de Oliveira. (Sessões da Câmara, Legislatura 1989-92).

Cantilena das elites: o discurso e a realidade sobre o fechamento de empresas em Criciúma

O discurso de que as empresas estavam saindo de Criciúma ou se recusavam a se instalar na cidade tornou-se tão comum e rotineiro que parecia ser verdade. Em coro, agentes políticos conservadores, setores do empresariado, formadores de opinião, sindicalistas, etc, reproduziam a mesma cantilena: "as empresas estão saindo de Criciúma por causa das greves, da CUT e do PT". Sabe-se da falácia desses argumentos. O problema é que, por serem repetidos tantas vezes e massificados junto à opinião pública, mesmo falaciosos, tornaram-se ou passaram-se por "verdadeiros". Esta é a força da ideologia: tornar uma mentira repetida numa verdade inquestionada. Foi o que ocorreu em Criciúma.

Já vimos na primeira parte deste estudo que o desemprego em Criciúma decorreu do colapso da indústria carbonífera e da recessão que atingiu duramente o setor cerâmico e outros ramos da indústria, comércio e serviços. Já descrevi, exaustivamente, falas, análises, opiniões dos próprios empresários e outros agentes sociais e políticos sobre a crise, suas causas e responsáveis. Mostrei no capítulo 5 as iniciativas do empresariado, através da Acic, para "encontrar uma saída" para o caos econômico e social patrocinado pela política recessiva do governo Collor - entre outras informações. Mas é preciso, além disso, elucidar e desmascarar o discurso ideológico que responsabilizava a CUT e o PT pelo fechamento de empresas na cidade ou transferência para outras localidades. Faço isso, não para tirar a responsabilidade ou justificar erros cometidos pela CUT ou pelo PT, os quais critico em muitos aspectos, como o leitor deve ter percebido, a idéia é recolocar o debate da crise e do fechamento das empresas

¹⁰Em 1992 o Criciúma E. C. perdeu o campeonato catarinense e foi mal no brasileiro. Neste mesmo ano, o presidente do Clube, Moacir Fernandes, se afastou da presidência do clube para disputar, pelo PDS, a prefeitura municipal de Criciúma. Perdeu as eleições e Criciúma perdeu o campeonato. (Sobre o uso eleitoral do Criciúma, ver mais adiante).

no seu devido lugar, isto é, na dinâmica capitalista e na reestruturação produtiva que ocorreu em Criciúma nas últimas décadas.

Minhas fontes sobre os motivos do fechamento ou não instalação de empresas em Criciúma - se é que existiram tais empresas - mostram que não foram as greves, nem o sindicalismo e, menos ainda, a CUT e o PT. Tive o cuidado de colher informações sobre evasão de empresas de Criciúma junto a outros pesquisadores e lideranças locais, particularmente o empresariado da cidade e obtive outras versões sobre "fatos" que teria se generalizado naquele período. Foi de um importante líder empresarial que constatei como a sinceridade e a honestidade política }é fundamental }no restabelecimento da verdade e do diálogo, mesmo entre pessoas de posições políticas e sociais opostas. Perguntei ao presidente da Facisc e ex-presidente da Acic, Sr. Jayme Zanatta (se) como dirigente empresarial, tinha informações de que houve transferência de empresas de Criciúma por causa das greves e do sindicalismo e respondeu-me:

"Eu tenho certeza que muitas empresas que não se instalaram na região por este motivo. Foi um agravante, muitos não tem simpatia para vir prá cá, talvez tivessem interesse...Muitas se inibiram vir prá cá e dos 100% que pensaram sair - disse-me o empresário - só 2% mudou daqui. Essa inibição é a culpa dos sindicatos"

Em seguida, o empresário explicitou o que tinha chamado de "fator inibidor" ou "agravante" para as empresas não se instalarem (ou saírem) de Criciúma:

"Nós não somos contra salário, mas temos que enfrentar o mercado". Temos que competir la fora e esse é um dos problemas sérios que os empresários enfrentam. Embora deva-se reconhecer que os salários ainda são baixos e que o funcionário precisa ganhar melhor ...no país tem variações muito grande no mercado. Temos concorrentes que produzem o mesmo produto, pagando os salários 100% mais baixo. Num raio de 200 km daqui, o pessoal trabalha por R\$ 90,00, R\$100, 00. Criciúma é um polo de vestuário, mas numa curta distância, há regiões que tem uma produção altíssima e os salários são inferiores. Aqui os salários são maiores por pressão dos Sindicatos" (Entrevista).¹¹

¹¹O empresário, na condição de ex-presidente da Acic, certamente tinha informações sobre a conjuntura econômica-empresarial naqueles anos pois num dos relatório da Acic sobre a crise, foi apresentado um quadro comparativo dos pisos salariais de outras regiões do país que fazem concorrência direta com a região sul. Assim, por exemplo, enquanto o piso dos trabalhadores na indústria cerâmica em S.P era de Cr\$ 100.455,00, em Criciúma os ceramistas recebiam Cr\$ 186.014,00; O piso dos metalúrgicos em SP era de Cr\$ 71.069,00, em Criciúma era de Cr\$189.083,00; dos vestuaristas, era de Cr\$ 54.256,00, e em Criciúma de Cr\$ 107.220,00; e dos mineiros no R.S era de Cr\$ 96.980,00 e em Criciúma de Cr\$142.620. A concorrência (e os lucros) portanto, não dependiam apenas das vendas, mas sobretudo, do custo gasto com a mãos-de-obra contratada pelas empresas.

Disse claramente:

"As regiões que não tiveram essas pressões (em Franca/SP, Vale dos Sinos/RS), se mantiveram. As empresas saíram daqui exclusivamente por pressão salarial. Foi devido essa pressão, por exemplo, que a fábrica de calçados Crisul saiu de Criciúma. Outras empresas se deslocaram para Braço do Norte, Meleiro. Outras fecharam por causa da política recessiva, citando o exemplo do setor calçadista, que não tinha condições de competir no mercado como os produtos chineses". E completou: "Eu atribuo isso à agilidade do operário, do sindicato, que puderam elevar os seus preços e tiveram melhor renda. Embora que o desejo do empresário não é contra isso. Só que ele é contra porque esse produto vai para um mercado comum, vai competir com os mesmos produtos que tiveram um menor custo, feito em outras regiões" (Ibidem, entrevista) .

Insisti, mais uma vez, se as empresas fecharam por causa das greves. Respondeu-me objetivamente: *"a greve não quebra uma empresa, ela reduz o poder financeiro da empresa"*. Penso que - diferente do discurso do vereador do PDS - esta se constitui numa fala elucidadora, não ideológica, portanto, que não mascara ou oculta a realidade. O empresário mostra que conhece a dinâmica e as leis básicas do capitalismo, isto é, como funciona a produção e a circulação de mercadorias: concorrência, custos, salários, pressão dos sindicatos, lucratividade, mercado, crise, recessão - regras básicas que o vereador pedessista demonstrou ignorar ou fingiu ignorar.

O empresário, no entanto, não me respondeu claramente, uma só vez, se tinha informações de que empresas fecharam ou saíram do município por causa das greves e do sindicalismo. Falou em "agravante", "fator inibidor", "pressão dos sindicatos", mas no contexto do mercado capitalista. Só disse-me claramente: Afinal, *"num raio de 200 km paga-se salários bem mais baixos do que em Criciúma, pelo mesmo produto, que vai competir no mesmo mercado"*. Desta forma fica escancarada a falácia dos argumentos de que "as empresas fecham por causa das greves" ou se transferem de Criciúma "devido o radicalismo dos sindicatos". Os motivos reais das eventuais transferências ("2% de 100%", segundo o empresário) são outros, como vimos: maior competitividade, menores custos, maior lucratividade.

Quanto aos agravantes ou fatores inibidores, naquela conjuntura, muito mais que "a pressão dos sindicatos", deve-se considerar os efeitos nefasto da recessão. Nefasto para as empresas e muito mais ainda para os assalariados. Se a recessão pode ser fatal para uma empresa, para os trabalhadores, então, a situação fica ainda mais desoladora pois, além dos baixos salários, corre o risco de ficar desemprego ou de perder direitos adquiridos, com repercussões diretas na qualidade de vida de sua família.

Os motivos reais do fechamento de empresas ou de transferência para outros municípios vizinhos de Criciúma, no caso do setor do vestuário - além do quadro recessivo patrocinado pelo governo Collor - deviam-se a uma estratégia empresarial para evitar o que os empresários chamam de "pressão do sindicato", mas que na verdade objetivava obter maiores lucros e burlar a legislação trabalhista, evitando-se ou diminuindo os custos com salários e com encargos sociais. A estratégia adotada pelo empresariado do setor têxtil de Criciúma foi instalar-se naquelas regiões ou cidades onde os salários (piso de uma costureira, por exemplo), fossem mais baixos do que em Criciúma. Goularti Fº (1995), demonstrou esta estratégia, em sua dissertação de mestrado:

"a ação combativa do Sindicato dos Vestuaristas em Criciúma garantiu, em sua base, um piso salarial mais alto que em outras regiões. Na região de Tubarão, por exemplo, onde o Sindicato tem uma posição mais flexível e está ligado à Força Sindical, o piso é o salário mínimo. ¹² No sul de Minas Gerais, na região de Pouso Alegre, acontece a mesma coisa: o piso da costureira é 5% mais alto que o salário mínimo e o sindicato, ligado à Força Sindical" (Goularti Filho, 1995).

Pelo fato destas regiões ofertarem salários mais baixos, tornaram-se locais mais atrativos para a instalação de fábricas pois, como se sabe, um dos maiores custos dos facionistas é com a mão de obra. Para os proprietários das etiquetas, não importa o local onde é facionada suas marcas e sim onde os custos forem menores. A partir de 1989,

"Alguns facionistas de Criciúma que atendiam etiquetas de São Paulo, para concorrer com os salários mais baixos dessas regiões, deslocam seus equipamentos para outras cidades fora da base territorial do Sindicato de Criciúma, isto é, para cidades como Armazém, Grão-Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Jaguaruna - todos na base do Sindicato de Tubarão, onde há uma mão de obra disponível de baixa-qualificação e um sindicato mais flexível" (Goularti Filho, 1995).

¹² A tabela abaixo compara o piso dos Vestuaristas de Criciúma com outras regiões do estado. Na região de Tubarão, o piso oferecido se baseava no salário mínimo, em maio/93 (Fonte: sindicato dos Vestuaristas de Criciúma e Região)

Cidade	Piso (em milhões)
Blumenau	4,3
Itajai	5,4
Rodeio	5,6
Criciúma	6,0 *
Joinville.....	6,6
Brusque.....	6,9

*proposta patronal. em negociação

Isto se chama "reestruturação produtiva", "terceirização" ou "flexibilização do capital", isto é, a implantação do sistema de subcontratação: terceiriza-se a produção para diminuir os custos e maximizar os lucros. Várias confecções de Criciúma utilizam-se dos serviços terceirizados graças ao sistema de subcontratação¹³ e utilização de mão-de-obra sem carteira assinada nem custos sociais. Ou seja:

"as empresas fogem da pressão exercida pelos sindicatos no sentido de diminuir, ou pelo menos não deixar aumentar o controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho. Normalmente, é mais fácil organizar a resistência operária em grandes fábricas do que em pequenas. Com a descentralização e subcontratação de trabalho em fábricas menores ou em áreas com organização sindical menos ativa pode minar a base de poder dos sindicatos e garantir o controle empresarial sobre o processo de trabalho" (Pagnani, 1989).

Continua Pagnani: *"o que vem ocorrendo é uma transferência de custos (encargos sociais) dos confeccionistas para os faccionistas, ou seja, é uma terceirização espúria"*. Só na região de Criciúma, são mais de 1500 pessoas (faccionistas) que trabalham sem direito a férias, FGTS, décimo terceiro salário, e outros benefícios. Considerando que a imensa maioria dessas facções são familiares (portando, trabalham no domicílio), as encomendas realizadas manualmente, acabam envolvendo outros membros das famílias: crianças, idosos e especialmente, mulheres - as mais exploradas no sistema.

Estas são as verdadeiras razões para o fechamento ou evasão de empresas na cidade: pagar menores salários, em condições de trabalho no limite da degradação humana para se obter maiores lucros. De fato, pela visão e estratégia empresarial adotada, a presença de um sindicato combativo, atuante, que pressiona em favor dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho, a ação sindical e suas formas de luta (paralisações, greves, greve geral) é um "agravante", isto é, um "fator inibidor" para as empresas obterem maiores lucros. Olhando-se, no entanto, de um ponto de vista dos trabalhadores, enquanto pessoas, cidadãos e cidadãos portadores de direitos (e não apenas enquanto mão-de-obra barata), a situação é outra. O que é apenas um "fator inibidor" para as empresas significa - na análise sociológica - um fator de conflito entre Capital e Trabalho, isto é, a luta de uns e de outros para conquistar/garantir direitos e dignidade dos trabalhadores (cujos sindicatos de trabalhadores tem como obrigação de defender) ou para defender os interesses patronais. Para tanto utilizam seus sindicatos, partidos e ideólogos para defender por meios, legítimos ou ilegítimos, justos

¹³"Twist, Damiller, Maffeson, Nege,s, Dal-Pont, Replay, Cavaller, La Donna, Porão, Di Ângelis, entre outras marcas conhecidas, diz Goulart Filho: *terceiriza-se os serviços de bordado, serigrafia, estamperia, lavanderia, entre outros serviços*" (Goulati. 1995).

ou injustos, honestamente ou mascarando a realidade, seus interesses de classe. O problema é que, em sociedades capitalistas-patrimonialistas como a brasileira, defender direitos é um privilégio de algumas classes e grupos e não se estende a todos; direitos no Brasil diz respeito mais à propriedade e ao acúmulo de riquezas do que direitos à cidadania e à partilha dos bens produzidos entre os produtores, isto é, entre os trabalhadores. Estes, excluídos dos direitos básicos e fundamentais, quando lutam, resistem à exploração e a dominação levam a pecha de "radicais e baderneiros". Mas o capitalismo não tem alma, nem coração e só é capaz de enxergar uma única razão: a razão dos capitalistas.

Vejam os outros fatores que influenciaram nos resultados das eleições municipais de 1992, em Criciúma. Veremos como representa uma simplificação relacionar ou reduzir a causa da derrota do PT aos acontecimentos da CSN e outros episódios que caracterizam aspectos do movimento sindical de Criciúma, embora deva-se dizer - como veremos nas conclusões deste estudo - que determinadas práticas sindicais - atribuídas à CUT e ao PT - só reforçaram as estratégias das elites e legitimaram os discursos dominantes. Práticas políticas e sindicais que devem, portanto, serem consideradas na análise dos processos políticos, eleitorais e sociais da cidade.

7.2 - As eleições de 1992: os candidatos, as alianças e os resultados eleitorais

As eleições de 1992 foram marcadas profundamente por temas nacionais como recessão, desemprego e corrupção e suas conseqüências para Criciúma. Com o colapso do setor carbonífero patrocinado no governo Collor, a cidade vive uma crise dentro da crise, isto é, ao lado da crise econômica nacional, tivemos em Criciúma, o desmoronamento de um dos esteios do desenvolvimento local e regional. O colapso do modelo de desenvolvimento (como vimos no capítulo 3) tornou a crise mais grave e adquiriu dimensões sociais, políticas e ideológicas singulares em Criciúma, em função da capacidade de mobilização dos atores políticos locais ligados à mineração, seja por parte dos empresários, seja dos trabalhadores e seus respectivos sindicatos. Considerando-se que, naquele momento, estava em curso um processo político eleitoral decisivo na história da cidade, é fundamental analisar o imaginário e o comportamento dos atores políticos diretamente envolvidos no processo interessados em manter ou conquistar o poder político local.

Embora a cidade apresentasse seríssimos problemas ambientais, de saneamento e abastecimento de água, a preocupação central do empresariado, dos agentes políticos,

sindicalistas e dos candidatos gravitava em torno da questão social (desemprego) e das conseqüências da mineração. Afinal, existem alternativas ao carvão? Deseja-se um outro modelo de cidade que não se baseie na mineração?. Como os partidos e os candidatos se posicionavam diante destes temas e problemas? As eleições municipais de 1992, em Criciúma, aconteceu neste contexto extremamente "politizado", ao mesmo tempo complexo e fascinante do ponto de vista investigativo e da ação política. Vejamos alguns dados fundamentais para a compreensão daquele momento.

Aspectos políticos, partidários e eleitorais em Criciúma

Como se sabe, num curto período de 10 anos (1982 a 92) aconteceram no Brasil oito processos eleitorais: as eleições diretas nas capitais e nas áreas consideradas de segurança nacional (1985), três eleições no plano estadual (1982, 1986 e 1990), três eleições municipais (1982, 1988 e 1992) e uma para Presidente da República (1989). Esta foi uma década eleitoral, de disputas político-institucionais. Neste período - de 1982 a 1992 - configuraram-se, em Criciúma, três forças político-partidárias principais e diferenciadas que, provisoriamente, classificarei do seguinte modo: uma primeira força, mais à direita do cenário político local e nacional, representada pela aliança PDS/PFL; uma segunda força, de esquerda, representada no Partido dos Trabalhadores, PT; e, uma terceira força, de centro-direita, organizada pelo MDB/PMDB e, mais recentemente, no PSDB.

Com exceção do PT, são forças político-partidárias, do centro para a direita (PMDB/PFL/PDS), que vêm se perpetuando no controle do poder político local nas últimas décadas e possuem experiência institucional e domínio político, partidário e eleitoral na cidade. O PT em Criciúma, deste ponto de vista da representação institucional-estatal, tem uma experiência muito reduzida. Sua importância decorre (ou decorria) muito mais em função da inserção do partido e seus militantes junto aos movimentos sociais, principalmente no movimento sindical, que de sua participação nos espaços institucionais do poder.¹⁴

A permanência das forças de centro-direita no controle da máquina pública local comprovam que elas constituem as elites políticas locais de maior densidade eleitoral: são elas

¹⁴ O PT em Criciúma participou, desde 1982, de todos os processos eleitorais mas elegeu, até o momento, dois vereadores em 1988, um deputado Estadual, em 1990, e um vereador nas eleições de 1992. O melhor desempenho eleitoral do PT, em Criciúma, deu-se nas eleições presidenciais de 1989, na campanha Lula presidente. Essa fraca ou inexpressiva representação política-institucional nos últimos dez anos contrasta com sua significativa presença nas lutas sociais locais, especialmente no movimento sindical, como vimos no capítulo 4.

que elegem a maioria quase absoluta dos representantes nos aparelhos do Estado, em todos os níveis, local, estadual e federal - além de serem donos das empresas e dos meios de comunicação de massa. As elites políticas e empresariais da cidade, dividem-se entre dois grupos de poder local mas, historicamente, hegemonomizam a vida social, econômica e cultural de Criciúma, sem terem fundado, por todos esses anos, nenhuma alternativa de caráter mais democrático e popular na gestão do poder local.¹⁵ Nas últimas três décadas, elas vem se perpetuando no controle do poder executivo municipal como mostra o Quadro 17 seguinte do quadro de prefeitos de Criciúma desde a vigência do regime militar.

Quadro 17 - Prefeitos de Criciúma de 1963 a 1996.

Prefeito	Partido	Mandato
Arlindo Junkes	PSD/Arena	1963-1965
Ruy Hülse	UDN/ Arena	1966-1969
Nelson Alexandrino	MDB	1970-1972
Algemiro Manique Barreto	Arena	1973-1976
Altair Guidi	PDS	1977-1982
José Augusto Hulse	PMDB	1983-1988
Altair Guidi	PDS	1989-1992
Eduardo Pinho Moreira	PMDB	1993-1996

Fonte: Pesquisa do autor.

O quadro acima nos indica que, salvo por um pequeno interregno entre 1970-72, a mesma linha política (UDN-ARENA-PDS) ocupou o comando do executivo municipal por um período que vai de 1966 à 1982 (aproximadamente 16 anos). Considerando os períodos sócio-econômicos mencionados na primeira parte deste estudo, pode-se perceber que as transformações sócio-econômicas características do terceiro período não resultaram, pelos menos até 1982, em mudanças significativas no comando municipal. Em outras palavras, a diversificação econômica (principalmente a industrial) parece se traduzir em mudanças mais significativas só depois de iniciada a década de oitenta. A partir daí, o predomínio passa a ser de um grupo político centrado no PMDB que, por um período de 13 anos, ocupará o comando da Prefeitura Municipal de Criciúma por dois mandatos.

Em contrapartida, as forças mais à esquerda, representadas principalmente pelo PT, foram incapazes de, por si mesmas, romper o cerco do mandonismo local. A única conjuntura

¹⁵Neste sentido será muito interessante estudar a experiência de governos do PMDB, especialmente da gestão de José Augusto Hülse, lembrado como experiência de governo popular. Uma análise do caráter popular do governo peemedebista merece uma reflexão à parte.

favorável, até o momento, para a constituição de uma nova polarização política em Criciúma, ocorreu durante o segundo turno das eleições presidenciais, quando constituiu-se a Frente Brasil Popular, oportunidade em que as forças de centro-esquerda se organizaram na cidade, com a participação do PMDB.

Em 1992, cinco candidatos disputaram as eleições para a prefeitura em Criciúma: Moacir Fernandes, da coligação Unidade por Criciúma - União (PDS, PFL, PTB, PDC); Eduardo Pinho Moreira, da Unidade Popular (PMDB, PSDB, PCdB, PCB, PSB); Milton Mendes de Oliveira, pela Frente Popular (PT, PPS, PV), além do PDT e PL, que lançaram chapas próprias: Ênio Coan, pelo PL e Vilmar Bonetti, pelo PDT. O candidato do PMDB, Eduardo Pinho Moreira foi eleito prefeito de Criciúma, em 1992, com 32.721, ou seja, 5.380 votos de vantagem sobre o segundo colocado, Moacir Fernandes, do PDS, que fez 27.341 votos. O candidato do PT fez 8.550 votos, ficando na terceira colocação, seguido por Ênio Coan, do PL (4.585 votos) por Vilmar Bonetti, do PDT (411 votos). O quadro abaixo apresenta os números relativos ao desempenho eleitoral dos partidos/candidatos nas duas últimas eleições municipais (1988 e 1992) em Criciúma. Comparando-se os resultados finais dos cinco concorrentes em cada uma das eleições, o leitor poderá acompanhar a dança dos números.

Quadro 18 - Quadro comparativo das eleições municipais de 1988 e 1992 em Criciúma.

Partido/Coligação	1988	1992
PMDB (Eduardo Pinho Moreira)	26.362	32.721
PDS/PFL (Altair Guidi/Moacir Fernandes)	27.086	27.341
PT (Milton Mendes de Oliveira)	15.908	8.550
PL (Ênio Coan)	--	4.585
PDT (Vilmar Bonetti)	--	441
PCdB (José Domiciano)	74	--
PCB (Amadeu H. da Luz)	77	--
Total de votos nulos e brancos	9.195	8.189
Total geral de votos (apurados)	78.802	80.213

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/SC/pesquisa do autor

Nas eleições de 1988, Eduardo Moreira, do PMDB, havia perdido para Altair Guidi, do PDS, por apenas 724 votos. Guidi fez 27.086 votos, seguido por Moreira, 26.362 votos;

Milton Mendes de Oliveira, candidato do PT, que fez uma votação surpreendente: 15.908 votos. Os candidatos do PCB (Amadeu Hercílio da Luz) e do PCdoB (José Domiciano) fizeram, respectivamente, 74 e 77 votos.

Análise dos resultados

A partir dos dados fornecidos pelo TRE, das informações obtidas durante a campanha, através da imprensa e das pesquisas pré-eleitorais elaboradas pela Fucri/Jornal da Manhã, é possível fazer algumas considerações mais gerais sobre esses resultados e compreender aspectos ainda não analisados do processo político-eleitoral de 1992 no contexto das mudanças (econômicas e políticas) ocorridas em Criciúma no período entre 1988 a 1992 e a nível dos movimentos sociais da cidade - que vinha de uma fase de expansão e fortalecimento para um período de crise e enfraquecimento.

Comparando-se os resultados das eleições de 1988 e 1992, o leitor pode observar que o representante da União PSD-PFL-PTB, Moacir Fernandes, obteve uma votação parecida com a de Altair Guidi em 1988 (uma diferença de apenas 255 votos). Já o candidato do PMDB, Eduardo Moreira, aumentou significativamente sua votação, passando dos 26.362 votos obtidos em 1988 para 32.721, em 1992, um aumento significativo de 6.359 votos. O candidato do PT, por sua vez, teve uma redução de 7.358 votos, isto é, quase 50% de votos a menos, comparando-se com os resultados obtidos pelo mesmo candidato, em 1988. O candidato Ênio Coan, do PL, revelou-se uma surpresa positiva no processo eleitoral. Seu partido fez, sozinho, 4.585 votos, isto é, mais da metade do que conseguiu o candidato do PT. Ligado ao esquema Jarvis Gaidzinski, deputado federal do PL e um dos proprietários do Grupo Eliane, Coan fez uma campanha muito simpática junto com seu companheiro de chapa, o médico Silvio Búrigo. Notabilizou-se por sua presença nas ruas da cidade, pelo "corpo a corpo" que fez ao longo da campanha, destacando-se, neste aspecto, muito mais que o próprio candidato do PT. Coan, além de executivo das Empresas Eliane, foi Diretor-presidente da Fucri e membro da Acic.

Mas, quais seriam os motivos do bom desempenho do candidato do PMDB e precário resultado eleitoral do candidato do PT em 1992? Para onde migraram os votos da legenda petista em 1988? E os votos de Coan, vieram de onde?

Hipoteticamente, podemos considerar que os votos dados ao PL dividiram o eleitorado do PDS (em decorrência da divisão interna no próprio PDS e PFL, como vimos

anteriormente), enquanto os votos do PT foram transferidos, majoritariamente, ao PMDB. Ou seja, a maioria dos 7.358 eleitores do PT em 1988, votaram no PMDB em 1992. Se houve esta migração de votos (e isto é apenas uma hipótese) que fatores ou variáveis teriam contribuído? As pesquisas pré-eleitorais (survey), indicavam que entre as causas de rejeição ao candidato do PT e pequena intenção de votos ao PT em 92, estavam fatos relacionados ao "radicalismo do movimento sindical". Este, certamente, foi um dos motivos do fraco desempenho petista. Mas há um outro fator que foi decisivo para o insucesso do PT e o desempenho positivo do PMDB: o processo de constituição das Frentes ou Coligações Eleitorais em 1992. Analisemos cada um desses fatores.

A divisão das esquerdas e a capacidade aglutinadora do PMDB

Diferentemente de 1988, quando o PT saiu em chapa própria, em 1992 o Partido dos Trabalhadores definiu-se favorável a uma política de alianças que pudesse articular uma Frente Popular com todos os partidos que, no cenário nacional, situassem do centro para a esquerda. Ou seja, abriu-se, em 1992 uma possibilidade real (que não existia em 88) do PT coligar-se com PSDB, PDT, PCdB, PPS, PCB, PV, PSB, PMN. Na política de alianças do PT em Criciúma, somente o PMDB ficaria de fora na Frente Popular. A definição do partido contrariava qualquer aproximação ou coligação com o PMDB, embora, desde o início do processo eleitoral, o PMDB dizia-se "interessado" na formação de uma ampla frente dos partidos progressistas na cidade. Tanto o PT como o PMDB, no entanto, há mais de um ano anos das eleições já tinham seus pré-candidatos a prefeito definidos: Milton de Oliveira, deputado estadual do PT e Eduardo Moreira, deputado federal do PMDB. Nenhum dos partidos abria mão da indicação do cabeça de chapa para o executivo municipal.

Diante da impossibilidade da formação da Frente ampla de centro-esquerda, PT e PMDB passaram a disputar entre si, publicamente, para atrair os demais partidos progressistas organizados em Criciúma. O PT formalizou a Frente Popular com o PPS e PV e o PMDB reuniu os demais partidos em torno de sua candidatura: PSDB, PCdB, PSB, PCB. O PDT, por sua vez, gravitava ora em direção à Frente Popular, ora acenava fazer aliança com o PMDB ou até mesmo com o PDS. O partido se coligaria com qualquer uma das forças, desde que fosse garantidos algumas exigências.¹⁶ Neste ínterim, cientes da disputa entre PT e PMDB, três

¹⁶Por exemplo: entre as pré-condições para coligar-se com o PT, o PDT exigia a indicação do vice, sem direito a veto do nome que fosse indicado; as exigências feitas ao PMDB foram conhecidas depois das eleições e, quanto a aproximação com o PDS, fora ventilada durante o processo de formação das chapas, mas desconheço qualquer evidência neste sentido.

partidos (PCdB, PSDB e PSB), decidiram formalizar um Bloco e tomar posições conjuntas. Três possibilidades era discutida no Bloquinho: compor a Frente Popular com o PT; coligar-se com o PMDB ou tentar formalizar uma Frente amplo que reunisse PT e PMDB. Na prática, no entanto, o Bloquinho, como ficou conhecido, defendia a formação da Frente Ampla, com o PMDB integrado na coligação.

O processo de formação das chapas dos partidos do Bloquinho e PMDB se consumou com a indicação do médico Añderley Antonelli, do PSDB, como candidato a vice-prefeito na chapa de Eduardo Moreira. O grupo do PSDB que defendia compor com o PT foi derrotado internamente e acabou aderindo à campanha de Moreira e, com a vitória, integrando-se à Administração Municipal, apesar de algumas abstenções. A posição do Bloquinho, sem dúvida, pesou na formação das coligações e, conseqüentemente, na divisão dos partidos de esquerda - da mesma forma que a posição do PT (de não coligar-se com o PMDB) pesou no seu (quase) isolamento político; porém, o mérito deve ser creditado ao próprio PMDB e ao seu grupo dirigente, não apenas pela capacidade de formar a Unidade Popular e atrair o Bloquinho em favor da candidatura Moreira mas, especialmente, por ter conquistado - durante a formação das chapas majoritárias e proporcionais - o apoio e/ou a filiação no PMDB de várias lideranças e filiados do PT, inclusive, alguns candidatos a vereadores nas eleições de 1988.

Se analisarmos a nominada das candidaturas proporcionais nas eleições de 1988 e 1992, notaremos que alguns candidatos do PMDB e do PSDB nas eleições de 1992, pertenciam ao PT ou foram candidatos pelo PT nas eleições de 1988. São lideranças populares, sindicalistas e suplentes de vereadores como: Antônio Vieira, o Vieirinha, presidente da Associação dos Aposentados de Criciúma; José Hilariano, líder dos aposentados, militante da Igreja Católica e candidato a vereador do PT em 88; João Zanete, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; José Elisiário Joaquim, candidato do PT a vereador em 88; Outras lideranças e sindicalistas que, em 1988 apoiavam a candidatura de Milton de Oliveira, estavam engajadas na campanha do PMDB em 1992, na condição de candidato do PMDB, atuando com cabos eleitorais ou fazendo movimentos de apoio pró-PMDB: Pedro Dutra, presidente do Sindicato dos Motoristas de Criciúma (candidato a vereador pelo PMDB, em 92); José Natalício Vieira (candidato a vereador e apoiador da candidatura Milton em 1988 para prefeito e em 1990, para deputado estadual); Ézio Mariano (candidato a vereador do PT em 88); Gelson Gonçalves (presidente do Sindicato dos Comerciantes e candidato a vereador do PT em 1988), entre outros, que fizeram a campanha dos sindicalistas pró-PMDB.

Os apoios que o candidato peemedebista recebeu de sindicalistas, lideranças dos aposentados e populares, em parte, refletem a divisão existente nos movimentos sociais, populares e sindicais em Criciúma, como vimos no capítulo anterior. O mais importante nesta informação é o fato de que, mesmo divididos em correntes sindicais antagônicas no movimento sindical em 1988, a candidatura Milton, naquela ocasião, conseguiu aglutinar a expressiva maioria dos sindicalistas de Criciúma, fato que não ocorreu em 1992. Isso significa que, no interregno das eleições de 1988 e 1992, ocorreu uma alteração no interior do sindicalismo local, ou seja, sindicalistas organizados na intersindical, na medida que se aproximavam as eleições, se distanciavam cada vez mais da CUT e do PT em direção ao PMDB, filiando-se ao PMDB ou PSDB e se desfiliando do PT e, em alguns casos, expulsos.

O ponto alto desta divisão no sindicalismo local deu-se em 1991, nas eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Vestuaristas e Calçadistas de Criciúma. Duas chapas, uma apoiada pelo PT e ligada à CUT e outra, ostensivamente apoiada pelo PSDB e pela intersindical, disputam o sindicato. O candidato à reeleição, na chapa cutista, era o então presidente do Sindicato dos Vestuaristas, Ísio Inácio da Silva, o Hulk - também presidente da CUT regional Sul. A campanha eleitoral foi acirradíssima, marcada principalmente por uma guerra de informações e contra-informações e acusações mútuas. A chapa encabeçada por Hulk fez 83% dos votos da categoria, afirmando, na época, sua liderança na categoria.

O principal articulador da chapa de oposição à Hulk era o sindicalista José Natalício Vieira, o Bizezo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Químicos Plásticos de Criciúma que, após ter sido impedido de ser candidato a vereador pelo PT em 1988, desfiliou-se do partido e ingressou no PSDB. Este "racha" existente no movimento sindical contribuiu para inviabilizar uma aproximação entre PT e PSDB em 1992, como era a intenção do PT. Estes fatores foram determinantes nas coligações e nos resultados eleitorais pois, não apenas dividiu o campo das esquerdas como fortaleceu ainda mais o poderoso e "popular" PMDB de Criciúma.

Em contrapartida, se observarmos a lista dos candidatos a vereadores pelo PMDB em 1988 e que apoiaram o candidato do PT em 1992, somente três dos 63 candidatos engajou-se na campanha do PT: o médico e ex-secretário de saúde de Criciúma, Orasil Coelho Pina. o advogado trabalhista Jair Cabral e o líder estudantil, Luiz Eli Medeiros, que se filiou ao PPS em 1992. Cabral por motivos de saúde, não participou da campanha de 1992. Filiou-se ao PT em 1994. Orazil, veio a se filiar, em 1995. Embora, dentre os filiados do PT que migraram para o PMDB em 1992, somente José Francisco Hilariano tenha sido eleito (fez 1.141 votos

em 92, contra 487 em 1988), deve-se destacar que a dissidência petista contribuiu para enfraquecer a viabilidade eleitoral do candidato do PT, criando, em contrapartida, o favoritismo peemedebista. Além disso, há de se reconhecer o significado ideológico e simbólico da dissidência petista: refiro-me ao fato, muito explorado durante a campanha de que, enquanto o candidato do PMDB, Eduardo Moreira, tinha o apoio dos aposentados e das lideranças sindicais de Criciúma, Milton, por sua vez, só teria o apoio dos sindicalistas considerados "responsáveis pela baderna, os tumultos e as greves que inviabilizavam economicamente a cidade".

O efeito desta campanha foi, do ponto de vista eleitoral, simplesmente avassalador. Os resultados apareceram nas urnas: o candidato do PT fez praticamente a metade do número de votos em relação à campanha de 1988 e o partido elegeu apenas um vereador em Criciúma. Nenhum na região carbonífera.¹⁷

7.3 - O eco das urnas: grevismo, aposentados e futebol

As pesquisas pré-eleitorais (survey), realizadas pela Fucri JM nas eleições municipais de 1992 indicavam as causas de rejeição e intenção de votos aos três principais candidatos a prefeitura de Criciúma. Cada candidato, segundo as pesquisas teria alguns motivos para que os eleitores de Criciúma o rejeitasse nas urnas. Assim, vimos que a rejeição ao candidato Moacir Fernandes, da União, devia-se principalmente ao fato de "misturar política com futebol". Segundo essas pesquisas - que os candidatos adversários trataram de divulgar amplamente - os eleitores de Criciúma reagiram negativamente ao candidato do PDS/PFL por ter se aproveitado de sua condição de presidente do Clube e do próprio Criciúma E.C. e fazer proselitismo político-eleitoral. O segundo principal motivo da rejeição a Moacir Fernandes teria sido sua ligação com a administração Altair Guidi, ou seja, por ser "candidato da situação".

¹⁷. Não entrarei no mérito nem nos "argumentos" utilizados pela cúpula do PMDB para conseguir apoio e desfiliação de inúmeros petistas em Criciúma. A dissidência não se resume aos candidatos e ex-candidatos. Sei apenas que o assédio foi muito forte por declarações de companheiros de partido que foram assediados. João Batista, por exemplo, que recusou as "ofertas" peemedebistas, falou-me das recompensas políticas e "materiais". O PMDB estava determinando não apenas a vencer as eleições mas norteava-se por uma causa "nobre": salvar a cidade de um perigoso grupo de agitadores, impedir o crescimento do PT e, se possível, aniquilá-lo politicamente. Além disso, deve ter pesado na cabeça daqueles que "decidiram" abandonar as fileiras petista o fato de que era estupidez permanecer num partido que "nada oferecia, apenas exigia sacrifício dos seus militantes", como reclamou-me José Hilariando, ao se justificar sobre sua saída do PT e seu ingresso ao PMDB.

Em relação ao candidato Eduardo Moreira, da Unidade Popular, a rejeição devia-se ao fato candidato, enquanto deputado federal, "não ter feito nada em favor de Criciúma" e, principalmente, por ter, segundo os entrevistados, votado na Constituinte de 1987 "contra os aposentados"¹⁸. Por sua vez, o candidato da Frente Popular, Milton de Oliveira, teve sua rejeição ligada a dois motivos interrelacionados: por causa do seu partido, o PT e por causa do "grevismo". O PT nas eleições de 1992, segundo essas pesquisas, apareceu como o partido mais rejeitado perante o eleitorado em função "das greves e os dos tumultos" que seus filiados faziam na cidade. Dos três motivos de rejeição acima indicados, percebemos que o mais amplamente difundido na cidade (e na região) foram aqueles atribuídos e/ou vinculados ao candidato do PT.

As mesmas pesquisas, indicavam a intenção de voto dos eleitores, cujos percentuais estão reunidos no quadro seguinte para que leitor tenha uma visão de conjunto das cinco pesquisas realizadas pela Fucri e publicadas pelo JM. Os dados indicam a evolução da campanha eleitoral em Criciúma, isto é, as variações dos percentuais de intenção de voto e de rejeição ao três principais candidatos no pleito de 1992:

Quadro 19 - Intenção de votos e rejeição aos candidatos principais nas eleições de 1992, em Criciúma

DATAS	MOACIR (PDS/PFL/PTB)		EDUARDO (PMDB/PSDB/PCdB/PSB/PCB)		MILTON (PT/PPS/PV)	
	Intenção de votos	Rejeição de votos	Intenção de votos	Rejeição de votos	Intenção de votos	Rejeição de votos
1ª pesq. (08-09/08)	9,7%		34%		8,4%	
2ª pesq. (22-23/08)	11,2%	17,2%	30,6%	10,2%	8,9%	9,8%
3ª pesq. (05-06/09)	16,3%	23,7%	34,7%	11,3%	9,8%	16,7%
4ª pesq. (09-10/09)	23,3%	20,6%	36,9%	16,3%	8,8%	15,6%
5ª pesq. (26-27/09)	29,2%	19,4%	33,7%	19,7%	8,9%	19,9%

Fontes: Fucri/Jornal da Manhã

Uma observação inicial destes resultados é que, na pesquisa de 8 de Agosto de 1992, além aferir os índices de rejeição e de intenção de votos, foi aferida a inserção dos partidos junto ao eleitorado de Criciúma, isto é, os entrevistados foram questionados como decidem

¹⁸Segundo o DIAP, Eduardo Pinho Moreira votou a favor da proteção da empresa nacional e nacionalização do subsolo, a favor dos cinco anos para Sarney, disse Não ao monopólio de distribuição do petróleo e não à aposentadoria proporcional, defendida pelos aposentados o que lhe valeu, segundo o DIAP, nota 3 (três) na Constituinte. DIAP. "Quem foi quem na Constituinte?", Cortez, 1988, p. 561.

seus votos: se votam no candidato ou se votam no partido? 84,9% responderam que votam na pessoa, isto é, no candidato e apenas 10,7% dos eleitores entrevistados afirmam que decidem seu voto em função do partido. 4,3% não opinaram sobre este ponto. Este dado preliminar é importante porque permite relativizar algumas interpretações dos resultados desse tipo de pesquisa, na medida em que 85% dos eleitores em uma cidade "politizada" como Criciúma, definem o voto "dependendo da pessoa" do candidato e não em função do programa ou dos partidos. Este ponto é, no mínimo, preocupante. Os dados e problemáticas decorrentes deste tipo de "instrumento de análise" - devem ser relativizados também - ou "considerados com muito cautela", por um segundo motivo: como "indicadores" de opinião, estão sujeitos a erros e à manipulação. Irei considerar aqui, pela seriedade das duas instituições que fizeram a pesquisas (Jornal da Manhã e Fundação Universitária de Criciúma), em que pese eventuais erros, não considerarei, aprioristicamente, a possibilidade dos dados serem manipulados. Feito estas ressalvas, quero refletir com o leitor sobre o seguinte:

Sem considerar o intercurso de uma pesquisa e outra e as variações que houve ao longo da campanha, o relevante nestas pesquisas - para os propósitos deste estudo - é o fato delas confirmarem que todos os três candidatos encerraram suas campanhas com um índice de rejeição na casa dos 19 pontos percentuais: Moacir, 19,4%; Eduardo, 19,7% e Milton de Oliveira, 19,9%, portanto, um empate técnico. Para efeito de análise dos resultados eleitorais, seria difícil dizer quais dos três "perderam" mais votos em função dos índices de rejeição aferidos: seria Milton de Oliveira que teve sua rejeição ligada a imagem do partido que "só faz greve" e promove "a baderna" na cidade? Seria o Eduardo Moreira que sofreu rejeição por "não ter feito nada por Criciúma e por votar contra os aposentados"? Ou Moacir Fernandes por ter "misturado" política com futebol?

É difícil, por estes indicadores, avaliar os resultados eleitorais. O que me leva a concluir que, para as derrotas de Moacir e Milton e a vitória de Moreira, houve fatores históricos, estruturais e conjunturais que foram determinantes nas opções dos eleitores criciumenses. Vejamos, então, o que poderia ter acontecido no processo eleitoral de 92 em relação a cada um dos três candidatos analisados.

O insucesso de Moacir: para além de misturar política com futebol

Moacir Fernandes, notabilizou-se na vida pública por seu desempenho junto ao Criciúma Esporte Clube. Antes de ser o candidato do PDS, disputou internamente com Guido

Búrigo, que também deseja sua indicação. Na convenção, Moacir foi vitorioso e Guido aceitou ser o vice. Guido seria o candidato "mais natural do PDS" e tinha, na época, ao que parecia, apoio de Altair. Mas, para disputar com o PMDB, o PDS precisava fazer uma coligação mais ampla possível e era impensável disputar a eleição de 1992, sem aliar-se ao PFL. O PFL que tinha como pré-candidato o deputado Vânio de Oliveira, entre Guido e Moacir, preferia este último. Vânio de Oliveira abdicou de sua candidatura em favor de Moacir. O PFL não apoiaria Guido Búrigo. Resultado, vendo seu candidato preterido, Altair não assumiu a candidatura de Moacir. Sem o apoio de Guidi, ficou enfraquecido.

Mas há um segundo fator: o fator PL. O Partido Liberal, influenciado pelo deputado federal Jarvis Gaidzinski, não apoiava nenhum dos dois candidatos do PDS. Jarvis saiu do PDS, fundou o PL, e apoiou seu subordinado nas empresas Eliane, Ênio Coan. Os 4.585 votos de Coan foi menor que a diferença de votação obtida por Moacir e Moreira (6.359 votos) Moacir fez 27.341 votos e Moreira 32.721 votos. Mas, a União não uniu o PDS ao PFL e encontrou, nas eleições, a oposição do PL. Esta "desunião" das elites locais, diminuiu as chances de Moacir. Já estava em curso, desde 1992, o divórcio entre os seguidores de Espiridião Amim e os seguidores de Jorge Bornhausen. Isso se refletiu em Criciúma e em outras cidades de Santa Catarina, fato que se consumou, dois anos mais tarde quando o divórcio entre PFL e PDS foi sacramentado. Isto explica o desempenho de Moacir em Criciúma, pois teve reflexos nas lideranças e no eleitorado desses partidos.

PT versus PMDB: disputa de aliados e de uma base comum

Em relação ao desempenho de Milton e do PT, penso ter em parte já analisado quando tratei das coligações dos partidos da Frente Popular. Mas existem outros aspectos ligados a trajetória da candidatura Milton/PT, que certamente influenciaram em seu desempenho eleitoral - fatos intimamente relacionados ao bom desempenho de Eduardo - razão pela qual analiso a performance dos dois candidatos conjuntamente, pois ambos concorriam e disputavam o perfil popular e oposicionista na cidade. Vou relatar, inicialmente, um episódio que aconteceu em 1991.

Lembrava que sobre Eduardo, desde a Constituinte de 1987, existia muita resistência por parte de setores de esquerda e dentro do PMDB por que seu nome, além de vincular-se ao empresário e minerador Realdo Guglielmi; como deputado na Constituinte de 1987 foi membro do Centrão; perdeu as eleições em 1988 por isso e, por último, devido sua

participação no Congresso, estava desgastado junto aos aposentados. As esquerdas em Criciúma, especialmente o PT, explorava este perfil político de Moreira: além de ser do Centrão, não teria dado o menor apoio aos aposentados que, em 1991 estava fortemente mobilizado em Criciúma na luta pelos 147%, como vimos. Os aposentados vinham se organizando desde de 1986. O movimento tinha o apoio das lideranças do PT e do sindicato dos Mineiros. Boa parte de suas conquistas e mobilizações deveu-se a este apoio.

Quando aconteceu o episódio da ponte em Florianópolis, vimos, os aposentados foram violentamente reprimidos pela Polícia Militar. Um dos parlamentares presentes naquele episódio era Eduardo Moreira, pré-candidato do PMDB à prefeitura. Como era recesso parlamentar, Milton estava em Foz do Iguaçu, em férias com a família. No dia 9 janeiro de 1991, Eduardo iniciava sua campanha vitoriosa à prefeitura de Criciúma e Milton (pré-candidato do PT), selava sua segunda derrota para a prefeitura de Criciúma. Eduardo Moreira, de candidato rejeitado pelos aposentados, passou a ter, no final da campanha, o apoio da maioria dos aposentados e suas lideranças; de candidato rejeitado e até odiado, tornou-se "amigo" dos velhinhos, a começar pelos presidentes das duas Associação organizadas em Criciúma e Rio Maina.

Que aconteceu? *"Eduardo apanhou da polícia na ponte por que estava do lado dos aposentados e Milton estava curtindo sua boa vida num hotel de cinco estrelas, em Foz de Iguaçu"* - eis o que era dito nos comícios do PMDB, nas "centrais de fofocas" montadas em pontos estratégicos nos bairros e vilas de Criciúma.

Lances como estes, criados durante a campanha, faziam parte de toda uma estratégia eleitoral: para vencer Moacir e a União, o PMDB precisava ser, não apenas oposição a Altair, mas uma oposição "de esquerda" e, para isso, era fundamental montar uma Frente com os outros partidos de esquerda de tal forma garantisse, ao mesmo tempo, essa performance e isolasse politicamente o PT, diminuindo ou dividindo sua força nos movimentos sociais, especialmente no movimento sindical. Para isso era preciso "minar" o sindicalismo combativo na cidade, "queimar" suas principais lideranças, estigmatizar a luta de resistência dos trabalhadores.

A estratégia política montada para vencer as eleições foi uma combinação de duas táticas: 1) "quebrar" a coluna dorsal do PT: o sindicalismo; 2) elaborar um discurso eleitoral da crise, atribuindo ao PT, leia-se, aos sindicalistas da CUT pelas as causas do desemprego, do grevismo, da desindustrialização em Criciúma e na região. Foi assim que, em Criciúma, além das influências do poder econômico, da máquina político-partidária e das lideranças, foi

determinante nos resultados eleitorais, este fator ideológico, extremamente poderoso num período marcado pela crise e recessão.

O imaginário dominante construído antes, durante e depois das eleições garantiu o monopólio das elites no controle do poder local. Isto foi possível graças a combinação de vários "instrumentos" ou procedimentos táticos-eleitorais: dos fatos criados como o episódio da ponte para "limpar" a imagem do candidato do PMDB e "queimar a imagem do candidato do PT" aos discursos que atribuíam "as greves e aos grevistas" a causa da recessão, do fechamento de empresas e do desemprego; da capacidade de articulação (de interesses) dos partidos "de esquerda" em Criciúma à capacidade de articulação de lideranças do meio popular e sindical em favor da candidatura Eduardo; de "médico" privatizante, terminou a campanha comprometido com a retomada da experiência de saúde pública feita na gestão José Augusto Hulse; do apoio de empresários peemedebistas ligados ao setor carbonífero (Realdo Guglielmi) aos apoios de outros mineradores (Grupo Catarinense, por exemplo) à sua campanha - a do apoio junto ao empresariado de outros setores produtivos como do setor têxtil que historicamente apoiavam a Arena/PDS. Motivo: Eduardo vai "retomar o desenvolvimento, dar "volta por cima" defendida pela Acic e, ao mesmo tempo, extirpar o radicalismo petista e cutista da cidade. Isso agradava muito as elites locais.

Por outras palavras: além dos discursos temos de considerar outros fatores determinantes nos resultados eleitorais - embora deva-se dizer que também os discursos são uma forma de ação, uma prática mobilizadora e formadora de opinião, de interesses e uma máquina de aliciar eleitores e fazer votos. Intencionalmente ou não, a estratégia peemedebista nas eleições de 1992 foi bem sucedida: venceu as eleições e freou os movimentos sociais, dividindo o sindicalismo e as esquerdas em Criciúma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Não quero fazer a história da Revolução de 1848; somente procuro **redescobrir** o rastro de meus atos, de minhas idéias e de minhas impressões em seu transcurso" (Alexis de Tocqueville)*

Quando comecei a desenhar o objeto desta dissertação, estava interessado em analisar os discursos das elites políticas e empresariais de Criciúma no contexto da crise, do desemprego e recessão que se abateu sobre a cidade e região carbonífera no início dos anos 90. Tendo como "pano de fundo" o acirramento dos conflitos de classes, as greves, os movimentos sociais e sindicais de Criciúma, interessava-me pensar o processo de constituição de um imaginário que se tornou dominante na cidade no período e teve um impacto maior no curso das eleições municipais de 1992.

Desde o início, pretendia investigar "o uso eleitoral da crise", isto é, saber como as elites locais - a partir dos conflitos Capital versus Trabalho - utilizaram eleitoralmente a crise. Instigava-me saber, naquele momento, como as elites locais foram capazes de elaborar um discurso (e uma estratégia) que ao mesmo tempo freasse os movimentos sociais e a ação dos sindicatos e influenciasse no processo eleitoral de 1992.

Embora partisse "do que aparecia", do que se manifestava nas falas, discursos e participações públicas dos empresários, agentes políticos e formadores de opinião, tinha outras motivações sobre as quais me ancorava e me desafiavam ir *além das aparências*. No fundo, perguntava-me: porque aqueles discursos tornaram-se dominantes? Como foram se constituindo? Por que e quais os atores que imputavam às greves, à CUT e ao PT a responsabilidade pela crise, pelo fechamento de empresas na cidade, etc. Na medida que

desenvolvia a pesquisa, comecei a perceber que as respostas que buscava não estavam apenas no presente, naquela conjuntura específica e no processo eleitoral de 1992, como havia pensado no projeto inicial. Fui encontrar, no passado, algumas explicações do presente. Por quase três anos debruzei-me sobre a sociologia política, a história da cidade e seus movimentos sociais; refleti sobre seus atores, sua trama política e histórica, sua memória e o imaginário da cidade. Aos poucos fui compreendendo que aquelas representações negativas sobre Criciúma no início da década, aquele imaginário que responsabilizava a CUT e o PT como responsáveis pela crise, pela evasão das empresas na cidade não eram apenas construções ideológicas das elites atuais. As próprias elites não eram, nem são atuais - no sentido de contemporaneidade e modernidade, mas portadoras de uma tradição, melhor, de um tríplice tradição matizada na economia, na política e na ideologia da mineração.

A ideologia e a economia da mineração

Vimos na primeira parte deste estudo que Criciúma foi, ao longo de sua formação social e histórica, constituída por distintos grupos de elites. Os três períodos aqui convencionados como colonização (1880-1930), mineração (1930-1980) e diversificação (1980-1995) correspondem, em minha análise, à hegemonia de três formações de elites locais. Assim, tivemos, um período da história hegemônico pelos comerciantes; um período hegemônico pelos mineradores e um terceiro, onde os mineradores compartilham o poder local com outros grupos econômicos.

A fase hegemônica pelos coronéis do comércio, não traz nenhuma ordem de problema no sentido de afirmar que, realmente, até o fim da chamada República Velha, os comerciantes eram a força social, econômica, política e ideológica principal e dominante na cidade. Nesta fase, predominante rural, as elites de comerciantes exerceram a chefia do poder local respaldados pelas oligarquias dominantes no Estado.

Num segundo momento, tivemos a ascensão dos mineradores. Vimos que os mineradores, mais do que uma dominação de classe, exerceram em Criciúma um tipo de dominação corporativista-setorial-estatal em muitos aspectos semelhantes ao que a literatura sociológica e histórica de matiz weberiana chama de padrão ou modelo patrimonialista de dominação. A dominação patrimonialista - uma das chaves de leituras utilizadas no estudo de Criciúma - consubstanciada na relação (umbilical) entre Estado e mineradores, entre patrimônio público e patrimônio privado, levou-me a considerar que por muitas décadas, além

de Criciúma depender, basicamente, do exclusivismo da mineração, dependia, sobretudo, da tutela do Estado, das decisões políticas governamentais. A cidade se fez cativa do governo federal, graças a intermediação dos donos das minas, seus representantes e ideólogos. Esta dependência - traduzida na existência de uma reserva de mercado para o carvão, na definição dos preços e quotas que cada minerador obtinha na partilha do "ouro negro" - fez com que, vários mineradores de Criciúma combinassem sua situação de empresário com a de mandatário. A presença dos mineradores na vida política local é abusivamente demonstrada neste texto. Quando não é o dono da mina ou membro de sua família a disputar e/ou exercer um mandato público, este segmento empresarial elege seus "brokers", isto é, intermediários do poder local, estadual e nacional. Em nome dos interesses públicos, da cidade ou região, os mineradores acumularam fortunas, ^{prestígio} prestígio e poder. O Estado - e a elite dirigente formada em torno da mineração - praticamente determinou, por décadas, as bases do desenvolvimento local. Mas o carvão - pedra fundamental do progresso - foi, também, como revelaram os próprios empresários aqui citados, freio do desenvolvimento e obstáculos à diversificação econômica.

No terceiro período considerado, que sucedeu ao exclusivismo da mineração e corresponde à fase de diversificação, constatou-se que, além da presença dos mineradores, entraram em cena novos grupos empresariais e atores sociais e políticos ligados aos setores têxteis, metalúrgicos, plásticos, químicos, serviços, transportes, entre outros. Os mineradores - e os trabalhadores nas minas - aparecem no bojo da crise do carvão, nas movimentações sociais, nos conflitos nas minas, nas greves de ocupação. As dificuldades no período de desregulamentação da economia do carvão, processada pelo governo Collor e cujo desmonte já vinha ocorrendo desde o governo Sarney, foram sentidos desigualmente por empresários e trabalhadores. Com o fechamento e privatização da CSN, os conflitos trabalhistas na cidade envolvendo a categoria dos mineiros se agravaram. No rastro da crise em Criciúma, no quadro de reestruturação do capitalismo que se processava no plano nacional e mundial, foi possível detectar o impactos destas mudanças na tessitura social, econômica e política da cidade.

O contexto, neste terceiro período, é o da diversidade e complexidade sócio-econômica, da disputa política, empresarial e partidária pela hegemonia no poder local. Por outro lado, os grupos dominantes, organizados em partidos, sindicatos ou associações de classe, apresentam suas "explicações sobre a crise" e suas alternativas. Enquanto os setores ligados à mineração buscavam sobrevida ao impacto das mudanças de regime de acumulação de capital e de regulamentação social já materializadas na cidade, os demais atores desta trama

urbana "apresentavam" suas saídas: por um lado "a união do Sul" e, por outro, "a globalização". As duas alternativas apresentadas em fóruns e seminários promovidos pela ACIC - Associação Comercial e Industrial de Criciúma e pelo Jornal da Manhã, são expressões desta diversificação e da necessidade de se encontrar "alternativas" ao carvão.

Aquele que pensava, como eu, que tais mudanças significaria "o fim da mineração", se enganara profundamente. A força histórica da ideologia da mineração se mantém na nova conformação social e política das elites nos anos 80 e 90. Mesmo com a reestruturação do *oikós* e que significaram estas mudanças na esfera econômica local; mesmo com a reestruturação da *pólis* e o que representou, numa cidade como Criciúma, o fim de cinco décadas de hegemonia dos mineradores, mesmo assim, continua forte, no imaginário da cidade, o corporativismo místico da mineração que ressurgiu, ainda neste ano de 1995 em novas roupagens, com preocupações globalizantes e ambientalistas. O carvão agora é apresentado não apenas como "a salvação do sul", mas como a "energia do século XXI". Pelos menos em relação ao meio ambiente, ideólogos e representantes do setor, mudaram o discurso e se declaram, finalmente, preocupados com a degradação ambiental. Quase cem anos depois da extração de carvão e da violência exercida sobre corpos e vidas dos trabalhadores das minas, após a cidade ultrapassar o limite da degradação ambiental e da desqualidade da vida, os senhores mineradores, respaldados por segmentos do sindicato dos mineiros, voltam à cena para falar da "ressurreição do carvão".

O recente compromisso assumido entre o governo do Estado, através da CELESC, com grupos multinacionais interessados em construir mini-usinas termelétricas nas bocas das minas, pode representar o último suspiro da mineração. Com a desregulamentação da economia (que em poucas palavras significa retirada do Estado central na política mineral) e o processo de privatização e internacionalização em curso patrocinado pelos governos Collor e FHC, a indústria do carvão, finalmente, prepara-se para a terceira revolução tecnológica. O problema é que é sequer viveu a primeira, isto é, não superou sua forma predadora e superexploradora da mão-de-obra e da natureza o que, em tese, os descredencia nesta empreitada - salvo se houver mudanças substanciais e não tímidas iniciativas para abrandar os efeitos dramáticos dos efeitos da exploração do carvão.

O uso eleitoral da crise

Minha hipótese inicial era que aquele discurso dominante na cidade e na região, além de servir como freio aos movimentos dos trabalhadores, influenciou os resultados das eleições a partir da formação das alianças partidárias que dividiram o campo das elites e o campo dos trabalhadores. Como constatamos, isto de fato ocorreu.

Os dados apresentados, bem como as "falas" dos empresários dão conta mais amplamente das razões que levaram algumas empresas a saírem de Criciúma: em última instância, obter mais lucros através da exploração (intensiva) da mão-de-obra. Penso ter exaustivamente demonstrado que o discurso que imputava ao PT e à CUT a responsabilidade pela crise e/ou evasão de empresas da cidade, não passou de uma cantilena das elites. Estas, articuladas e sintonizadas ao mercado nacional/internacional, numa expressão econômica liberal e moderna, preocupadas com a projeção positiva da imagem da cidade se revelam em suas contradições: de um lado, vimos o empresário tradicional típico que, para lucrar e se enriquecer, utiliza-se de formas mais antigas e predatórias de utilização da mão-de-obra, fugindo o máximo possível de qualquer custo social ou compromisso de mais longo prazo com os trabalhadores; de outro, o empresário moderno e democrático, liberal ou neoliberal, aberto ao diálogo e sensível às demandas dos trabalhadores, chamados agora de "colaboradores". Estes "tipos", evidentemente, não são puros, para usar uma expressão weberiana clássica.

Na maior parte das vezes, o mesmo empresário que articula um discurso liberal e moderno, revela-se um conservador, tradicional e autoritário, seja nas práticas, seja nos discursos mais reservados. Portanto, esta parcela da "sociedade" denominada empresariado, ao fazer o discurso de imputação da radicalidade aos trabalhadores ou um segmento representativo deles, encobre uma tendência radical de alguns setores empresariais quanto as formas de produzir seus produtos e tratar os trabalhadores. Vimos como em Criciúma, foi desenvolvida uma estratégia de pacificação dos trabalhadores, de regulamentação da cidadania e contenção desses trabalhadores nos limites do arco de direitos formalmente estabelecidos como direitos do cidadão comum.

Para efeitos eleitorais, era interessante para o conjunto do empresariado aceitar a hegemonia deste discurso mais radical do empresariado, que imputava ao PT e à CUT a causa dos males da cidade. O texto mostra que enquanto segmentos do empresariado chamavam a atenção para o quanto as relações entre Capital e Trabalho haviam amadurecido em Criciúma, sendo inclusive, o empresariado local apontado positivamente por outros empresários, partidos

representativos da elites locais como o PMDB, transformaram o discurso social da crise em discurso eleitoral da crise. Em 1992, as elites locais encontraram um mote eleitoral eficaz e para tal dispunham dos principais meios de comunicação (e formação): rádio, jornal, televisão na cidade. Além disso, foram, ao tudo indica, bem sucedidos em sua estratégia de cooptação e/ou articulação com segmentos dos movimentos populares. As elites realizam, portanto, uma ação de amplo espectro. O quanto esta ação é coordenada entre si? Difícil de responder, mas os resultados demonstram a eficácia da mesma.

Além dos donos, a cidade

Baseado na formulação inicial de que "aqueles discursos e explicações sobre a crise" se tornara num poderoso instrumento ideológico nas eleições de 1992, e fora uma criação das elites locais, especialmente dos setores empresariais e políticos mais conservadores, achei apropriado intitular meu estudo de **Os donos da Cidade**. "Donos", foi um termo alternativo para expressões mais em voga nos estudos sobre empresários tais como "elites", "classe dominante", "burguesia", "capitalistas". Foi inspirado, como vimos, na obra de Raymundo Faoro, "Os donos do poder". O autor refere-se ao poder da classe dominante que, no Brasil, se baseia em relações patrimoniais. Um poder instituído por uma minoria insensível à maioria da população que supostamente representa; o poder de uma classe que, mesmo condicionada por forças econômicas e sociais, *"está acima do país que não tem força para dominá-lo ou eliminá-la"*.

No meu estudo queria "provar" - coloco entre aspas intencionalmente - que aqueles discursos, aquelas explicações sobre a crise foram uma criação dessas elites - os donos da cidade - representadas pelos grupos empresariais e partidos políticos das classes dominantes. Esses grupos, formados por agentes políticos e líderes empresariais, se utilizaram da crise para regular e controlar a ação da cidadania e frear os movimentos sociais e sindicais combativos na cidade, mantendo, desta forma, o domínio político local. Se, por um lado, é correto afirmar que se tratava de uma construção imaginária das elites locais, por outro, é preciso reconhecer que determinadas práticas, gerenciadas principalmente junto aos movimentos sociais dos mineiros (e em parte dos vestuaristas), acabaram originando e/ou reforçando aquelas representações negativas da cidade, realimentando o próprio discurso das elites interessadas em repercutir a crise e responsabilizar determinados atores sociais. Quando um dos entrevistados disse-me que, em determinado momento da história, Criciúma parecia ser "uma

cidade sem donos" percebi, que estava ali - no contraponto entre "os donos da cidade" e "uma cidade sem dono" - o núcleo de minhas preocupações, de minhas "intuições" que até então não havia formulado.

Já havia refletido, como Volpato, que "os sentimentos de injustiça" diante da opressão e desigualdade social favoreciam a organização das "*práticas de resistência*" do grupo de trabalhadores mineiros⁷. Ao mesmo tempo, com base nesta condição social e histórica desses trabalhadores e pelo papel estratégico que o carvão representava no desenvolvimento da cidade e da região - facilitada pela prática de ajuda-mútua entre mineiros e mineradores incentivando greves e ocupações e dando inclusive sustentação logística aos movimentos de mineiros (por exemplo: doação de ônibus, de passagens de avião, de combustível) - o grupo dirigente dos mineiros, a partir destas práticas de resistência, organiza também, *a prática da dominação*, do autoritarismo e, em certos momentos, do totalitarismo - não apenas sobre a própria categoria, mas também sobre seus companheiros de Sindicato, da CBCA e do próprio Partido dos Trabalhadores.

Ocorreu-me pensar, num determinado momento do desenvolvimento deste trabalho que (1) , a despeito do oportunismo eleitoral de partidos e agentes políticos locais que se utilizaram da crise para obter vantagens eleitorais e (2), considerando o interesse de parcela do empresariado representado pela Acic - Associação Comercial e Industrial de Criciúma - em pacificar o sindicalismo local, esses resultados só foram conseguidos em consequência de práticas políticas-sindicais de trabalhadores que, no mínimo, facilitaram a ação das elites na consecução dos objetivos pretendidos, seja elaborar discursos para desqualificar e deslegitimar os trabalhadores e implementar estratégia de regulamentação e controle do sindicalismo local.

Penso que as reflexões feitas neste trabalho, possam, de uma forma ou de outra, contribuir, pelo menos, para se pensar, com mais carinho, sobre os temas aqui desenvolvidos, as perspectivas desenhadas e as alternativas que possam ser construídas. Todo esforço deste trabalho foi no sentido de descobrir o véu da ideologia e pensar na possibilidade de que outros caminhos poderão ser percorridos pelos cidadãos criciუმenses e catarinenses que vivem no Sul de Santa Catarina. Não basta, porém, conhecer-se a realidade, pensá-la e desocultá-la, é preciso transformá-la a começar pelos três aspectos (dominação, sujeição e resistência) da tradição cultural e política da mineração, que na experiência cotidiana e histórica estão imbricados e interligados, embora possam, discursivamente, serem diferenciados.

Para onde caminha a cidade?

Finalmente, cabe lembrar que a análise pretendeu desvendar a experiência de poder em Criciúma e desenhar o perfil das elites locais consideradas em suas relações com os movimentos sociais na cidade, especialmente o movimento sindical. Com base nas análises feitas ao longo dos sete capítulos que compreendem este estudo, pode-se concluir que, as elites de Criciúma, embora realizam ações comuns, estão divididas. Mas a divisão e a luta intra-classe não é um privilégio dos setores dominantes, pois também o campo dos trabalhadores é literalmente repartido. No campo das elites, vários grupos (empresas ou partidos) no poder em Criciúma, vêm, historicamente, dirigindo a Cidade. São minorias sociais que se declaram não apenas representantes dos grupos ou segmentos que integram, mas apresentam-se como "interpretes" dos anseios de toda uma região, como porta-vozes da "sociedade" e/ou escudeiros da cidade. Assim se definem as elites no poder local.

O estudo procurou mostrar que, além das elites (os donos das minas e de outros grupos empresariais, membros ativos de partidos políticos e ocupantes de cargos públicos), além desses "donos do poder", a cidade de Criciúma se caracteriza por seus movimentos sociais, sindicais e populares, de trabalhadores e cidadãos que lutam pelo direito à cidade e à cidadania, muito mais que pelo poder.

Mas, a cidade das lutas, ou "a cidade dos negócios" - como querem os empreendedores de Criciúma - está órfã de um projeto de vida, de cidade e cidadania. Ou seja, está para se elaborar e implementar um projeto de desenvolvimento sustentável alternativo ao modelo que já se mostrou historicamente insustentável: o modelo baseado na mineração. Tal projeto e as mudanças que possivelmente deles advirão só serão possíveis se mudarmos o próprio modo de pensar e se construir a cidade. Os mineiros, neste sentido, poderiam desempenhar um papel importante nesta transformação - desde que conseguissem romper com o corporativo setorial que os mantém prisioneiros dos interesses dominantes e somassem aos demais segmentos dos trabalhadores com sua experiência de luta, de busca obstinada pela justiça e capacidade de resistência.

Parece-me fundamental conhecer melhor a cidade e, no limite do possível, romper com o modelo patrimonialista de dominação forjado sob a máscara liberalismo, vale recordar, mantido graças a promiscuidade entre o patrimônio público e o patrimônio privado e a cumplicidade entre elites mineradoras e governantes.

As mudanças ocorridas na estrutura produtiva e empresarial nas últimas décadas, se por um lado retirou a mineração da base de desenvolvimento da cidade, por outro não impediu que os protagonistas do setor carbonífero continuassem politicamente fortes em Criciúma e, de certo modo, ideologicamente dominantes. Nem mesmo o empresariado emergente, representativo dos outros ramos produtivos, conseguiu elaborar um discurso e apontar saídas ou políticas de desenvolvimento que pudessem alterar os rumos da história local. Tal é a força da *ideologia da mineração* que uma cidade diversificada e reestruturada economicamente, nos últimos anos, deputados, prefeitos, vereadores e candidatos, de vários partidos, de esquerda ou de direita, fazem da mineração o mote político-eleitoral, reduzindo a um segundo plano outras alternativas de desenvolvimento da cidade e da região.

As "saídas" para a crise, indicadas pelo empresariado nos Eventos aqui analisados e traduzidos na "Carta do Sul", na "Defesa do Cidadão Comum" e no "Sul se Encontra" expressam este embate, esta disputa de perspectivas. Não se vê, no entanto, alternativas. O interessante é que, em Criciúma, a ideologia neoliberal é atravessada, ao cabo e ao largo, pela ideologia da mineração. É a máscara do conservadorismo travestida de um discurso pós-moderno. Modernização conservadora, via passiva, revolução pelo alto, transição intransitiva, numa palavra: o futuro construído sob as amarras do passado - o que demonstra que a história não é linear nem a cidade se desenvolve no sentido do progresso, do presente para o futuro, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, do tradicional ao moderno.

Vimos nesta dissertação que caminhos inversos se entrecruzam nos labirintos da cidade. No processo de reestruturação do *oikós* e de reestruturação da *pólis*, a cidade permanece, em parte, refém de seus antigos donos e ideologias. Certamente o contra-discurso para o qual este trabalho aponta terá pouco efeito prático se aqueles que se recusam a servidão nada fizerem para reinventar a cidade e a própria cidadania. Espero, com este trabalho de pensamento que não quer ser cúmplice, resignado ou doutrinário, pelo menos, tenha contribuído para resgatar a memória, recusar a amnésia e re-pensar nossa história. A história de uma cidade que precisa seguir outros rumos, se libertar de vez das amarras do passado patrimonialista até que não haja mais donos ou servos, apenas cidadãos e cidadãs que querem tão somente fazer valer, à todos, o direito à cidade.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABRAMO, Laís Wendel. *Empresários e Trabalhadores: novas idéias e velhos fantasmas*. Caderno CEDEC, nº 7, 1985.
- AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador de Santa Catarina - Táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1991.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, "O corporativismo em declínio?". In Dagnino, E. *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 51-57.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *A cidadania ativa*. São Paulo. Brasiliense, 1991.
- BERNARDO, João. *A reestruturação capitalista*, mimeo. 1995.
- BERNARDO, João. A autonomia nas Lutas Operárias. In: *Organização, Trabalho e Tecnologia*. São Paulo, Editora atlas, 1986, p. 103- 114.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- BOTTOMORE, T.B. *As elites e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Zaar, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierra. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BRESCIANI, Maria Stela. *Permanência e ruptura no estudo das cidades*. Mimiografado.
- BRUNO, Lúcia. "Gestores: a prática de uma classe no vácuo de uma teoria". In: *Organização, Trabalho e Tecnologia*. São Paulo, Editora atlas, 1986, p. 115-141.
- BRUNO, Lúcia. *O que é autonomia operária*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BUZANELLO, Edeamar. *Empresariado, organizações e processos sócio-político em Santa Catarina*. Relatório de Pesquisa, UFSC, 1994.

- CAMPOS FILHO, Cândido C. et alli. *Poder Local e Constituinte*. Porto Alegre. PUC-EDUC, 1987.
- CARDOSO, F.H. e outros. "Regime Político e Mudança Social". In: *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, nº 3, Nov./Jan. de 1981, p. 7-46.
- CARDOSO, R. C..A trajetória dos movimentos sociais. In: Dagnino, E. *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 81-90.
- CARRERÃO, Yan de Souza. *Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina: 1945-1979*. Dissertação de Mestrado, UFSC,
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, C. e outros. *A criação Histórica*. Porto Alegre, Artes e Ofícios , 1992.
- CASTORIADIS, Cornélius. "Introdução: a questão da história da história do movimento operário". In: *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CASTRO, Maria Helena G. "*Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço bibliográfico*". Revista BIB, nº 25, Rio de Janeiro, 1988.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Questão Social no Brasil: crítica do Discurso Político*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1982.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Conformismo e resistência*. Brasiliense, 1989.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e Democracia*. São Paulo, Cortez, 1989.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. Brasiliense, 1982
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. Ática, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. "Modernismo, Pós-modernismo e Marxismo". In: Castoriadis e outros. *A Criação Histórica*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992, Pág. 26-51.
- CHAUÍ, Marilena. "Cultura do Povo e Autoritarismo das Elites". In: Valle. E e Queiróz, J.J. (org). *A cultura do Povo*. São Paulo. Cortez e Moraes: EDUC, 1979, p. 119 - 144.
- CHILCOTE, Ronal H. *Transição Capitalista e Classe Dominante no Nordeste*. 1991
- COSTA, Vanda M.R. "Corporativismo societal: interesse de classe versus interesse setorial". In: Dagnino, E. *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 59-64.
- COVRE, Maria de Lourdes M. *O que é cidadania*. Brasiliense, São Paulo, 1991.
- DAGNINO, Evelina (org) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1994.
- DANIEL, Celso. *Poder Local no Brasil Urbano*. Revista Espaços e Debates, n24, 1988.
- DINIZ, Eli. (org). *Empresários, Modernização Econômica no Brasil Anos 90*. Florianópolis, Editora da UFSC/Idacon, 1993
- DINIZ, Eli. (organizadora) *Empresários, Modernização Econômica e Brasil nos anos 90*. Editora da UFSC-Idacon.Florianópolis, 1993.

- DINIZ, Eli, LOPES, José de S. e PRANDI, Reginaldo (Orgs). *O Brasil no rastro da crise*. AMPOCS/IPEA - Hucitc. São Paulo, 1994.
- DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política. Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.
- DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. Brasiliense, São Paulo, 1994.
- DREIFUSS, René. *Política, Poder, Estado e Força: uma leitura de Weber*. Vozes, 1993.
- FANTIN, Márcia. *A Dinâmica Cultural da Cidade: A construção dos espaços de lazer e a reinvenção de novas tradições em Criciúma*. Projeto de Tese Doutorado, USP, 1995.
- FANTIN, Márcia. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC: nas malhas das relações de poder*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1992.
- FAORO, Raymundo. *A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista*. In: Dossiê Liberalismo. Revista da USP, nº 17, 1993.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro* (9ª ed.), São Paulo, Globo, 1991.
- FERNANDES, Maria Luiza. *Partidos e Sindicatos - um estudo de caso: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de Criciúma*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1992.
- FISCHER, Tânea. *Poder Local: governo e cidadania*. Editora FGV; Rio de Janeiro, 1993.
- GIASSI, Maristela Gonçalves. *Meio Ambiente e Saúde: convivência com o carvão*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1994.
- GOULARI Fº, Alcides. *A Inserção da Indústria do Vestuário na Economia da Região Sul de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. *Poder, Política e Partido*. (org. de Emir Sader) Brasiliense, 1990.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Rio de Janeiro, Vozes, 1992.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo. Edições Loyola, 1993.
- KOWARICK, Lucio(Org.) *As lutas sociais e a cidade. São Paulo passado e presente*. Paz e Terra/Cedec-Unrisd. 2 edição, São Paulo, 1994.
- KOWARICK, Lúcio. *Investigação Urbana e Sociedade: comentários sobre "nuestra" América*. (Trabalho apresentado ao XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, MG, 23-27 de Novembro de 1994).
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 6ª ed., 1993.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- LINDBLOM, Charles E. *O processo de decisão Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

- MARTINS, José de Souza. *Poder do Atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.
- MASOLLO, Alejandra. *Em direção às bases: descentralização e município*. Revista Espaços e Debates, 24, 1988.
- MICHELS, Ido Luiz. *Uma crítica à economia política catarinense*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 1993.
- MILANEZ, Pedro. *Fundamentos Históricos de Criciúma*. Criciúma, Editora do Autor, 1991.
- MILIOLLI, Geraldo. *Mineração do Carvão e Desenvolvimento Sustentada na Região sul de Santa Catarina. Estudo Exploratório de Percepção, Valores e Atitudes num Bairro do Município de Criciúma*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1994.
- MINELLA, Ary César. *Empresariado Financeiro: Representação e Posicionamento*. Relatório Parcial de Pesquisa, 1994.
- MINELLA, Ary César. O Discurso Empresarial no Brasil: Com a Palavra os Senhores Banqueiros. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, ano 15, nº 2, 1994.
- MOTTA, Fernando Prestes. *Empresários e Hegemonia Política*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- NASCIMENTO, Cláudio. *Recursos para um projeto nacional*. Mimio. 1995.
- NASCIMENTO, Dorval do. *Formação Histórica de Criciúma (1880-1930) A elite dominante e a formação da cidade*. Mimiografado. 1993.
- NASCIMENTO, Cláudio. *Uma constelação Mariateguiana: recursos de hegemonia cultural*. Mimiografado. 1995.
- NUN, José et alii. *A situação da classe trabalhadora na América Latina*. co-edição CEDEC/Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.
- NUN, José. *O outro reducionismo*. In: Nova Escrita Ensaio. São Paulo, Escrita, Ano V - Nº 11-12 (Edição Especial), 1983, 231-260.
- OFFE, Claus e WISENTHAL. "Duas lógicas da Ação coletiva: notas teóricas sobre classe social e forma de organização". In: Claus OFFE. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, pp. 65-73.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia política da social-democracia*. In: Dossiê Liberalismo. Revista da USP, nº 17, 1993.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Graal, Rio de Janeiro, 1985.
- RABELO, Giani. *A luta dos mineiros contra a privatização da CSN - Criciúma: uma avaliação crítica*. Monografia apresentada no curso de pós-graduação em Serviço Social na UFSC. 1992 (mimiografado)
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- RUVER, Eliete dos Santos. *Descentralização e Participação nas Políticas de Saúde: uma crítica do processo de implementação das AIS e do SUDS em Criciúma na gestão Hulse (1983-88)*. Dissertação de Mestrado, 1992.

- SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. "Sobre as Classes Populares no Pensamento sociológico Brasileiro". in: DURHAN, E. *A aventura antropológica*. São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, AMPOCS, nº 25, 1994.
- SANTOS, Maurício Aurélio dos. *Crescimento e Crise na Região sul de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1995.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Do Laissez-faire repressivo à cidadania em recesso". In: *Cidadania e Justiça - a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Campos, 1994.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Zaar, 1984.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SILVA Jr. José da. *Histórias que a Bola Esqueceu*, UFSC, 1994.
- SILVA, Zélia Lopes da. *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30*. São Paulo, Marco Zero/CNP, 1990.
- TAPIA, Jorge R.B. "Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta?". In: Dagnino, E. *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 65-78.
- TOPALOV, Christian. *Encontro com o Local*. In: Fischer, Tânea. *Poder Local, governo e cidadania*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1993.
- TRICKES, Janete. *As Oligarquias dos Partidos. Criciúma, 1945-1992*. Dissertação de Mestrado. UnB. 1994.
- VILLASANTE, Tomás. *Novos Paradigmas e Redes Sociais*. In: Fischer, T. *Poder Local: Governo e Cidadania*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1993.
- VOLPATO, Terezinha Gascho. *Os trabalhadores do carvão: a vida e as lutas dos mineiros de Criciúma*. Tese de Doutorado (USP), 1989.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta - As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1994

RELATÓRIOS, DOCUMENTOS, ARTIGOS, REVISTAS E JORNAIS

- PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PBDR). Relatório Final. Fucri/Unesc. 1994.
- A Situação do Carvão Catarinense, Sindicato da Indústria de Carvão do Estado de Santa Catarina, SIECESC, 1994.
- A Situação do Carvão Catarinense, Sindicato da Indústria do Carvão do Estado de Santa Catarina, SIECESC, 1995.
- ZANATTA, Jayme. Criciúma: um lugar para investir e viver. Revista Expressão (1991)
- VIDAL, Diomício. O surgimento e o desenvolvimento das indústrias de confecções da região sul de SC. Apresentado no III Contec- Congresso Nacional de Tecnologia de Confeção, Blumenau, 5 à 8 de maio de 1992.
- UNESCO - Proposta de Planejamento (gestão 1994-1977)
- SAMPAIO, Rogério G. Arns. Trabalho preparatório ao Seminário Sócio Econômico do Sul de Santa Catarina. Apresentado em 1990 na Acic.
- A Carta do Sul. Documento final do seminário sócio-econômico de 16 de dezembro de 1990.
- A Defesa do Cidadão Comum. Documento final do seminário sócio-econômico, promovido pela Acic em 11 de novembro de 1991.
- Relatório da Diretoria Executiva da Associação Comercial e Industrial de Criciúma. Gestão Carlos Alberto Barata (1991-1993)
- TRE/SC - Tribunal Regional Eleitoral. Relatórios das eleições, atas das votações.
- "O GUERREIRO" - Boletim Informativo do CDL - Clube dos Diretores Logistas, números 1 (Dezembro de 1991) e 2 (Janeiro de 1992).
- BOLETIM INFORMATIVO DA ACIC (Vários exemplares), Gestão Guido Búrigo (1993-1995)
- CADERNO ESPECIAL ACIC: 50 ANOS: uma história de conquistas. 17 de Junho de 1994.
- JORNAL DOS MINEIROS - Informativo do sindicato dos mineiros de Criciúma. (nº 12) Agosto de 1994.
- JORNAL DO CARVÃO - Informativo do Sindicato de Extração do Carvão do Estado de Santa Catarina (nº 1, 2, 3., 4, 5, 6, 7, 8, 9), 1994 -1995.
- JORNAL DA MANHÃ - Várias edições.
- DIÁRIO CATARINENSE, Várias edições.
- Atas da ACIC - Associação comercial e Industrial de Criciúma. Reuniões de:
 - 1989, 18 de novembro;
 - 1990, 13 de março; 02 de outubro; 17 de outubro;
 - 1991, 26 de fevereiro; 09 de abril; 12 de abril; 30 de abril; 02 de setembro; 14 de outubro; 05 de novembro; 02 de dezembro;
 - 1992, 20 de janeiro; 17 de fevereiro; 27 de agosto; 08 de setembro; 13 de setembro; 13 de outubro;
 - 1993, 01 de fevereiro; 29 de março; 13 de maio; 12 de agosto; 16 de agosto; 30 de agosto; 13 de dezembro.

A N E X O S

chaukosky

SEGUNDA-FEIRA 03/02/92

CRICIÚMA,

CAPITAL

NACIONAL DO

CARVÃO E

DO AZULEJO





A lei do dinamite

O sul de Santa Catarina observa com apreensão os desdobramentos do caso CBCA. As imagens mostradas ontem pelas emissoras de televisão e fotos estampadas hoje no JM, com trabalhadores utilizando dinamite na cintura, enfiado na cinta, como se fossem kamikazes, dispotos até a morrer para não ceder a uma decisão do poder judiciário, levam a uma reflexão mais profunda.

Um dos pontos que merece ser avaliado é até que ponto o poder judiciário pode ser contestado

na base da força. Ato contínuo, deve ser refletido qual a situação que teremos a partir do momento que as decisões são consolidadas na base de bananas de dinamite e ameaças contra a integridade

"A sociedade não assina embaixo de medidas extremas"

física das pessoas.

A sociedade sul catarinense certamente não assina embaixo de medidas extremas que acabam colocando todos em estado de choque. Não concorda que os impasses tenham que

ser resolvidos e superados pela via da violência ou intimidação. As pessoas condenam com veemência esta situação.

A condenação da violência, no entanto, não representa a defesa da aceitação pura e simples de tudo que vier de cima. A contestação, formal ou informal, é um direito de todos e que deve ser exercitado.

Mas pelos caminhos normais, sem confronto.

Neste momento as pessoas envolvidas tem que ser inteligentes e consequentes o suficiente para buscar uma saída de entendimento.

Criciúma: tempo de expansão

Em novembro de 1957 o então presidente da ACIC, Wilson Barata, enviava correspondência à direção do Banco da Província do Rio Grande do Sul. Pedia a "ampliação da rede bancária em virtude da constante expansão dos negócios locais,

suprindo lacuna na Capital do Carvão". Na correspondência, com sua cópia guardada nos arquivos da ACIC, um retrato do município na época. Publicamos o trecho que se refere à economia da cidade:

População: - do município: 65.000 habitantes; - da cidade: 25.000 habitantes.

Indústrias existentes - Carvão mineral: 25 - Frigoríficos: 1 - Cerâmicas: 1 - Madeiras: 70 - Olarias: 51 - Fábricas de Colchões de Molas: 1 - Malharias: 2 - Oficinas de recauchutagem de pneus: 2 - Oficinas mecânicas: 5 - Fábricas de Bebidas: 30 - Descascadores de Arroz: 22 - Fábricas de Móveis: 18 - Fábricas de Banha: 6 - Fábricas de Caramelos e Balas: 3 - Fábricas de Gêneros Alimentícios: 3 - Engenhos de Farinha de Mandioca: 582 - Engenhos de Açúcar: 166 - Atafonas: 35 - Cortumes: 5 - Fábricas de Vestuários e Calçados: 4 - Construção Civil: 5 - Fábricas de Cal: 3 - Fábricas de Malas: 1 - Fábricas de Utensílios Agrícolas: 1 - Fábricas de Balanças: 1 - Torrefações de Café: 3 - etc. (Dados referentes ao exercício de 1955)

Produção Industrial: - Carvão mineral: 964.865 tons. - Telhas e Tijolos: 5.238 milhares - Azulejos: 102.400 m². - Cal: 295.000 kgs. - Ladrilhos: 3.271 m². - Carvão vegetal: 101 tons. - Dormentes de madeira: 61.500 unidades - Madeiras: 11.643 m³. - Bebidas: 185.420 lts. - Alcool: 70.000 lts. - Farinha de mandioca: 183.430 sacos - Açúcar grosso: 114.495 kgs. - Arroz beneficiado: 40.000 sacos - Farinha de milho: 9.500 sacos - Produtos Alimentícios: 266.718 kgs. - Linguiças: 205.900 kgs. - Solas para Calçados: 145.500 kgs. - Balas e Caramelos: 32.900 kgs. - Café moído: 85.280 kgs. - Farinha de trigo: 14.000 kgs. - Sêbo: 44.530 kgs. - Camisas (confecções): 5.210 unidades - Ferramentas agrícolas: 1.576 unidades - Malas: 2.500 unidades - Calçados: 1.784 pares - Móveis: 3.721 peças - etc. (Dados referentes ao exercício de 1955).

Estabelecimentos comerciais e de Prestação de serviços: - Varejistas: 330 - Casas Exportadores: 4 - Farmácias: 13 - Lojas de Ferragens: 12 - Livrarias: 3 - Lojas de Tecidos: 82 - Padarias: 24 - Sapatarias: 33 - Lojas de Calçados: 10 - Cafés e Bares: 115 - Joalherias: 5 - Lojas de Aparelhos elétricos: 4 - Lojas de máquinas de escrever e industriais: 7 - Lojas de roupas feitas: 8 - Lojas de Peças e Acessórios: 5 - Alfaiatarias: 17 - Serrarias: 35 - Tipografias: 3 - Restaurantes: 10 - Ferrarias: 24 - Açougues: 20 - Hoteis: 5 - Empresas de ônibus: 4 - Empresas de Transportes de cargas: 2 - Barbearias: 29 - Lavanderias: 5 - Postos de Abastecimento de automóveis: 5 - Garagens: 8 - Escritórios de contabilidade: 6 - Cinemas: 2 - (Dados referentes ao exercício de 1955).

Fonte: JM. 20/6/92

ACIC enfrenta o maior desafio de sua História

Joice Quadros/Editora de Economia

Quase ao completar meio século de existência, a Associação Comercial e Industrial de Criciúma esteve ao longo de sua história identificada com as questões fundamentais da economia do município. Representando sempre os anseios dos setores produtivos, nasceu da necessidade de defender os interesses dos então dez lojistas do município, em 1944, mas sempre com suas atenções voltadas para o crescimento econômico da cidade.

Acompanhando as diversas conjunturas da polí-

tica e economia nacional, desempenhou sempre um papel de vanguarda na defesa dos interesses maiores do município. Mas talvez nunca em sua história enfrentou um desafio tão grande como o que se coloca nos dias atuais, quando a política econômica recessiva do Governo Federal se potencializa numa região que tem como base de sua economia o carvão, a cerâmica e a indústria do vestuário. Mas a crise ensina. E as lideranças que hoje conduzem os destinos da ACIC, estão conscientes deste desafio propondo um amplo entendimento entre todos os seguimentos da sociedade e buscando um novo modelo econômico para o município.

O registro de como nasceu a Associação

Criciúma - Em 18 de junho de 1944, às 10 horas, nas dependências do antigo Cine Rovaris, foi realizada a Assembleia Geral de fundação da "Associação Comercial de Criciúma", com 118 representantes da classe comercial do município" assinando a ata de fundação da entidade. Os atos foram presididos pelo então prefeito, Elias Angeloni. Composta a mesa, oficializada a criação da entidade e lido "em voz alta" seus estatutos, foram então

encaminhados os trabalhos de composição da primeira diretoria da entidade. Por aclamação foram eleitos presidente Antônio Roque Júnior, 1º vice-presidente Lindolfo Correa e 2º vice-presidente Abdon Alexandrino. A diretoria era, ainda, composta pelos cargos de 1º e 2º secretários, tesoureiro, e diretores do Serviço Técnico e Intercâmbio Comercial, de Assistência aos Sócios, da Caixa de Auxílio Mútuo, do serviço de Guarda Noturno,

do Serviço de Imprensa e Difusão, além de três Conselheiros Fiscais efetivos e três suplentes. A ata de fundação, embora amarelada pelo tempo, ainda se encontra em perfeitas condições nos arquivos da Associação Comercial e Industrial de Criciúma.

Nestes 48 anos de existência da entidade foram presidentes da ACIC: Antônio Roque Júnior (1944-1951), José Pimentel (1951-1955), Wilson Barata (1955-1971), Antô-

nio Caldeira Góes (1971-1979) tendo, em 1979, assumido o vice-presidente Otacílio De Bem por um período de oito meses, Domerval Zanatta (1979-1981), José Antônio Bongioio (1981-1986), Jaime Zanatta (1987-1991), e o atual presidente Carlos Alberto Barata. O presidente que ficou mais tempo frente aos destinos da ACIC foi o empresário Wilson Barata, exercendo estas funções por um período de 16 anos.

Primeiras lutas: feriados e fiscais

Fotos de Rafael Neves/JM

Criciúma - Aos 29 anos de idade, o comerciante Lindolfo Correa foi eleito o primeiro 1º vice-presidente da "Associação Comercial de Criciúma", em 1944. Hoje com 77 anos e dividindo seu tempo entre o convívio da família e seu "hobby" como rádio-amador, ele volta no tempo e conta o que levou os comerciantes da época a sentirem necessidade de fundar sua entidade. "Necessidade porque os comerciantes viviam ao léu sem ter para quem reclamar", diz Lindolfo Corrêa, acrescentando a "importância" de uma entidade de classe para "canalizar, dar forças às reivindicações dos comerciantes,



Lindolfo Correa conta a história da fundação de ACIC

como faziam os sindicatos dos mineiros e dos mineradores".

Entre as principais reivindicações da época, segundo lembra Lindolfo Corrêa, era o excesso de feriados municipais decretados pela Prefeitura, e que os comerciantes eram contra, a arbitrariedade dos fiscais da

Fazenda, e reclamações sobre as estradas ou pista depositada "na porta dos comerciantes", diz. Com apenas 10 lojas comerciais em atividades no município em 1944, comenta Lindolfo Corrêa que "na época tudo era mais fácil porque era pouca gente".

Em todos estes anos

de História, avalia que, Criciúma foi muito prestigiada pelos governos Federal e Estadual "que levava daqui toda nossa arrecadação e devolviam esmolas de 10%", mas acredita nesta cidade "que vi crescer e foi a que mais se desenvolveu na região", acrescentando que na crise atual é para "termos paciência" porque "os governos são transitórios e Criciúma já tem um comércio e indústria solidificados".

Embora natural de Tubarão, Lindolfo Corrêa reside em Criciúma desde 1936 e diz "acreditar no povo de Criciúma" porque "é um povo de luta, que não se deixa vencer bem assim".

Uma lição para o PT

As eleições municipais deste ano amplamente favoráveis para o PT. O partido dos Trabalhadores teve desempenho significativo em importantes capitais, desbancando, inclusive, lideranças consideradas imbatíveis. Foi o caso do Rio de Janeiro, onde a deputada Benedita da Silva, ex-empregada doméstica, passou com um trator por cima de Leonel Brizola e jogou para fora do segundo turno a sua candidata a prefeitura, Cidinha Campos. O PT ainda se deu bem em São Paulo, Goiânia, Porto Alegre (quase ganhou no primeiro turno), entre outras capitais e cidades importantes. Mas este desempenho a nível nacional contrasta com a situação em Criciúma.

O PT sofreu uma "retunda" derrota na sucessão deste ano em Criciúma. Passou apertado para eleger um vereador e o seu candi-

dato à prefeito, Milton Mendes de Oliveira, fez quase a metade dos votos que ele mesmo conseguiu em 1988, quando disputou a prefeitura pela primeira vez, sendo a grande surpresa daquela eleição. Hoje o PT tem dois vereadores na Câmara e a partir de janeiro de 1993 terá apenas um. Diminui sua representação.

O desempenho eleitoral do PT nesta eleição precisa ser profundamente avaliado pelos seus militantes e dirigentes. Não pode ser ignorado. Os petistas não podem se fazer de avestruz. Tem que se debruçar sobre os números e pensar, meditar, refletir, olhar para o que foi feito e planejar o futuro.

As pesquisas que eram feitas antes da eleição mostravam que a maior causa da rejeição ao candidato Milton de Oliveira era o radicalismo do movimento sindical. Milton, que é um ad-

vogado trabalhista de renome, listado entre os melhores do sul do Brasil, com atuação estadual, chegou a ser chamado de "baderneiro". Não que ele tenha liderado badema ou coisa parecida. Mas porque ele era o candidato do PT, partido que é a cara da CUT, que esteve envolvida e responsável por excessos e até atos de vandalismo que, por certo, amedrontaram a sociedade.

O PT precisa estudar o assunto. É uma avaliação produtiva e conseqüente só terá resultados efetivos se começar por estas questões, ou pelo menos passar por aí. O PT precisa rapidamente repensar sua inserção no movimento sindical. A derrota acachapante desta eleição mostra que a prática de tentar resolver impasses no quebra-quebra, ameaça, incêndio e confusão não tem o respaldo da sociedade.

SÔNEGO

INDUSTRIALMENTE FALANDO!

